

ISSN 1516-344x



*Revista do Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia*

Rev. IGHB, Salvador, v. 120, jan./dez. 2025

ISSN 1516-344x

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA**

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

DIRETORIA IGHB 2024-2025

Presidente de Honra: Eduardo Moraes de Castro

Presidente: Joaci Fonseca de Góes

1º Vice presidente: Antonio Menezes do Nascimento Filho

2º Vice presidente: José Eduardo Athayde de Almeida

3º Vice presidente: Newton Cleyde Alves Peixoto

Secretário Geral: Rozendo Ferreira Neto

Secretário Adjunto: Sergio Emílio Schlang Alves

Diretor Financeiro: Sergio Fraga Santos Faria

Diretora Financeira Adjunta: Rosemma Burlacchini Maluf

Orador Oficial: José Nilton Carvalho Pereira

Diretor de Publicações: Sérgio Augusto Soares Mattos

Diretor de Biblioteca: Ricardo Mauricio Nogueira e Silva

Diretora do Arquivo Histórico: Zita Magalhães Alves

Diretoria Suplente: Fausto de Abreu Franco

Baltazar Miranda Saraiva

Luislinda Dias de Valois Santos

Conselho Fiscal: Maria Constança Galvão

Wellington do Carmo Cruz

Jamile Souza Calheiros dos Santos

Conselho Fiscal Suplente: Creuza Santos Lage

Symone Maria de Freitas Moura

Rizodalvo da Silva Menezes

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO DA BAHIA

Salvador, v. 120, p. 1-406, jan./dez. 2025

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro
Academia Portuguesa de História
e Universidade de Lisboa – Portugal

Antonella Rita Roscilli
Escritora e jornalista – Itália

Berthold Zilly
Instituto Latinoamericano de Freie
Universitat Berlin – Alemanha

**Carlos Tasso Saxe-Coburgo e
Bragança**
Academia Portuguesa da História –
Portugal

Edmundo Anibal Herédia
Universidade Nacional de Córdoba
– Argentina

Hendrik Kraay
Universidade de Calgary – Canadá

Marcos de Noronha da Costa
Academia Portuguesa da História –
Portugal

Stuart Schwartz
Yale University – Estados Unidos

Conselho Editorial Nacional

Adinoel Mota Maia
Gabinete Português de
Leitura-Bahia

Arno Wehling
Academia Brasileira de Letras

**Carlos Humberto Pederneiras
Corrêa**
Instituto Geográfico e Histórico
de Santa Catarina

José Carlos Bastos Sant Anna
Universidade Federal da Bahia

José Ibarê Dantas
Instituto Histórico e Geográfico de
Sergipe

Maria Tereza Navarro Britto Matos
Universidade Federal da Bahia

Sérgio Augusto Soares Mattos
Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

© 2025 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em língua portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha Técnica

Coordenação Editorial	Sérgio Augusto Soares Mattos
Assistente Editorial	José Carlos Bastos Sant Anna
Projeto Gráfico	Sidnei Silva e George Luis Cruz Silva
Revisão de Linguagem	Sérgio Augusto Soares Mattos José Carlos Bastos Sant Anna
Paginação eletrônica	Quarteto Editora
Endereço para envio de artigos:	diretoria.publicacao@ighb.org.br

Indexada em / Indexed in:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml> – Plataforma Sucupira

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores

Ficha Catalográfica

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador:
Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 –
V.; il; 25cm.
Anual
v. 120 (jan/dez., 2025), 406p
ISSN 1516-344X.
1. Bahia – História 2. História e Religião. 4. Instituto Geográfico e
Histórico da Bahia – Discursos, ensaios e palestras.

CDU:94(813.8)

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – IGHB

Avenida Joana Angélica, 43 – Piedade 40050-001 – Salvador – BA – Brasil
Telefone (71)3329-4463 | (71)3329-6336 | diretoria.publicacao@ighn.org.br



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia

Apoio financeiro:



Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

IGHB CONTINUA CUMPRINDO SUA VOCAÇÃO DE DEPOSITÁRIO DA MEMÓRIA DA BAHIA	17
Sérgio Augusto Soares Mattos	

ARTIGOS

UM ATENTADO CONTRA A CULTURA	29
Joaci Góes	
LUTAS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 1822-1824	35
Luiz Américo Lisboa Junior	
O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL PELA ÁUSTRIA	
O NASCIMENTO DE D. PEDRO II	
O ANO DE 1825 PARA O BRASIL	49
Gloria Kaiser	
MEMÓRIA E HISTÓRIA DAS “HEROÍNAS DA INDEPENDÊNCIA” DO BRASIL NA BAHIA NA CELEBRAÇÃO AO 2 DE JULHO: DO ESQUECIMENTO AO PROTAGONISMO	77
Vanessa de Almeida Dócio	
MEMÓRIA MUSICAL DA BAHIA: O <i>HINO AO DOIS DE JULHO</i> REVISITADO EM SEU BICENTENÁRIO	115
Marcos Roberto de Santana	

A LITOGRAVURA “ENTRADA DO EXÉRCITO PACIFICADOR NA LEAL E VALOROSA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE BAHIA” (1830): HISTÓRIA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EXEMPLAR DO IGHB	145
--	-----

Pablo A. Iglesias Magalhães

Lais G. C. Nascimento

O PRECONCEITO E OS RACISMOS ACONTECEM NAS REDES SOCIAIS	167
--	-----

Antonia da Silva Santos

BIOGRAFIAS

MÃE STELLA E O CORPO DE OBÁS	191
-------------------------------------	-----

Ribamar Daniel

BENEDICTA IGNÁCIA VIANNA DE AFRICANA CATIVA À PROTAGONISTA ANÔNIMA DA HISTÓRIA	203
---	-----

Diego Copque

ALVIM MARTINS HORCADES: UM ESBOÇO BIOGRÁFICO	217
---	-----

Marcos Roberto Brito dos Santos

BRÁULIO XAVIER FILHO	257
-----------------------------	-----

Aramis Ribeiro Costa

RECORTES DA HISTÓRIA CENTENÁRIA DE EUCLIDES JOSÉ TEIXEIRA NETO	275
---	-----

Wilson Midlej

PEDRO CALMON, A ESTREIA DO ORADOR	301
--	-----

Lizir Arcanjo Alves

O MAJOR COSME E O IGHB: APROXIMAÇÕES NO ARVORECER DA REPÚBLICA	307
Mônica Celestino	
LUIZ MARTINS DE SOUZA DANTAS: O SESQUICENTENÁRIO DE UM JUSTO ENTRE AS NAÇÕES	327
Ricardo Nogueira	
AGENDA IGHB	
AGENDA CULTURAL DO IGHB EM 2025	351
Cleide Nunes	
RELATÓRIO DO ARQUIVO E DA BIBLIOTECA	
RELATÓRIO DO ARQUIVO HISTÓRICO THEODORO SAMPAIO	373
Zita Magalhães Alves	
RELATÓRIO DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA	377
Ricardo Maurício Nogueira e Silva	
Fernanda Mota de Oliveira	
RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS	
SÓCIOS DO IGHB	385
NORMAS DE PUBLICAÇÃO	
REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA	397

Apresentação

IGHB CONTINUA CUMPRINDO SUA VOCAÇÃO DE DEPOSITÁRIO DA MEMÓRIA DA BAHIA

Sérgio Augusto Soares Mattos¹

Um atentado contra a cultura é o título do artigo do presidente do IGHB, Joaci Góes, que abre a seção de **Artigos** desta edição. Nele, o presidente denuncia a decisão da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia contra o IGHB ao excluir a Casa da Bahia de receber recursos oficiais do Estado. Joaci Góes afirma que tal atitude se constitui “a um só tempo, inominável violência legal e boçalidade procedimental que ofende a memória de tantas personalidades iconoclásticas que elevaram tão alto as melhores tradições baianas”.

O artigo do presidente do IGHB resgata a história da dotação orçamentária autorizada pela Lei Nº 6575, de 30 de março de 1994, destinada a apoiar o Instituto e afirma que o secretário de Cultura “decidiu afrontar a Lei e suspender o custeio legal a que deve obediência, como reação ao fato de haver a Casa da Bahia incluído entre os debatedores do tema da Proclamação da República, em 1889, o

¹ Diretor de Publicações do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e editor da *Revista do IGHB*. E-mail: sasmattos@gmail.com

diplomata Ernesto Araújo, pelo pecado capital de haver integrado o Ministério do Governo Bolsonaro, como chanceler”.

Explica ainda que “diante da indiferença do Governador do Estado às várias tentativas da direção do IGHB obter uma audiência com Sua Excelência, não sobrou alternativa que não fosse recorrer ao Judiciário, medida que resultou na vitória do Pleito da Casa da Bahia, por inéditos 20 votos a zero, de tal modo gritante o primarismo do trêfego secretário, nada familiarizado com as coisas de nosso Estado”. Diante disso, “espera-se que o Governo do Estado cumpra a decisão do Judiciário”.

Concluindo seu artigo, Joaci Góes afirma: “O IGHB sobreviverá aos coveiros disfarçados de promotores da cultura que tencionam destruí-lo ou rebaixá-lo ao nível de sua própria pequenez, para continuar luzindo, no esplendor de sua vocação de depositário da memória da Bahia e do Brasil”.

Integram a seção **Artigos** desta edição, volume 120, nove textos que apresentam um rico conteúdo histórico e cultural. Além disso, a seção **Biografias** apresenta oito artigos resgatando a memória de personalidades que estão comemorando centenário de nascimento neste ano. Na sequência está a seção **Agenda IGHB** e os **Relatórios do Arquivo Theodoro Sampaio** e da **Biblioteca Ruy Barbosa**.

O segundo texto desta seção, intitulado **Lutas da Independência do Brasil 1822-1824**, é de autoria de Luiz Américo Lisboa Junior, que narra os conflitos ocorridos nas províncias que se mantiveram fiéis às Corte de Lisboa, além da tentativa de divisão territorial do país. Os confrontos culminaram com a consolidação do movimento emancipacionista que estabeleceu as bases do Império brasileiro após o reconhecimento de Portugal à nossa independência. Em síntese este

artigo demonstra as lutas durante os períodos que antecederam e os que se seguiram ao processo da nossa Independência.

O Reconhecimento da Independência do Brasil pela Áustria

é o título do artigo de Gloria Kaiser. Segundo a autora, o processo de reconhecimento de nossa independência só se concretizou em 15 de agosto de 1825, quando D. João VI assinou o decreto reconhecendo a Independência do Brasil. No dia 30 de dezembro de 1825, em Viena, o Imperador da Áustria assinou o reconhecimento da Independência do Brasil. A Áustria foi, portanto, o primeiro país a reconhecer nossa independência depois de Portugal. As outras nações europeias seguiram o seu exemplo. A autora descreve o processo de reconhecimento internacional do Brasil como uma proeza diplomática.

Em seu artigo, Gloria Kaiser aborda também o nascimento e a formação de D. Pedro II, destacando que coube a José Bonifácio a missão de assumir a educação dele. Bonifácio incutiu na memória de Pedro conceitos de disciplina e comportamento, destacando sempre a dignidade.

Segundo a autora, “Pedro queria também, que o mundo, principalmente a Europa, reconhecessem os avanços do desenvolvimento do Brasil; queria ver o Brasil representado em exposições e feiras, nas Festas do Trabalho, nas vitrines do progresso, para dar visibilidade ao desenvolvimento do Brasil no mundo”. Ela ainda afirma que um dos objetivos de Pedro II era aproximar o Brasil da Europa, impulsionando o país sempre para frente.

Com referência a abolição, Gloria Kaiser diz: “Apesar de todo o seu desejo de progresso, a onipresença da escravidão era a antítese do progresso. D. Pedro tinha um plano de abolição que ele queria implementar: Primeiramente, seria o ventre livre, depois os maiores de 65 anos, e finalmente todos os escravos. E o objetivo seria obri-

gatoriamente que estas etapas fossem executadas sem derramamento de sangue”.

Na sequência, vem o artigo de Vanessa de Almeida Docir que resgata a memória e história das heroínas da Independência do Brasil na Bahia. A Guerra da Independência foi marcada por nomes, como os de sóror Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus, entre outras. Tendo em vista as mudanças ocorridas, ao longo dos últimos 200 anos, na celebração anual do 2 de Julho, só no século XXI, segundo a pesquisadora, é que as mulheres tiveram a sua participação reconhecida e amplamente divulgada.

Vanessa de Almeida Docir conclui seu texto afirmando que “a realização da homenagem às Heroínas da Independência nos festejos realizados em comemoração ao bicentenário da Guerra da Independência do Brasil na Bahia é exemplo de como, no presente, podemos desenvolver estratégias para pensar o passado de modo a ampliar e/ou alterar a compreensão que se tem dele”.

Abordando a memória e a temática do 2 de Julho, o artigo de Marcos Roberto Santana analisa aspectos históricos, literários e biográficos em torno da obra musical que é identificada como Hino ao Dois de Julho que, a partir de 2010, passou a ser considerado como Hino Oficial da Bahia. O autor conclui seu artigo afirmando que “o Dois de Julho é a celebração das amarras coloniais de controle e dominação seculares; é o desejo concretizado de poder iniciar uma nova história dentro da própria história. Isso tudo sob o embalo de um Hino, cuja sonoridade produz efeitos vivificantes em seus ouvintes”.

Na sequência, vem o artigo de autoria de Pablo Magalhães e de Laís Nascimento. Eles analisam o estado de conservação da litogravura do artista baiano Bento José Rufino Capinan, que integra o acervo deste IGHB. Os autores contextualizam as circunstâncias em que a

gravura foi produzida e a importância de sua preservação. Ao final, apresentam recomendações que podem contribuir para a durabilidade da imagem.

Com o artigo intitulado ***O preconceito e os racismos acontecem nas redes sociais*** a professora Antonia da Silva Santos tenta esclarecer os elementos influenciadores no/do desejo de liberdade e libertação através da manifestação de variados sentimentos em textos postados no ambiente virtual – o Facebook – e de outros termos que se aproximam, em virtude dos sentimentos refletidos pelo ser, bem como as possíveis reações do ato sofrido”. A autora conclui seu artigo lembrando aos leitores que “para que seja considerado crime de racismo, é preciso que se apresentem diversos motivos que causem constrangimento ou impedimento de qualquer natureza e/ou que excluam ou discriminem por questões de ódio às diferenças”.

Encerrando a seção de **Artigos**, encontra-se o texto de autoria do desembargador Cassio Miranda intitulado **Canudos: Sete mentiras sobre a Jerusalém de Taipa**. O autor dissecou cada uma das mentiras, esclarecendo os fatos.

Nesta edição, a *Revista do IGHB* apresenta, na seção de **Biografias**, oito artigos referentes à memória centenária de personalidades que contribuíram para com a história, a cultura, as artes e a educação. Muitos deveriam estar também aqui, mas as dificuldades nos impediram de registrar todos os merecedores. Assim sendo, neste ano de 2025 quando se celebra o centenário de nascimento de Mãe Stella de Oxossi, Ribamar Daniel, que é médico e Obá Òdofin, escreve sobre os Obás Sangó e sobre Mãe Stella. A obra dela que rompeu com a tradição das transmissões orais e registrou, em nove livros, os conceitos e ensinamentos do Candomblé.

Ribamar Daniel destaca que “no Candomblé todos os cargos são vitalícios, pois todos são dados por ordem do Orixá. O que é sagrado merece respeito”. Segundo o autor, “os Obás são chamados de “pai” por todo o Egbé. Como ministros do Rei, sentam-se ao lado da Iyálorixá, [...] Aos Obás foi entregue o destino civil do Terreiro, eles são os representantes de direito da Sociedade Cruz Santa”. Ribamar apresenta dados históricos do início do século XX, quando Mãe Aninha introduziu no Ilê Axé Òpó Àfonjá o Corpo de Obás: seis à direita e seis à esquerda. Os Obás da direita têm direito a voz e voto, enquanto os da esquerda, somente a voz. Ele enumera e revela quem são os Obás.

Ribamar relembra como foi o seu ingresso no Ilê Axá Opô Afonjá e descreve suas relações com Mãe Stella e como ela contribuiu para a preservação dos valores do Candomblé. Segundo ele, Mãe Stella foi a “primeira autoridade religiosa (fonte primária) a oferecer-nos conhecimento ancestral sem intermediário. [...] A contribuição mais significativa de Iyá Stella foi superar a tradicional oralidade africana. Em toda sua obra está registrada uma parte representativa da herança milenar africana, alterando definitivamente a maneira pela qual o conhecimento é transferido”.

Na sequência, vem o artigo de autoria do escritor, historiador e professor Diego Copque intitulado **Benedicta Ignacvia Vianna de africana cativa à protagonista anônima da história**. O artigo registra o centenário de Mãe Stella de Oxóssi, celebrado no dia 2 de maio de 2025. Como sacerdotisa do Candomblé, Mãe Stella foi “uma mulher cuja sabedoria e influência se consolidou como um dos pilares de preservação e valorização da cultura africana e afro-brasileira”. Neste artigo, Diego Copque aborda a trajetória da bisavó de Maria Stella de Azevedo Santos, Benedicta Ignácia Vianna. Relata também

como foi proprietária do sobrado, no qual nasceu Ruy Barbosa, e como este foi arrematado em leilão por Ernesto Simões Filho. O sobrado foi doado à Prefeitura Municipal para ser transformado em escola. Após 18 anos sem o cumprimento de cláusula específica, o sobrado foi transferido para a Associação Bahiana de Imprensa (ABI), posteriormente transformado em museu.

O terceiro artigo desta seção, intitulado **Alvim Martins Horcades: um esboço biográfico**, é de autoria de Marcos Roberto Brito dos Santos que traça a trajetória de vida de Horcades, destacando, dentre outras coisas, que ele foi responsável, em novembro de 1927, pela criação da Associação da Imprensa Brasileira (AIB), devido a uma dissidência entre membros da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Alvim Horcades foi médico, jornalista e político. Na política, integrou o grupo liderado por J.J. Seabra e membro do comitê executivo do Partido Republicano Democrático da Bahia (PRD), compondo a Aliança Liberal, apoiando a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Alvim Martins Horcades nasceu em 19 de abril de 1880 e morreu em 27 de fevereiro de 1940.

Na sequência, vem o artigo de autoria de Aramis Ribeiro Costa sobre **Bráulio Xavier Filho**. Por meio da memória, o autor reconstrói os métodos da pediatria na Bahia tendo como farol a atuação de Dr. Bráulio Xavier Filho, um dos maiores pediatras da Bahia no século XX.

Por sua vez, Wilson Midlej, em artigo intitulado **Recortes da história centenária de Euclides José Teixeira Neto**, resgata a história do advogado, escritor, cronista, humanista, político, ex-prefeito de Ipiaú, ex-secretário da Reforma Agrária no governo de Waldir Pires, como o indivíduo que preservou “o seu jeitão de capiau, caítu queixada branca, intolerante com os maus feitos, integro e leal até com os adversários e os supostos inimigos”. Quando morreu,

na cerimônia do dia 5 de abril de 2000, o ex-governador Lomanto Junior proferiu um discurso referindo-se a Euclides Neto como um “homem de letras e de lutas, cuja trajetória como escritor e político transcendeu gerações, inspirando a todos com sua coragem, sabedoria e compromisso com a nação”.

Em seguida, Lizir Arcanjo registra como o advogado, jornalista, político, professor e reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon tornou-se um excepcional orador. Neste artigo, intitulado **Pedro Calmon, a estreia do orador**, a professora e pesquisadora Lizir Arcanjo descreve como o dom da oratória se manifestou, ainda na adolescência, e como Pedro Calmon desempenhou a arte de falar bem e agradar ao público.

No artigo intitulado **O major Cosme de Farias e o IGHB: aproximações no arvorecer da República**, de autoria de Monica Celestino, são resgatadas algumas interseções entre o major Cosme de Farias e o IGHB que subsidiam a compreensão da história contemporânea baiana. Cosme de Farias (1875-1972) atuou como jornalista, escritor, rábula, benemérito, vereador de Salvador e deputado estadual sempre combatendo o analfabetismo e a carestia.

Encerrando a seção, Ricardo Nogueira, no artigo **Luiz Martins de Souza Dantas: o sesquicentenário de um justo entre as nações**, antecipa as comemorações do sesquicentenário de Luiz Dantas que será celebrado no próximo ano de 2026, mais precisamente a partir do dia 17 de fevereiro. Ricardo Nogueira nos apresenta a trajetória de sucesso de Souza Dantas como diplomata, que ousou descumprir seus superiores para apoiar a fuga de judeus da Europa, colocando o dever humanitário acima das conveniências políticas. O autor encerra o artigo afirmando que a vida de Souza Dantas “foi marcada pelo heroísmo ético e pela nobreza do bem”.

Na sequência, o leitor encontrará, na seção **Agenda IGHB**, o relato das promoções culturais realizadas pelo IGHB e aqui registradas, mês a mês, por Cleide Nunes. Vale destacar que, durante 2025, o IGHB promoveu diversos eventos culturais, além de ter executado dois relevantes projetos que marcaram o ano. O primeiro deles, com apoio da Prefeitura de Salvador, reuniu especialistas que debateram a Independência do Brasil na Bahia. O segundo, com apoio do Governo do Estado e do Ministério da Cultura, possibilitou a restauração de fotografias, documentos e telas pertencentes ao nosso acervo. Inúmeros eventos, tais quais, palestras, cursos, lançamentos de livros, encontros literários e outros foram realizados no auditório Bernardino de Souza.

O **Relatório do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio** e o **Relatório da Biblioteca Ruy Barbosa** encerram esta edição da *Revista do IGHB*, volume 120, 2025.

Que tenham uma boa leitura!

Artigos

UM ATENTADO CONTRA A CULTURA

Joaci Góes¹

A inédita decisão da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia de excluir o IGHB - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia da relação das entidades culturais recipiendárias de recursos oficiais do Estado constitui, a um só tempo, inominável violência legal e boçalidade procedimental que ofende a memória de tantas personalidades iconoclásticas que elevaram tão alto as melhores tradições baianas no contexto da República Brasileira, bastando mencionar Castro Alves e Ruy Barbosa, como a evocar Camões ao exaltar os feitos da audácia portuguesa pelo mundo desconhecido dos séculos XV e XVI, “Cessa tudo que a antiga musa canta que outro valor mais ato se alevanta”.

Desde sua fundação, em 1894, até a criação da Universidade Federal da Bahia, em 1946, o IGHB se afirmou como a mais importante instituição cultural do Estado, como demonstrado pelo professor Aldo José Morais Silva, em tese de doutorado, transformado em livro sob o título *Instituto Geográfico e Histórico: origem e estratégias de consolidação*

¹ Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)

institucional, publicado em 2012 pela UEFS Editora. Em razão do reconhecimento do grande papel desempenhado pelo IGHB como guardião de nossa memória coletiva, o Governo da Bahia sancionou a Lei nº 6575, de 30 de março de 1994, votada pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, assegurando dotação orçamentária a garantir o funcionamento da Casa da Bahia, como é, também, conhecido o IGHB, pelo custeio de suas atividades essenciais, como pagamento de pessoal, água e luz:

LEI Nº 6575 DE 30 DE MARÇO DE 1994

AUTORIZA A INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL DESTINADA A APOIAR O INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo incluirá, anualmente, na Proposta Orçamentária do Estado, dotação especificamente destinada a apoiar as atividades do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Parágrafo único – A dotação a que se refere este artigo será corrigida anualmente, pelo índice que se adotar para atualização do Orçamento, de modo a preservar o seu valor e terá como referência os valores constantes no Orçamento de 1994.

Art. 2º O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia prestará contas dos recursos públicos que lhe forem transferidos, no prazo e segundo as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único – A desaprovação das contas inabilitará o Instituto para receber novos recursos, sem prejuízo da responsabilidade que houver.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA,
em 30 de março de 1994.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Governador

Não obstante essa ostensiva proteção legal para assegurar a continuidade do funcionamento do IGHB, o secretário de cultura, tomado por um anacrônico fundamentalismo ideológico terceiro-mundista, decidiu afrontar a Lei e suspender o custeio legal a que deve obediência, como reação ao fato de haver a Casa da Bahia incluído entre os debatedores do tema da Proclamação da República, em 1889, o diplomata Ernesto Araújo, pelo pecado capital de haver integrado o Ministério do Governo Bolsonaro, como Chanceler, atividade, como se sabe, exigente de sólidos conhecimentos diplomáticos, como é o caso em tela, aferível pelo brilhantismo do curso que concluiu no Instituto Rio Branco, além da qualidade dos livros que já publicou e dos escritos a respeito de sua rica biografia.

Diante da indiferença do Governador do Estado às várias tentativas da direção do IGHB de obter uma audiência com Sua Excelência, não sobrou alternativa que não fosse recorrer ao Judiciário, medida que resultou na vitória do Pleito da Casa da Bahia, por inéditos 20 votos a zero, de tal modo gritante o primarismo do trêfego secretário, nada familiarizado com as coisas de nosso Estado, em razão do pouco tempo de sua presença entre os baianos. Para evitar o fechamento da Casa da Bahia, decidimos recorrer à generosidade do público e dos

associados, além da utilização de recursos de outros convênios para evitar o mal maior da interrupção das atividades de uma instituição de tanto significado para a vida cultural de nosso Estado.

O desmoronamento do teto da Igreja de São Francisco, expressão máxima do barroco quinhentista, foi ocasionada pelo desleixo da Secretaria de Cultura relativamente ao notável patrimônio arquitetônico de nosso Estado, fato que levou o Cardeal Sérgio Rocha a determinar o fechamento de vários templos, para submetê-los aos cuidados que protejam os fiéis da desnecessária tragédia que roubou a vida de uma jovem paulista. Por tudo isso, cresce o número dos que entendem ser nosso dever ingressar em juízo com uma ação penal por improbidade administrativa contra o perverso secretário, como medida de proteção ao patrimônio cultural da Bahia e desestímulo à renovação de tão primária como prejudicial boçalidade gerencial.

Para restaurar a indispensável harmonia entre o IGHB e o Poder Público baiano, espera-se que o Governo do Estado cumpra a decisão do Judiciário, repondo os valores vencidos e normalizando, doravante, as excelentes relações históricas entre os dois entes exponenciais de nossa vida política e cultural.

Ao fim do exercício corrente, quando vence o segundo ano da presente administração, o IGHB registra o cumprimento de densas realizações, sendo a parcela mais extensa proporcionada pela Prefeitura de Salvador, por iniciativa do Prefeito Bruno Reis que, com postura de estadista, tomou a iniciativa de vir em socorro da Casa da Bahia, proporcionando recursos para viabilizar extensa programação cultural, a par do compromisso de prover os recursos com que restaurar componentes fundamentais para preservação da higidez de nossa sede histórica, uma vez que, quando de sua inauguração, em 2 de julho de 1923, foi reconhecida como a maior estrutura em concreto armado

do Nordeste Brasileiro, a mais do compromisso de parceria para viabilizar a digitalização daquela que é a maior hemeroteca do Norte e Nordeste do Brasil, desde fins do século XIX aos dias da atualidade. Registre-se, também, um pequeno convênio, com a própria Secult que ensejou recursos do programa Aldir Blanc para restaurar fotografias, documentos e telas do grande acervo da Casa da Bahia. Tudo isso sem falar em palestras, seminários, lançamentos de livros e outros encontros promovidos ou sediados no auditório Bernardino de Souza. Quase um milagre, tendo em vista a interdição do Panteon Pedro Calmon, ocasionado pelo desabamento de sua cúpula, cuja restauração será custeada pela Prefeitura do Salvador, consoante compromisso público assumido pelo Prefeito Bruno Reis.

Maiores detalhes de nossa extensa programação, iniciada em 23/01/, com a mesa redonda O Pensamento de Russell Kirk, constam do site www.ighb.org.br.

O IGHB sobreviverá aos coveiros disfarçados de promotores da cultura que tencionam destruí-lo ou rebaixá-lo ao nível de sua própria pequenez, para continuar luzindo, no esplendor de sua vocação de depositário da memória da Bahia e do Brasil, sob o céu e o sol, como a amada e vitoriosa Casa da Bahia.

LUTAS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 1822-1824

Luiz Américo Lisboa Junior¹

Resumo

Neste artigo se demonstra as lutas empreendidas durante os períodos que antecederam e se seguiram ao processo de Independência do Brasil, narrando os conflitos ocorridos nas províncias que se mantiveram fiéis às Cortes de Lisboa, além da tentativa de divisão territorial do país resultante da insatisfação de líderes locais inconformados com o centralismo político advindo da Constituição de 1824. Esses confrontos culminaram com a consolidação do movimento emancipacionista que estabeleceu definitivamente as bases do Império brasileiro após o reconhecimento de Portugal à nossa independência.

LUTAS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 1822-1824

O processo de independência do Brasil, como sugerem algumas visões historiográficas, não foi pacífico. Entre a proclamação de D. Pedro I em 7 de setembro de 1822 até o reconhecimento oficial de Portugal em 1825 ocorreu muito derramamento de sangue vitimando brasileiros e portugueses, por outro lado, a consolidação da Independência, baseada num conjunto de fatores políticos, sociais e

¹ Mestre em História e Cultura do Brasil. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

militares, como corroboram algumas visões do período, não se deu na Bahia, esse foi um mito criado que precisa ser desfeito em prol da verdade histórica.

Na Bahia, isso se deve a um nativismo histórico, inclusive de intelectuais do passado e do presente, afirma-se que as lutas ocorridas antes e depois da Proclamação de D. Pedro consolidaram a Independência do Brasil. De fato, a Bahia teve um papel extremamente importante no processo que antecede e se seguiu ao 7 de setembro de 1822, aderindo de imediato à causa emancipacionista, e, portanto, seus heróis devem ser gloriosamente homenageados, não se negando que os fatos ocorridos demonstraram a fibra do povo baiano e daqueles que os ajudaram na sequência dos acontecimentos que culminaram no 2 de julho de 1823.

Em fevereiro de 1822, iniciam-se as hostilidades contra o domínio português, confrontando-se, de um lado, os que queriam a manutenção da colônia, os portugueses, e os baianos, que pregavam o fim da subjugação ao reino de Portugal; em 14 de junho, a Câmara de Santo Amaro aprova uma Declaração de Independência, reconhecendo a autoridade de D. Pedro, contrariando interesses das cortes de Lisboa, provocando reações e um ataque à cidade de Cachoeira pelas tropas portuguesas por esta ter aderido também à causa separatista; a luta se prolongou entre os dias 25 e 28 de junho com vitória dos baianos. Em 8 novembro de 1822, deu-se a batalha de Pirajá, sob a liderança do general francês Pedro Labatut (1776-1849), experiente militar das guerras napoleônicas convocado por D. Pedro I para auxiliar o Exército Pacificador formado por baianos, pernambucanos e cariocas, em confronto com as tropas portuguesas comandadas por Inácio Luís Madeira de Mello (1775-1833), sendo este derrotado, provocando, porém, muitas baixas em ambos os lados. Apesar da derrota, as forças lusas ainda resistiram, confrontando-se na Ilha de

Itaparica entre 7 e 9 de janeiro de 1823, sendo novamente derrotadas pelos brasileiros liderados pelo Tenente João Francisco de Oliveira, o João das Botas, abrindo caminho para a tomada de Salvador, a partir de abril com a chegada de uma esquadra comandada pelo Almirante inglês Thomas Cochrane (1775-1860), cercando e bloqueando o porto da capital baiana, dificultando chegada de reforços e abastecimento das tropas portuguesas, forçando a capitulação de Madeira de Mello e seu contingente de cerca de 4.500 homens embarcados rumo a Portugal, finalizando as lutas pela independência na Bahia em 2 de julho de 1823.

Há de se reconhecer que o bloqueio da cidade do Salvador, imobilizou o exército comandado por Madeira de Mello e a esquadra de José Félix no plano de invadir o Rio de Janeiro. Mas é de justiça reconhecer que a Bahia não ficou sozinha. Valeu, e muito, a solidariedade de Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará – dos muitos sergipanos, alagoanos, paraibanos, potiguaros e cearenses, sem esquecer os fluminenses, paulistas e mineiros, que participaram da guerra pela Independência do Brasil na Bahia (Tavares, 2005, p. 225).



Entrada do Exército Pacificador na Bahia. Tela de Presciliano Silva.

Mas a consolidação da Independência não se deu em terras baianas, nem foram os baianos com seus heróis e mártires que deram a palavra final nesse processo, após a expulsão dos portugueses, para então, consumir nossa separação de Portugal.

Concomitante às lutas travadas na Bahia, no Piauí, cuja capital era Oeiras, a adesão à Independência deu-se na cidade de Parnaíba, cujo estado continuava sob o domínio português liderado pelo Comandante da Ordem Militar de Avis, Major João José da Cunha Fidié (?– 1856).

O Major Fidié chegara a Oeiras em 8 de agosto de 1822, um mês antes da Proclamação da Independência pelo Príncipe D. Pedro. Em Campo Maior, Lourenço Araújo Barbosa liderava a campanha pró independência, o que provocou o envio para esta cidade por Fidié do Destacamento de Marvão para o manter informado.

No Ceará foi declarado D. Pedro, Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil.

Em 19 de outubro de 1822 a Câmara de Parnaíba havia comemorado festivamente a Independência do Brasil.

Em 13 de novembro de 1822 a Junta de Governo em Oeiras decidiu debelar a rebelião em Parnaíba.

O Major Fidié partiu neste dia para Parnaíba, depois de requisitar armas e pólvora e com toda a tropa de Milícias, deixando na capital em Oeiras um capitão e um alferes. (...) Fidié foi até o Senado da Câmara de Parnaíba e exigiu que o povo da Parnaíba renovasse o juramento de fidelidade a Portugal e que em decorrência fosse celebrado um *Te Deum*.

As autoridades portuguesas antes de sua chegada já haviam sido reempossadas pela guarnição de brigue São Miguel.

E Fidié permaneceu dois meses em Parnaíba ordenando diversas providências. Pediu permissão superior para de Parnaíba marchar para o Ceará e dali depois de dominado o Ceará deslocar-se para

a Bahia, procurando operar junção com as tropas do Brigadeiro Madeira de Mello. Pediu permissão para enviar dois dos seus batalhões ao Ceará, mas a Junta de Governo do Piauí negou seu pedido em razão da situação no Piauí se agravar a cada dia.

(Bento, 2009, p. 18-21).

Na primeira semana de março, Fidié acompanhado de “1.100 homens milicianos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, e com 11 canhões e reforçado, deixou Parnaíba” (BENTO, 2009), deslocando-se para Oeiras a fim de restabelecer a ordem na cidade que havia se declarado a favor do Império brasileiro. Na localidade de Campo Maior, em 13 de março de 1823, ocorreu a sangrenta Batalha do Jenipapo, tendo o exército português vencido os brasileiros que estavam sob o comando do Capitão Luís Rodrigues Chaves com um contingente formado por piauienses, cearenses e maranhenses.

Desgastado após a encarniçada derrota imposta aos brasileiros, o Comandante Fidié e suas tropas deslocaram-se para a cidade de Caxias, no Maranhão, permanecendo por três meses, sendo, porém, cercados pelos sertanejos liderados por José Pereira Filgueiras e, finalmente, derrotados em 31 de julho, forçando Fidié a capitular, sendo enviado no dia seguinte de volta a Portugal. Ressalte-se que, durante os combates no sertão, a capital maranhense ainda resistia sob a liderança de alguns oficiais lusos, quando, sob o comando do almirante inglês Thomas Cochrane, o mesmo que havia atuado na Bahia, cercou a cidade, bloqueou seu porto, prendeu militares portugueses e conquistou São Luís em 28 de julho de 1823 para júbilo do povo do Maranhão. Deste modo, as batalhas do Jenipapo, de Caxias, e a tomada de São Luís consolidaram a adesão do Piauí, Ceará e Maranhão à Independência do Brasil.

A batalha do Jenipapo consolidou a independência no Norte e abriu espaço para as operações no Maranhão, cuja ação da esquadra imperial brasileira, no decorrer da manutenção e controle do litoral do Brasil, impediu Portugal de manter pontos de apoio aos seus exércitos que eram de fundamental importância para a manutenção de suas operações militares (Araújo, 2022).



Monumento em homenagem a Batalha do Jenipapo.
Campo Maior, Piauí.

As lutas, porém, não terminaram, no Pará, na altura denominado Grão Pará. As autoridades portuguesas, sob o comando do governador da província, José Maria de Moura (1772-1836), mantinham-se fiéis às Cortes de Lisboa em um movimento separatista. Contudo, sob as ordens de D. Pedro I, foi enviado a Belém, o capitão-tenente inglês John Pascoe Grenfell (1800-1869), que, ao desembarcar, levava consigo um documento comunicando que uma esquadra aportada em Salinas, região litorânea do nordeste paraense, a cerca de 200 km de Belém, estava pronta para bloquear o acesso ao porto de Belém, isolando a capital da província, não restando outra opção aos governo local, senão a sua adesão ao Império, o que ocorreu em 15 de agosto de 1823.

Diga-se que a adesão do Pará não se deu de forma pacífica como esperado pelos oficiais a serviço do Imperador; as tensões permaneciam nas ruas com insatisfações da população resultantes da manutenção de privilégios a cidadãos portugueses, reivindicando, portanto, igualdade de tratamento. Os conflitos iniciados em 15 de outubro se acirraram na noite de 16, após soldados do 2º Regimento de Artilharia de Belém, efetuarem saques contra estabelecimentos portugueses acompanhados por um contingente de civis radicais.

O cônego Baptista Campos que nesta noite esforçou-se quanto lhe foi possível para conter o povo, persuadindo-o pôr fim a dispersar-se, continuou, depois de investido na presidência do governo, a tomar as medidas que lhe pareceram necessárias para restabelecer a ordem e evitar novos excessos. Mas seus esforços não puderam garantir a segurança individual em toda a sua plenitude. A soldadesca e alguns homens de baixa condição, pela maior parte ébrios, cometeram graves atentados contra o sossego público. Quando se retiraram do largo do palácio do governo, na mesma noite de 15, arrombaram a golpes de machado as portas de alguns negociantes portugueses, saqueando o que encontraram nas casas e disparando tiros ao som dos vivas, que davam ao imperador. Apareceram logo a cavalo, para dirigir aquelas massas, o músico Maximiano, o cadete Pedro Seabra e outros indivíduos conhecidos por turbulentos (Raiol, 1865, p. 77).

As manifestações provocaram forte reação de Grenfell que, em meio aos tumultos, determinou o desembarque de tropas dos navios do porto de Belém, prendendo os que aderiram aos distúrbios, resultando no fuzilamento de cinco suspeitos no dia 17 e na prisão no dia 19 de outubro de mais de duzentos e cinquenta revoltosos, levados no dia seguinte pelo primeiro-tenente Joaquim Lúcio de Araújo ao brigue São José Diligente, também conhecido por Brigue Palhaço,

amontoando-os nos porões sem as mínimas condições de ventilação, resultando na morte de todos por asfixia e sede.

Aí, em um dos dias de maior calor neste clima, foram lançados no porão ou em um espaço de trinta palmos de comprimento, vinte de largura e doze de alto, fechando-se as escotilhas e deixando-se apenas aberta uma pequena fresta para entrada do ar. Encerrados assim ou atochados em tão estreito recinto, esses infelizes, que pertenciam a diversos partidos e cores, que convinha extremar, romperam logo em gritos e lamentos, exasperados pelo calor e falta de ar, que experimentavam; e no meio dessa terrível vozeria, ouviram-se algumas ameaças contra a guarnição de bordo, as quais se deviam considerar como impotentes efeitos da desesperação. Pela narração de um dos quatro, que puderam sobreviver à matança, soube-se, que os infelizes presos foram instantaneamente acometidos de violentas dores de cabeça e suor copioso, sobrevindo-lhes uma sede insuportável, e afinal grandes dores de peito. Bradaram diversas vezes por água para saciar a sede, que os devorava, e água do rio, salgada e turva, lhes foi lançada em uma grande tina, que havia no porão; a ela se arrojaram tumultuariamente, bebendo-a com as mãos, com os chapéus, e de bruços, procurando cada um ser o primeiro neste mister, amontoando-se com violência uns sobre os outros, e tudo na maior sofreguidão e desordem. Alguns caíram sem sentidos, logo depois de beberem a água, e a outros exacerbaram-se as dores, os lamentos, os gritos e as vociferações (Ibid., p. 83-84).

Grenfell, contudo, não assumiu a responsabilidade pelas mortes alegando que não havia dado ordens para condução dos detentos. O fato é que, após este episódio, serenaram-se os ânimos durante a inicialmente calma e posteriormente tumultuada adesão do Pará ao Império brasileiro, em mais uma luta travada pela consolidação da nossa Independência.



Adesão do Pará à Independência do Brasil em 1823. Painei na Assembleia Legislativa do Pará.

A paz, no entanto, ainda estava longe de ser conseguida. Em Pernambuco, eclodia a Confederação do Equador, movimento revolucionário separatista republicano ocorrido em 1824. Seus líderes, à frente Manoel de Carvalho Pais de Andrade (1774-1855) e Frei Caneca - Joaquim do Amor Divino Rabelo (1779-1825) organizaram um levante contra a Monarquia inconformados com a centralização do poder outorgada pela Constituição de 1824, e dispuseram-se a conspirar para a formação de um estado republicano, incluindo as províncias de Pernambuco, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Alagoas, não logrando a adesão integral das províncias, exceto por algumas pequenas cidades e vilas. A reação do governo foi enérgica, tendo D. Pedro I enviado uma tropa de 1.200 soldados liderados pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (1785-1853), pai do Duque de Caxias, e uma esquadra comandada por Thomas Cochrane ao porto de Recife para pôr fim à rebelião, massacrando os revoltosos em setembro de 1824, resultando na morte de centenas de combatentes e na prisão e enforcamento de 31 de seus principais líderes, excetuando-se alguns que conseguiram fugir, dentre eles, Pais de Andrade que se refugiou numa fragata inglesa, exilando-se em Londres até 1831.

A investida repressiva das forças imperiais é considerado o ataque mais violento aos revoltosos nos tumultuados anos que se seguiram à

Proclamação da Independência. Apesar do derramamento de sangue, as forças leais ao Imperador conseguiram manter a unidade territorial do país, evitando sua fragmentação.



Cavalaria do Exército Imperial ataca os rebeldes da Confederação do Equador no bairro dos Afogados, Recife. Quadro de Leandro Martins, 1824. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

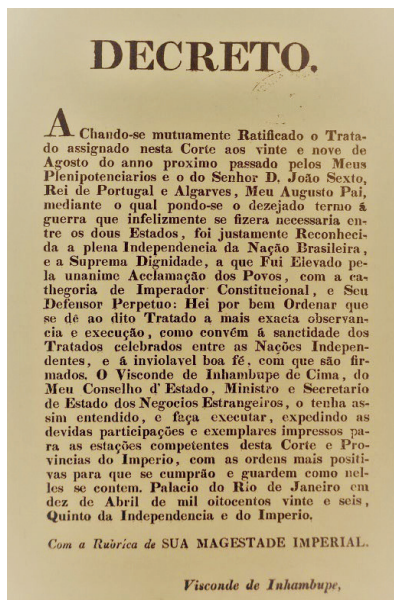
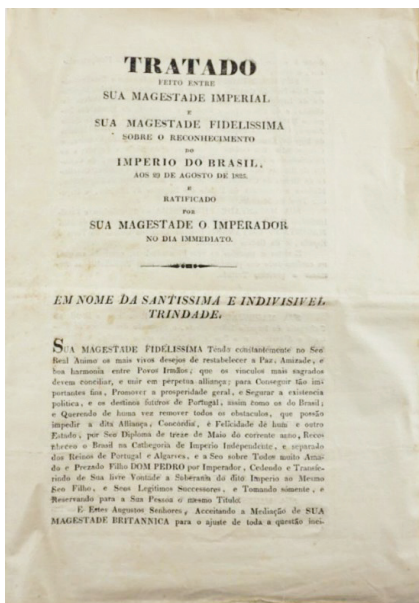
No contexto de conflagrações, ainda tivemos a Guerra da Cisplatina, atual Uruguai, que, antes da sua independência em 1828, pertencia à Coroa portuguesa e se rebelou contra a emancipação do Brasil com suas tropas aquarteladas em Montevideu, resultando no cerco da cidade pelas tropas brasileiras lideradas pelo General Frederico Lecor (1764-1836), abatendo o exército português comandado pelo Governador das Armas, Álvaro da Costa (1789-1835), rendendo-se em 8 de março de 1824. A Cisplatina, portanto, foi o último reduto de resistência em solo brasileiro no contexto de Independência do Brasil.



Imagem do Brasil Império, com a província da Cisplatina destacada no mapa.

As províncias do Norte, Nordeste e do Sul, apesar dos conflitos em que foram protagonistas, tiveram participação decisiva em nosso processo de Independência e na sua consolidação, tendo também seus heróis e mártires, não sendo a Bahia o único estado a protagonizá-lo como sugere segmentos da nossa historiografia.

Por fim, em 29 de agosto de 1825, no Rio de Janeiro, mediado pela Inglaterra, foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Aliança por meio do qual, após pagamentos de indenizações, Portugal reconhece a Independência do Brasil, criando-se, então, as delegações diplomáticas das duas nações, ligadas, pela história, língua, costumes e fraternidade entre seus povos.



Tratado de Reconhecimento do Império do Brasil e Decreto de sua publicação.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cláudio Moreira. *O combate de Jenipapo. Descrição e análise militar e a sua projeção estratégica na Independência do Ceará, Piauí e Maranhão*. Resende (R.J.): Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), 2009.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. Rio de Janeiro, 1946. Brasileira, vol. 246.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos da Província do Pará desde o ano de 1821*

até 1835. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico. 1865.

SANTANA DE ARAÚJO, Johny. O combate que decidiu o futuro do Brasil. A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823. *Cienc. Cult.* vol.74 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2022.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Edufba, 2005.

O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL PELA ÁUSTRIA O NASCIMENTO DE D. PEDRO II O ANO DE 1825 PARA O BRASIL

Gloria Kaiser¹

RESUMO

A partir de setembro de 1822, o Brasil passou a ser uma nação independente. Considerada a região mais importante do Nordeste no Brasil, a Bahia seguiu um caminho próprio rumo à independência. Os baianos, imbuídos de coragem e autoconfiança, lutaram bravamente pela sua independência na Guerra da Independência. Merecem menção especial a heroína Maria Quitéria, Joana Angélica e os inúmeros heróis que, como soldados, expulsaram as tropas portuguesas do território baiano. Finalmente, em 2 de julho de 1823, foi proclamada a independência da Bahia. E, assim, através da luta corajosa e determinada na Bahia de seu povo, a independência de todo o Brasil tornou-se realidade.

¹ Romancista, contista e ensaísta científica, Sócia correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e membro correspondente da Academia de Letras da Bahia.

Para ser reconhecido internacionalmente como uma nação independente, o Brasil carecia do essencial: tanto do reconhecimento de sua independência pela pátria-mãe, Portugal, quanto do reconhecimento internacional. O rei D. João VI de Portugal hesitava. A Inglaterra, por sua vez, exigia novos tratados comerciais, mas D. João VI não tinha condições de atender às exigências inglesas. Ele buscou então aliança e crédito com o Chanceler Metternich da Áustria. Metternich determinou então que Portugal, em primeiro lugar, reconhecesse a independência do Brasil para, em seguida, a Áustria vir a reconhecer essa independência. Assim, após três anos, em 15 de agosto de 1825, D. João VI assinou o decreto reconhecendo a Independência do Brasil. Em 30 de dezembro de 1825, ocorreu em Viena o encontro decisivo entre o Imperador Francisco e o Embaixador Telles de Silva, Visconde de Rezende, momento em que o Imperador assinou o reconhecimento da Independência do Brasil (o documento encontra-se em anexo). A Áustria foi, portanto, o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. As outras nações europeias rapidamente seguiram seu exemplo. Uma obra-prima diplomática fora alcançada – o reconhecimento da Independência do Brasil por meios diplomáticos e pacíficos.

Palavras-chave

Reconhecimento; independência; isolamento; diplomacia; economia.

ABSTRACT

From September 1822 on, Brazil was an independent nation. Bahia, the most important region in the North of Brazil, followed an independent path to independence. In Bahia independence was fought for with great courage and self-confidence in the Guerra da Independência [War of Independence]. The heroine Maria Quitéria should be mentioned, with Joanna Angelica and the innumerable heroes who, as soldiers, drove the Portuguese troops out of the Bahian territory. Finally, on July 2, 1823, the independence of Bahia could be proclaimed. And with that, through the courageous and determined struggle of Bahia, the independence of all Brazil had become experienced reality. In order to be regarded in the

world, internationally, as an independent nation, Brazil lacked something essential: the recognition of independence by the motherland Portugal and international recognition. D. João VI of Portugal hesitated. England came with demands for new commercial treaties. D. João could not fulfill the demands of the Englishmen. He sought for an alliance and solvency with Chancellor Metternich of Austria. Metternich decreed: first Portugal had to recognize the independence of Brazil, then Austria would recognize Brazil's independence. After 3 years, on August 15, 1825 D. Joao VI signed the decree for the recognition of the independence of Brazil. On December 30, 1825 the decisive meeting of Emperor Franz and the ambassador Telles de Silva, Visconde de Rezende [Viscount of Rezende] took place in Vienna, and Emperor Franz signed the recognition of Brazil's independence. The document is enclosed. With that Austria was the first country to recognize the independence of Brazil. In quick succession the other European nations followed. The diplomatic masterpiece had succeeded — the recognition of Brazil's independence in a peaceful, diplomatic way.

Keywords:

Recognition; independence; isolation; diplomacy; economy.

O ANO DE 1825 PARA O BRASIL

Reconhecimento da Independência do Brasil pela Áustria

A Áustria, atualmente um dos Estados-membros da UE (União Europeia), foi o primeiro estado da Europa Continental a reconhecer a Independência do Brasil, em 30 de dezembro de 1825. E, assim, logo em seguida, foram estabelecidas as relações diplomáticas plenas entre o Brasil, agora oficialmente independente, e a Monarquia dos Habsburgos. Os estados sucessores da Monarquia dos Habsburgos com referência as capitais foram: a Hungria, a República Tcheca, a Eslováquia, a Eslovênia e a Croácia.

Brasil Império

Cada século tem sua própria marca. Independentemente de seu espírito pioneiro ou conservador, cada século desenvolve e desenvolveu novas formas de pensar. O século XIX ficou conhecido como o século da ciência. As ciências foram forçadas para fora dos espaços de estudos para explicar o mundo, trabalhar em favor do desenvolvimento da humanidade. Após a Revolução Francesa, o desenvolvimento político na Europa em muitos casos desencadeou o fim das monarquias. Os países aspiravam autonomia e valores republicanos. E neste quesito, em seu desenvolvimento político, o Brasil foi uma exceção, pois, no século XIX, o Brasil teve três imperadores.

Em 1808, D. João VI (sexto) transferiu a Corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro (por causa de Napoleão). Ao longo de treze anos o império português foi regido a partir do Rio de Janeiro.

Em 1821, D. João voltou para a Europa e começou a executar as suas funções oficiais como Rei de Portugal a partir de Lisboa.

Em 1822, seguiu-se D. Pedro I com D. Leopoldina. Durante o seu reinado e através de ações decisivas de D. Leopoldina, o Brasil conquistou a sua independência de Portugal. Em 1840, (após o governo provisório), veio D. Pedro II, o terceiro imperador do Brasil no século XIX.

O ano de 1825 foi um ano importante para o Brasil, marcado pelo reconhecimento da sua independência (por Portugal, sua metrópole, e pela Áustria e internacional) e pelo nascimento de D. Pedro II.

O reconhecimento da independência – uma proeza diplomática

O Brasil também foi uma exceção quanto ao reconhecimento da sua independência pela metrópole, Portugal, pois, diferentemente dos outros países coloniais da América Latina, o mesmo deu-se pelas vias diplomáticas, (mais ou menos) sem revoltas, sem revolução. Esta foi uma proeza diplomática do Chanceler Príncipe Metternich (Áustria), de D. Leopoldina e sua incansável correspondência e, evidentemente, de D. João VI de Portugal.

Em 1825 pois, o Brasil recebeu o status legítimo de ‘Brasil Império’.

O ano de 1825 trazia para o Brasil uma coisa importante mais – um herdeiro másculo

Para assegurar a linha de sucessão na dinastia do império brasileiro faltava ainda um herdeiro. O nascimento de um herdeiro também constava da lista dos compromissos a serem cumpridos pela filha de Habsburgo, D. Leopoldina. E ela cumpriu o seu dever na Quinta da Boa Vista no dia 2 de dezembro de 1825 dando à luz um menino, Pedro II, após ter tido quatro filhas. Esta criança preencheu todas as expectativas, e assim, o jovem império provava ter um regente gerado e nascido no Brasil. (D. Pedro de Alcântara, João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga)

PEDRO II – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Quando Pedrinho tinha um ano de idade, em dezembro de 1826, sua mãe, D. Leopoldina, veio a falecer. Quando tinha quatro anos, entraram na sua vida na Quinta da Boa Vista, a sua madrasta D.

Amélia de Leuchtenberg-Beauharnais e José Bonifácio de Andrada, seu educador e tutor (responsável legal). D. Leopoldina, nos seus últimos dias de vida, solicitou que fossem anotados os seus princípios básicos de educação para o seu filho, e deu a José Bonifácio a missão de assumir a educação do menino

... que ele (Pedrinho) receba amor e rigor na mesma medida, que lhe sejam inculcados a minha aversão contra tudo o que tem a ver com guerra, com destruição, que ele sempre tenha certeza de que os direitos de todas as pessoas são iguais, e que encontre a sua felicidade pessoal nas ciências...

Outra ideia inculcada na memória e na alma de Pedro para disciplinar o seu comportamento, foi: “Mais dignidade”. E realmente, todos os anos da vida de Pedro transcorreram plenos de disciplina e dignidade.

MAIS DIGNIDADE

Este conceito básico de educação de Pedro tornou-se um para-vento que resguardava a sua alma. Contemplando a sua vida, talvez lhe tenham faltado as grandes turbulências, os gestos movidos por desespero ou paixão. Pedro só falava sobre as suas ideias e concepções para um Brasil novo e moderno com as pessoas mais próximas do seu círculo. Dificilmente, alguém pode imaginar ao lançar um olhar rápido sobre o seu currículo, que a vida de compromissos de Pedro II era ancorada em um tipo de plano diretor (ou plano de vida, *master plan*). Este plano de vida, porém, existia, pelo menos, ele o assimilou e fundiu-se com o mesmo. Pedro queria realizar três coisas para o Brasil: Progresso, paz e a abolição da escravidão sem revolução e sem derramamento de sangue.

Os educadores de Pedro II criaram uma agenda para ele com o seguinte objetivo: “Com Pedro II no poder, o Brasil terá um imperador pelo qual o mundo invejará o Brasil!”

A MÁQUINA DE DAGUERRE

Ao completar dez anos de idade, Pedro recebeu a tarefa de passar as horas do anoitecer lendo jornais. Jornais do Brasil, da Europa, da Argentina, de Nova Iorque, da Filadélfia. Foi quando Pedro leu (1838) em um jornal da França, que uma arqueóloga chamada Desirée Carnay havia partido juntamente com uma equipe de pesquisadores para o Egito para conduzir pesquisas usando um novo daguerreótipo. Com o daguerreótipo finalmente seria possível captar os achados arqueológicos com maior precisão, decodificar caracteres e desenhos tão detalhadamente que nem o melhor desenhista conseguiria fazer. Com a máquina de Daguerre (uma máquina fotográfica) seriam abertas novas portas do conhecimento na arqueologia – uma sensação científica!

A fotografia significava uma nova ferramenta (meio). Pedro ficou fascinado.

O que a fotografia revelava não era influenciado pelo pensamento humano, pois a própria natureza se comunicava com o ser humano através da câmera, em uma outra linguagem, sem ser da forma que o ser humano **quer ver** o mundo, e sim, tratava-se de autorretratos do mundo, imagens de situações, de fenômenos naturais captados pela fotografia. Um aparelho deste tipo era o que Pedro queria ter e aprender a usar. Pedro viu-se tomado por uma avalanche de entusiasmo. Fotografias são informações, elas captam e nos mostram o que há de bom, nos apontam o que precisa ser melhorado. Com esta nova sensação técnica poder-se-ia planejar um novo Brasil rapidamente e projetá-lo na direção do progresso.

Direcionar o Brasil para o progresso!

Pedro fora tomado pelo primeiro entusiasmo de progresso aos catorze anos de idade.

Em janeiro de 1840, aos quinze anos de idade, Pedro comprou o seu primeiro daguerreótipo. Ele foi o primeiro brasileiro a comprar uma máquina fotográfica.

Assim ele se tornou um entusiasta de novidades técnicas, de novas tecnologias. O daguerreótipo desencadeou nele um ímpeto insaciável por progresso para o Brasil. Constantemente ele se perguntava porque isto ou aquilo, sobre o que havia lido, ainda não existia no Brasil.

A sua vida de compromissos, a vida que se esperava que ele cumprisse, continuava transcorrendo normalmente. No dia 23 de julho de 1840, aos quinze anos, Pedro fez o juramento de cumprimento da constituição perante a Assembleia Geral:

Juro manter indivisos e intactos a religião católica e o Império, respeitar, apoiar e defender a constituição da nação brasileira, e sempre agir para o bem do Brasil – na medida que estiver ao meu alcance.

E foi isto que ele fez durante todos os anos com boa vontade e consciência.

IMPULSIONAR O BRASIL PARA FRENTE – A EUROPA ERA O MODELO, O BRASIL O PROJETO.

Esta ideia acompanhou Pedro durante 25 anos, de 1840 a 1865. Durante 25 anos o Brasil experimentou uma onda de progresso. Em pouco tempo surgiram no Rio de Janeiro água encanada, a rede de esgotos e a ferrovia movida a cavalos. Os navios a vapor substituíam

os veleiros, e da Inglaterra chegavam cartógrafos que começavam a mapear o país e a prepará-lo para a construção de ferrovias. Em pouco tempo aumentou a correspondência do jovem e culto Imperador com a casa financeira Rothschild que lhe concedeu créditos generosos. Foram construídos hospitais no Rio, em Salvador, em São Paulo, em Belo Horizonte; e em poucos anos o número de escolas primárias foi multiplicado (vinte vezes); foi criado o Fundo de Emancipação de Escravos; e a imprensa livre foi assegurada em lei. Foram construídas estradas baseadas na nova cartografia e os novos mapas passaram a figurar nas paredes das repartições públicas. Foi introduzida a telegrafia – “esta tecnologia que vem como um milagre para um país de grandes dimensões e quase nos faz esquecer das dificuldades e dos atrasos dos serviços dos correios”. Tudo isso em nome do “progresso para o Brasil”, para impulsionar o Brasil para frente..

Pedro passava muito tempo em escolas e universidades, muitas vezes presenciando inclusive as suas avaliações. Para onde ia, levava livros consigo. “Se eu não fosse Imperador, eu teria sido professor ou bibliotecário”, costumava dizer. Pedro incentivou estudantes a irem estudar na Europa, ofereceu bolsas de estudos, enviou uma expedição científica nacional para o Amazonas, manteve-se em contato com o dinamarquês Peter Lund e com o belga Luis Cruls (astrônomo), financiou estudos etnográficos e linguísticos sobre os povos indígenas do Brasil, e mandou reflorestar a Floresta da Tijuca que havia sido derrubada sucessivas vezes para o plantio de café.

Viajou também para o sul, para Joinville, para conhecer Robert Lallemand, um médico sobre o qual já havia lido nos jornais. E admitiu abertamente: “Então o senhor é especializado em doenças tropicais. Eu não sabia da existência dessa especialidade.” Lallemand recebeu de Pedro o encargo de realizar uma missão de pesquisa na região

amazônica. Assim, Lallemant tornou-se o fundador da medicina tropical no Brasil.

Pedro queria também que o mundo, principalmente a Europa, reconhecessem os avanços do desenvolvimento do Brasil; queria ver o Brasil representado em exposições e feiras, nas Festas do Trabalho, nas vitrines do progresso, para dar visibilidade ao desenvolvimento do Brasil no mundo.

APROXIMAR O BRASIL DA EUROPA, IMPULSIONAR O BRASIL PARA FRENTE

Em 1876, o Brasil também foi representado na Feira Mundial da Filadélfia. Foi lá que Pedro se encontrou com Graham Bell, tornando-se o seu primeiro cliente e trazendo na própria bagagem um aparelho telefônico (telefone) para Petrópolis. Mas a fotografia continuava a ser a sua paixão. No fim da sua vida, D. Pedro doou 25 mil fotos à Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. As outras paixões de Pedro eram a comunicação (o telégrafo e o telefone) e a infraestrutura de transportes, incluindo naturalmente a construção de ferrovias. “Quando será que veremos a fumaça do primeiro trem entre o Rio de Janeiro e a Bahia, e para o interior do estado?”

No entanto, não havia meios financeiros para a continuação do projeto ferroviário. Em 1865, o Visconde de Mauá trouxe da Inglaterra a mensagem de que o empréstimo para a construção da ferrovia no Brasil só seria liberado, se se acabasse com a escravidão (Mauá havia criado no Rio a ferrovia movida a cavalos).

A ABOLIÇÃO

Apesar de todo o seu desejo de progresso, a onipresença da escravidão era o maior problema a ser resolvido. Os escravos, a escravidão, eram a antítese do progresso. D. Pedro tinha um plano de abolição que ele queria implementar: Primeiramente seria o ventre livre, depois os maiores de 65 anos, e finalmente todos os escravos. E o objetivo seria obrigatoriamente que estas etapas fossem executadas sem derramamento de sangue. Ele sabia que para os liberais o plano da abolição era muito lento, que eles queriam ver a abolição no Brasil fosse anunciada com um gesto de impacto – e que todo o mundo ficasse logo sabendo, abrindo caminho para a proclamação da república. Já os conservadores, por exemplo, os fazendeiros, não queriam mudar a organização do trabalho nas suas fazendas de forma abrupta, e queriam, sim, ser generosamente recompensados por passar a garantir a segurança alimentar dos brasileiros sem o auxílio dos escravos. O mais importante para Pedro era encontrar um caminho pacífico para a abolição.

A GUERRA DO PARAGUAI

Em novembro de 1864, o ditador Francisco Solano Lopez atacou com os seus soldados. Ele ordenou a tomada do vapor brasileiro ‘Marquês de Olinda’ que navegava no rio Paraguai, e o sequestro do capitão e da sua tripulação. Eles foram torturados e alguns morreram. Foram principalmente dois fatores que deram origem a esta terrível guerra: a economia. O Paraguai não tinha saída para o mar. Não ter um porto com acesso direto ao oceano Atlântico significava que o seu comércio incorria altos custos de transporte, e o comércio não tinha como florescer. E uma questão pessoal. O objetivo maior de Lopez era tornar-se o Napoleão da América Latina. Sua companheira,

Irin Eliza Lynch, vivia incitando esta sua ambição. Para tornar-se o Imperador da América Latina, Lopez precisaria casar-se com uma das filhas da Casa de Bragança e ter um herdeiro real. Da mesma forma como Napoleão adquirira a nobreza através do casamento com Marie-Louise de Habsburgo, e do seu filho (o Duque de Reichstadt), assim também Francisco Lopez desejava fazer.

Assim sendo, Francisco Lopez pediu em casamento a mão da caçulinha Leopoldina, a filha mais jovem de Pedro e de Teresa Cristina.

Pedro não respondeu ao pedido de Lopez. Para Lopez, a falta de resposta foi considerada uma afronta inimaginável. A guerra entre o Paraguai e o Brasil teve início em novembro de 1864.

Pedro esteve duas vezes com os soldados (em junho de 1865 em Uruguiana, e em setembro de 1868 em Tuiuti) e escreveu (para Margarida Barral, amiga da família):

[...] é terrível, eu vi mutilações, corpos mortos, e não tenho palavras para descrever o estado de espírito dos soldados... eles já não acreditam mais que ainda haja um caminho de volta. E eu também estou mudando. Como era agradável manter-me afastado da realidade no mundo dos livros, manter correspondência com cientistas de todo o mundo. Eu sei dizer a palavra “paz” em todas as línguas europeias. Paz – é a palavra mais importante que deve ser ensinada nas escolas [...].

Cinco anos mais tarde, no dia 1º de março de 1870, Francisco Solano Lopez e seu filho Pancho foram mortos (por soldados brasileiros). A guerra contra o Paraguai estava terminada. O Paraguai estava destruído.

O período entre 1870 e 1888

Os cinco anos de guerra privaram Pedro do mundo em que ele gostava de viver, o mundo das discussões, dos livros, de tudo o que era teórico e colorido. Durante estes cinco anos da Guerra do Paraguai, ele conheceu o outro lado da vida, o lado do sofrimento, e da dor de causar sofrimento.

“Agora falam de mim que aos quarenta e cinco anos já estou velho, e eles têm razão”, disse ele sobre si mesmo em 1870.

Na sua vida familiar tudo estava em ordem. Mesmo tendo tido momentos de dor. Dois filhos morreram ainda pequenos, Afonso Leopoldo (1847) e Pedro (1850).

Mais dignidade...

Suas duas filhas, Isabel (nascida em 1846) e a caçula Leopoldina, Poldinha (nascida em 1847) eram pura alegria. Sua filha Isabel foi declarada maior de idade em julho de 1860, por ocasião do seu décimo quarto aniversário. Ela agora era regente, equipada de todos os poderes caso tivesse que exercer a função. Em 1864, ela casou-se com o seu amado Gastão d’Orléans, o Conde D’Eu, e a caçula Leopoldina vivia em Viena casada com o Duque Augusto de Saxe-Coburgo.

Pedro II teve um casamento estável coma sua esposa Teresa Cristina. Teresa Cristina cantava maravilhosamente bem, sua voz de soprano continha nuances sicilianos; só que infelizmente ela era um pouco manca, por isso sempre evitava dançar com Pedro.

A vida familiar de Pedro era harmoniosa.

Com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, Pedro queria viajar, queria finalmente ver e vivenciar a Europa. Entretanto, ao mesmo tempo um problema maior exigia solução: a abolição.

Nas reuniões do Conselho de Estado, assim como também quando falava com jornalistas, Pedro dizia repetidamente:

Ninguém mais do que eu quer a abolição! A questão da escravatura me aflige como uma vergonha enorme. Declaro o meu claro apoio à abolição da escravatura! Mas que se dê sem violência, sem revolução! Tem que haver uma outra maneira, porque uma guerra como a que houve na América do Norte não poderá acontecer aqui, não há mais espaço para a guerra.

Os ministros e assessores mais próximos sabiam de seu plano para a abolição, e comentavam entre si: “Por que será ele quer aguardar mais tempo? Será que ele está hesitando? Será que ele se sente como Sísifo? Será que ele percebe a abolição como uma tarefa para a qual já não se encontra mais à altura, sempre de novo ajustando a pedra para cima com a certeza de que ela rolará para baixo novamente – e considera que negociar tanto com os conservadores quanto com os liberais seja um desperdício?”

Na mesma medida em que a implementação da abolição vacilava, ela ficou refletida na literatura. Castro Alves, o jovem e genial poeta baiano, escreveu “O Navio Negreiro”:

Deus dos abandonados e dos aflitos, é pois verdade que tanta miséria pode existir diante de ti? São mulheres do infortúnio. Elas vêm de longe, carregando correntes, carregando crianças, e as suas almas estão cheias de lágrimas e amarguras [...].

Ninguém podia escapar dessa mensagem, desse clamor.

Pedro insistiu para que a primeira etapa, a Lei do Ventre Livre, fosse finalmente assinada em 1871, no ano seguinte ao fim da Guerra do Paraguai.

O ano de 1871

O ano de 1871 marcou profundamente a vida de Pedro: em fevereiro, a filha Poldinha, a caçula, faleceu de difteria em Viena deixando quatro menininhos órfãos de mãe.

Pedro II ficou paralisado por alguns dias, sem conseguir reagir, mas não deixou de continuar a desempenhar mecanicamente as suas obrigações administrativas.

Não fala nada – Mais dignidade.

Passados três dias, Pedro participou da reunião do Conselho de Estado e informou aos ministros e funcionários

[...] eu irei fazer uma viagem longa, e D. Teresa Cristina irá comigo. Nossa filha, Isabel, ficará encarregada dos negócios de governo, na ordem habitual.

Nem mais uma palavra, ou explicação.

Pedro tinha 46 anos e a sua barba havia ficado completamente branca em poucos dias. Para Margarida Barral ele escreveu:

Está tudo em ordem. Isabel está informada sobre todos os próximos passos políticos. Nós queremos visitar os nossos netos em Viena.

E outrem a carta para a filha Isabel:

[...] querida filha, não cultive amizades frívolas ou fáceis, pois só assim se consegue manter reduzido o número dos seus favoritos [...].

Então, chegou a hora da partida.

As viagens

De 1871 a 1888, D. Pedro empreendeu três viagens longas. Em 1871 foi a primeira viagem à Europa, ainda perseguindo inteiramente o seu grande objetivo de aproximar o Brasil da Europa em tecnologia, nas ciências e nas artes.

Em 1875, a segunda viagem, foi para os Estados Unidos, para a Europa e para o Oriente Médio.

É provável que nesta viagem ele pretendeu retratar o Brasil como uma nação cosmopolita, ou seja, mudar e corrigir a imagem do Brasil, a imagem de uma nação supostamente atrasada.

Em 1888 foi a terceira viagem à Europa. Esta viagem, poder-se-ia dizer de forma dura, teve quase que um caráter de fuga. Para evitar incidentes na implementação da última etapa da abolição, sua filha Isabel, a Regente na sua ausência, tinha ordens para assinar a lei da abolição da escravatura. E foi o que aconteceu em 13 de maio de 1888.

Maior de 1871, a Primeira Viagem

O roteiro da primeira viagem levou Pedro de Portugal (Lisboa, encontro com D. Amélia) à Espanha e atravessando os Pireneus até a França. Em Paris ele visitou Victor Hugo. Queria conhecer pessoalmente o autor de *Os Miseráveis*.

Em Paris, ele conheceu também Louis Pasteur com quem já se correspondia:

D. Pedro, quando vier a Paris, venha visitar o meu laboratório. E pode me mandar estudantes, nós já estamos conseguindo combater algumas epidemias, como a peste e a cólera.

Pasteur contou-lhe sobre a transformação dos processos de decomposição através do calor. Em 1888 foi inaugurado o Instituto Pasteur no Rio, com a presença de Pasteur em pessoa.

Em seguida, ele seguiu para Londres, onde se encontrou com suas irmãs Januária e Mana Chica, e naturalmente conheceu também a Rainha Vitória. Diz-se que ela teria lhe dito que ele deveria vestir-se melhor e não vestir sempre a mesma sobrecasaca preta.

Os jornais noticiavam sobre o estranho velho do Brasil, que sempre andava com um guarda-chuva e bolsa de couro surrada.

Seria este o Imperador do Brasil, que com sua barba branca vive percorrendo estaleiros, siderúrgicas e escolas de engenharia, e que está constantemente fazendo anotações e desenhos, e fotografando tudo?

Os embaixadores escreviam em seus relatórios:

O ritmo da viagem de D. Pedro é surpreendente. Ele não deixa de ir a um único instituto científico e nunca se cansa. Está sempre focado no Brasil e no seu futuro desenvolvimento, tentando encontrar soluções para tudo o que falta no Brasil em termos de ciência e tecnologia [...].

No final de setembro de 1871 chegou do Rio a tão aguardada mensagem telegráfica: Isabel havia assinado a Lei do Ventre Livre. “Que notícia boa e reconfortante”, comentou Pedro.

A viagem seguiu para Bruxelas, Hamburgo, Potsdam e Berlim. Em Berlim, ele pediu uma cópia dos desenhos de instalação do correio por tubos pneumáticos. E em todos os lugares ele visitava escolas, teatros e institutos científicos.

Finalmente chegaram a Coburgo, onde o ritmo da viagem desacelerou. Foram visitar o túmulo de Poldinha. Nascida no Rio de Janeiro e falecida em Viena aos 24 anos – nem mais uma palavra sobre ela. O seu genro Augusto de Saxe-Coburgo juntou-se ao grupo em viagem. Os quatro meninos, de um a cinco anos, foram distribuídos conforme a vontade de Poldinha. Augusto e Leopoldo, os dois mais velhos, vieram conosco para o Brasil, e os dois menores ficaram com o pai Augusto.

Finalmente chegaram em Viena.

A visita aos seus parentes naquela cidade onde sua adorada mãe D. Leopoldina crescera.

O programa da sua visita a Viena foi perfeito. Incluiu a coleção de minerais, a biblioteca e o museu de arte Albertina, assistiu a ‘Don Carlos’ no Hofburgtheater (o Teatro da Corte), e um jantar em família no Palácio de Schönbrunn. Com isso a sua visita oficial à família estava encerrada, e ele queria muito conhecer o sistema de controle de enchentes do rio Danúbio (no parque público Prater). Lá ele pediu que os engenheiros lhe explicassem como funcionavam as bacias de retenção e os canais de regulação, e novamente pediu uma cópia dos desenhos do projeto. Entretanto, Pedro atrapalhou o programa da visita porque queria ver e vivenciar o “milagre da luz na cidade de Steyr”, a iluminação pública movida a eletricidade hidroelétrica. Ele queria também viajar de Viena para Trieste pela ferrovia Semmering, sobre cuja arquitetura industrial ele já havia lido muito.

Sabemos hoje em dia que ele ficou tão impressionado com esta ferrovia nas montanhas que decidiu construir uma ferrovia semelhante no Brasil. A Estrada de Ferro Paranaguá - Curitiba, construída pelos engenheiros André e Antonio Rebouças, foi concluída em 1885.

A viagem seguiu para Veneza, Milão, Nápoles e Roma.

Pedro foi recebido pelo Papa Pio IX. Ambos se mostraram muito educados um com o outro, mas permaneceram inflexíveis quanto à questão da maçonaria, por se tratarem de escolas de pensamento incompatíveis. O Vaticano levou Pedro a conhecer a Via Mamorata. O secretário de estado Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos) havia lhe aconselhado: “Estando em Roma, visite duas pessoas: o Papa e a Princesa Sayn-Wittgenstein”. Pedro encontrou a princesa Caroline, confidente de Franz Liszt, acomodada entre almofadas de seda, samovares e livros. Ela lhe contou sobre sua terra natal, a Ucrânia, sobre ter cavalgado pelos pântanos. Caroline Ivanovska, filha do homem mais rico da Ucrânia, casara-se com o príncipe Sayn-Wittgenstein, depois veio Liszt. “O Liszt é hipnotizante!” Ela e sua filha seguiram o gênio musical até Weimar e depois para Roma.

“Ela é realmente uma mulher de enorme carisma: é de se invejar Liszt,” Pedro escrevia à Margarida Barral.

Em Nápoles eles embarcaram em um navio com destino ao Egito, Pedro queria conhecer Alexandria e Cairo. Esta visita foi uma primeira introdução fugaz ao Egito. Pedro decidiu que voltaria dentro de alguns anos trazendo o seu equipamento de arqueólogo. Pretendia fazer trabalho de campo, por algumas semanas pelo menos, e na primeira visita a Micenas, ele ficou conhecendo Heinrich Schliemann. Os dois trocaram endereços, se corresponderam e em pouco tempo tornaram-se intelectualmente muito próximos.

Depois voltou novamente para Paris.

Era janeiro de 1872 e nevava há dias sem parar. Pedro arrastou-se aos museus, a concertos, e misturou-se a estudantes em aulas de filosofia da Sorbonne.

O professor iniciou a sua aula com as seguintes palavras:

O tema da aula de hoje é: Por quanto tempo a opressão e o fato de ser oprimido afetam o comportamento das pessoas. Ainda existe um imperador que tem a coragem de tolerar escravos. Este homem finge ser interessado em arte e ser sábio. Ele está aqui na Europa, na França, em Paris, e ele está sentado aqui, entre nós!

Pedro levantou-se, e passou uma manhã inteira respondendo às perguntas dos estudantes sobre a gradual abolição dos escravos no Brasil. Pedro repetiu o que sempre dizia no Conselho de Estado:

Nunca deixarei de mencionar que a única e mais importante coisa da minha função – é a abolição, a abolição definitiva da escravatura. Mas ela deve ocorrer sem derramamento de sangue, sem revolução.

E escreveu para Margarida Barral: “Será que eu convenci os estudantes? Duvido. É bem cansativo responder a críticas.”

No final de fevereiro de 1872 Pedro estava de volta no Rio. Reajustar-se às responsabilidades da vida cotidiana exigiu esforço porque havia muitos assuntos não resolvidos ou adiados em muitas áreas. Na questão mais importante, a abolição, Isabel tinha feito pouco progresso.

Tanto os liberais quanto os conservadores queriam aproveitar este momento para ingressar nos livros de história com um grande feito, para tanto diversos projetos haviam sido bloqueados e adiados. A construção de hospitais e de escolas há muito tempo planejados também havia sido adiada, e foram descobertos casos de corrupção. Com frequência Pedro saía da sala de reuniões de tanto nojo que sentia.

Pedro tinha 47 anos e precisou de todas as suas forças para retomar o seu caminho. Impulsionar o Brasil para a frente, aproximar o Brasil da Europa: O Brasil é o projeto, a Europa, o modelo.

Os médicos de Pedro ficaram horrorizados quando diagnosticaram os seus primeiros surtos de herpes zoster e diabetes. E Pedro tomou nota do fato:

Dieta e duchas frias, vou me ater a isto. A dor física só nos assusta enquanto não é diagnosticada. Depois que o fator desconhecido desaparece, a dor se torna parte de você. Como a dor física pesa pouco em relação à angústia mental e angústias da alma – mais dignidade.

Em outubro de 1875 nasceu Pedro Luiz, o primeiro filho de Isabel e Gaston.

Os jornalistas fiéis à monarquia escreviam: “Todos os brasileiros felicitam a chegada desta criança.” Já os liberais próximos dos militares questionavam zombando: “Quão brasileira é esta criança: o avô é meio austríaco, o pai é francês, e em breve serão contratados professores e educadores do Velho Mundo....”

Novembro de 1875, A Segunda Viagem

A sua segunda viagem desencadeara nele uma nova motivação para viajar: aproximar a imagem do Brasil da realidade; transmitir a ideia do Brasil como um estado, apresentá-lo como uma nação com a capacidade de se conectar com os conhecimentos mais recentes do mundo nas áreas técnicas, científicas e artísticas. Após a primeira viagem Pedro sentiu-se chamado para cumprir esta tarefa.

A primeira parada, em novembro de 1875, foi em Nova York. Pedro foi o primeiro monarca regente a visitar os Estados Unidos. Os americanos não sabiam como lidar com um monarca, e este agia como um presidente de férias.

Como de costume, Pedro não se importava com as cerimônias (formalidades, convenções), ele sempre tinha pressa.

Nova York foi uma experiência fascinante, foi lá a primeira vez que Pedro andou de elevador; e em todos os lugares ele viu o milagre luminoso da eletricidade. Ele esteve em Boston, onde procurou por Graham Bell na escola para surdos e mudos, mas não o encontrou, seguindo então diretamente para a Filadélfia, para a Feira Mundial, por ocasião do centenário da independência. E lá ele ficou conhecendo o jovem que havia desenvolvido um aparelho (Pedro já tinha lido sobre isso nos jornais) que conseguia converter vibrações sonoras em vibrações de corrente eléctrica e, depois de transmitidas por cabos, reconvertê-las em vibrações sonoras audíveis.

“Será possível usá-lo para cobrir longas distâncias, de casa em casa, até mesmo de cidade em cidade”, explicou Bell timidamente, ajudando Pedro a desenhar os diagramas dos circuitos.

Telefones! As primeiras conexões telefônicas logo surgiram no Rio de Janeiro. Há um telefone em Petrópolis dado a Pedro pelo próprio Graham Bell e que supostamente funciona até hoje.

Da Filadélfia ele viajou de trem para São Francisco, depois para Saint Louis e Cincinnati, para Nova Orleães e de volta para Nova York.

De Nova York, Pedro voltou para a Europa. Foi novamente para a França e, via Alemanha, para São Petersburgo, depois para o sul, para a Itália, Pompeia, e por fim, de navio, para Constantinopla e Jerusalém. Ele visitou novamente a Síria, o Líbano e o Egito, onde finalmente conseguiu uma base de campo por algumas semanas para cavar e prospectar, e depois foi à Grécia, a Micenas, onde se encontrou novamente com Heinrich Schliemann:

Ontem as minhas escavações foram visitadas pelo Imperador D. Pedro II. Ele chegou às 5 horas da manhã, foi até a Acrópole, e depois inspecionou as minhas escavações com muita atenção [...].

Em 1877 a viagem de Pedro já estava entrando no seu segundo ano. Ele cumprira o seu plano, vira e vivenciara coisas sobre as quais havia lido durante anos, mostrara ao mundo a imagem do povo brasileiro, “e que o imperador brasileiro é um cientista”.

Em setembro de 1877 Pedro estava de volta no Rio de Janeiro. O clima político tinha aquecido, manifestações varriam a cidade, houve ameaças de proclamações de repúblicas independentes nas províncias (regiões) do norte e houve confusão nas ruas quando os fazendeiros tentaram cobrar passagens pelo uso da ferrovia movida a cavalos. Os militares queriam acabar com as manifestações usando as forças armadas, e reagiram implacavelmente quando Pedro não os procurou em busca de ajuda: “Fomos bons o suficiente contra Lopez”.

Quanto ao assunto da abolição, Isabel não tinha conseguido progredir nada.

“O Povo Novo”

Pedro precisou reconhecer que agora, 40 anos depois de ter tido declarada a sua maioridade, uma “nova geração” tentava assumir posições decisivas. “O povo novo” apoiava a república e lutava pela autodeterminação. Eles só conheciam este Senhor idoso, de barba branca, que governava tranquilamente, que esperava tolerância e também ordenava tolerância, que até descrevia a liberdade de imprensa como o corretivo mais importante, mesmo tendo sido agredido e caricaturado nos jornais, sentado numa poltrona, dormindo, com um livro e uma espada caídos no chão.

E ainda assim, inesperadamente para os jovens, ele demonstrou reações que tinham o esplendor da monarquia que o velho encarnava: coragem, autoconfiança, e firmeza.

Em 1882, começaram a chegar notícias perturbadoras da Argentina, faziam-se ameaças; falava-se na imprensa de uma guerra iminente. Pedro convidou o embaixador argentino para um banquete, para uma reunião diplomática em um ambiente agradável e acompanhada de música.

Falaram sobre a conturbada América, e de como ela iria evoluir. E Pedro falou ao embaixador argentino:

Ninguém pode prever o futuro. Hoje o Brasil é um império. Amanhã poderá ser uma república. O Brasil tem o sistema federal, os estados são federados, amanhã poderá ser uma unidade. Mas o mais importante é a paz. Leve minha promessa ao seu país – enquanto eu governar, eu, o Brasil, não entrarei (entrará) em nenhuma guerra. É necessário proteger o nosso continente, e nós vamos protegê-lo.

Com esta conversa, a tempestade política acabou. D. Pedro foi celebrado como um mensageiro da paz (anjo de paz).

Este clima alegre, porém, durou pouco, protestos e manifestações se repetiram e ficaram mais agressivos: abolição, autodeterminação, e república, eram as reivindicações dos jovens de ambos os partidos. Tanto os liberais quanto os conservadores apelavam aos mesmos três pilares de uma nova política e criticavam duramente: “E ele nos adverte e exige tolerância!”

O assunto da abolição estava estagnado, embora a Lei dos Sexagenários tivesse sido ratificada em 1885.

Teria a questão da abolição sido realmente apenas uma questão de vaidades dos partidos? Se ele, o velho, não conseguisse abolir a escravidão, brasileiros em breve estariam atirando contra brasileiros?

Talvez a sua partida acelerasse o progresso da abolição. Se ele partisse, talvez Isabel pudesse circular com mais liberdade na questão da abolição, sem ser sob o olhar paterno.

Outubro de 1887, A Terceira Viagem – A Abolição

Para ser franco, esta terceira viagem pode ser descrita como uma fuga.

Pedro mais uma vez viajou para a França, a Itália e a Alemanha, e passou algumas semanas em Baden-Baden. No trem para Turim, ele conheceu Friedrich Nietzsche e ficou muito impressionado com ele.

Como de costume, Pedro lia jornais e, todos os dias, aguardava a chegada de informações telegráficas do Rio. O inverno europeu minava as suas forças, e ele teve novas crises dolorosas de herpes zoster. Tentava não dar atenção à dor e viajou em direção ao sul.

Em Milão, ele teve que ficar acamado no hotel, a dor e uma fraqueza geral o mantiveram na cama.

Um telegrama foi enviado ao Rio informando que Sua Majestade estava gravemente doente, e se falava em coma.

E Pedro perguntava insistentemente: “Chegou alguma notícia do Rio?” O seu médico balançava a cabeça, o que Pedro estaria esperando, estaria ele delirando?

Na madrugada do dia 14 de maio de 1888, finalmente chegou a notícia:

No dia 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi aprovada e proclamada com grande júbilo. Com amor e gratidão, da sua obediente filha Isabel.

E o anúncio oficial foi assim:

Uma delegação de africanos e indígenas caminhou em direção ao palácio do governo carregando camélias brancas em seus cestos em sinal de súplica pacífica: Dona Isabel, assine!

A partir de hoje, com a promulgação da lei, a escravidão está abolida no Brasil. Qualquer outra disposição em contrário é, portanto, inválida. Isabel, Princesa Imperial Regente.

Agora estava tudo resolvido. E nenhum tiro havia sido disparado. Ninguém suspeitava que o seu objetivo de vida, o ponto mais importante do seu projeto de vida, havia se realizado – de uma vez por todas. Pedro levantou-se, afastou todos que queriam ajudá-lo, tateou até a mesa e escreveu: “Querida filha, você fez a coisa certa. Parabenizo você pela sua coragem.”

Agora tudo o que ele queria era ir para casa, para o Rio.

Pedro chegou no Rio em junho de 1888. Todos ficaram surpresos com a sua recuperação. Mas Pedro estava preocupado com outro assunto: quantos meses mais seriam dados à monarquia, que dia deveria ser escolhido para a proclamação da república, para a sua abdicação e o seu exílio?

15 de novembro de 1889

Por que tanta hesitação, perguntavam as pessoas próximas a ele. Ele estava à procura de um dia com um significado especial para a sua partida definitiva. Pedro sabia que os preparativos para proclamar uma república já estavam em andamento. Teria que ser um dia de

significado histórico para o Brasil, o dia da santa protetora de sua mãe, D. Leopoldina, o dia 15 de novembro.

Dadama, sua educadora (governanta), contara-lhe muitas vezes que D. João, seu avô, declarara feriado o dia da santa protetora de Leopoldina para homenagear a sua adorável nora da Europa que atravessara o oceano com coragem viril.

15 de novembro – um dia importante, o Dia da República

Quais foram os fios condutores dos 49 anos do reinado de D. Pedro II: impulsionar o Brasil para frente; aproximar o Brasil da Europa; a Europa como o modelo; o Brasil, o projeto.

Como se deu a avaliação destes anos pela população (do Brasil): A Guerra do Paraguai, embora vitoriosa para o Brasil, determinou o fim do império; o poder dos militares era evidente em 1889; o poder econômico dos paulistas havia crescido através da cultura do café; a monarquia decepcionara o povo; os partidários da república não apoiavam mais a monarquia.

Com a abolição, a monarquia cumprira a sua tarefa. No dia 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República no Brasil.

Neste dia, 15 de novembro de 1889, D. Pedro II escreveu:

Diante do pedido escrito que me chegou às mãos hoje às três horas da tarde, decido partir para a Europa (para o exílio) juntamente com a minha família. Amanhã, eu deixarei a minha pátria, o que muito nos choca. Durante o meio século em que fui autorizado a ocupar o cargo de Chefe de Estado, procurei sempre dar testemunho do meu grande amor e devoção. Estou partindo, com todos os membros da minha família, e terei sempre saudades e amor pelo Brasil. Os meus melhores e mais intensos desejos para o bem Brasil viverão para sempre Progresso e Paz.

Agora, fatalmente, repetia-se o movimento migratório que movia a sua família, o seu avô (D. João VI), o seu pai (D. Pedro I), a sua mãe (D. Leopoldina), todos tinham sido andarilhos. Não voluntariamente, mas como se seguissem uma lei natural, todos aceitaram estes movimentos ondulatórios de um continente para o outro. Os movimentos ondulatórios da migração fizeram parte da vida que lhes fora determinada.

Conclusão – Impulsionar o Brasil para frente

Trata-se de um fato, no entanto, que atualmente o Brasil ocupa uma posição de destaque em quase todas as áreas da ciência, da tecnologia e das artes. O que será que o levou a isto? Que impulso de energia foi este que moveu adiante esse país?. Quem ou quais acontecimentos estão por trás deste impulso decisivo que continua em ação até hoje?

O início desse desenvolvimento foi a proeza diplomática do reconhecimento da sua independência por Portugal e pela Áustria pela via pacífica, sem revolução, e o nascimento de Pedro II que continuava a obra da vida da sua venerada mãe Dona Leopoldina

Progresso e Paz para o Brasil

Com o exílio, a missão de vida de D. Pedro II fora cumprida. Dois anos depois, no dia 5 de dezembro de 1891, Pedro faleceu em Paris, no Hotel Bedford, aos 66 anos.

MEMÓRIA E HISTÓRIA DAS “HEROÍNAS DA INDEPENDÊNCIA” DO BRASIL NA BAHIA NA CELEBRAÇÃO AO 2 DE JULHO: DO ESQUECIMENTO AO PROTAGONISMO¹

Vanessa de Almeida Dócio²

¹ Artigo produzido no contexto dos estudos desenvolvidos para participação em dois eventos distintos: o painel intitulado As Heroínas e o 2 de Julho, evento Nasce o Sol a 2 de Julho: Justiça e Independência, realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia (OAB-BA), em 2023; Entrevista concedida, em 19 de junho de 2024, ao programa Ponto a Ponto Mulher da TV ALBA, cujo tema foi A Importância das Mulheres na Independência do Brasil na Bahia.

² Doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (2021) e Mestra em História pela UFBA (2015). Possui especialização em História do Brasil (2011) pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e Graduação em História (2008) pela mesma universidade. Tem experiência nas áreas de arqueologia e educação patrimonial. Desde 2010 desenvolve pesquisa sobre política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, com ênfase nas medidas de salvaguarda implementadas pelo governo federal e pelo estado da Bahia ao longo do século XX. Atualmente é sócia efetiva do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB.

RESUMO:

A Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi marcada por nomes, como a sóror Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e as Caretas do Mingau, personagens que, ao longo dos 200 anos de celebração desse evento histórico, sofreram um processo de ocultamento e iluminação determinado pelos usos ideológicos dados às narrativas da história da Guerra de Independência, no contexto de construção do projeto de Brasil pensado pelas elites que elaboraram a história oficial de nosso país, realizada ao longo dos séculos XIX e XX. O objetivo deste artigo é o de abordar o processo de inserção das “heroínas da Independência” nas celebrações ao 2 de Julho a partir das narrativas elaboradas pelo Estado. Tendo em vista que a celebração ao 2 de Julho, em seus dois séculos de existência, sofreu as influências das mudanças políticas, culturais e sociais que se processaram na sociedade baiana e brasileira, apenas no século XXI, é que as mulheres tiveram a sua participação reconhecida e amplamente divulgada, tornando-se o tema principal dos debates e das celebrações cívicas que marcaram os festejos em homenagem ao bicentenário do 2 de Julho realizados em 2023.

Palavras-chave:: mulheres, memória, 2 de Julho.

MEMORY AND HISTORY OF THE “HEROINES OF INDEPENDENCE” OF BRAZIL IN BAHIA IN THE CELEBRATION OF JULY 2ND: FROM OBLIVION TO PROTAGONISM³

³ Article produced in the context of studies developed for the participation in two different events: the panel entitled The Heroines and the July 2nd, the event Sunrise on July 2nd: Justice and Independence, held by the Brazilian Bar Association– Bahia Section (OAB-BA), in 2023; Interview given on June 19, 2024, to the TV ALBA program Ponto a Ponto Mulher, on the subject of The Importance of Women in the Independence of Brazil in Bahia.

ABSTRACT:

The Brazilian War of Independence in Bahia was marked by names such as Soror Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus, Maria Felipa de Oliveira and the Caretas do Mingau, characters who, over the 200 years since the celebration of this historical event, have suffered a process of concealment and illumination determined by the ideological uses given to the narratives of the history of the War of Independence, in the context of the construction of the project of Brazil conceived by the elites who elaborated the official history of our country, carried out throughout the 19th and 20th centuries. This article aims to look at the process of inserting the “heroines of Independence” into the July 2nd celebrations, based on the narratives produced by the state. Given that the celebration of the July 2nd anniversary, in its two centuries of existence, has been influenced by the political, cultural and social changes that have taken place in the society of Bahia and Brazil, it is only in the 21st century that women have had their participation recognized and widely publicized, becoming the main theme of the debates and civic celebrations that marked the festivities in honor of the bicentenary of the July 2nd anniversary held in 2023.

Keywords: women, memory, July 2nd.

Na Bahia, o processo de Independência do Brasil ficou marcado e conhecido por uma data específica, 2 de Julho de 1823, dia que assinala o final dos conflitos armados que, desde o ano anterior, vinham sendo realizados no território baiano em prol da separação do Brasil de Portugal. Na atualidade, o dia 2 de Julho faz parte do calendário de celebrações cívicas realizadas anualmente, tanto em Salvador quanto em diversas cidades do interior do Estado⁴. No ano de 2006, o Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia (IPAC/BA) reconheceu o

⁴ A Constituição do Estado da Bahia (1989) oficializou a data 2 de julho como feriado estadual.

cortejo ao 2 de Julho como patrimônio cultural da Bahia, escrevendo a celebração no Livro do Registro Especial de Eventos e Celebrações Estado (Decreto nº 10.179/2006).

Os festejos ao 2 de Julho começaram a ser realizados ainda no século XIX, sendo celebrado oficialmente pela primeira vez em 1824. Em seus dois séculos de existência, esses festejos sofreram a influência das mudanças políticas, culturais e sociais que se processaram na sociedade baiana e brasileira, tendo a sua linguagem atualizada para dar destaque a personagens antes esquecidos, oferecendo novas leituras e interpretações para os eventos históricos que caracterizaram a Guerra de Independência, bem como um novo olhar para a sociedade baiana daquele início do século XIX.

A chamada Guerra de Independência do Brasil na Bahia contou com a participação de integrantes da elite colonial e de representantes das camadas mais pobres da sociedade, pessoas diversas que se juntaram para formar um exército composto por soldados regulares e voluntários, marcado pela presença de pessoas escravizadas, libertos, indígenas, caboclos, religiosos, dentre outros (Tavares, 2019). No entanto, assim como ocorre no nível nacional, dentro das fronteiras do Estado da Bahia, as narrativas históricas acerca do processo de independência, por muito tempo, foram assinaladas por silêncios a respeito da diversidade de personagens que atuaram na guerra.

Do mesmo modo, em território baiano, a Guerra de Independência contou com a participação marcante de mulheres que, em sua maioria, permanecem desconhecidas pela historiografia até os dias atuais. Contudo, essa participação é representada por nomes, como a abadessa sóror Joana Angélica de Jesus, Maria Quitéria de Jesus e Maria Felipa de Oliveira, mulheres que, ao seu modo, pegando em armas ou não, contribuíram para a derrota das tropas portuguesas.

São mulheres que, nesse início de século XXI, tiveram seus nomes destacados em meio às comemorações do bicentenário da Guerra de Independência do Brasil na Bahia.

O objetivo deste artigo é o de abordar o processo de inserção das “heroínas da Independência” nas celebrações ao 2 de Julho a partir das narrativas elaboradas pelo Estado. Tendo em vista que o reconhecimento e a inclusão dos nomes femininos nas narrativas históricas que abordavam a Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi sendo realizado de forma paulatina, levaria dois séculos para as mulheres terem a sua participação reconhecida e amplamente divulgada, tornando-se o tema principal dos debates e das celebrações cívicas que marcaram os festejos ao 2 de Julho no ano de 2023.

OS FESTEJOS AO 2 DE JULHO: UMA MEMÓRIA EM DISPUTA

Na Bahia, em 1824, ano seguinte à vitória na Guerra de Independência, iniciou-se o processo de realização de comemorações cívicas em torno do 2 de Julho, compostas por cortejos que celebravam o retorno dos portugueses à sua pátria, em um ciclo de comemorações, iniciado logo após o período de festas juninas e que culminam com os desfiles cívicos empreendidos no dia 2 do mês de julho.

A partir do ano de 1824, se inicia um processo de composição de duas festas distintas que se interpenetram: a popular, organizada de forma espontânea pelo povo, e a celebração formal, apropriada pelo Estado, que tentou construir o cortejo a partir das narrativas que lhe eram convenientes. No âmbito deste trabalho, procuro abordar a realização da celebração formal, perseguindo as práticas do Estado no processo de organização da festa e de destaque dos personagens homenageados durante as celebrações.

As festas cívicas possuem um papel essencial de reafirmar a construção de uma “memória coletiva”. Assim, o Estado, fundamentado em um marco histórico que precisa ser lembrado, difunde a ideia de nação e nacionalidade, por meio de uma narrativa oficial. Portanto, os momentos festivos são espaços propícios para estabelecer estratégias de legitimação, esboçando as bases das políticas de memória, bem como de rupturas políticas. Por essa razão é que se selecionam determinadas datas, personagens e acontecimentos considerados como dignos de lembrança, bem como os meios a serem empregados para representá-los (Halbwachs, 2004).

O cortejo ao 2 de Julho é um patrimônio forjado no âmbito do nacionalismo e se encontra aliado ao processo de formação da nacionalidade e da identidade nacional construídas ao longo do século XIX. Dados da historiografia mais recente apontam que, desde o início, o Estado tentou se apropriar e organizar a festa, na tentativa de fazer um cortejo formal, nos moldes de um desfile oficial, com culto ao imperador, e a composição de um cerimonial formal e higienista no qual a participação popular não seria contemplada (Albuquerque, 1999; Baldaia, 2018).

No século XIX, as narrativas que desenvolveram o cerimonial do 2 de Julho são orientadas pela concepção de história de cunho positivista, engendrado sob a ótica do político, destacando os fatos memoráveis da trajetória histórica da Nação. Nesse período, a História ignorava a presença de grupos sociais e indivíduos que participam dos eventos históricos, e os historiadores se dedicavam à criação de histórias nacionais, resgatando heróis e feitos notáveis, com o propósito de formar Estados nacionais e fomentar o surgimento da identidade nacional (Prost, 2017). Por conseguinte, a noção de história que orientou o início dos festejos tinha supremacia da história política – narrativa,

factual, linear, patriarcal, masculina – que exaltava os grandes homens e heróis nacionais. Assim, Dom Pedro I foi eleito como o principal herói da Independência, em uma celebração que procurou valorizar os elementos representativos do homem, branco europeu, minimizando e/ou negando a presença da população de origem africana, bem como das mulheres na Guerra de Independência.

O primeiro desfile marca a invenção de uma tradição voltada para a celebração da independência do Brasil na Bahia, sendo o início de um processo de construção simbólica de narrativas que se estendem para além dos limites dos fatos específicos da Guerra de Independência. Caracteriza-se, assim, como um “lugar de memória” para a sociedade baiana e brasileira, lugar esse que, ao ser construído ao longo do tempo, sofreu a influência das diversas mudanças políticas, sociais e culturais pelas quais passaram a sociedade no transcorrer dos séculos XIX e XX, bem como dos debates políticos e sociais característicos do início do século XXI.

Em seus duzentos anos de existência, os festejos também foram caracterizados pela “disputa de memórias”, pois, em meio à celebração ao 2 de Julho – lugar de memória que exhibe narrativas da história nacional –, sofreriam a ação do presente, tendo a sua existência permeada pelos conflitos políticos de cada período histórico (Nora, 1993; Dócio, 2021). O conceito de “lugares de memória”, aplicado à celebração ao 2 de Julho, remete ao espaço simbólico como apoio para a construção de uma memória coletiva. Sendo assim, durante os 200 anos de realização dos festejos ao 2 de Julho, foi construído um lugar simbólico, em função dos diferentes usos dados à memória, na tentativa de colocar o passado a serviço do presente e do futuro. Nesse cenário, o presente surge na condição de um dos elementos que orientam a elaboração do passado à medida que são justamente os

sujeitos do presente que trazem à tona os eventos pretéritos, objetivando atender as expectativas que lhe são contemporâneas.

Desse modo, em torno da questão da independência da Bahia e em meio aos festejos ao 2 de Julho, foram elaborados diversas narrativas que aparecem sob a forma de representações das posições políticas e sociais dos responsáveis por organizar os festejos em cada momento histórico (Chartier, 1990). Assim, tendo em vista o tema da inclusão da presença de mulheres nos festejos ao 2 de Julho, iremos abordar de que forma e quando essas personagens passaram a ter destaque nessa celebração.

A CABOCLA: REESCREVENDO A HISTÓRIA DO CONFLITO

O caboclo foi o primeiro personagem popular a compor o desfile ao 2 de Julho e, tendo a incumbência de simbolizar o povo brasileiro, este personagem era representado por um “caboclo em pessoa”. A pesquisadora Antonieta de Aguiar Nunes (2018) destaca que, no ano de 1826, o caboclo (o brasileiro) foi substituído por uma escultura confeccionada em madeira, esmagando um dragão que simbolizava o domínio português. Ainda segundo a autora,

Vinte anos depois de esculpido o caboclo, 1846, sendo presidente da província da Bahia Francisco José de Souza Soares d’Andrea, português de nascimento, por achar muito ultrajante para seus patrícios aquele desfile anual, encomendou ao também famoso escultor Domingos Pereira Baião a feitura de uma cabocla representando a índia Catarina Paraguaçu que havia dado origem, com seu marido português, Diogo Alvares Correia, o Caramuru, a muitas importantes famílias baianas. Queria simbolizar com isso a união dos dois povos na formação de uma nova nacionalidade, acabando com as rivalidades entre brasileiros e portugueses. Andrea pretendia que a cabocla substituísse o caboclo

no desfile, mas, devido à reação popular, acabou aceitando a participação de ambos. O caboclo e a cabocla passaram desde então a sair juntos no cortejo, e já sem a habitual hostilidade contra os portugueses (Nunes, 2018. p. 349, grifos nossos).

A inclusão de Catarina Paraguaçu, figura que não havia participado da Guerra de Independência, revela a intenção deliberada de reescrever a história do conflito, apagando a animosidade com os portugueses ao destacá-los como parte da origem do povo brasileiro. A iniciativa do português Francisco José de Souza Soares d'Andrea se encontra inserida no processo de invenção de uma tradição de celebração da figura da cabocla, na qual a prática tradicional existente foi modificada, ritualizada e institucionalizada para servir a novos propósitos.

Eric J. Hobsbawn (2013. p. 21) destaca que “[...] toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”. O elemento da invenção é particularmente nítido quando a história, que se tornou parte do cabedal de conhecimentos ou ideologia da nação, do Estado ou do movimento, corresponde àquilo que foi selecionado, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo (Dócio, 2021). Dessa forma, importa para o 2 de Julho não somente a dimensão factual, mas o modo como as pessoas se organizam, interpretam e se apropriam da memória do conflito.

Em 1846, o presidente da província, respondendo a interesses políticos e com o intuito de satisfazer a certas exigências de justificação, tomou a iniciativa de promover o “enquadramento da memória” da Guerra de Independência do Brasil na Bahia que era narrada no cortejo ao 2 de Julho. Nesse ponto, é importante destacar as considerações de Michael Pollak ao destacar que “[...] o trabalho de enquadramento da memória alimenta-se do material oferecido pela história” (Pollak,

1989, p. 9). Segundo o autor, esse material pode ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas, guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, e realizado na reinterpretação incessante do passado, em função dos combates políticos, econômicos e ideológicos do presente e do futuro (Pollak, 1989, p. 10).

O historiador Carlos Alberto Vesentini (1997), na tese intitulada *A Teia do Fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*, alerta para necessidade dos pesquisadores se atentarem para a complexidade existente na construção e nos estudos sobre a memória histórica. Para tanto, considera que o que fica registrado na memória histórica, como resíduo, não são apenas os agentes políticos, mas projetos políticos. Em sua análise, Carlos Alberto Vesentini chama a atenção para a complexidade dos conflitos e a forma como as interpretações se sobrepõem e se reestruturam, visando estabelecer uma vasta temporalidade, na qual a memória vitoriosa se estrutura sem desconsiderar os fragmentos das memórias perdidas. Isso ocorre porque é apenas através do reconhecimento do outro que a vitória se concretiza e, através dele, a solidificação do processo de memorização. Nesse domínio interpretativo, destaca-se a dificuldade em definir simples contraposições entre diversos grupos. Apesar de o processo histórico ser diverso, fragmentado e carregado de vários projetos e necessidades específicas, a formação de núcleos orientadores de memórias prevalece sobre a recordação de lutas específicas na construção de uma temporalidade dominante. Por essas vias, as tradições são formadas e ganham significados que, com o passar do tempo, começam a ser percebidas e entendidas como naturais, universais e, frequentemente, são associadas ao próprio processo histórico.

Nesse seguimento, é válido considerar que, em meio ao processo de invenção da tradição de celebração da figura da cabocla no contexto do cortejo ao 2 de Julho, emerge um projeto político que visava à dissolução dos momentos cruciais da luta, que passa a perder importância e significado, fato essencial para que a memória que se pretendia construir fosse estabelecida e, dessa forma, viabiliza-se “[...] a perda e o esquecimento de instantes cruciais e de especificidades de propostas feitas no campo da luta e do possível” (Vesentini, 1997, p. 164).

Não por acaso, em sua iniciativa, Francisco José de Souza Soares d’Andrea silenciou sobre a presença das mulheres como a abadessa sóror Joana Angélica, assassinada em meio aos eventos que marcaram o início dos conflitos e de outras, a exemplo de Maria Quitéria de Jesus e Maria Felipa de Oliveira, mulheres que participaram diretamente do conflito armado⁵. Os combates políticos e ideológicos que esse personagem pretendeu realizar ao tentar dominar a narrativa não abarcava a inclusão oficial dessas e de outras mulheres como protagonistas na guerra. Assim, aguardaríamos até o início do século seguinte para ver nomes, como a da abadessa sóror Joana Angélica, serem homenageados de forma oficial em meio às comemorações cívicas ao 2 de Julho.

⁵ A pesquisadora Marcela Telles, no artigo *Maria Quitéria: Algo Novo na Frente de Batalha*, aborda a participação dessa personagem nos conflitos armados. Já a atuação de Maria Felipa de Oliveira é investigada pela historiadora Cidinha da Silva, no artigo intitulado *Maria Felipa de Oliveira, a mulher que veio do Mar e ruminava Fogo*. Ambos, foram publicados no livro: STARLING, Heloísa; PELLEGRINO, Antônia (Orgs). *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*, publicado em 2022.

MARIA QUITÉRIA E JOANA ANGÉLICA: DO FESTEJO POPULAR À CELEBRAÇÃO OFICIAL

Iniciada em fevereiro de 1822, a Guerra de Independência do Brasil na Bahia se prolongaria por mais de um ano, sendo finalizada com a derrota das últimas tropas fiéis a Portugal em 2 de julho de 1823; em consequência, na madrugada daquele mesmo dia, o exército lusitano retornou para Portugal e logo pela manhã o exército brasileiro entrou na Cidade do Salvador pela estrada da Boiada (Tavares, 2005). O historiador Luiz Henrique Dias Tavares, ao narrar esse fato histórico, destaca que os soldados brasileiros foram recebidos com festa em uma iniciativa espontânea da população soteropolitana.

Foi festejado pelas freiras do convento da Soledade, “grupo de cidadãos de todas as ordens dando vivas ao imperador”, que soltavam foguetes, “e senhoras vestidas das cores verdes e amarelas lançaram das janelas, entre aplausos vivos, odoríferas flores sobre a oficialidade e soldados”, conforme descreveu Lima e Silva no ofício dirigido a dom Pedro em 6 de julho (Tavares, 2019, p. 254).

Essa manifestação espontânea, realizada pela população ainda nas primeiras horas do fim da Guerra, marca o primitivo início dos festejos ao 2 de Julho, celebração apropriada pelo Estado Imperial no ano seguinte, quando no dia 2 de julho de 1824, na Bahia, seria realizado o primeiro desfile oficial em comemoração à Independência. No festejo de 1823, fica evidente a participação de mulheres representadas pela presença das “freiras do convento da Soledade” assim como das senhoras vestidas com as cores verde e amarelo, fato que demonstra que as mulheres não se furtaram de se posicionar politicamente frente à Guerra de Independência, e, se fazendo presente desde o início do conflito, marcariam também a celebração do final da Guerra.

As pesquisadoras Maria Lígia Coelho Prado e Stella Scatena Franco, no artigo intitulado *Participação Feminina no Debate Público Brasileiro* (2023), destacam que

Política não se restringe à esfera do Estado e de suas instituições. Ela atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas que estabelecem entre os indivíduos, incluindo aquelas entre homens e mulheres. Também há política nas representações e simbologias elaboradas pelos diversos grupos sociais e nas manifestações (espontâneas ou organizadas) em que até mesmo os sentimentos têm peso importante. Com isso, fica mais fácil compreender determinadas atitudes, comportamentos e decisões tomadas por mulheres brasileiras no século XIX e observar com outros olhos sua produção cultural: agregando-lhes uma dimensão política até agora ainda não suficientemente notada (Prado; Franco, 2023, p. 194-195).

Maria Lígia Coelho Prado e Stella Scatena Franco analisam a participação das mulheres nos momentos de “ruptura institucional”, a partir dos textos editados durante o século XIX que se comprometiam em escrever a “[...] história da jovem nação brasileira, colaborando para forjar sua uma nova identidade” e apontam que a Independência do Brasil foi consagrada pela produção literária do século XIX como marco cronológico,

[...] o momento do nascimento da nação brasileira, e as mulheres que se destacaram nessa conquista foram louvadas como “heroínas da pátria” pela história escrita (Prado; Franco, 2023, p. 195).

A produção historiográfica do século XIX deixa evidente que a Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi marcada pelo protagonismo das mulheres na frente de batalha, uma vez que, pegando em armas e/ou usando estratégias diversas, elas fizeram parte dos conflitos

deixando a sua marca na história do Brasil e da Bahia. Nesse período, os nomes de Maria Quitéria de Jesus e da abadessa Joana Angélica encontraram destaque na produção historiográfica por elas estarem diretamente ligadas à Guerra de Independência, sendo consideradas como “heroínas da Independência”.

A abadessa sóror Joana Angélica é lembrada não por ter pegado em armas, mas por ter sido assassinada durante o início dos conflitos, ao tentar impedir a invasão do Convento da Lapa pelas tropas lusitanas. O historiador Luís Henrique Dias Tavares, em seu livro *Independência do Brasil na Bahia* (2005), destaca que a morte da abadessa Joana Angélica, ocorreu no dia 19 de fevereiro de 1822, em meio à invasão do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa que era praticamente vizinho ao Quartel da Mouraria. Portanto, a morte da abadessa estava ligada ao contexto de ocupação dos quartéis da Lapa e da Mouraria pelos batalhões da Legião Constitucional Lusitana e da Cavalaria, ou seja, pelos militares portugueses que empossaram o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo no posto de governador das Armas na província da Bahia. “Supõe-se que morreram na Cidade do Salvador de 200 a 300 pessoas nos dias 18, 19, 20 e 21 de fevereiro” (Tavares, 2005, p. 49).

Maria Quitéria de Jesus se destaca por ter lutado como soldado; inicialmente, se disfarçando de homem, conseguiu se alistar usando o nome de soldado Medeiros. O historiador Luís Henrique Dias Tavares, citando Lima e Silva, destaca que Maria Quitéria participara de três combates.

Três vezes que entrou em combate apresentou feitos de grande heroísmo, avançando, de uma vez, por dentro de um rio, com água até os peitos, sobre uma barca, que batia renhidamente nossa tropa [combate do Funil]. O general Labatut conferiu-lhe a honra de 1º Cadete, e como tal teria sido considerada no Batalhão n. 3 do Exército Pacificador (Tavares, 2005, p. 254)

Após a derrota das tropas portuguesas, em julho de 1823, Maria Quitéria de Jesus foi reconhecida como heroína da Independência, tendo sido recebida pelo imperador Dom Pedro I, em agosto de 1823, no Rio de Janeiro, que lhe conferiu o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e um soldo de alferes de linha (Tavares, 2019; Prado; Franco, 2023).

Ainda no ano de 1823, Maria Quitéria de Jesus e Joana Angélica, as duas “heroínas da Independência” serão celebradas em meio aos festejos populares que marcaram o final dos conflitos. Maria Lígia Coelho Prado e Stella Scatena Franco – citando Joaquim Norberto e Joaquim Manuel de Macedo – destacam que, quando Maria Quitéria de Medeiros, no dia 2 de julho de 1823, entrou na cidade de Salvador acompanhando as tropas imperiais, em uma “ação patriótica”, foi recebida pelas freiras do Convento da Soledade.

[...] após a vitória sobre o general Madeira, ofereceram uma recepção “aos defensores da pátria” para, entre outras coisas, vingar o “martírio de madre Joana Angélica”. Elas ergueram, na cidade, um arco triunfal enramado de folhas verdes para bem receber os vitoriosos liderados pelo general Lima e Silva. Maria Quitéria, que acompanhava as tropas do general, foi coroada pelas religiosas com uma grinalda de folhas e flores. (Esses atos indicam que as religiosas conferiram à morte de Joana Angélica um conteúdo político, ao associar a simbologia cristã do “martírio” à “defesa da pátria”. Também “perdoaram” a transgressão de Maria Quitéria – fazer passar-se por homem – com o ritual do seu coroamento)” (Prado; Franco, 2023, p. 198-200).

Nos festejos oficiais organizados no ano seguinte, em 1824, os nomes de Maria Quitéria de Jesus e Joana Angélica foram lembrados em meio à narrativa da Guerra da Independência elaborada pelo Estado Imperial em um processo que manteve o reconhecimento

popular recebido no ano anterior. No primeiro desfile cívico em celebração ao 2 de Julho, Maria Quitéria de Jesus desfilara ao lado do comandante da tropa, fato que reforça e destaca a sua importância e o reconhecimento da sua atuação na luta pela independência do Brasil. Não obstante, esse mesmo reconhecimento oficial oculta a presença de outras mulheres que participaram da luta pela independência. No cortejo ao 2 de Julho, não por acaso, a figura de Maria Quitéria de Jesus passaria a ser apresentada sozinha, muito embora, ainda no século XIX, pesquisadores já indicassem que Maria Quitéria teve seguidoras. Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo, relata que Maria Quitéria teria lutado “contra os soldados lusitanos à frente de dezenas de impávidas amazonas baianas”, na foz do Paraguaçu. Joaquim Norberto de Sousa e Silva, na obra *Brasileiras Celebres* (1878), informa que várias mulheres, “indignadas com os atos violentos do exército português, teriam pegado em armas” (Prado; Franco, 2023, p. 198).

A historiadora Antonietta de Aguiar Nunes, no artigo *O ciclo de comemorações cívicas baianas: as festividades do Dois de Julho*, destaca que os festejos ao 2 de Julho foram sendo construídos ao longo do século XIX, com a inclusão de novos personagens, ampliação ou mudança de trajetos (Nunes, 2018). E no final desse século, após a Proclamação da República, a celebração ganhou novo impulso. Segundo a autora,

Em 26 de julho de 1914 a Liga Baiana de Educação Cívica inaugurou um Panteon em Pirajá, para onde foram levados os restos de Pedro Labatut na sua urna de mármore, encimada por busto colocado nesta ocasião. Cinco anos depois, em 20 de julho de 1919, a comissão popular dos festejos de 2 de julho deste ano inaugurou no Panteon os retratos emoldurados do almirante Lord Alexander Thomas Cochrane e do general José Joaquim de Lima e Silva; em 2 de julho de 1920 colocaram-se aí os retratos das heroínas baianas Joana Angélica e Maria Quitéria de Jesus (Nunes, 2018, p. 352, grifos nossos).

A inclusão dos retratos de Joana Angélica e Maria Quitéria de Jesus no Panteon em Pirajá demonstra que a década de 1920 traz um novo olhar de valorização da participação de mulheres na Guerra de Independência do Brasil na Bahia. Ainda na primeira metade dessa década, a abadessa do Convento da Lapa receberá de forma oficial o título de “primeira heroína da Independência”, ficando em evidência no contexto das comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil na Bahia.

A morte da religiosa ganhou maior visibilidade no início do século XX, quando Bernardino José de Souza publicou o artigo intitulado *Joanna Angélica: a Primeira Heroína da Independência do Brasil*, na Comemoração do Primeiro Centenário do seu Sacrifício (1922)⁶. O historiador Luís Henrique Dias Tavares considera ser evidente que a qualificação de Joana Angélica como “primeira heroína da Independência” foi realizada por Bernardino José de Souza no

[...] entusiasmo das comemorações em 1923 do 1º Centenário do Dois de Julho de 1823, que estavam sendo realizadas na Cidade do Salvador quando publicou o seu estudo (Tavares, 2019, p. 48).

Ainda segundo o autor, o 2 de Julho de 1823 é data histórica que marca

⁶ Bernardino José de Souza era advogado, professor de direito, membro e secretário perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e da Academia de Letras da Bahia. Ao todo escreveu três trabalhos nos quais qualifica Joana Angélica como “heroína da Independência”: *Joanna Angélica: a primeira heroína da independência do Brasil, na comemoração do primeiro centenario do seu sacrificio* (1922); *Joana Angélica, a primeira heroína da Independência do Brasil* (1923); *Heroínas bahianas: Joanna Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery* (1936).

[...] a libertação da Cidade de Salvador do Exército de Portugal. Nas comemorações do seu 1º Centenário (1923) constou a colocação de uma lápide na porta da clausura do convento da Lapa em memória do sacrifício de sóror Joana Angélica (Tavares, 2005, p. 48).

A iniciativa de Bernardino José de Souza, aliada às celebrações do primeiro centenário em 1923, acompanhada da colocação da lápide na porta do “convento da Lapa em memória do sacrifício de sóror Joana Angélica”, inseriu o convento e a sua abadessa na memória coletiva, tornando-o um lugar topográfico e ao mesmo tempo simbólico. Nesse sentido, é válido destacar as considerações do historiador francês Pierre Nora, ao advertir que a memória sofre a interferência marcante das questões do presente na seleção dos elementos representativos da memória grupal (Nora, 1993). Não por acaso, a partir das celebrações do primeiro centenário da Independência, as figuras de Joana Angélica e Maria Quitéria de Jesus ganharam destaque nas narrativas oficiais, tendo lugar reservado nos festejos cívico ao 2 de Julho.

No início da década de 1920, a apropriação da memória histórica de Joana Angélica e Maria Quitéria de Jesus ocorreu em meio a um processo de construção política dessas personagens, alicerçado no contexto histórico vivenciado pelas elites baianas durante a Primeira República. Descontentes com a marginalização do Estado em meio ao projeto de centralização desenvolvido pelo Rio de Janeiro, quanto à natureza da nação, as elites baianas procuraram empreender uma disputa simbólica, movimento de resistência que visava ao reconhecimento do 2 de Julho como feito nacional, dialogando diretamente com as comemorações realizadas pelo governo federal no período. No processo de luta simbólica entre os dois centenários, o festejo estadual e o federal, a Bahia, na Primeira República, buscou reivindicar o reconhecimento nacional da história regional, por meio da exaltação das lutas travadas em território

baiano pela Independência Nacional, bem como dos personagens que estiveram envolvidos nos conflitos (Leite, 2011).

Segundo o pesquisador Rinaldo César Nascimento Leite, a elite procurou destacar elementos que dessem base para a elaboração de uma identidade própria, bem como ressaltar a relevância histórica do povo baiano frente à nação. A exaltação da participação da Bahia nas lutas da independência figura como marco simbólico capaz de reforçar a tradição de luta, bem como as potencialidades do povo baiano.

O reforço das tradições, das potencialidades e das qualidades baianas pretendia constituir os elementos de uma identidade regional que, ao ser promovida, mostrava a Bahia e os baianos como elementos imprescindíveis na construção da nacionalidade, fosse na dimensão simbólica, fosse no efetivo exercício de influência e poder político (Leite, 2011, p. 299).

O governo do Estado da Bahia, durante as comemorações do primeiro centenário, procurou promover ampla divulgação e valorização da atuação dos baianos nas lutas pela independência do Brasil, por meio da publicação de reportagens em jornais do Rio de Janeiro com o objetivo de fazer a propaganda da Bahia. Assim, emerge a valorização dos feitos heroicos realizados por personalidades como Joana Angélica e Maria Quitéria de Jesus. Logo, as homenagens prestadas a essas personagens figuram como parte do processo de uma construção política, pois, ainda segundo as considerações de Rinaldo César Nascimento Leite,

[...] divulgar as virtudes se tornou um meio de exortar os baianos a lutar pela retomada da posição prestigiosa que conheceram um dia, assim como representava uma cobrança aos detentores do poder republicano para que devolvessem a Bahia ao lugar supostamente merecido (Leite, 2011, p. 299).

NA FRENTE DE BATALHA: MARIA FELIPA DE OLIVEIRA E AS CARETAS DO MINGAU

A Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi marcada pela participação de diversas mulheres das camadas populares da sociedade, que, por muito tempo, permaneceram ocultas em meio às narrativas oficiais sobre o conflito, a exemplo de Maria Felipa de Oliveira – mulher negra, que comandou a resistência popular na ilha de Itaparica no enfrentamento às tropas e embarcações portuguesas, sendo também responsável por elaborar estratégias de enfrentamento ao exército português (Damasceno, 2021; Silva, 2022) –, e das Caretas do Mingau – grupos de mulheres, oriundos de Saubara, que, durante os conflitos, ficaram responsáveis por alimentar os soldados brasileiros e abastecê-los com armas, para tanto, saíam de madrugada trajando roupas brancas e, fingindo serem fantasmas, amedrontavam os combatentes portugueses, abrindo passagem para entregar os alimentos nos locais combinados –, cuja participação na Guerra de Independência foi minimizada ou tratada como “folclore” ao longo dos séculos XXI e XX (Almeida, 2017; Barros, 2006; Jesus, 2023; Orewá, 2023).

Maria Felipa de Oliveira e as Caretas do Mingau são personagens que permaneceram vivas na memória coletiva das comunidades de onde eram originárias, porém não foram lembradas pela narrativa oficial engendrada pelo Estado, que, ao silenciar, acabou por relegar a memória dessas mulheres ao esquecimento.

No discurso oficial, o cortejo ao 2 de Julho, enquanto lugar de memória, também passará por um processo de negação da memória das mulheres pertencentes às camadas populares, personagens pouco evidenciadas que compõem um quadro característico da diversidade de indivíduos que participaram do conflito. Contudo, do ponto de

vista popular, o mesmo não acontece, pois Maria Felipa de Oliveira⁷ permaneceria vivia na literatura e na tradição oral, sendo celebrada nas comemorações da Independência realizada em diversas cidades do Recôncavo Baiano, enquanto as Caretas do Mingau passaram a serem celebradas pelos moradores de Saubara, em uma manifestação que reivindica o reconhecimento da importância da participação feminina nas lutas pela Independência.

A historiadora Lina Aras – doutora em história social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) –, em entrevista concedida ao jornalista Gutemberg Cruz, destaca que o papel que coube às mulheres na Guerra da Independência ainda necessita ser melhor investigado (Cruz, 2008, p. 6). Todavia, Lina Ares lembra que é preciso valorizar a atuação das mulheres das camadas populares da sociedade em momentos diversos da história do Brasil, pois

Elas estavam basicamente na retaguarda. Na própria conquista da América, já encontramos uma mulher cuidando dos feridos, das enfermarias, da alimentação dos soldados, costurando os uniformes. Não temos que valorizar apenas quem pegou nas armas, mas quem esteve participando para que essa força armada

⁷ O nome de Maria Felipa de Oliveira será abordado inicialmente pela literatura, suas memórias estão presentes no romance histórico *O Sargento Pedro: tradições da Independência*, livro publicado em 1910, escrito por Xavier Marques, premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1920. João Ubaldo Ribeiro trata de Maria Felipa como Maria da Fé, atribuindo-lhe várias posturas políticas no seu famoso livro *Viva o Povo Brasileiro* (1985). No âmbito dos estudos históricos, destaca-se o livro *A ilha de Itaparica, história e tradição*, publicado pela primeira vez em 1942, escrito pelo historiador Ubaldo Osório Pimentel, nele Maria Felipa de Oliveira é descrita como sendo “mulher negra, corpulenta e estabanada”, comandando um grupo composto por aproximadamente 40 mulheres que atuaram, inicialmente, seduzindo os portugueses para, depois, incendiar suas embarcações.

fosse vitoriosa. Essas mulheres também merecem vir à tona. Para isso é necessário pesquisa. Elas estão aí nos documentos, resta que pesquisemos. [...] Elas romperam com o padrão estabelecido naquela época, saindo do lugar onde eram colocadas como subalternas para terem um lugar à frente da história. Assumiram a dianteira (Cruz, 2008, p. 6).

Cabe destacar que a presença das mulheres na narrativa histórica, por muito tempo, foi marcada por um “caráter marginal”, aparecendo de forma “suplementar” à história dos homens, por isso pesquisar e escrever uma “história das mulheres” é uma iniciativa relativamente recente e revela uma profunda transformação nos estudos históricos (Perrot, 1995, p. 9-28; Scott, 1992).

Segundo Perrot, no século XIX, a História se constitui verdadeiramente enquanto ciência, tendo seus relatos marcados por uma perspectiva política, a partir da qual a “[...] história é a memória da República e da Nação, o relato histórico se organiza em torno dos acontecimentos públicos”, enquanto suas pesquisas são concentradas em temáticas ligadas à diplomacia, às guerras, tendo como fontes os “[...] documentos administrativos (crônica do poder)” (Perrot, 1995, p. 13-14). Logo, “[...] as mulheres, que estão a maior parte do tempo ausentes desses lugares, desaparecem conseqüentemente do relato histórico” (Perrot, 1995, p. 13-14). É nesse enredo que as celebrações ao 2 de Julho serão montadas, acompanhando a noção de história vigente no período, destacando os nomes daqueles que eram considerados como grandes nomes da política nacional, engendrando uma narrativa na qual não cabia a presença das pessoas pertencentes às camadas populares da sociedade.

No Brasil, uma mudança marcante na forma de compreensão do passado é iniciada ainda na segunda metade do século XX, quando ocorreu a inclusão de novos sujeitos e objetos de investigações históricas. No mesmo período, a temática da história das mulheres começa a ganhar

uma relevância dentro da pesquisa histórica, em um momento em que o próprio ofício, o próprio trabalho dos historiadores, passava por uma série de mudanças, motivadas tanto por questões sociais quanto por alterações no campo conceitual e metodológico da ciência da História.

Durante as décadas de 1960 e 1970, os historiadores, sob influência da chamada terceira geração da Escola dos Annales⁸, passaram a investigar novos objetos e questões, buscando temas ligados à composição social e à vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres, para isso, buscaram desenvolver estudos que contemplassem a complexidade do ser humano em suas variadas formas de sentir, pensar e fazer (Hunt, 1992, p. 2; Prost, 2017, p. 39).

A terceira geração dos Annales enfatiza a história de grupos sociais, com especial interesse pela história dos silenciados, dos vencidos, reprimidos ou reprimidos; suas memórias e representações simbólicas. Assim, temas ligados à história das mulheres começam a ser abordados, a exemplo de gênero, sexualidade, família, trabalho, entre outros, frequentemente abordando o papel e a posição das mulheres na História, com o objetivo de evidenciar que essas não eram, e não são, meros coadjuvantes no processo histórico, ao contrário do que se acreditava anteriormente.

Segundo a pesquisadora Margareth Rago, a partir dos anos 1970 em diante, ocorreu a emergência dos novos grupos sociais, étnicos e sexuais, que passaram a participar da vida pública, trazendo suas questões e reivindicações (Rago, 1999). No campo historiográfico, percebe-se que a inclusão de “novos sujeitos” aos estudos históricos possibilitou a eliminação da hierarquia dos temas e das problemáticas privilegiadas. Segundo a autora, a gama de excluídos que reclamaram seu lugar na

⁸ Para uma maior compreensão sobre a Escola dos Annales, bem como da sua terceira geração, cf. Dosse, 1992; Hunt, 1992; Prost, 2017.

história social do país promoveu a ampliação do leque temático e dos sujeitos históricos, forçou um alargamento do campo conceitual e acentuou a busca por novas formas de operar o conhecimento. Era necessário que o historiador pensasse diferente. Logo, temas antigos passaram a ser renovados por meio das questões colocadas e novas interpretações a que são submetidos. Do mesmo modo, foi necessário diversificar as formas de analisar os documentos, ciente de que o historiador trabalha com a produção do discurso, ocorreu, então, a emergência de novos temas, novos problemas, até então inexplorados e despercebidos pelos historiadores (Rago, 1995; Muniz, 2018). O processo de produção do conhecimento incorporou a ampliação dos conceitos de cidadania e do direito à história e à memória. Na historiografia feminista, a teoria segue a experiência, opera-se uma desierarquização dos acontecimentos, todos se tornam passíveis de serem historicizados (Rago, 1999, p. 87).

Para a pesquisadora Diva do Couto Gontijo Muniz, no processo de ampliação e diversificação ocorrida no campo da pesquisa historiográfica, opera-se a “[...] incorporação de objetos/sujeitos até então excluídos do discurso historiográfico: as pessoas comuns”, entre as quais as mulheres obteriam destaque. Porém, escrever a “História das Mulheres”, reconhecendo a sua historicidade,

“[...] impõe-se considerar as mulheres não como um conjunto homogêneo e coeso, mas em sua complexidade, instabilidade e diversidade étnica, racial, de classe, de sexo/gênero, geração, religião, escolaridade (Muniz, 2018, p. 148).

Segundo a pesquisadora,

[...] essa inclusão marca a emergência da História das Mulheres, em meio às transformações na historiografia e às lutas feministas e das mulheres das décadas de 1960/70 em defesa da emancipação feminina e da igualdade de direitos (Muniz, 2018, p. 155).

É desse período o germe da mudança que tornou capaz uma nova forma de compreender a participação das mulheres na Guerra da Independência do Brasil, na Bahia, surgida como resultado de um processo histórico no qual os festejos ao 2 de Julho passaram a abarcar um caráter político decisivo, se tornando – a partir da década de 1970 em diante – palco para diversas manifestações e reivindicações populares, a exemplo dos movimentos sociais, da luta pela anistia, campanha pelas diretas já, dentre outros.

O surgimento de pesquisas que analisam a atuação das mulheres negras no processo de Independência da Bahia, dando visibilidade a nomes como o de Maria Felipa de Oliveira e das Caretas do Mingau, foi fruto do processo de diversificação e incorporação de novos sujeitos ao discurso historiográfico, surgido da necessidade de se analisar a Guerra de Independência numa perspectiva decolonial e antirracista⁹. Segundo as pesquisadoras Viviane Carla Bandeira Santos e Andrea de Carvalho Moreira, “[...] questões referentes à atuação da mulher negra no processo de Independência é algo pouco debatido pela historiografia”, a realização de pesquisas que abordem esse tema figura como parte do “[...] compromisso social do historiador” quando este se dedica a revisar os fatos de forma que as “[...] experiências dos diferentes agentes sejam valorizadas na história” (Carla; Carvalho, 2020, p. 2).

No rol das pesquisas que analisam a atuação das mulheres negras, se destaca a atuação da historiadora Eny Kleyde Vasconcelos Farias, pioneira nos estudos acadêmicos sobre Maria Felipa de Oliveira, que realizou uma investigação minuciosa, apoiada em fontes documentais e usando a metodologia da história oral, e, para tanto, entrevistou

⁹ Para uma maior compreensão dos conceitos de decolonialidade e pensamento antirracista, ver: Costa, 2019; Mignolo, 2017; Miranda; Riascos, 2016; Oliveira; Lucini, 2021; Oliveira; Candau, 2010, Quintero *et al.*, 2019.

diversos moradores da ilha de Itaparica, processo registrado em “Cartas de Cessão” que se constituem em valiosos documentos sobre essa personagem¹⁰. Os oito anos de pesquisa resultou na publicação, em 2010, do livro intitulado *Maria Felipa de Oliveira: heroína da independência da Bahia*, obra que se tornou referência para os estudos sobre Maria Felipa de Oliveira (Farias, 2010).

No âmbito oficial, datam do início do século XXI as primeiras iniciativas governamentais em direção ao reconhecimento e à valorização da atuação de mulheres como Maria Felipa de Oliveira na Guerra de Independência. O jornalista Gutemberg Cruz, no artigo intitulado *Maria Felipa: Heroína da Resistência na Independência da Bahia*, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 2008, abordou a importância da contribuição das mulheres no processo de luta pela Independência da Bahia e destaca que a história oficial só muito “recentemente” passou a reconhecer a importância da figura de Maria Felipa de Oliveira. Do mesmo modo, do ponto de vista governamental, a importância da atuação dessa personagem levaria mais de 180 anos para ser lembrada. O reconhecimento oficial foi fruto de um longo percurso iniciado ainda em janeiro de 1905, quando o “Conselho Municipal da Ilha de Itaparica recebe um abaixo-assinado solicitando que determinada rua passe a ter o nome de Maria Felipa de Oliveira” (Cruz, 2008, p. 6). Contudo, a solicitação somente foi atendida em 2007, ou seja, após um século. Já no nível estadual, será também em 2007 que o nome de Maria Felipa de Oliveira passou

¹⁰ No processo de desenvolvimento da sua pesquisa, Eny Kleyde Vasconcelos Farias – Professora das Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG) – coletou depoimentos e narrativas sobre os feitos de Maria Felipa, trabalho que resultou na construção de uma narrativa histórica a partir da memória coletiva. Tais narrativas se encontram registradas nas chamadas “Cartas de Cessões”, documentos registrados em cartório contendo os registros dos depoimentos e as declarações de alguns dos moradores mais antigos da ilha de Itaparica.

a ser incluído no circuito oficial das comemorações do 2 de Julho, como uma das grandes homenageadas pela Independência baiana (Cruz, 2008, p. 6).

O ano de 2008 marca uma nova iniciativa em direção à lembrança do nome de Maria Felipa de Oliveira como heroína da Independência quando a Secretaria da Cultura do Estado (SECULT) e o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) abriram edital para realização de fomento à criação de programas-piloto para a televisão, com recursos financeiros oriundos do Fundo de Cultura, objetivando estimular a produção independente e valorizar temas e personagens históricos e diversificar a programação da Rádio Educadora FM 107.5. Dentre os temas que deveriam ser contemplados pelos projetos de radionovela, destaca-se “Outras Histórias do 2 de Julho – Maria Felipa, a heroína esquecida”¹¹. A inclusão do nome de Maria Felipa de Oliveira se insere no processo de valorização dessa personagem para a história da Bahia.

No início da década seguinte, em 2011, a Secretaria de Cultura do Estado (SECULT) e a Fundação Pedro Calmon, em comemoração ao 2 de Julho, com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca desse “importante fato da história do Brasil”, convidaram os baianos para “saudar os heróis da Independência”. As comemorações foram marcadas por iniciativas, como, palestras, publicações e cortejos, e trouxeram, também, uma exposição fotográfica abordando a representação popular sobre as mulheres que participaram das lutas pela Independência:

Exposição – Situada na rota do desfile, a Biblioteca Anísio Teixeira (Ladeira de São Bento) abrirá suas portas no dia 2 de

¹¹ SECULT e IRDEB lançam três editais para a produção de rádio e TV. In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Poder Executivo. Ano XCIII – Nº 19.800. Salvador, Bahia, 18 set. 2008. p. 5.

Julho, das 9h às 17h, com a exposição Heroínas da Independência da Bahia. A mostra presta homenagem às mulheres que lutaram pela Independência do Brasil na Bahia: Maria Felipa, Maria Quitéria, Joana Angélica e as lendárias Caretas de Saubara, representantes do Recôncavo Baiano. Imagens revelarão a representação popular sobre essas mulheres, como a figura da Cabocla, que une história e religiosidade¹².

A exposição marca uma paulatina ampliação do processo de valorização da atuação das mulheres das camadas populares nas lutas de Independência por parte do governo do Estado. A inclusão das “lendárias Caretas de Saubara” é uma evidência desse fato. Destaca-se, no entanto, que, em Saubara, no Recôncavo Baiano, o grupo cultural denominado Caretas do Mingau realiza há mais de 100 anos um cortejo de mulheres, que se constitui em uma manifestação folclórica em celebração à participação das mulheres do município no processo de Independência do Brasil na Bahia.

Em 2008, o governo do Estado da Bahia, na tentativa de empreender uma política de contratação de atrações culturais para o cortejo ao 2 de Julho, passou a disponibilizar verbas, com o objetivo de financiar a participação de diversos grupos culturais no desfile. E, a fim disso, promoveu uma seleção realizada pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) – Edital 001/2018 –, na qual o grupo Caretas do Mingau foi selecionado em primeiro lugar, passando a fazer parte da lista dos Grupos da Cultura Popular, fato que se repetiria nos anos seguintes¹³.

¹² Fundação Pedro Calmon Programa as Comemorações do Estado para o 2 de Julho. In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Poder Executivo. ANO XCV– Nº 20.595. Salvador, Bahia. 1 jul. 2011. p. 4-5.

¹³ Ver: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Poder Executivo. ANO CII. Nº 22.438 SALVADOR, Bahia, 15 jul. 2018; *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Poder Executivo. ANO CV. Nº 23.040. Salvador, Bahia, 01 dez. 2020.

Destaque-se que a vitória na seleção como grupo da cultura popular não encerra o processo de luta da manifestação cultural das Caretas do Mingau de Saubara pela implementação de políticas públicas que reconheçam sua relevância como uma memória histórica. É exemplo desse fato a busca pelo reconhecimento da manifestação cultural como patrimônio imaterial, cuja solicitação de registro foi realizada no ano de 2015 junto ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e, até o momento, em 2025, permanece sem alcançar os seus objetivos.

Em 2023, durante as celebrações do bicentenário da Guerra de Independência do Brasil na Bahia, em texto publicado na Edição Especial do Diário Oficial do Estado da Bahia, o governador Jerônimo Rodrigues destaca a importância da diversidade da participação popular na luta da independência:

Através dessa expressiva participação popular é possível notar uma verdadeira territorialização da guerra travada na Bahia em que muitos municípios do interior do estado colaboraram para as nossas lutas: enviando voluntários, armas, mantimentos, ou mesmo travando em seus territórios modos diversos de resistência. E é justamente em função dessa diversidade de participação popular que as referências da Independência do Brasil na Bahia foram sendo constituídas em torno não de um, mas de uma diversidade de personagens: Maria Quitéria, Maria Felipa, Joana Angélica, o general Labatut, o corneteiro Lopes, João das Botas, as Caretas do Mingau, dentre outras. Apontando, mais uma vez, para a dimensão coletiva que exige a construção de uma nação (Rodrigues, 2023, p. 1).

A fala do governador expressa o reconhecimento oficial da contribuição dada pelas camadas populares para a vitória na Guerra de Independência, bem como a valorização da atuação das mulheres nas

lutas coletivas que marcaram o conflito. Na mesma edição do Diário Oficial do Estado, Bruno Monteiro, Secretário de Cultura do Estado da Bahia, destaca que, como parte das comemorações do bicentenário, as “heroínas da Independência” passaram a ser contempladas nas escolas:

Em parceria com a Secretaria de Educação, a Secretaria de Cultura tem levado para dentro das escolas o tema da Independência do Brasil na Bahia de forma muito criativa e interativa, com gincanas; conteúdos produzidos pelos próprios estudantes, como mini documentários; materiais didáticos comprometidos com a temática; além de um curso específico de formação para professores sobre a história de Independência (Monteiro, 2023, p. 1-3).

A divulgação nas escolas dos dados históricos que dão conta da existência e atuação de Maria Felipa de Oliveira e das Caretas do Mingau na Guerra possui a importante função de atuar como um momento de reparação às mulheres negras, uma vez que suas narrativas constituem movimentos de resistência das mulheres negras face aos conflitos armados que marcaram a Guerra de Independência no território baiano.

Do mesmo modo, a inclusão dos nomes de Maria Felipa de Oliveira e das Caretas do Mingau, como “heroínas da Independência” no contexto das celebrações do bicentenário do 2 de Julho, realizadas em 2023, contribui para a valorização do protagonismo da mulher negra nos processos de Independência, favorecendo a reprodução de uma história orientada pela perspectiva decolonial e antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas oficiais sobre a história da Guerra de Independência do Brasil na Bahia, assim como os festejos ao 2 de Julho, ao longo dos seus 200 anos de existência, tendeu a ser marcada pelo processo de

apagamento ideológico da história das mulheres que participaram da guerra. É fato que houve raras exceções, a exemplo de Maria Quitéria de Oliveira e Joana Angélica que sempre estiveram presentes nas narrativas oficiais sobre a guerra. Contudo, as suas vidas permaneceram pouco estudadas, e apenas a partir do final do século XX e início do século XXI têm sido alvo de maiores investigações acadêmicas.

A Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi marcada por nomes como a sóror Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e as Caretas do Mingau. Figuras e histórias que não nasceram para o protagonismo no projeto de Brasil pensado pelas elites que construíram a história oficial de nosso país. Todavia, conseguiram ultrapassar as fronteiras sociais e políticas e existir na memória coletiva da sociedade brasileira.

Ainda há muito o que se estudar e conhecer sobre as mulheres que fizeram parte da Guerra de Independência, para tanto, é necessário combater a “invisibilidade ideológica” que tenta apagar, silenciar as lutas das mulheres do passado.

Precisamos pensar no que Saidyia Hartman chamava de “a violência original dos arquivos”, segundo a qual o arquivo repousa sobre uma violência fundadora que determina, regula e organiza os tipos de afirmações que podem ser formuladas e também cria sujeitos e objetos de poder, pois os arquivos foram historicamente constituídos por homens brancos e com o poder de decidir quais sujeitos e documentos seriam descartados ou preservados (Hartman, 2020, p. 27).

Os homens, ao longo do tempo, foram os responsáveis pelo processo de conformar os arquivos, ou seja, pelo processo de selecionar os documentos que entraram para a história, por acreditarem que são dotados de historicidade, e o que deveria ser descartado. Para esses homens, que olhavam a partir do seu lugar de privilégio, o que as

“heroínas da Independência” fizeram não era importante. Portanto, é necessário que a busca nos arquivos baianos seja imbuída pelo desejo de dialogar com as mulheres do passado, interrogando os documentos, fazendo questionamentos que sejam capazes de trazer à luz as suas histórias de vida, seus desejos, seus pontos de vistas.

Um dos papéis da história, quando se faz uma releitura, é mostrar que existem outras interpretações possíveis, outras realidades. Nesse sentido, as comemorações ao bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, marcadas pela valorização das “heroínas da Independência” – Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e as Caretas do Mingau –, são de fundamental importância para que a sociedade conheça essas histórias e os aspectos da vida social e política dessas mulheres fora do dispositivo amoroso e materno. Que meninos e meninas tenham acesso à sua história; os meninos para respeitarem as mulheres e suas histórias de luta, e as meninas para pensarem infinitas possibilidades profissionais e de vida.

É necessário lembrar o compromisso que a história tem com o social; quando traz à cena diversas categorias sociais, ela possibilita a construção de identidades, e com estas, referências que sustentam cada pessoa na sua existência. As histórias pessoais devem ser valorizadas, pois estar representado na história e fazer parte dela é ter a noção de que cada movimento individual faz parte do coletivo e a esse coletivo interessa a história. Sendo assim, nesse projeto de Brasil, as mulheres devem ter lugar reservado para a participação na construção de uma nação de iguais. Logo, sua participação na história atua na melhoria da autoestima, possibilitando o crescimento do sentimento de resistência e, principalmente, de luta, de cidadania.

Em 2023, o fato de o ciclo de comemorações cívicas do Dois de Julho ser marcado pela valorização da presença de mulheres na Guerra

de Independência do Brasil na Bahia demonstra que as festividades estão assinaladas pela valorização da diversidade. Diversas, também, são as origens, a história de vida e a estratégia de luta desenvolvidas por essas mulheres no momento fundador da nacionalidade brasileira e da memória histórica regional.

Logo, a memória e o esquecimento das “heroínas da Independência” são construções em disputa no campo político e social, no qual o presente não pode perder de vista os sentidos contidos no passado através da memória. Assim, no ano em que se comemora o bicentenário da Independência do Brasil, é oportuno destacar personagens pouco evidenciadas, resgatando o papel desempenhado pelas mulheres nesse evento, uma vez que a própria literatura pouco se dedicou a elas.

Sabemos que não é possível modificar o passado, mas podemos alterar a compreensão que temos dele. A realização da homenagem às “heroínas da Independência” nos festejos realizados em comemoração ao bicentenário da Guerra de Independência do Brasil na Bahia é exemplo de como, no presente, podemos desenvolver estratégias para pensar o passado de modo a ampliar e/ou alterar a compreensão que se tem dele.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Algazarra nas Ruas*. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ALMEIDA, Vanessa P. *A Guerra tem rosto de mulher: as caretas do mingau! Narrativas da independência da Bahia em Saubara*. 2017. Tese (Mestrado). Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

BALDAIA, Fábio Peixoto Bastos. *A festa, o drama e a trama: cultura e poder nas comemorações da Independência da Bahia (1959-2017)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

BARROS, Judite Santana. *Saubara dos cantos, contos e encantos*. Feira de Santana: Relomaq Gráfica Rápida, 2006.

CARLA, Viviane; CARVALHO, Andrea. Narrativas Femininas na Independência da Bahia: um Caminho para Educação Antirracista e Decolonial. In: *Estudos IAT*. Salvador, v. 5, Edição Especial Prêmio Luís Henrique Dias Tavares, 2020.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

COSTA, Joaze Bernardinho; TORRES, Nelson Maldonado; GROSFUGUEL, Ramòn (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. São Paulo: Autêntica, 2019.

CRUZ, Gutemberg. Maria Felipa: heroína da resistência na Independência da Bahia. In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Municípios. Ano XCIII. Nº 19.854. Salvador, Bahia. 21 nov. 2008.

DAMASCENO, Karine Teixeira. 200 anos da Independência do Brasil na Bahia: Maria Felipa de Oliveira e outras tantas “guerreiras brasileiras”. In: *Revista Angelus Novus*, n. 17, 2021.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Construindo narrativas pelos caminhos da salvaguarda: Gustavo Barroso no entorno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1930-1945)*. Salvador: UFBA, 2021. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

- DOSSE, François. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: EUEC, 1992.
- FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. *Maria Felipa de Oliveira: heroína da independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: *Revista ECO-Pós*, v. 23, n. 3, p. 12-33, 24 dez. 2020.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 6. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JESUS, Mariana Souza de. Protagonismo de mulheres negras no processo de independência do Brasil na Bahia: Caretas do Mingau na cidade de Saubara em 1823. In: *Anais... IV Copene Nordeste* (1) – 2. 2023.
- LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. Memória e Identidade no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): Origens da Casa da Bahia e Celebração do 2 de Julho. In: *Revista Patrimônio e Memória*. São Paulo. 2011, v. 7, n. 1.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 32 (94), 2017.
- MIRANDA, Claudia; RIASCOS, Fanny. Pedagogias Decoloniais e Interculturalidade: desafios para uma agenda educacional antirracista. In: *Revista Educ. Foco*: Juiz de Fora, v. 21, n. 3, p. 545-572, set./dez. 2016.

MONTEIRO, Bruno. Uma história assentada em artefatos culturais. *In: Diário Oficial da Bahia*. Poder Executivo. Ano CVII. Nº 23.695. Salvador, Bahia, 2 jul. 2023.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Sobre História e Historiografia das Mulheres. *In: Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, MG. v. 31. n. 1. jan./jun. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In: Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história – PUC/USP*. vol. 1, n. 10, 1993.

NUNES, Antonietta de Aguiar. O ciclo das comemorações cívicas baianas: as festividades do Dois de Julho. *In: Rev. IGHB*. Salvador, v. 113, p. 345-362, jan/dez. 2018.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. *In: Boletim Historiar*, vol. 8, n. 1, Jan./Mar. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *In: Educação em revista*, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010.

OREWÁ, Vanessa. A guerra tem rosto de mulher: Caretas do Mingau! Cruz das Almas (BA): EDUFRB, 2023.

PERROT, Michelle. Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência. *In: Dossiê: História das Mulheres no Ocidente*. Cadernos Pagu (4) 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *In: Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade. *In: Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

- PRADO, Maria Lígia Coelho; FRANCO, Stella Scatena. Participação Feminina no Debate Público Brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2023.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed.; 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. *Uma breve história dos estudos decoloniais*. São Paulo: MASP Afterall, 2019.
- RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. In: *Anos 90*. Porto Alegre, n. 11, julho de 1999. Disponível em: file:///C:/Users/ACER/Downloads/ceanos90,+11art5-1.pdf . Acesso em 25 de dez de 2024.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes Silva (Org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.
- RODRIGUES, Jerônimo. A Bahia na vanguarda da Luta por Liberdade. In: *Diário Oficial da Bahia*. Poder Executivo. Ano CVII. Nº 23.695. Salvador (BA), 2 jul. 2023. p. 01.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKER, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SILVA, Cidinha da. 200 Anos de independência e suas heroínas: Maria Felipa de Oliveira, uma mulher negra na luta pela Independência na Bahia. In: *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*. São Paulo, n. 15, dez. 2022.
- SILVA, Cidinha da; Maria Felipa de Oliveira, a mulher que veio do mar e ruminava fogo. In: STARLING, Heloísa; PELLEGRINO,

Antônia (Orgs). *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SOUZA, Bernardino José de. *Joanna Angélica: a primeira heroína da independência do Brasil, na comemoração do primeiro centenario do seu sacrificio*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.

SOUZA, Bernardino José de. Joana Angélica, a primeira heroína da Independência do Brasil. In. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. v. 48, p. 419-453. Salvador, 1923.

SOUZA, Bernardino José de. *Heroínas bahianas: Joanna Angelica, Maria Quiteria, Anna Nery*. São Paulo: José Olympio, 1936.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 12. ed. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2019.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

TELLES, Marcela. Maria Quitéria: Algo Novo na Frente de Batalha. In. STARLING, Heloísa; PELLEGRINO, Antônia (Orgs). *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.

MEMÓRIA MUSICAL DA BAHIA: O *HINO AO DOIS DE JULHO* REVISITADO EM SEU BICENTENÁRIO

Marcos Roberto de Santana¹

RESUMO

O presente artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, que analisa aspectos históricos, literários e biográficos em torno da obra musical que tem sido amplamente difundida como *Hino ao Dois de Julho* que, em 2010, passou à condição especial de Hino Oficial da Bahia. Extensivamente, sugere uma edição impressa corrigida e atualizada do texto e uma gravação padrão da música.

Palavras-chave: hino, música, história, civismo, patriotismo, cidadania.

Keywords: anthem, music, history, civics, patriotism, citizenship.

ABSTRACT

This article is part of a broader research project that analyzes historical, literary, and biographical aspects surrounding the musical work that has been widely disseminated as the Hymn to the Second of July, which in

¹ Membro efetivo do IGHB, coordena o Centro de Estudos Miguel Santana, Projeto Memória Viva. Desenvolve projetos editoriais e atua como pesquisador das tradições musicais e culturais de Salvador. E-mail: msescritor@gmail.com

2010 was granted the special status of Official Anthem of Bahia. It also suggests a revised and updated printed edition of the text and a standard recording of the song.

O SEMPRE MEMORÁVEL DIA 2 DE JULHO LIGEIRAMENTE REVISITADO

Data máxima da Bahia, o 2 de julho é igualmente do Brasil.

Luís Henrique Dias Tavares

O dia dois de julho de 1823 é uma data referencial, que marcou a entrada do Exército Pacificador na cidade do Salvador, capital da Bahia. Desde 1824, o calendário baiano celebra esse acontecimento que uniu a população oriunda dos mais variados estratos sociais em luta deliberada por um território livre da tirania portuguesa. Essa data se tornaria um marco divisório da revolução popular; uma mudança de paradigma da opressão para a libertação. A vitória na guerra pela independência tirou o Brasil das trevas de um governo dominador e explorador.

Uma marcha cívica embalada pelo sentimento de patriotismo conduziria os combatentes vitoriosos ao centro político e administrativo da antiga província da Bahia. O longo percurso desse perímetro urbano que distancia as zonas mais afastadas do ponto de chegada fica mais compreensível com a descrição precisa apresentada pelo historiador Luís Henrique Dias Tavares, conforme ficou assinalado no livro referencial *História da Bahia*:

No dia 2 de julho de 1823 entrou na cidade do Salvador o Exército brasileiro. Veio uma parte pela *Estrada das Boiadas* (Liberdade), pela *Lapinha* e *Soledade*, alcançando Santo Antônio, Carmo, Pelourinho, Terreiro de Jesus, Sé e Praça da

Câmara (Praça Municipal). Outra parte saiu de *Boa Vista de Brotas*; e ainda outra, da Graça/Vitória (Tavares, 1987, p. 137).

A leitura dessas informações permite identificar e até visualizar a extensão do trajeto percorrido pelos grupamentos de combatentes retornados da guerra baiana naquela data especialmente marcada pela luminosidade solar. A fixação do dia da vitória pela população baiana funcionaria como um ato de afirmação e de renovação de uma conquista bélica que mudou os rumos da história brasileira.

Doravante, as sucessivas gerações saberiam daquele acontecimento de forma natural e espontânea. O evento inaugural de 1823, seria repetido no ano seguinte: 1824, daquela vez com uma preparação especial, funcionando já como ato de rememoração do ano anterior.

Mais uma vez, recorremos ao relato interpretativo do historiador baiano Luís Henrique Dias Tavares, para referendar com o recorte de suas informações, o que passaria a acontecer anualmente em Salvador, no dia 2 de julho, como manifestação espontânea de um povo que definitivamente assumiu a data histórica de libertação do jugo lusitano:

O 2 de Julho ficou na reverência patriótica dos baianos, que desde logo estabeleceram a tradição de comemorá-lo anualmente com a repetição da entrada do Exército Pacificador na cidade do Salvador. Aos batalhões, aos heróis, posteriormente acrescentaram as figuras simbólicas do Caboclo e da Cabocla. E, entre muitos, houve um 2 de julho particularmente especial: o de 1849, quando o Marechal Pedro Labatut participou do desfile. Era então um velho muito doente e sem recursos financeiros; viera a Salvador agradecer o auxílio da Bahia à sua filha Januária Constança Labatut – e desfilara pelas ruas centenárias da cidade, na ocasião festiva, e, naquele 2 de julho como em todos, orgulhosa da campanha militar de 1822/1823

e dos heróis conhecidos e anônimos das lutas no Recôncavo, na área de Cabrito-Campinas-Pirajá e em Conceição, Boa Vista, Graça, Bate-Folhas, Lapinha (Tavares, 1987, p. 137).

A sucessão dos anos permitiria o surgimento de uma prática cívica que traz consigo uma vastidão de elementos simbólicos, que aparecem de forma circunstancial, como foi o caso da presença de Labatut e permanente como tem se repetido ao longo dos tempos, como presenças alegóricas ou não, os carros do Caboclo e da Cabocla, integrando com destaque o préstito que vai da Lapinha ao Campo Grande: em dois turnos (manhã e tarde), no dia 2 de julho; e do Campo Grande à Lapinha: em um único turno (à noite), no dia 5 de julho.

Um espetáculo cívico que se repete há dois séculos como expressão de patriotismo

O tradicional trajeto do desfile cívico-militar e político-partidário compreende grande extensão do perímetro urbano de Salvador. Nas primeiras horas da manhã acontecem as manifestações mais genuínas como a tradicional alvorada com a queima de fogos de artifícios no Largo da Lapinha, sede do Pavilhão Dois de Julho, local onde os carros do Caboclo e da Cabocla ficam permanentemente guardados.² Dali eles saem na manhã do dia 2 de julho e só retornam no dia 5 de julho, à noite, como verdadeiros santuários

² O Pavilhão 2 de Julho também chamado de Memorial 2 de Julho, propriedade do IGHB, desde 2023, passou a ser administrado em regime de comodato pela Prefeitura Municipal de Salvador, através da Fundação Gregório de Mattos. O tradicional espaço passou por reformas estruturais e foi enriquecido com serviços e instalações que permitem interatividade com o público visitante, especialmente os estudantes.

itinerantes conduzidos por orquestra, charanga e por grupos de populares, devotas e devotos.

Até data recente o ato religioso de ação de graça, celebrado na Catedral de Salvador, era o ponto de culminância dos festejos programados para a manhã do dia 2 de julho. O tradicional *Te deum*, por questões de comodidade para as autoridades passou a ser oficializado na véspera, dia 1 de julho (manhã ou tarde).

Nas primeiras horas da tarde do dia 2 de julho, acontece a segunda parte do desfile, que sai da Praça Thomé de Souza em direção ao Campo Grande, local onde fora instalado o grandioso monumento ao 2 de julho em 1895. Nesses dois momentos, divididos entre manhã e tarde, se insere um momento complementar, que permite uma confraternização entre todos os participantes e que acontece nas noites seguintes até o dia 4 de julho. Nesses dias, a grande festa cívica dos baianos se transforma em palco e cenário para as mais genuínas manifestações artísticas, religiosas, políticas e educacionais.

Os espaços públicos do perímetro urbano entre Lapinha e Campo Grande, na ida; e Campo Grande e Lapinha na volta, passam a ser disputados como um imenso corredor destinado ao exercício do protagonismo individual e coletivo. O circuito é democrático e inclusivo. Sob os auspícios do sentimento de liberdade e pertencimento, a população de Salvador renova o ardor patriótico e a fé espontânea embalados em ritmos, sons, cânticos, hinos e danças. A catarse coletiva acontece de forma mágica e todo mundo volta para casa com a alma lavada.

NASCE O SOL A DOIS DE JULHO, BRILHA MAIS QUE NO PRIMEIRO³

Em duzentos anos de comemorações ao glorioso dia 2 de julho de 1823, são inumeráveis os feitos que marcaram essa data na sucessão dos tempos. A grandiosidade simbólica da vitória dos brasileiros contra os portugueses passaria a ser motivo de inesgotável inspiração e, inevitavelmente, deflagraria no surgimento de iniciativas grandiloquentes e monumentais. A materialização dessas homenagens constitui exemplo cabal da força que emana desse valoroso acontecimento histórico.⁴

É o sol que nasce em um dia de glória e de celebração da vitória. A intensidade do brilho do sol do dia 2 de Julho também representa uma simbólica reinauguração, pois *brilha mais que no primeiro*. Representa a superação da marca inicial ou primordial do Brasil independente e atualiza no tempo e no espaço o episódio circunstanciado na província de São Paulo, em 7 de setembro de 1822.

Não há como negligenciar o compromisso firmado com o sangue derramado de toda aquela gente envolvida na guerra da independência e a cada ano, no 2 de Julho, parece que a energia solar se renova e se reveste de brilho e fulgor, levando as pessoas (cidadãos e cidadãs de todas as idades), para as ruas: a festejarem a sofrida vitória do passado.

³ O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), já no primeiro de sua fundação, em 1895, revelou o interesse na informação sobre a autoria do Hino da Independência, relacionada ao nome de José dos Santos Barreto. Em 2025, inseriu na programação cultural uma série de atividades de extensão comunitária voltadas para a celebração dos 200 anos do *Hino ao Dois de Julho*. A feliz iniciativa obteve a adesão de corporações militares, grupos escolares e estudiosos de Salvador e do Recôncavo.

⁴ Principais iniciativas de maior vulto registradas no período: Carro do Caboclo (1826), Carro da Cabocla (1848), Monumento no Campo Grande (1895), Panteão de Pirajá (1914), Pavilhão 2 de Julho (1918).

Para fazer valer as conquistas sociais e políticas do tempo presente, o povo não economiza na inventividade e na extraordinária capacidade de celebração cívica. Assim, um rico e variado conjunto de expressões culturais, artísticas e educacionais passaria a definir o sentimento de patriotismo e o visual de civilidade de cidadãos e cidadãos, que costumam comparecer nas festividades que distinguem a data magna da Bahia.

Se existe a disposição física e mental para participar ativamente, também deve existir uma organização prévia que estabelece graus de participação conforme a posição social e política. No conjunto de itens que integram os ritos e as cerimônias, sobrevive como legado artístico e literário de livre expressão patriótica: um hino muito especial, entre todos os outros, igualmente inspirados pela fonte inesgotável de energia criativa e força impulsionadora, que é o 2 de julho.

O tempo passa, os acontecimentos se sucedem, os fatos se renovam, mas a essência mais lídima do 2 de julho de 1823, não desaparece. Enquanto houver sol, haverá luminosidade, fulgor e vitalidade em torno daquela data histórica: instituída e aclamada como a maior data do calendário baiano; portanto, nenhuma outra poderá ofuscar o seu brilho e diminuir a sua importância.

Fonte inesgotável de inspiração, princípio de superação individual e coletiva, símbolo de união e patriotismo, o 2 de Julho, quando olhado, analisado e estudado em suas entranhas cívicas, sugere constante vigilância e disposição para o devido cumprimento das coisas que nele estão implicitamente circunscritas, principalmente nos emblemas que fazem a sua representação simbólica.

Sempre é necessário revisitar a trajetória de luta pela independência do Brasil na Bahia. Também é recomendável lembrar o passado mais remoto, assinalado em datas circunscritas no período colonial: Morte

de Zumbi dos Palmares em 1695; e a Conjuração Baiana em 1798. No alvorecer do período primeiro império não teria sido diferente. A insatisfação permaneceria nos espaços subterrâneos da crise política e, após 1823, o movimento de libertação e de luta pela igualdade não parou e não silenciou. Na década seguinte, em 1835, houve a Revolta dos Malês e, em 1837, o grande impulso da Sabinada deflagraria o sentimento de insatisfação da população baiana durante o período de transição para o segundo império. Os episódios de insurgências pela instalação de uma nova ordem não ficaram estacionados no passado e o movimento de luta por direitos na sociedade brasileira acontece invariavelmente até os dias atuais.

Julho é o primeiro mês de inverno no Brasil, portanto, prevalece nessa época um clima mais ameno, com predominância de frio e chuva. A presença do sol, contudo, representa algo extraordinário e surpreendente. Por outro lado, o surgimento do sol no segundo dia do mês de julho, com intensidade mais acentuada que o dia precedente, pode se configurar em um fenômeno, um evento muito especial: formidável, admirável e diretamente relacionado à uma data histórica de luta pela libertação do jugo colonialista, que marcou três séculos de opressão.

2 DE JULHO DE IOIÔ E DE IAIÁ: O MITO DE FUNDAÇÃO QUE SE RENOVA⁵

Nos últimos duzentos anos tem sido assim: a cada ciclo de 365 dias a data se repete com o renovado fulgor de civismo, patriotismo e de construção da cidadania. A gente nasce, cresce e morre cumprindo

⁵ A expressão *Dois de Julho de ioiô e de iaiá* dá título ao Manifesto Cívico publicado em comemoração ao bicentenário da Independência da Bahia, em 2023; representa mais uma contribuição educacional do Centro de Estudos Miguel Santana através do Núcleo de Cultura Popular da Bahia.

os estágios da vida de forma natural. O dia dois de julho surge no calendário social como um marco inaugural, que sempre se renova. Não há registros de estágios de envelhecimento nesse senhor bicentenário. Nele se aplica desde sempre a quadra máxima assinalada no inspirado hino, que também se tornou bicentenário: *Nasce o sol a Dois de Julho*.

Parece algo mágico ou miraculoso, mas o que está escrito nesses versos se confirma de uma forma inexplicável. O dia dois de julho sempre está diretamente ligado à energia que emana do sol e nele e com ele tudo acontece como celebração coletiva em todos os sentidos possíveis. Não há nem pode haver outro acontecimento que venha ofuscar-lhe o brilho radiante, cuja luminosidade anima os festejos de rememoração ao dia dois de julho histórico, memorável, pacifista e libertador de 1823. O dia dois de julho é todo ele dedicado à catarse dos gloriosos combatentes. Com eles e sobre a memória deles são entoados hinos de ação de graça, preces de elevação; danças e ritos se convergem; oferendas são apresentadas como oblações pelo sacrifício da guerra. Dia dois de julho é dádiva, é liberdade conquistada: é compromisso renovado. Dia dois de julho é o marco da nossa existência e da nossa libertação enquanto brasileiros. A vida nasce e renasce no dia dois de julho. Dia dois de julho é mistério, é força, é magia, é encantamento, é festa, é alegria e energia; é harmonia, é soberania, é paixão: é luz que sempre irradia.

A magia do 2 de Julho traz consigo uma força impulsionadora, uma força transformadora capaz de alterar um elemento da natureza, identificado como sol, em ser patriótico, que defende o Brasil com a sua capacidade de iluminar e transformar realidades cruentas em energia vivificante, renovadora, libertadora.

Dois de Julho sob a luminosidade do sol torna-se um dia de muita força, protegido por uma estrela de quinta grandeza, que é fonte de vida e que produz vibrações de entusiasmo e positividade.

Antes de chegar ao memorável dia dois de julho, teria prevalecido no Brasil e mais especificamente na Bahia, um ambiente de guerra cruenta, massacres, escassez de alimentos, desconforto, desordem, destruição. É possível presumir que naqueles intermináveis meses e dias em que o sol, enquanto energia vivificante, deveria estar totalmente ausente, o ambiente invernal de reclusão e medo, teria prevalecido, causando uma situação severa: assoladora e desoladora, em seus graus mais intensos e dramáticos. Muitos combates, muita destruição e muito extermínio humano; com sangue em profusão sendo derramado como água para irrigar o solo da incontida ambição pelo poder de tirania lusitana. Tudo isso teria prevalecido até raiar o dia dois de julho de 1823: data da redenção e ressurreição de todos os baianos, extensivamente, de todos os brasileiros. Dia no qual o sol brilha mais que no primeiro.

UM SENHOR HINO: CAPAZ DE CONDUZIR A MARCHA DA LIBERDADE E ENCANTAR GERAÇÕES

É de relevo nas tradições cívicas da Bahia a execução, por grande orquestra, do *Hino ao 2 de Julho*, na capela da Casa da Santa Misericórdia, quando no mesmo dia comemorativo da entrada do Exército Pacificador, se celebram ali os louvores à insigne Santa Isabel.

Antônio Vianna

São incontáveis as manifestações artísticas que surgiram em torno da grandiosa data baiana.⁶

⁶ A escritora e pesquisadora Lizir Arcanjo Alves (2010), fez um levantamento substancial de autores e títulos publicados em livros e jornais, a partir de 1822, com a temática da Independência da Bahia.

A produção literária, particularmente sobre o tema da independência é extensa e variada em estilos e em gêneros. Também sobre o poeta Castro Alves recairia a inspiração cívica para retratar o episódio histórico da independência, e ele deixaria sua marca condoreira em poemas grandiloquentes, que descrevem e exaltam o assunto cívico, patriótico e libertário do 2 de julho.

Muitas poesias circunstanciais sobre esse tema cairiam no esquecimento logo após os instantes de sua aparição. No entanto, um hino patriótico entre muitos que vieram à lume ainda na década de 1820, se manteve nos anais da história e, incrivelmente se mantém na memória da população até os dias atuais.⁷

Para tão grande acontecimento não poderia faltar o concurso de uma música marcial com sonoridades vibrantes e efusivas e com texto poético preciso na abordagem de um tema muito caro aos cidadãos e cidadãs; baianos e brasileiros. O *Hino ao Dois de Julho* de autoria de José dos Santos Barreto representa a mais antiga manifestação artística de celebração da vitória do Exército Pacificador e sua entrada triunfal na cidade da Bahia no dia 2 de julho de 1823.

Alguém muito especial, naqueles instantes de celebração da vitória antilusitana, teria a iniciativa de preencher uma visível lacuna musical. No decorrer dos primeiros anos, não foram poucos os poetas e músicos que afinaram sua lira para produzir hinos literários e musicais, enaltecendo sobremaneira a gloriosa data do 2 de julho com o caráter cívico e patriótico. Verdadeiros florilégios começariam a surgir naquele período.

⁷ Manuel Querino cita Domingos do Rocha Mussurunga (1807-1856) e Damiano Barbosa de Araújo (1778-1856), como compositores que também produziram hinos especialmente dedicados ao glorioso 2 de Julho.

O hino que testemunhou as mais lídimas expressões de sentimento de pertencimento de um povo a uma nação a partir de 1824, ressurgiria alvissareiro em singela gravação institucional da Câmara Municipal de Salvador, na virada do século XX, apontando caminhos e indicando critérios de estudo para que uma pesquisa pudesse situá-lo no contexto histórico da Independência da Bahia, apontando documentos esquecidos em arquivos que revelassem os estágios iniciais de sua existência enquanto obra de arte datada do século XIX.

Entre as páginas do belíssimo hinário musical e da infindável lista de poemas escritos por baianos e baianas, recaria sobre a pena de um distinto professor de música, identificado por José dos Santos Barreto, nascido em 1764, na antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Seria ele o compositor, de cuja lira sairia um hino de glória e sua estreia ficaria especialmente reservada para as comemorações alusivas ao primeiro aniversário do acontecimento histórico do dia 2 de julho de 1823.



Imagem 1: José dos Santos Barreto (Cachoeira, 1764 – Salvador, 1848). Reprodução do quadro de J. G. Tourinho (1852), pertence ao Museu do IGHB.⁸

⁸ Em 1948, houve uma programação especial para registrar o centenário de

O pouco que ficou registrado em livro, como síntese biográfica do autor do *Hino ao Dois de Julho* é resultado da atividade intelectual e do olhar atento e investigativo de Manuel Raymundo Querino (1851-1923), através de suas referenciais e preciosas “Indicações Biográficas”, conforme segue assinalado:

José dos Santos Barreto nasceu na cidade de Cachoeira, em 1764. Nada se conhece de sua vida até o período da Independência da Bahia, da qual foi verdadeiro entusiasta e considerado ótimo professor de música, nessa época. Faleceu nesta cidade a 29 de novembro de 1848, com 84 anos de idade, conforme a certidão de óbito. A única composição conhecida desse artista patriota é o popular Hino da Independência ou Hino Dois de Julho, vitoriosamente aplaudido naquela época, e ainda hoje repetido como nota de alevantado patriotismo, por aqueles que não esquecem o valor das coisas pátrias (Querino, 2018, p. 226).⁹

Embora resumido, o fragmento esse biográfico oferece elementos que constituem um mosaico de informações sobre essa figura que atravessou o século XVIII e viveu quase metade do século XIX. O campo de atuação ocupado enquanto professor de música e compositor não deveria ter sido tão restrito ao ponto de ofuscar uma trajetória social em um período de grande efervescência artística e educacional. Por outro lado, as referências ao título do hino composto por Santos

falecimento de Santos Barreto. com a permissão da Diretoria do IGHB, o retrato dele foi conduzido no desfile daquele ano, por um grupo de jovens estudantes da Escola de Música da Bahia.

- ⁹ O nome de José dos Santos Barreto aparece nas principais publicações temáticas de Manuel Querino (1909 e 1916), e sempre é apontado por ele como uma figura de prestígio com pouca atuação, mas sempre em posição destacada. Vale ressaltar que Santos Barreto participou como jurado no concurso público que houve em 1833, para o cargo de titular da cadeira de música. Devido a um raro lapso interpretativo, o registro assinalado pelo mestre Querino aponta que ele teria sido um dos concorrentes.

Barreto, assinaladas por Querino chamam a atenção e apontam para uma imprecisão lacunar que tem persistido no decorrer dos tempos: “Hino da Independência” ou “Hino Dois de Julho”. Alguém, no decorrer dos anos teria ajustado o título desse hino e o resultado é aquele que a tradição literária, que se instaurou posteriormente e se encarregou de cristalizar a denominação: *Hino ao Dois de Julho*, que corre sem embaraço até os dias coetâneos.

Intelectual assaz articulado com o trato da informação sempre útil aos leitores de sua obra, o autor do livro referencial *Artistas bahianos*, publicou na sua edição *princeps* (1909), um clichê com a imagem de José dos Santos Barreto, complementando a síntese biográfica de um artista que ele considerava de grande importância na imensa lista de músicos elencados em sua obra¹⁰.

Na segunda edição do livro *Artistas baianos* de 1911, o autor por algum motivo desconhecido substituiu o clichê com a imagem de José dos Santos Barreto pelo desenho de Ladislau dos Santos Titara elaborado pela Lith. Aranha.¹¹

¹⁰ O clichê é uma reprodução esmaecida do retrato a óleo feito por J. G. Tourinho da Silva em 1852, teria sido oferta do tenente reformado do Exército Clarindo Carneiro de Oliveira Chaves ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. (Cf. Querino, 2018, p. 226).

¹¹ A referida litografia assinada pelo desenhista José Aranha integra o acervo documental do Arquivo Theodoro Sampaio do IGHB, também está disponível na BNDigital (RJ).



Imagem 2: Ladislau dos Santos Titara (Capuame, 1801 – Rio de Janeiro, 1861). Reprodução do quadro pertence ao historiador Pedro Calmon.

Santos Titara é uma figura de grande valor literário ainda pouco conhecida e valorizada nos meios acadêmicos. Veterano da independência, publicou sistematicamente sobre a experiência pessoal vivida na guerra e narrativas épicas sobre a data magna dos baianos. Foi o primeiro autor a fazer referência em livro ao hino composto por Santos Barreto em 1824, apropriando-se do estribilho dele em um de seus inúmeros poemas dedicados ao Dois de Julho, datado de 1828. Esta associação levaria alguns escritores como Manuel Querino e Júlio Barbuda a designarem Ladislau dos Santos Titara como autor da letra do *Hino ao Dois de Julho*. Desse período, Guilherme de Mello foi a única voz a contestar os argumentos dos seus contemporâneos. Segundo Mello, havia uma prática muito comum no século XIX, que a cada evento de cunho patriótico, imediatamente surgia um hino para referendar tal acontecimento. Portanto, não era cabível esperar cinco anos para surgisse a composição de um hino em honra ao dia 2 de julho de 1823. Para ele, um ano teria sido suficiente: então a data provável seria 1824. Ainda assim, a voz de longo alcance e referenciada

de Manuel Querino se manteve e se mantém devido à ausência de fonte documentais fidedignas, que provem o contrário.¹²

Após ter cumprido uma trajetória de duzentos anos, o *Hino ao Dois de Julho* reaparece alvissareiro como objeto de pesquisa do Centro de Estudos Miguel Santana, através de uma das vertentes de estudo do Projeto Memória Musical da Bahia. O tempo se tornaria favorável e os resultados preliminares começariam produzir desdobramentos até então inimagináveis: um verdadeiro estímulo espontâneo para prosseguir no intento iniciado em 1999, a partir de uma gravação que integra o CD *Voz, coração e cidadania*.

A inteligência, o raciocínio, a compreensão política que foram fundamentais para garantir a vitória dos brasileiros contra os portugueses, também devem ser ferramentas eficazes para a compreensão dos desafios que se impõem na contemporaneidade como forma de assegurar o estabelecimento de um ambiente social igualitário, de respeito às diferenças, de distribuição de rendas, de terras e de valorização do patrimônio natural, principal riqueza do país. Sob essa perspectiva, a celebração anual do 2 de Julho se reveste de sentido renovador, que atualiza a marcha cívica pela conquista definitiva da liberdade e da cidadania plena no Brasil.

Em um cenário especialmente decorado com palmas de coqueiro, arcos, guirlandas de murtas e abundância de crótons verdes e amarelos em torno de carros com alegorias, emblemas e toda sorte de representação simbólica, a música transformada em hino de glória se sobrepõe a tudo. É nessa atmosfera de efusiva celebração e genuína

¹² Estranhamente, Querino não transcreveu a letra do *Hino ao Dois de Julho*, embora fizesse referência à pauta musical que pende da mão de Santos Barreto no retrato referido. O autor conclui seu comentário fazendo uma referência literária que conduz ao poema de Santos Titara.

expressão do civismo que o povo deixa os ambientes de passagem do préstito em clima de elevação, mediante sons instrumentais e vozes graves médias e agudas que ecoam e embalam em ritmos e harmonias o sentimento de pertencimento e de adesão aos ideais de liberdade, justiça e fraternidade.

Um hino cívico é uma manifestação artística literária ou musical diante de um acontecimento histórico, social, político, que procura traduzir através de versos ritmados o sentimento coletivo em torno de um evento de grande repercussão regional ou nacional. Pode ter características efêmeras e ser passageiro, perdendo o seu sentido. Também pode permanecer e se revestir de simbolismo cívico, patriótico, artístico, educacional, cultural, político e patrimonial. Quando cai no gosto popular, pode assumir característica de perenidade e se resignificar no decorrer da história. Pode receber atenção especial dos seguimentos educacionais, militares e culturais; pode inspirar interpretações singulares, receber arranjos vocais e instrumentais; gravações e edições especiais e comemorativas, ganhando, extensivamente, status de respeito e consideração das instituições sociais.

O 2 de Julho é uma data de celebração máxima, um marco de liberdade sempre renovado pela força de um hino emblemático, majestoso, alegórico... contagiante.

Nasce o sol ao Dois de Julho¹³
Brilha mais que o primeiro
É sinal que neste dia
Até o sol é brasileiro
Nunca mais o despotismo
Regerá nossas ações

¹³ Existe um documento no Arquivo Theodoro Sampaio do IGHB, datado da década de 1940, que aponta para a possibilidade de outra letra diferente daquela que a tradição literária adotou ao longo dos anos.

Com tiranos não combinam
Brasileiros corações.
Salve, oh! rei das campinas¹⁴
De Cabrito e Pirajá
Nossa pátria hoje livre
Dos tiranos não será.
Cresce, oh! filho de minha alma
Para a pátria defender
O Brasil já tem jurado
Independência ou morrer.
(Mello, 1947, p. 209-210)

Ainda não foi encontrado um documento que possa atestar o período exato do surgimento do “*Hino 2 de julho*”, como ficou assinalado no livro *A música no Brasil* (1947). Contundo é enriquecedor o comentário feito por seu autor, Guilherme de Mello sobre essa obra artística repleta de simbolismo cultural:

O *Hino 2 de Julho*, que é mais um hino de vitória de que mesmo um canto de guerra, é também uma composição de grande fôlego e de uma urdidura altamente artística. É realmente belo e edificante ouvir-se anualmente no dia 2 de Julho, após a chegada dos emblemas da independência baiana, conduzidos por dezenas de batalhões patrióticos, simbolizando a entrada triunfal do exército pacificador na Bahia, esse hino cuja introdução em crescendo parece uma catadupa formada pelo sangue derramado pelas vítimas heroicas da Independência e cujo canto belo, sublime e adorável parece mais um hino de ação de graças, ou por outra, um daqueles Te-Deum (*sic*) atribuído a Santo Agostinho e Santo Antônio no qual debaixo de toda a solenidade se rendiam graças a Deus por uma vitória alcançada. Dir-se-á um canto inspirado

¹⁴ Júlio Barbuda em *Chrestomathia* (1909), contemporâneo de Guilherme de Mello *A música no Brasil* (1908) e Manuel Querino *Artistas Bahianos* (1909), registrou esse verso em sua obra de forma diferenciada: Salve, oh! régias campinas. (cf. Alves, 2010, p. 90).

pela luz do Divino Espírito Santo e portador das bênçãos celestiais aos mártires da nossa Independência. (Mello, 1947, p. 208-9)

Depreende-se que não se trata de uma composição qualquer, nela é possível encontrar elementos estéticos que estabelecem relação de interatividade com outras composições de relevância religiosa como um *Te deum* do século XIII, notadamente plano; ou como o referencial hino francês a *Marselhesa*, de caráter cívico-marcial, datado de finais do século XVIII.

UMA LETRA QUE ULTRAPASSOU OS UMBRAIS DA TEMPORALIDADE

O *Hino ao Dois de Julho* desde 2010, passou à condição especialíssima de Hino Oficial da Bahia. Significa dizer que passou a ocupar a prestigiosa categoria protocolar, que o identifica como a composição lítero-musical mais importante do Estado da Bahia.¹⁵

Esse acontecimento, inicialmente considerado de cunho político e legislativo, tem alavancado ainda mais a popularidade de uma singela composição, cuja estética musical tem relação direta com o ambiente artístico do século XIX. Trata-se, portanto, de uma obra de arte datada e contextualizada nos mesmos moldes históricos de hinos similares aos da França e da Inglaterra.

A feliz iniciativa do Poder Executivo da época poderia vir acompanhada de algumas proposições voltadas para despertar ainda mais

¹⁵ Cf. PL 18.519 / 2010; instituiu o *Hino ao Dois de Julho* como Hino Oficial da Bahia. O então Governador Jacques Wagner, ao tomar posse como Sócio Benemérito do IGHB, firmaria um compromisso institucional ao anunciar previamente em seu discurso, a elevação dessa composição musical à categoria de oficialidade.

o interesse cultural e educacional acerca da origem das coisas; as circunstâncias nas quais elas foram criadas e o estado no qual elas se encontram. Assim, estaria impulsionando alguns de seus desdobramentos naturais no curso da história.

Deve existir algum registro histórico, algum documento antigo que ateste a autoria cabal dessa composição, assim como o instante exato da sua estreia.

Enquanto as informações mais precisas sobre a origem e desenvolvimento da trajetória do *Hino ao Dois de Julho* não aparecem e enquanto não surge uma gravação padrão para os sucessivos momentos de oficialidade, antecipamos a seguir, a apresentação de uma pequena versão da análise literária do hino e da sua estrutura composicional. O material é parte integrante do estudo realizado pelo Projeto Memória Musical da Bahia e foi especialmente elaborado para a série: Encontros de Educação e Arte.

***HINO AO DOIS DE JULHO* (1824) HINO OFICIAL DA BAHIA (2010)**

Breve descrição das partes constitutivas do texto literário do hino

Estrutura composicional: constitui-se o *Hino ao Dois de Julho* de três partes complementares: introdução instrumental seguida das estrofes: 1, 2, 3, que se alternam com o estribilho; após o canto das estrofes alternadas com o estribilho, o hino é finalizado com a parte instrumental.¹⁶

¹⁶ O musicólogo baiano Guilherme de Mello teria sido o primeiro estudioso a tecer comentários sobre a estrutural musical desse hino e seus efeitos estéticos sobre os ouvintes. O Projeto Memória Musical da Bahia inaugura o estudo analítico do texto poético do Hino Oficial da Bahia como contributo para uma possível edição corrigida e atualizada, acompanhada de comentários sobre autoria e complementação de dados biográficos.

Comentários interpretativos do texto literário do hino

1ª estrofe: Define o dia 2 de julho como uma data luminosa, associada ao simbolismo do sol. O sol aparece no primeiro verso associado ao dia 2 de julho e retorna no quarto verso como uma figura da natureza, que se converte em adesão ao apelo do patriotismo. Descrição de um evento maravilhoso, encantador em uma circunstância muito especial. A intensidade do sol se reveste de importância primordial. Representa uma convergência de expressão da natureza para compartilhar o sentimento humano de patriotismo e civismo.

Estribilho: A presença da natureza como uma tendência de afinidade, aprovação e reconhecimento da vitória do Brasil sobre Portugal. Exclui todo tipo de controle advindo de governos que submetem os súditos a sacrifícios extremos. Identifica a coroa portuguesa ao sistema de governo absolutista dos franceses e que suscitou o surgimento da revolução de 1798. Assinala uma mudança de mentalidade política, na qual a sujeição e a passividade cedem lugar à consciência de soberania, coletividade e união. Identifica incongruência e incompatibilidade na forma de ser e agir entre brasileiros e portugueses; a partir da experiência de confronto bélico que resultou na vitória do povo brasileiro sobre o exército português. Plena consciência da liberdade conquistada e do senso de coletividade.

2ª estrofe: Inicia o primeiro verso com uma saudação especial ao ambiente de vegetação predominante na região de combate em Salvador, identificadas por Cabrito e Pirajá. Afirmar a condição de liberdade e de controle da tirania que estava em vigência. Relembra os principais campos de batalha em Salvador para afirmar a permanência da liberdade, portadora de sentimentos nativistas e patrióticos.

3ª estrofe: Inicia o primeiro verso com uma admoestação às novas gerações, que brotarão desse novo tempo e um convite ao combate e à defesa da pátria. Deposita a esperança nas gerações futuras e consigna o lema da liberdade ou a morte, como suprema e intransferível vocação patriótica. Nos versos finais surge o nome da pátria como extensão territorial e de compromisso com o lema adotado pelo Império: Independência ou Morte. Nova era, novo tempo; luminosidade, esperança, vitalidade, renovação e ressurreição. Sugere convergência, adesão, simbiose, união; patriotismo, simbologia, civismo, nacionalismo.

Síntese: Um hino de esperança, de interação e simbiose, tendo a natureza como aliada e com capacidade de transmutação para compartilhar um acontecimento de libertação de um povo pelo jugo de dominação, controle e aprisionamento político. Hino de regozijo, de celebração e confiança no futuro.

DOIS DE JULHO DE IOIÔ E DE IAIÁ E O LEGADO DO NOBRE O ASSUNTO

Não há como escrever sobre o Dois de Julho sem antes beber na fonte bibliográfica de tantos quantos e tantas quantas que escreveram e se enfileiraram no exercício desse ofício de cidadania, desde o mais recuado período de acontecimento dos fatos que marcaram a Independência do Brasil na Bahia, indo até os períodos mais próximos de celebração dessa imorredoura efeméride cívica e patriótica.¹⁷

¹⁷ Em 2023, ano do bicentenário da Independência do Brasil na Bahia, o IGHB mediante convênio com a Assembleia Legislativa da Bahia relançou uma série de publicações institucionais, oferecendo ao público de leitores e escritores a possibilidade de ampliar a visão geral sobre o importante acontecimento histórico.

Por mais superficial que seja a abordagem, necessário se faz o contato com as pesquisas mais recentes e suas temáticas em torno da data de maior significado para a Bahia e para os baianos. Ler autores e autoras selecionados, fazer o devido cotejamento das obras e contextualizá-las na longa lista de títulos parece recomendável e sugere certo nível de profundidade para quem se propõe tatear nesse terreno já rastreado por grandes vultos e com razoável resultado intelectual.¹⁸

Tendo mergulhado e conseqüentemente, tendo permitido embeber-se do manancial literário é natural que os momentos de reflexão aconteçam e com eles o exercício da escrita se torna inevitável e a vontade de escrever e pesquisar, pesquisar e escrever chega bem próximo daquilo que se costuma denominar de impulsos obsessivos. Em certo grau, é o momento de introspecção desdobrado em isolamento pessoal. Os vetores da mente e do intelecto se direcionam para a inteligência criativa e inventiva e os assuntos pululam dia e noite, noite e dia; em qualquer lugar, em qualquer horário sem pedir licença para entrar ou sair.

Revisitar os ambientes relacionados ao Dois de Julho requer disponibilidade, entrega e efetivo entusiasmo criador. Escrever sobre esse assunto histórico também revela traços de cumplicidade e quem se torna porta-voz de sua mensagem libertadora em alguma medida, se impregna de ardor cívico e patriótico; uma espécie de vinculação natural que surge pelo canal da afetividade e espalha nos sentimentos reais de libertação e liberdade; justiça e soberania.

O Dois de Julho está associado, inevitavelmente, a experiências de luta, confrontos, embates e combates. Nele e por ele muitas vidas

¹⁸ A pesquisa sobre a trajetória artística do *Hino ao dois de julho*, realizada pelo Projeto Memória Musical da Bahia tem acumulado uma vasta lista de referências bibliográficas, que começa em 1822 e chega aos dias atuais.

foram ceifadas, muito sangue derramado, muita gente violentada, muitos territórios devastados.

A nova história do Brasil se inscreve com a exemplificação de reconhecimento aos povos originários, os primeiros habitantes da *terra brasilis*. Em nenhum outro território nacional se dá o devido valor de representação patriótica ao contributo indígena como na Bahia, sobremaneira, durante os festejos bicentenários pela entrada triunfante do Exército Pacificador na capital, historicamente datada em dois de julho de 1823. Também no Dois de Julho, as representações máximas de simbolismo patriótico recaíam sobre as figuras representativas do Caboclo e da Cabocla, sucessivamente.¹⁹

É nessa perspectiva que o Dois de Julho, de maneira surpreendente, se reveste de sonhos represados de uma população marcada pela miscigenação das raças, que se encontraram e se abraçaram como iguais. As circunstâncias históricas permitiriam que a etnia indígena naturalmente, ganhasse papel de proeminência entre as demais dentro do espírito celebração da memória, sem se tornar com isso, superior às demais. O Dois de Julho é a celebração da vitória dos brasileiros contra os portugueses, também é a libertação das amarras coloniais de controle e dominação seculares; é o desejo concretizado de poder iniciar uma nova história dentro da própria história. Isso tudo sob o embalo de um hino, cuja sonoridade produz efeitos vivificantes em seus ouvintes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lizir Arcanjo. *O 2 de julho na Bahia*: antologia poética. Salvador: Fundação Pedro Calmon, Quarteto, 2010.

¹⁹ Cf. Teles, 1995.

BARBUDA, Júlio. *Literatura brasileira*. Salvador: Dois Mundos, 1916.

BRASIL, Hebe Machado. *A música na cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1969.

MELLO, Guilherme Theodoro Pereira de. *A música no Brasil: desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

QUERINO, Manuel. *Artistas bahianos*. Salvador: Câmara Municipal; Press Color, 2018.

SANTOS, Jocélio Teles. *O dono da terra: o caboclo nos candomblés da Bahia*. Salvador: Sarah Letras, 1995.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

ANEXOS: cópia da partitura impressa do *Hino 2 de Julho*, adquirida pelo Projeto Memória Musical da Bahia; editada pela Prefeitura Municipal de Salvador e distribuída em 1957. Acervo pertencente à Biblioteca Nacional (RJ) BN/DIMAS; também disponível no Arquivo Público Municipal e no Arquivo do IGHB.

HINO 2 DE JULHO
MUSICA DE JOSÉ DOS SANTOS BARRETO

The musical score is presented in a standard format with a piano introduction, a vocal line, and a piano accompaniment. The piano part consists of two staves (treble and bass clef) with chords and melodic lines. The vocal part is written on a single staff with lyrics in Portuguese. The lyrics are: "Nos-ssos sol a 2 de Ju-lio Bai-lha mo-isque no fari-mos- ro é ri- mal que mes-te di-a a-té o sol a-té o sol é Bra-si-lei-ro. Nunca". The score is written in a key with one sharp (F#) and a 4/4 time signature. The piano part includes various musical notations such as chords, eighth notes, and sixteenth notes. The vocal part includes a melody with lyrics written below the notes.

400.001-D-1964

INSTITUTO
NACIONAL
de
Música

mais nunca mais o des-po-tis-mo re-gre-rá, re-gre-rá nossos a-ções... Com ti
na - - - nos. não com-bi - nam Brasi-leiros, Brasi-leiros cora - - - ções... Nunca
mais nunca mais o des-po-tis-mo re-gre-rá, re-gre-rá nossos a-ções... Com ti
na - - - nos. não com-bi - nam Brasi-leiros, Brasi-leiros cora - - - ções Com ti -

ra... nos não com bi... namba... si... luvos... brasi... leiros cora...

1.ª v. 2.ª v.

5061 5061

Cópia do Serviço de Pesquisas Musicológicas da D. E. C. F.

1823

1957

HINO "DOIS DE JULHO"

LETRA: LADISLAU DOS SANTOS TITARA

MÚSICA: JOSÉ DOS SANTOS BARRETO

Nasce o sol a 2 de Julho
Brilha mais que no primeiro
É sinal que neste dia
Até o sol é brasileiro

Nunca mais o despotismo
Regerá nossas ações
Com tiranos não combinam
Brasileiros corações

Salve, oh! rei das campinas
De Cabrito e Pirajá
Nossa pátria hoje livre
Dos tiranos não será

Nunca mais o despotismo, etc.

Cresce, oh! filho de minha alma
Para a pátria defender,
O Brasil já tem jurado
Independência ou morrer.

PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR

Oferta da Diretoria de Educação e Cultura em homenagem à Magna

Data Bahiana — "DOIS DE JULHO DE 1957"

Mulitith — Imprensa Oficial da Bahia

A LITOGRAVURA “ENTRADA DO EXÉRCITO PACIFICADOR NA LEAL E VALOROSA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE BAHIA” (1830): HISTÓRIA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EXEMPLAR DO IGHB

Pablo A. Iglesias Magalhães¹

Lais G. C. Nascimento²

“A arte é a filha da liberdade”.

Friedrich Schiller (1759-1805), *Cartas sobre
a Educação Estética do Homem*, 1795, Carta II

¹ Professor Associado na Universidade Federal do Oeste da Bahia, atuante no Programa de Pós-Graduação e Ciências Humanas e Sociais – UFOB; no Programa de Pós-Graduação em História – UFOB; no Programa de Pós-Graduação em História – UFS e Cátedra Marquês de Pombal – UFS.

² Mestranda em História pela Universidade Federal de Sergipe, bacharela em Artes Plásticas pela Universidade Federal da Bahia e Licencianda em Artes Visuais pelo Uninter.

RESUMO

O objetivo do presente é analisar o estado de conservação da litogravura do artista baiano Bento José Rufino Capinan (1791-1872) que integra o acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), realizar uma contextualização histórica das circunstâncias em que a gravura fora produzida e discorrer sobre a importância de sua preservação. A pesquisa traz algumas abordagens acerca do conceito de preservação e seus tipos, além da conservação da obra de arte, embasando-se nas acepções de especialistas da área e o modelo aplicado. Na sequência, apresenta um mapa e ficha de danos da gravura com análise de cada patologia e, ao final, enumera recomendações que contribuiriam para o aumento da durabilidade da imagem.

Palavras-Chave: Gravura, Preservação, Conservação, História da Arte, Bahia.

INTRODUÇÃO

Existe uma forte relação entre a técnica da imagem gravada e o surgimento da impressão em tipos móveis criada em Mainz, atual Alemanha, com Johannes Gensfleisch zum Gutenberg (1400-1468) no século XV. Os primeiros detentores dessa tecnologia, os impressores alemães, começaram a difundir-la pela Europa, migrando-a para outros locais. Em Portugal, o seu primeiro livro, *O Pentateuco*, foi impresso no ano de 1487, na localidade de Faro, em idioma hebraico. Na América portuguesa, a primeira tipografia oficial só se estabelece a partir de 1808, com a transferência da corte portuguesa e chegada da Família Real ao Brasil (Camargo, 2003).

Embora livros já fossem impressos no Brasil, desde 1747-1749 (Barros, 2012, p. 4), essa atividade gráfica só passou a ser praticada com regularidade a partir do estabelecimento da Imprensa Régia. Sua finalidade era tornar público os atos oficiais da colônia. Nela também se imprimiam imagem desde o seu primeiro ano de funcionamento,

voltadas para a técnica do talho-doce (Moraes, 1979). Na Impressão Régia, trabalharam os gravadores Romão Elói de Almeida Casado e Paulo dos Santos Ferreira vindos de Lisboa. Posteriormente, chegaram ao Rio de Janeiro os gravadores João José de Sousa, Brás Sinibaldi, José Joaquim Marques e Antônio do Carmo de Figueiredo Mende Antas (Camargo, 2003).

Na Bahia, os primeiros registros da arte da gravura datam de 1810. Existiu uma fábrica voltada para a produção clandestina de cartas de jogar, “[...] uma obscura oficina calcográfica e xilográfica pertencente a José Libório de Sousa e que funcionava, possivelmente, na ilha de Itaparica.” A primeira tipografia da Bahia foi estabelecida em maio de 1811, pelo negociante português Manoel Antônio da Silva Serva. Ele contava com o impressor lisboeta Manoel José Porfírio e do operador de torculo (prensa de talho doce) Marcelino José (Magalhães, 2023, p. 172). Desse parque tipográfico, surgiram as primeiras gravuras calcográficas³ e xilográficas⁴ impressas na Bahia, ainda de maneira muito rústica.

³ Técnica de gravura em metal que tem como característica a construção da imagem de forma detalhada, usando procedimentos diretos, em que o artista grava sobre a placa com instrumentos cortantes, ou procedimentos indiretos, com o uso de substâncias químicas para a realização de sulcos na matriz. Ela possibilitou a democratização do acesso às obras de artes, à difusão de cópias desses trabalhos e à venda a um público maior. Foi inventado por um ouvidor italiano Tommaso Finiguerra (1426-1464), que trabalhava para a família Médici, sendo a suposta primeira impressão de 1452 do artista, encontrada apenas em 1797, na capital da França (Bertoletti; Camargo, 2016, p. 158-177)

⁴ É a mais antiga técnica de impressão em relevo, que permitia a multiplicação de suas provas. Sua primeira aplicação está associada a estampagem de tecidos, primeiramente na Índia, Pérsia e China, e só mais tarde para imprimir gravura e livros. Assim como na tipografia, a xilogravura utiliza a madeira como matriz em que é possível entalhá-la, utilizando ferramentas como canivetes, formões e goivas. Trata-se de uma técnica que se fez presente nas ilustrações de

A técnica da litografia, desenvolvida em 1796 por Alois Senefelder (1771-1834), chega ao Brasil em 1819 através de Arnaud Jullien Pallière e oficialmente com o suíço Johann Jacob Steinmann (1800-1844) (Lee, 2014, p. 13). Sobre a gravura na Bahia durante a primeira metade do século XIX, Manoel Raymundo Querino (1855-1923) nos fala, em 1914, que o artista Bento José Rufino da Silva (1791-1874) ou simplesmente Capinan, teria sido o primeiro brasileiro a trabalhar com litografia na referida província (Magalhães, 2023, p. 172).

Nascido em Salvador, além de gravador, Capinan era pintor, professor e cenógrafo. Passou a adotar esse sobrenome depois de combater os portugueses durante o processo de Independência do Brasil. Foi aluno do pintor de painéis religiosos Antônio Joaquim Franco Velasco e nessa linguagem deixou obras na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda (1845), na Ordem Terceira de São Francisco (1849), na Igreja do Senhor do Bonfim (1854), intervenções no foro da Ordem Terceira de São Domingos Gusmão, e talha em outros espaços (Freire, 2006, p. 502).

Em 29 de julho de 1830, o jornal fluminense *Astrea* reproduziu um editorial publicado pelo jornal *O baiano* fazendo a primeira menção que se tem registro, ao artista Bento José Rufino Capinan como litógrafo:

Todas as Nações cultas tem procurado eternisar o seo Nome por meio de escriptos, e recorrente ao Butil, como mais efficaz para persuadir, nos appresentam elegantes quadros para immortalisar os seos Herões. [...] **Este magnifico quadro inventado e desenhado pelo nosso Concidadão Bento Rufino Capinan**, Professor da Aula de Desenho do Imperial Collegio dos Orfãos d'esta Cidade, esculpido por Mr. Raphaele, e estampado com a maior perfeição. [...] O quadro mencionado acha-se exposto á venda no Theatro de S. João, estampado em Lithographia, cuja sublime

livros e manuscritos de caráter religioso, a partir do séc. XIV (Gabriel; Jorge, 1986).

arte já possui o Brasil (Graças á nossa Liberal Constituição), exercitada n'esta Cidade pelo mesmo Mr. Raphaele, mui habil Retrartista, que promete completar a collecção de seis estampas, contendo as principaes acções desde a tomada da Barca na Heroica Villa da Cachoeira, até o da Entrada Triunphante do Exercito Pacificador já estampado.⁵

Daquele mesmo ano, 1830, é datada a litogravura *Entrada do Exercito pacificador na Leal e Valorosa capital da província de Bahia* (figura 1). O projeto inicial consistia em uma coleção de seis imagens, que narrava os episódios entre 25 de junho de 1822 e o 2 de julho de 1823. É possível que o conjunto tenha sido produzido, mas somente conhecemos o exemplar da *Entrada do Exercito*, no Dois de Julho. Sendo encontrado o conjunto seis gravuras, seria imenso acréscimo à iconografia da Independência, particularmente ao Dois de Julho, posto a escassez de imagens e cartografia coevas ao episódio.

Na gravura do IGHB consta, além do próprio título, as seguintes informações em seu rodapé: “Inventado por Bento Capinan”, “Lithographia de Secretan na Bahia 1830”⁶ e “Esculpido por Raphael”. Trata-se de uma das mais importantes representações alegóricas sobre tal episódio e que serviu de inspirações para outras importantes obras,

⁵ Astrea (RJ), n. 595, quinta-feira, 29 de julho de 1830, p. 2808 (grifos nossos)

⁶ Frederic Albert Gabriel Secretan (1793-1852), gravador e retratista suíço, autor da obra litográfica mais antiga da província de Recife, *Vista do Farol e Porto de Pernambuco tomada do Poço* (1827), do desenho da gravura de “P. Antonius Vieyra” (1837). Em 1830, por conta da gravura aqui examinada, sabemos que esteve em Salvador. Em 1832, Secretan, residia na rua do Ouvidor, 78, na corte fluminense. Mudara para a Cidade da Bahia entre fins de 1834 e o início de 1835, conforme pode ser inferido a partir de uma nota do Jornal do Commercio no Rio de Janeiro. Um editorial publicado na Gazeta da Bahia e reproduzido no mesmo Jornal do Commercio diz “que Mr. Secretan, [residente] na rua direita do Palacio, faz pianos e os concerta, assim como differentes obras, tudo com admiravel perfeição.” Retornaria, posteriormente, ao Rio de Janeiro, terminando seus dias de maneira trágica, em 1852.

como a tela em óleo de Presciliano Silva (1923) (Monteiro, 2023, p. 11). Foi adquirida pelo IGHB antes do centenário da Independência da Bahia, como consta uma nota do *Diário Oficial da Bahia*, escrita pelo Prof. Bernardino de Souza, Secretário Perpétuo do IGHB.⁷



FIGURA 1: *Entrada do Exército pacificador na Leal e Valerosa capital da provincia de Bahia*

Nessa edição comemorativa, o referido professor, escreve em 1923, sobre um diálogo que tivera com Manoel Querino dentro da instituição. Nele, Querino lhe fala sobre a “importância do trabalho de Capinan, por ter sido umas das testemunhas presencias do grande

⁷ “Entrada do Exército Pacificador na Cidade do Salvador”: *In: Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, Edição especial do Centenário, anno VIII. Segunda-feira, 2 de julho de 1923, p. 2.

feito terminal da redenção bahiana”. Bernardino de Souza se refere à Capinan enquanto “exímio artista em seu tempo” e demonstra interesse na gravura da entrada do exército, visto “o diuturno esforço de alguns confrades pelo enriquecimento do Museu”. É através de Zacharias de Góes e Vasconcellos que o Instituto consegue a posse do quadro a crayon, anteriormente ele havia pertencido ao Dr. Luiz José da Costa “que foi lente de geographia do antigo Lyceu Provincial”. Bernardino também nos traz o contexto histórico representado na imagem:

Não sei de outros documentos iconographicos daquelles dias memoraveis de referencia á marcha triumphal, que a 2 de julho de 1823, fez a Divisão da Direita do Exercito sob o commando do Tenente-Coronel José de Barros Falcão de Lacerda, Pirajá ao Terreiro de Jesus, passando pela Lapinha, Soledade e Barbalho. A Lapinha foi o primeiro ponto da cidade onde fez alto, em formatura festiva, a garbosa Divisão junto á qual estava o Commando Supremo de todo o Exercito com seu Estado Maior. Na Soledade, no entrar do largo para quem sobe a rua hoje denominada Augusto Guimarães, ao lado da Igreja e Convento de N.S. da Soledade, levantaram os patriotas um vistoso arco triumphal a mando das religiosas do mesmo convento, sobre o qual desfilavam as tropas victoriosas. No Barbalho foi uma fortaleza, que se arvorou primeiro na cidade o pavilhão nacional, fazendo-o os alferes José Adrião, do Batalhão do Imperador.⁸

A PRESERVAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DA OBRA DE ARTE

Segundo consta no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Candido Figueredo (1913), a palavra *preservar* refere-se a “v. t. Livrar de algum mal; resguardar, defender. (Lat. praeservare)” e encontra-se

⁸ “Entrada do Exército Pacificador na Cidade do Salvador”: In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, Edição especial do Centenário, anno VIII. Segunda-feira, 2 de julho de 1923, p. 2.

relacionada a pelo menos treze outras definições, como: conservar, guardar, livrar, salvar, acondicionar, preservador e preservação. De maneira sucinta, ela pode ser entendida como toda ação que se destina a salvaguardar registros documentais (Brandão *et al.*, 2011, p. 4). Aquilo que se pretende preservar tem em comum a natureza simbólica e o potencial de comunicação social envolve questões interdisciplinares dentro da ciência, como epistemologia, antropologia, sociologia, museologia, história, arquitetura e artes (Granato, M.; Pinheiro, L. V. R., 2012, p. 24-26)

De acordo com Mesquita (2012, p.72) alguns “[...] preceitos são fundamentais para a adequada preservação [...]”, ela deve estar prevista no planejamento da instituição ao estabelecer suas normas. O armazenamento adequado em reserva técnica, considerando as condições de temperatura e umidade compatíveis para cada material; um cronograma de manutenção periódica das peças; a utilização de equipamento de proteção; a consulta de especialistas e acompanhamento técnico durante um eventual empréstimo da obra em todo o processo (desde a liberação até contrato, seguro e transporte), estão entre as ações previstas no planejamento que merecem destaque.

Antes de darmos início ao diagnóstico do estado da gravura, seguindo a metodologia do mapa de danos de Tinoco e a Remissa de Arquivamento de Documentos Especiais da Fundação Biblioteca Nacional, devemos tentar entender o conceito de Conservação da Obra de Arte. De acordo com Mayer (2006, p. 545), essa expressão “[...] inclui todas as medidas tomadas e todos os estudos feitos com o propósito de reabilitar trabalhos danificados ou deteriorados e preservar ou mandar trabalhos de arte nas condições apropriadas.”. Sua aplicação eficaz é fruto de uma “[...] perícia especializada e discerni-

mento desenvolvido através da experiência.”, sendo o conservador o profissional que domina esses aspectos técnicos.

Por se tratar de uma área em constante atualização no desenvolvimento de novos materiais e métodos para esses fins, dentro da conservação, o viés puramente artístico deve ser evitado tanto para conservadores experientes quanto aos demais, sendo o uso de estilos e tendências no tratamento passageiros, podendo correr o risco de se tornarem defasados dentro de alguns anos, como o adotado pela restauração no período de 1980. O aprendizado da conservação e restauro é um trabalho contínuo, em determinados casos é necessário esperar até que novas técnicas surjam para que certas necessidades sejam atendidas e conduzidas de maneira conscienciosa e com afinco (Mayer, 2006, p. 546).

Dessa maneira, existem dois tipos de conservação: a preventiva e a reparadora. A primeira, trata-se de um combo de estratégias e medidas de cunho político, administrativo e operacional que colaboram para a conservação dos acervos que integram. A preventiva são ações que visam precaver e retardar a degradação, através da readequação do meio ambiente, acondicionamento e acesso. A reparadora configura-se por ser toda intervenção na superfície do material que estrutura o documento, com o intuito de trazer melhora ao seu estado físico, não sendo necessariamente uma restauração, que “[...] se propõe a executar o trabalho de reversão de danos físicos ou químicos que tenham ocorrido nos documentos ao longo do tempo [...]” (Brandão; França; Spinelli, 2011, p. 4).

Muito provavelmente no séc. XIX, quando a litografia do “Exército Pacificador” foi estampada, talvez não houvesse uma preocupação expressa por parte dos artistas com relação ao tipo de papel que fosse capaz proporcionar maior durabilidade a obra, e sim aquele que

apresentasse uma gramatura capaz de suportar a pressão da prensa e resistência a água. Deve-se considerar que se tratava de um período de recursos e matéria-prima limitada e, por isso, serão pontuados nessa pesquisa alguns procedimentos capazes de aumentar o tempo de vida desse suporte de material perecível.

Silva (2012, p. 95), engenheiro químico e integrante da Coordenação de Prevenção do Acervo do Arquivo Nacional, explica a rigor que “[...] o aumento da durabilidade de bens culturais perecíveis, como o papel, pode ser obtido através de seu condicionamento em ambientes anaeróbicos [...]”, ou seja, locais sem a presença de gás oxigênio. Pelo elevado potencial que o oxigênio tem em atrair elétrons de outros elementos químicos, esse gás passa a adquirir “[...] características de forte oxidante, fazendo atuar como um dos principais responsáveis pela deterioração dos bens culturais e envelhecimento dos seres vivos.”

Os produtos orgânicos, minerais e sintéticos presentes na composição do papel durante a fabricação são determinantes para condicionar o tipo de durabilidade que o “acondicionamento” que esse material terá, da mesma maneira, agentes internos e externos também contribuem para a deterioração. Relacionado aos agentes intrínsecos estão: a matéria-prima, a carga e composição química, enquanto aos extrínsecos destacam-se os agentes físicos, químicos e biológicos (Silva, 2012, p. 96).

Qual, não obstante, a importância em se preservar essa gravura, além do seu valor histórico/artístico? Por diversos aspectos. Primeiro, até o presente momento, ainda não se sabe ao certo o número de cópias impressas da matriz em pedra desse desenho, posto que não há registro dessa informação. Essa obra é um exemplar extremamente raro e o único que se tem conhecido atualmente. Além disso, ela é

parte integrante da memória cultural de um povo, tendo seu “lugar de memória”.

Para o historiador francês Pierre Nora (1931-2025), a expressão “**lugar de memória**” compreende

[...] em uma tríplice acepção: lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela.

Eles são trazidos para esse contexto evidenciando a relação entre o passado e o sentimento de pertencimento contemporâneo de um grupo, a consciência coletiva e a individualidade, a memória e a identidade. Eles são uma construção histórica, a partir do interesse que despertam e de seu valor documental ou monumental revelados pelos processos sociais (Neves, 2016, p. 39).

Outro ponto que justifica essa preservação diz respeito a **manutenção de documentos em seus contextos originais**. Quatremère de Quincy (1755-1849), arquiteto e filósofo francês, que também desempenhava o papel de crítico de arte, defendia que um bem cultural não poderia ser apropriado por uma cultura alheia a qual ele não pertence. Ele era desfavorável ao deslocamento para que não houvesse descontextualização da obra, considerando que o conhecimento associado a ela estaria sendo dispensado e que a obra de arte deveria permanecer no ambiente para qual fora criada. Dessa maneira, a preservação da litografia de Capinan tendo em vista o valor documental conferido ao acervo histórico que integra atualmente e ao significado que ela carrega por ali estar (Kuhl, 2016, p. 39).

DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO DA GRAVURA, MAPA DE DANOS E FID

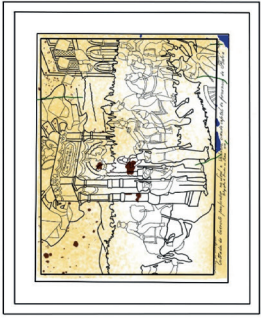
Segundo Tinoco (2009, p. 15) “Mapa de Danos é uma representação gráfico-fotográfica sinóptica, onde são discriminados rigorosa e minuciosamente todos os danos ou deteriorações da edificação.”. Tal modelo foi escolhido como referência devido a sua apresentação clara sobre os procedimentos básicos necessários durante o processo de levantamento e identificação das patologias.

A Ficha de Identificação ou simplesmente FID é compreendida como um formulário onde são registradas as anotações a acerca das verificações feitas, sendo essas informações representadas da maneira mais clara e objetiva possível, diferenciada por cores, facilitando a compreensão e leitura de todos os profissionais envolvidos. Para que o mapa possa ser construído, é necessário primeiramente concebê-la. Os principais campos a serem preenchidos nessa espécie de prontuário são: a data de vistoria, o responsável pela coleta, os danos, a causa, a origem, a natureza, os agentes, a conduta e as ilustrações (Tinoco, 2009, p. 13).

Compreende-se por danos como sendo os efeitos visíveis e mensuráveis das patologias. Eles representam o impacto direto causado por agentes de deterioração. As causas são fatores que desencadeiam ou favorecem o aparecimento das patologias. A origem refere-se à fonte ou ponto inicial de onde os problemas se desenvolveram, podendo ser inerente ao material ou externa. A natureza é o tipo específico de deterioração (física, química ou biológica). Os agentes são os elementos diretos responsáveis pelas patologias e danos e as condutas são as ações e procedimentos adotados para restaurar e conservar a obra.

De acordo com Pascual e Patiño (2003, p. 38), o diagnóstico da obra de arte dentro do processo de conservação é um exame que compreende informações técnicas do bem material, tais como: o estudo

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE DANOS	
  	 
DESENHO GRÁFICO	LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO
MEDIDAS (sem margem): 37,9cm x 51cm. MEDIDAS (com margem e moldura): 54,7cm x 66cm	Rasgos Amarelamento
PATOLOGIAS : Acidificação do papel DANOS: Amarelamento, foxing, fungos e rupturas.	Rupturas ORIGEM: Papel ácido (interna), infiltração de água e temperatura (externa)
MANIFESTAÇÃO: Oxidação, manchas, quebras na fibra do suporte e mofo. CAUSAS: Armazenamento inadequado, umidade elevada, materiais ácidos.	NATUREZA: Física, química e biológica. AGENTES: Material ácido, umidade, micro-organismos,
DATA: ??/JUN/2025 Resp. Tec.: Lais G. C. Nascimento	CONDUTAS: Controle de unidade, readequação do suporte e reparos.

MAPA DE DANOS			
FRENTE DA GRAVURA	DESENHO GRÁFICO	INTERVENÇÃO:	Não há registros de reparos feitos por meio de uma conservação reparadora ou restauração na superfície da obra desde seu ingresso ao acervo da instituição.
		MATERIAL:	• Papel e tinta gráfica; • Compensado de madeira (1) e pregos (16); • Fita adesiva kraft, cordão (1) e parafusos (2).
VERSO DA GRAVURA		DEGRADAÇÃO:	Acidificação do papel Manchas Rasgos Rupturas
LITOGRAVURA "ENTRADA DO EXERCITO PACIFICADOR NA LEAL E VALOROSA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE BAHIA". G. C. Nascimento		Responsável Técnico: Laís	

histórico-artístico, exame organoléptico, exames globais e análises pontuais. A partir desses princípios norteadores, ao longo do texto, foi realizado o estudo da gravura e investigação histórica (autor, época, técnica), levantamento de dados específicos como documentação fotográfica e gráfica, exceto coleta de amostras de agentes químicos e biológicos para análises laboratoriais. Para além do diagnóstico, as demais fases não foram aplicadas na presente pesquisa, mas se encontram entre elas: a recepção e entrada da obra, uma proposta e projeto de restauro, a intervenção sobre os suportes (levando em conta aspectos como reversibilidade, estabilidade, legitimidade, intervenção mínima e integridade da obra), além da fase do arquivo e documentação (com cópia e documentação gerada durante dos trabalhos de restauro).

Diante dos resultados trazidos na FID e no Mapa de danos, partiremos para a análise. No primeiro quadro da FID, o campo do “desenho gráfico” são pontuados através do esboço digitalizado da gravura, os locais em que se apresentam cada tipo de patologia. Patologia é uma palavra que deriva do grego, sendo *phatos*: doença, e *logia*: estudo. Tinoco (2009, p. 4) recomenda que o seu uso seja empregado corretamente

[...] para designar o processo de aquisição de conhecimento que tem por objetivo explicar as razões a localização dos sinais e sintomas manifestos, enquanto fornece uma base para cuidados e intervenções [...].

Na litogravura de Capinan foram encontradas quatro patologias: acidificação do papel, manchas, rasgos e rupturas. A estampa em questão se encontra exposta na sala do arquivo, é protegida por uma moldura de madeira (2x2x1cm), com uma placa de vidro e *passe-partout* (4,5cm) em papel na frente, e um compensado de madeira em seu verso. A sujidade, um acúmulo de partículas de poeira natural estão

muito mais limitados a área externa da gravura, não sendo assim um agente que impedisse a sua visibilidade. Não foram observadas deformações provenientes de intervenções incorretas.

O fato é que, de todos os danos, o primeiro a ser percebido é a amarelamento. Ele pode ter sido causado por diferentes de agentes de degradação como: o grau de acidez do papel e os efeitos do contato com a luz, que “[...] facilita o surgimento do processo de oxidação, que é acentuado quanto maior for a quantidade de lignina existente no papel” (Brandão; França; Spinelli, 2011, p. 12). O amarelamento, o escurecimento ou alteração na cor não pode ser confundido com a descoloração, que é a perda da intensidade original, também oriundo das ações acumulativas dos raios UV e IR. A acidez é consequência do processo químico em que o pH do papel se torna ácido devido a sua composição ou exposição a poluentes.

Em seguida, foi identificada a presença de *foxing*, sinalizada em marrom no gráfico e que se trata de manchas da cor castanha. Relacionada à sua origem não há um consenso por parte dos pesquisadores, alguns afirmam que elas seriam provocadas por microrganismo, enquanto outros acreditam estarem vinculadas ao próprio processo de oxidação de impurezas metálicas que se mantiveram no papel. Essa deterioração tende a surgir em documentos/obras que tenham entrado em contato com papéis ácidos ou de baixa qualidade (Brandão; França; Spinelli, 2011, p. 13). Na litogravura, além da composição química da tinta depositada sobre a folha, há o contato do papel com o alúmen, um sulfato de alumínio e vários tipos de ácidos impregnados na matriz durante o processo de gravação em pedra, como o nítrico, acético, nítrico, oxálico, carbólico e fosfórico, ou seja, pelo próprio emprego da técnica a manipulação com ácidos se faz necessária (Gabriel; Jorge, 1986, p. 115-116).

Os rasgos, sinalizados no gráfico em verde, são rompimentos, quebras da fibras que danificaram a superfície em locais do papel sem necessariamente gerar uma perda, enquanto as rupturas, sinalizadas em azul, implicam no desprendimento de parte do papel. Na gravura em questão, eles se fazem mais presentes nas extremidades da folha, normalmente são decorrentes de manuseios e armazenamento inadequados ao longo dos anos e podem ser recompostos em uma conservação reparadora segundo Brandão, França e Spinelli (2011, p. 11)

No geral, fora os danos apontados, a obra apresenta-se em bom estado de conservação, no entanto, serão recomendadas pelo menos três ações básicas a fim de resguardá-la: 1) **Remanejamento da gravura para um ambiente mais estável e controlado.** A imagem encontra-se locada em uma parede, sem problemas aparentes, mas cujo lado oposto entre em contato direto com a área externa do prédio, recebendo incidência constante de chuva, vento, raios solares e oscilação de temperatura, fazendo uma transferência indireta ainda que em doses homeopáticas de umidade, entre outras causas; 2) **Troca de moldura.** O fechamento atual da moldura é composto por uma placa de compensado de madeira, o mais indicado nesse caso seria chapa de policarbonato alveolar, que tem entre as suas características ser mais leve, que absorve menos umidade, juntamente com um filme de poliéster, o terfane, que ajuda a bloquear uma possível transferência de acidez desse fundo⁹. Além disso, observa-se pontos de ferrugem nos pregos da madeira que reveste as bordas. 3) **Troca do passe-partout.** Embora não tenha sido possível identificar precisamente o tipo de papel utilizado no *passe-partout* que se encontra na obra, recomenda-se a substituição por um composto por fibras 100% linho ou algodão dado o seu amarelamento. Entre os papéis mais frequentemente utilizados

⁹ Conservação: materiais e técnicas. Disponível em: <https://moldulak.com.br/loja/conservacao/> Acesso em 2 de julho de 2025

nessa fixação estão os produtos de origem japonesa, sendo o melhor aquele com fibra 100% kozo (OGDEN, 2001, p. 34).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conservação em papel é uma atividade meticulosa que exige preparo, instrução e treinamento até mesmo da equipe de profissionais responsável pela manutenção para execução de ações básicas. A manutenção adequada, o conhecimento das condições ideais e a compreensão das características de cada material são importantes pois amortizam o desenvolvimento dos sintomas de problemas em curso, caso sejam reconhecidas no tempo hábil. (Ellis, 1987, p. 16)

Embora haja interesse em dar continuidade a esta pesquisa e seus desdobramentos, o presente artigo cumpre seus objetivos ao reforçar a importância artística da litogravura *Entrada do Exército Pacificador na leal e valorosa Capital da Província de Bahia*” diante da notável relevância dos seus autores, artistas gravadores, dentre os quais está o pintor e gravador baiano Bento Capinan; salientar a relevância histórica da gravura diante do contexto apresentado e por ser uma das primeiras representações imagéticas e gráficas de uma gloriosa conquista que culminou na Independência da Bahia; externar a magnitude cultural dessa imagem na construção da identidade do povo baiano, principalmente aquela que se formava a partir do século XIX; notoriedade da obra no que diz respeito à memória coletiva de uma peça que integra um trecho significativo dentro da história colonial do Brasil, e o estado de preservação e conservação em que se apresenta, diante de sua durabilidade e tempo.

REFERÊNCIAS

FONTE ICONOGRÁFICA

CAPINAM, Bento José Rufino. *A entrada do Exército Pacificador na Cidade de Salvador, 1830*. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Sessão de iconografia, Gravura.

FONTE IMPRESSA

Entrada do Exército Pacificador na Cidade do Salvador: *In: Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, Edição especial do Centenário, anno VIII. 2 de julho de 1923, p. 2.

REFERÊNCIAS

BARROS, Jerônimo Duque. *Na oficina de Antônio Isidoro da Fonseca*: Levantamento e análise das obras produzidas pelo primeiro tipógrafo da América portuguesa. Fundação Biblioteca Nacional, Programa Nacional de Apoio a Pesquisa, 2012.

BERTOLETTI, A.; CAMARGO, P. *Gravura*: História, Técnica e Contemporaneidade. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016.

BRANDÃO, E.; FRANÇA, C.; SPINELLI, J. *Manual Técnico de Preservação e Conservação: Documentos Extrajudiciais*. Fundação Biblioteca Nacional, 2011, 23f.

CAMARGO, Mário (org.). *Gráfica*: a arte e indústria no Brasil: 180 anos de História. 2. ed., São Paulo: Bandeirantes Gráfica, 2003.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 1999.

ELLIS, Margareth Holben. *The Care of Prints and Drawings*. AASLH Press, Nashville, Tennessee, 1987.

FIGUEIREDO, Cândido. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. National Library of Portugal, 2010. 2164 f. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>

FREIRE, Luiz Alberto Freire. *A talha neoclássica na Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2006, p. 502.

GABRIEL, M.; JORGE, A. *Técnicas da Gravura Artística*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

GRANATO, M.; PINHEIRO, L. V. R. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação: algumas questões preliminares. In: *Preservação documental: uma mensagem para o futuro*. SILVA, R. R. G. (Org.). Salvador: EDUFBA, 2012.

KUHL, Beatriz Mugayar. *Cartas a Miranda/Quatremère de Quincy*. Paulo Mugayar Kuhl (org). Cotia, SP: Atelier Editorial, 2016.

LEE, Francis Melvin. *Instruir de maneira intensa e imediata: Circulação e Uso de Estampas no Brasil Joanino*. 2014. 395 f. Dissertação (Mestrado). UNIFESP, São Paulo, 2014.

MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. A arte da gravura na Bahia: um estudo da sua fase inicial (1810-1837). In: Augusto da Silva; Carlos de Oliveira Malaquias. (Org.). *Cultura, Memória e Poder*. Rio de Janeiro: Telha, 2023, v. p. 172-202.

MAYER, Ralph. *Manual do artista de técnicas e materiais*. 2. ed., São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.

MESQUITA, Simone. Conservação Preventiva e Reservas Técnicas: ainda um desafio para as Instituições. In: *Preservação*

documental: uma mensagem para o futuro. SILVA, R. R. G. (org). Salvador: Edufba, 2012.

MONTEIRO, Nilson Magalhães. *O “Exército Libertador” de Presciliano Silva*: Comentário histórico a um quadro impressionista. Câmara Municipal de Salvador, Bahia. 2023.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

NEVES, Margarida de Souza. *Lugares de Memória na PUC-Rio*. Setembro de 2017. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/content/lugares-memoria-puc-rio>. Acesso em 27 de junho de 2025.

OGDEN, Sherelyn. *Procedimentos de Conservação*. 2. ed., Rio de Janeiro (RJ): Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001.

PASCUAL, Eva; PATIÃO, Mireia. *Restauro de pintura*. Barcelona: Estampa, 2003. (Artes e Ofícios).

SILVA, Antonio Gonçalves da. Procedimentos para aumentar a durabilidade de materiais perecíveis. In: SILVA, R.R.G. (Org.). *Preservação documental: uma mensagem para o futuro*. Salvador: Edufba, 2012, p. 96-101.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. *Mapa de Danos*: Recomendações Básicas. Textos para Discussão, Série 2, Gestão de Restauro. Olinda, 2009.

O PRECONCEITO E OS RACISMOS ACONTECEM NAS REDES SOCIAIS

Antonia da Silva Santos¹

RESUMO:

O eixo norteador do problema diz respeito ao preconceito e à abordagem sobre o racismo, atualmente encadeado na perspectiva de expressão no campo do discurso. No artigo, tem-se como objetivo principal o esclarecimento

¹ Professora de Língua Portuguesa e Linguística. Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia. Mestra em Linguística Histórica pela UFBA. Especialista em Educação, pobreza e desigualdade social pela UFBA. Pesquisadora colaboradora da Universidade Aberta em Lisboa – Portugal. Membro integrante do Grupo de Estudos GELING – Faculdade de Educação da UFBA. Fez estágio doutoral na USP – Universidade de São Paulo e na UAb – Universidade Aberta de Lisboa – Portugal.

Pesquisadora colaboradora do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB. Possui livros, capítulos de livro e artigos publicados que versam sobre preconceitos e racismo; textos do facebook relacionados à fala de políticos e semiótica. É considerada referência com publicações sobre o Convento da Lapa-BA e sobre a Madre Joana Angélica. No momento, está em fase de edição de um livro sobre a referida freira.

E-mail: antonili2003@yahoo.com.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0128907548308511>.

dos elementos influenciadores no/do desejo de liberdade e libertação através da manifestação de variados sentimentos em textos postados no ambiente virtual — o Facebook — e de outros termos que se aproximam, em virtude dos sentimentos refletidos pelo ser, bem como as possíveis reações ao ato sofrido. Demonstrada uma variante do eurocentrismo, um exemplo real do racismo que atinge milhões de pessoas, Martins (2012) explica que o racismo simbólico ou discursivo está diretamente ligado ao racismo no domínio do discurso, da formação de representações, ou seja, dos sentidos e imagens. O “social” está relacionado a práticas discriminatórias diárias, e o “cognitivo” está relacionado a crenças, conhecimentos, atitudes, ideologias, normas e valores, segundo Van Dijk (2000).

Palavras-chave: Discurso. Atualidade. Racismos.

INTRODUÇÃO

O fenômeno do *racismo* não é o ponto principal neste artigo, mas foram observadas questões relevantes sobre o assunto. É importante discutir a diferença entre racismo e racismos (Martins, 2012), já que as questões que desempenham diferentes formações sociais reconhecem os papéis estruturais de grupos.

O eixo norteador do problema diz respeito ao preconceito e à abordagem sobre o racismo, atualmente encadeado na perspectiva de expressão no campo do discurso. No artigo, tem-se como objetivo específico esclarecer os elementos influenciadores no/do desejo de liberdade e libertação através da manifestação de variados sentimentos em textos postados no ambiente virtual — sítio de relacionamento Facebook — e de outros termos que se aproximam, em virtude dos sentimentos refletidos pelo ser, bem como as possíveis reações ao ato sofrido.

São úteis e pertinentes as reflexões que mostram o racismo no singular pelo envolvimento da justificativa da diferença entre as pessoas, legitimando as relações de dominação ou as de desigualdade no acesso ao poder e a recursos materiais e simbólicos. O termo no plural — racismos — evidencia a manifestação concreta de acordo com referências ou recortes diferenciados. Ou se tinha um racismo contemporâneo ou um novo em contraposição a um racismo antigo e de apelo científico (Van Dijk, 2000).

Demonstrada uma variante do eurocentrismo, um exemplo real do racismo que atinge milhões de pessoas, Martins (2012) explica que o racismo simbólico ou discursivo está diretamente ligado ao racismo no domínio do discurso, da formulação de representações, ou seja, dos sentidos e imagens. Por outro lado, o racismo pode ser definido como um sistema social de desigualdade “étnica” ou “racial”, sendo identificados o componente social e o cognitivo. O “social” está relacionado a práticas discriminatórias diárias, e o “cognitivo” está ligado a crenças, conhecimentos, atitudes, ideologias, normas e valores, segundo Van Dijk (2000).

O PRECONCEITO OU O PRÉ-CONCEITO

O preconceito comporta uma dimensão cognitiva e é tido como uma atitude negativa que determinado indivíduo está predisposto a sentir, a pensar e pela qual se conduzir em relação a determinado grupo de uma forma negativa previsível, conforme Santos (2020b) explica. Neste sentido, são apresentados conceitos ligados ao preconceito, bem como expressões ligadas aos diversos tipos de preconceito. Preconceito não é sinônimo de pré-conceito. Este último pode ser definido como juízo provisório que pode ser transformado após o contato e conhecimento de outro ser humano ou do tema em questão. O pré-

-conceito pode se tornar preconceito quando não há modificação no conceito previamente formado, mesmo após contato com outro grupo ou indivíduo (Aulete, 2021).

Há de se observar os textos postados e selecionados para esta pesquisa, as noções de preconceito e de intolerância e os mediadores importantes da exclusão (Jodelet, 2010). Ambos designam os processos mentais pelos quais são operadas a descrição e o julgamento das pessoas ou de grupos e podem ser encontrados na linguagem, nas ações e nas atitudes dos sujeitos.

O preconceito e a intolerância parecem naturalizados quando são apontados por comportamentos de uma dimensão cognitiva, embora sejam tidos como atitudes negativas. Os indivíduos estão predispostos a pensar e a sentir, bem como a conduzir-se em relação a determinado grupo de forma negativa previsível. Aquilo que antes era denunciado, hoje é curtido e compartilhado nas redes sociais e, assim, as redes se tornam propagadoras dos sentimentos tidos como negativos ou maledicentes.

Quadro 1 – Significados de preconceito

Substantivo masculino.
Etimologia – origem da palavra <i>preconceito</i> .
A palavra preconceito deriva da junção do prefixo pré-, que significa anterioridade, e de conceito.
Juízo de valor preconcebido sobre algo ou sobre alguém que se pauta em uma opinião construída sem fundamento, conhecimento nem reflexão; pré-julgamento.
Repúdio demonstrado ou efetivado através da discriminação de grupos religiosos, pessoas, ideias, sexualidade, raça, nacionalidade etc.; intolerância: o racismo, a xenofobia, a homofobia são tipos de preconceito.
Comportamento que demonstra esse repúdio ou aversão. Convicção fundamentada em crenças ou superstições; cisma. Forma de pensamento em que uma pessoa chega a conclusões que entram em conflito com os fatos por tê-los pré-julgado.

Fonte: Aulete (2021).

Preconceito é uma opinião não baseada em dados objetivos, mas unicamente em um sentimento hostil motivado por hábitos de julgamento ou generalizações apressadas. A palavra também pode significar uma ideia ou conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério ou com parcialidade. Preconceito é o falseamento e a deturpação da realidade pela atribuição de elementos conflitantes ao “outro”. É a projeção de aspectos negativos frente a um objeto quando não se consegue lidar com esses aspectos em si próprio, atribuindo tal fragilidade ao “outro”.

Discriminação é o enfoque dado à relação de exclusão, ponto central para o entendimento sobre a sociedade atual. É uma substituta das antigas relações de dominação e exploração, já que as novas relações de trabalho, em virtude das novas tecnologias, passaram por uma transformação. Não se torna necessária a mão de obra da mesma maneira que ocorria no sistema capitalista tradicional (Guareschi, 2010).

Estereótipo é um esquema simplista, mas mantido de maneira muito intensa e que não se baseia necessariamente em muita experiência direta. Ao se ter uma primeira impressão sobre uma pessoa, há uma orientação dada por um estereótipo e tende-se a deduzir coisas sobre a pessoa de maneira seletiva ou imprecisa, perpetuando, assim, um estereótipo inicial, como afirma Sawaia (2013). Neste sentido, são apresentados diversos conceitos relativos ao preconceito e seus diferentes tipos, além de expressões ligadas a eles. Envolvem qualquer aspecto distintivo de uma pessoa — idade, raça, sexo, profissão, gênero, local de residência ou grupo social ao qual é associada.

O conceito de exclusão social ganhou maior dinâmica ao explorar a multidimensionalidade dos dispositivos hegemônicos que bloqueavam as possibilidades de inserção social, impossibilitando aos indivíduos e aos coletivos o exercício de uma cidadania ativa. A

desigualdade e a exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada, conforme Sawaia (2013). No sistema da desigualdade, o pertencimento ocorre pela integração subordinada; e no sistema de exclusão é deslocado o debate da desigualdade centrado no conceito de pobreza para os conceitos de capital social, comunidades ativas e políticas ativas. Se a desigualdade é um fenômeno cultural e social, a exclusão, por sua vez, também é um fenômeno cultural e social, ou seja, um fenômeno civilizatório, resultante da desqualificação, de acordo com Santos (2016).

Aprimorar o conceito de exclusão apresentando a complexidade e a contradição que constituem o processo de exclusão social é acreditar na sua possível transformação em inclusão social, como afirma Sawaia (2013). O conceito de exclusão social ganhou maior dinâmica ao explorar a multidimensionalidade dos dispositivos hegemônicos que bloqueavam as possibilidades de inserção social, impossibilitando aos indivíduos e aos coletivos o exercício de uma cidadania ativa (Sawaia, 2013).

Ao constatar a continuidade do julgamento das pessoas e até mesmo a ampliação de traumas interligados entre elas nas provocações de seus sentimentos e suas emoções, bem como o prosseguimento da violação dos seus direitos, foram detectados, com o seguimento de Greimas e Fontanille (1993), os sentimentos de indignação, ira, raiva, insatisfação, ressentimento e resistência.

O RACISMO NO CONTEXTO ATUAL

O conceito de *preconceito* está diretamente ligado ao conceito de *racismo*. Para Van Dijk (2008), a negação do racismo também é uma importante forma de se disseminar o preconceito, uma vez que, por ser proibido por lei, o racismo não pode ser falado abertamente. O

fato de ser negado faz com que o racismo fique isento de qualquer culpa. Nesse aspecto, são apresentados por Van Dijk (2017) os quatro tipos de negação: a negação do ato, a negação do trole, a negação da intenção e a negação do propósito. Assim, pode ser observada a omissão de seus atos ou da fala pelas negações, o que confirma que a reprodução dos discursos racistas se tornou gritante na sociedade, mesmo que inconscientemente.

O pensamento humano é concebido como um processo de formação de signos, sendo que pensar a questão do “outro” num quadro de preconceitos seria considerá-lo objeto do discurso do “outro”, colocando-o como vítima de um discurso preconceituoso, como reflete Fanon (2008). É preciso conscientizar todos que o preconceito existe, e os estudiosos dessa questão devem estar atentos para uma caminhada instável, marcada por fortes tensões, ambiguidades e contradições (Santos, 2013).

Os processos de subjetivação-objetivação estão constantemente sujeitos à capacidade e/ou incapacidade de apropriação dos frutos da práxis humana por parte dos indivíduos. Isso não apenas em virtude da divisão da sociedade em classes sociais, mas também pela trajetória dos contrastes e contradições de raça/etnia, de gênero, o que significa uma politização com o objetivo de não cair nas armadilhas do racismo biológico, segundo Poutignat e Streiff-Fernart (1998). Os autores acrescentam que a expressão “classe social” é utilizada como uma significação de um grupo de pessoas unidas por determinantes e interesses sociais, incluindo, especialmente, a ideologia.

O não dito é uma técnica de dizer alguma coisa sem, contudo, aceitar a responsabilidade de tê-la dito, resultando daí a utilização pelo discurso de uma diversidade de recursos implícitos. O que era dito é que no Brasil não havia perseguição religiosa, *apartheids* declarados

ou desejos separatistas ou, ainda, manifestações outras de preconceito linguístico, racial, por idade ou por gênero. Esse foi o simulacro construído de si mesmo pelos brasileiros, um simulacro irreal, já que ocultava a discriminação racial, a exclusão social e a violência que, sem dúvida, permeiam o cotidiano, segundo Fiorin (1994).

É abordado, assim, um panorama com reflexões atuais e vistas pelo sentido social e de uma cultura contextual que está em toda parte. O homem conhece e se conhece com a tradução do real, sua representação, bem como nova interpretação e nova tradução. Nesse emaranhado de reflexões, vem uma questão norteadora: é possível diminuir a disseminação dos preconceitos nas redes sociais?

No contexto atual do país, nas relações de poder e dominação, os principais problemas que atingem a sociedade brasileira são aqueles ligados ao preconceito e à intolerância, separando os indivíduos, classificando-os, hierarquizando-os e representando-os por meio de climas de tensões, conflitos, acordos e negociações sociais, conforme Santos (2020a).

Vale esclarecer que preconceito e intolerância não são palavras sinônimas, apenas. Enquanto o preconceito é a ideia, a opinião ou o sentimento, a intolerância é a atitude de não admitir divergência de opinião (Leite, 2008). A incapacidade da convivência do indivíduo com a diversidade de conceitos, crenças e opiniões e a construção de discursos sobre a verdade ou verdades estão relacionadas com a intolerância (Bobbio, 1992).

Rememorando a injustiça, a partir dos estatutos da segregação, segundo Miranda Filho (2009), a intolerância distorce a alma, prejudica a personalidade e o segregacionista adquire um sentido físico de superioridade. Também Santos (2014, p. 4034) reforça essa ideia ao lembrar que

[...] a relação entre a construção e a expressão de uma identidade social está intimamente ligada aos usos linguísticos feitos na e pela comunidade de fala, o que pode caracterizar o desenvolvimento de preconceitos indissociáveis da percepção de diferenças nos usos linguísticos e da expressão de intolerâncias.

Neste aspecto, “a sanção à língua ou variedades pode resultar numa resignação àquilo que nem tudo está dito ou, ainda, ao que nem tudo o que está dito é o que está dito” (Santos, 2014, p. 4034).

O conceito de preconceito está ligado ao conceito de racismo e esses conceitos ficam gravados e armazenados nos lóbulos temporais do cérebro humano e interligam os termos “negro” e “armado” a sentimentos como hostilidade, ameaça e crime, ou seja, à figura de um bandido. Por outro lado, se o mesmo acontece com um homem ou mulher “branco ou branca” e “armado”, a imagem que vem à cabeça é a de um superior ou de alguém que detém o poder. Esse estereótipo preconceituoso caminha ao córtex médio frontal, onde é registrado e interpretado pela primeira impressão da pessoa. Isso tudo acontece rapidamente.

Quem sofre racismo enfrenta obstáculos concretos no acesso a direitos, bens e serviços, mas há outros efeitos colaterais: baixa autoestima, problemas de aceitação, de ordem psicológica e até depressão.

O efeito psicológico é análogo ao que é causado pela perda de um trabalho ou de um ente querido. Como se não bastasse, quando se recorre a auxílio médico, vem um novo golpe do viés inconsciente. São casos cotidianos de racismo que passam despercebidos pelas pessoas por causa de um fenômeno que a psicologia social chama de *unconscious bias*, ou, em português, “viés inconsciente”. Sem perceber, processos neurais e cognitivos tiram conclusões antecipadas sobre as pessoas e aí entra a discriminação disfarçada.

A parte frontal do cérebro está ligada também à empatia; pesquisas no campo da neurociência indicam que há uma redução da atividade dessa área quando se pensa em pessoas consideradas de menor *status* social. Aquele ser passa a ser visto como objeto e não como ser humano. Os racistas acreditam que a inteligência, a engenhosidade, a moralidade e outros traços valorizados são determinados biologicamente e, portanto, não podem ser mudados. O racismo leva ao pensamento de que só existe um dos dois caminhos: “ou você é um de nós ou é um deles” (Você é racista..., 2015).

Por outro lado, a reflexão é ligada aos termos *estereótipo* e *desumanização*, que conspiram para criar a impressão de que alguém é livre de preconceito ou não é preconceituoso. Sugere-se a empatia, a capacidade de ouvir e sentir a dor do outro, como melhor forma de conectar e entender o ponto de vista de quem está passando por uma situação desprivilegiada, isto é, aquele que se sente, de alguma forma, em situação inferiorizada ou desprestigiada (Lopes, 2020).

São discutidas causas e projetos relacionados com o tema do racismo. As sanções referentes ao racismo ainda são alteradas ou abandonadas, o que promove outras discussões. Entretanto, o que se sabe em relação às notícias atuais é que, na Câmara, o Projeto de Lei nº 4791/20 altera diversas leis com o objetivo de coibir a violência racista no Brasil e reduzir a subjetividade da interpretação quanto ao caráter racista ou não do ato violento. “Cria-se a definição do crime de ódio racial, que é aquele cometido em razão da raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional do ofendido” e “a pena prevista para o homicídio cometido por ódio racial é reclusão de 12 a 30 anos”, conforme justificativa na reportagem².

² Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/agencia-de-noticias>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

A VIOLÊNCIA DO PRECONCEITO

A violência do preconceito, além de promover o isolamento entre as pessoas, semeia a desconfiança entre os pares e conduz as relações aos moldes de uma severa autopunição ou de um sentimento de culpabilidade. Allport (1954/1962, p. 9) afirmou que o “preconceito étnico é uma antipatia baseada em generalização errônea e inflexível. Pode ser sentido ou expresso. Pode ser direcionado a um grupo ou a um indivíduo que faz parte de um grupo”.

São reflexionados os conceitos de preconceito e estereótipo, bem como as possíveis reações do ser humano ao sofrer em situações e manifestações de cunho preconceituoso. Tem-se como definição que “preconceito é uma atitude de nível individual (subjetivamente positiva ou negativa), dirigida a grupos e a seus membros, que cria ou mantém relações hierárquicas de *status* entre os grupos” (Lima, 2020, p. 14).

Os estereótipos são estruturas cognitivas — esquemas — que contêm conhecimentos e expectativas de/sobre os grupos humanos e seus membros, e que podem determinar juízos de valor e avaliações sobre eles. Os estereótipos cumprem funções psicológicas e sociais. As funções psicológicas são:

- a. Sistematizar e simplificar as informações para dar sentido ao mundo; e
- b. Resguardar os valores do indivíduo, protegendo sua identidade através da manutenção das imagens dos outros.

As funções sociais são:

- a. Explicar acontecimentos sociais;
- b. Justificar/legitimar ações sociais; e
- c. Diferenciar o próprio grupo em relação ao grupo dos outros.

São reflexionadas as expressões que respondem à causa de haver o preconceito, a partir da especificidade de suas definições, conforme Lima (2020, p. 16):

[...] é finalizada com uma discussão sobre os processos automáticos ou inconscientes vinculados à expressão do preconceito, sendo destacados os processos cognitivos e algumas das formas de pesquisa sobre as expressões mais veladas e mais abertas do preconceito. O leitor perceberá que a abordagem proposta tem como centro o preconceito de cor. Não obstante, em vários momentos, procuramos elencar elementos gerais e específicos do preconceito, de forma a tornar as análises aplicáveis ao entendimento de outros tipos de preconceito.

A palavra *preconceito* também pode significar uma ideia ou conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério ou imparcial. Preconceito é uma opinião desfavorável que não é baseada em dados objetivos, mas, sim, unicamente em um sentimento hostil motivado por hábitos de julgamento ou generalizações desenfreadas.

O PRECONCEITO E O SUJEITO PRECONCEITUOSO

“Nascemos e vivemos em um mundo já significativo, no qual o problema do sentido não se coloca, o sentido é colocado, se impõe como uma evidência” (Greimas, 1975, p. 13). Reflexionando com as possíveis observações em relação às mudanças de cada ser atingido historicamente, caracteriza-se o fenômeno de acordo com o seguinte:

Quadro 2 – Características do preconceito

É um fenômeno histórico e difuso.
A sua intensidade leva a uma justificativa e legitimização de seus atos.
Há grande sentimento de impotência diante do preconceituoso.
Vê-se nos outros e raramente em si mesmo.

Fonte: elaboração própria (2024).

Segundo Allport (1954), o preconceito é o resultado das frustrações das pessoas, que, em determinadas circunstâncias, podem se transformar em raiva ou hostilidade. As pessoas que se sentem exploradas e oprimidas não podem manifestar sua raiva contra um alvo identificável ou adequado, e, assim, transferem sua hostilidade para aqueles que estão na escala social.

Por outro lado, Adorno *et al.* (1950) afirmam que a fonte do preconceito é uma personalidade autoritária ou intolerante. Pessoas autoritárias tendem a ser rigidamente convencionais. Trata-se de pessoas partidárias do seguimento às normas e do respeito à tradição, são hostis com aqueles que desafiam as regras sociais, respeitam a autoridade e submetem-se a ela, bem como se preocupam com o poder da resistência.

Ao olharem o mundo através de uma lente de categorias rígidas, essas pessoas não acreditam na natureza humana, temem e rejeitam os grupos sociais aos quais não pertencem e não aceitam os seus.

Segundo Adorno *et al.* (1950), há, também, fontes cognitivas de preconceito. Os seres humanos são “avarentos cognitivos”³ que tentam simplificar e organizar seu pensamento social o máximo possível. A simplificação exagerada leva a pensamentos equivocados, estereotipados, ao preconceito e à discriminação. Além disso, o preconceito e a discriminação podem ter suas origens nas tentativas que as pessoas fazem para se conformar — conformidade social — ou se acomodar. Possivelmente, por se ter uma convivência larga com pessoas precon-

³ Em 1984, os psicólogos Susan Fiske e Shelley Taylor fizeram referência ao conceito de avarento cognitivo. A verdade é que todos nós somos avarentos cognitivos em certas situações, uma vez que nosso cérebro tem uma tendência de escolher os caminhos mais curtos, diariamente.

ceituosas, há maior probabilidade de que haja uma aceitação dos acontecimentos do que uma resistência.

Em heurística, o conceito de avareza cognitiva/*cognitive miser* é muito utilizado e significa que indivíduos apresentam uma tendência geral para certa economia mental, é o que revela Paixão (2019, p. 3):

A vaga de investigação sobre vieses de atribuição de Kahneman, Tversky, e outros, efectivamente acabou com a teoria do “cientista ingénuo” da Teoria da Escolha Racional dentro da psicologia social. Fiske e Taylor, baseando-se na prevalência de heurísticas na cognição humana, ofereceram a teoria da avareza cognitiva. É, em muitos aspectos, uma teoria unificadora que sugere que os seres humanos envolvem-se em processos de pensamento economicamente prudentes, em vez de agir como cientistas que racionalmente avaliam custos e benefícios, testam hipóteses, e actualizam as suas expectativas com base nos resultados das experiências que são as nossas acções do dia-a-dia [sic]. Ou seja, os seres humanos estão mais inclinados a agir utilizando atalhos mentais para fazer avaliações e decisões sobre questões e ideias sobre as quais sabem muito pouco, bem como questões de grande relevância. Fiske e Taylor argumentam que actuar com avareza cognitiva é racional devido ao volume e à intensidade da informação e estímulos a que os seres humanos estão expostos. No entanto, outros psicólogos também argumentam que esta tendência dos seres humanos é a principal razão pela qual estes muitas vezes são menos que racionais.

As pressões para a conformidade social ajudam a explicar a razão das pessoas absorverem, rapidamente, os preconceitos de seus pais e colegas, quando crianças, mesmo antes de formarem as próprias crenças e opiniões com base na experiência. A pressão das pessoas mais próximas faz com que se torne aceitável a expressão de determinadas visões tendenciosas, em vez de ser mostrada pelo oprimido a tolerância aos membros de outros grupos sociais. A convivência, através de uma

atitude comunitária é, possivelmente, a forma mais adequada de se reduzir o preconceito.

SENTIMENTOS E EMOÇÕES NA REDE

Para se entender as emoções humanas, é importante refletir sobre as atitudes. Toda atitude é composta pela cognição, pelo afeto e pelo comportamento. Em relação à cognição, o termo “atitude” é sempre empregado com referência a um objeto. Esse objeto pode ser uma abstração, uma pessoa, um grupo ou uma instituição social.

Segundo Boch *et al.* (2019), as emoções não variam muito nas diferentes culturas. Nesse aspecto, as emoções mais frequentes são a raiva, a alegria, a tristeza, o nojo, o medo e a surpresa. Entretanto, elas podem dar origem a outras, misturando-se entre si, a exemplo da decepção que é resultante da união da tristeza com a surpresa. Referindo-se ao comportamento, a predisposição, ou seja, os sentimentos positivos levam à aproximação, e os negativos podem levar à esquiva, ao escape (Allport, 1954/1962).

Apresenta-se um rol de conceitos que podem ser vistos na análise de sentimentos, bem como um conjunto representativo e manifestado pela sua grande diversidade, tais como a ira, a raiva, a indignação, o ressentimento, o ódio, a revolta ou a resistência, refletidos e revelados nos desejos de liberdade e libertação em manifestações textuais e caracterizadoras dos variados sujeitos, em destaque, o atual presidente da República do Brasil. É importante compreender os diferentes protocolos disponíveis, atentando ao mais apropriado para sua rede.

Rede é um sistema promotor de relações. Pensamento é um processamento de ideias e são as ideias que chegam à reflexão. Os sentimentos são conhecidos e inerentes ao ser humano. A emoção é

uma reação a um estímulo, não envolve pensamento. Já o sentimento envolve um alto grau de componente cognitivo, de percepção e avaliação de algo. Emoção é reação, enquanto sentimento é construção (Medeiros *et al.*, 2016).

Segundo Damásio (2015), as emoções trazem significados e conexões à vida de cada ser e servem como uma forma de comunicação entre as pessoas. As emoções são conjuntos complexos de reações químicas e neurais, formam um padrão e têm um tipo de papel regulador que desempenha, de algum modo, a criação de circunstâncias vantajosas ao organismo, cujo papel é auxiliar e conservar a vida.

Jaggar (1997, p. 163) afirma que “o caráter aparentemente individual e involuntário da experiência emocional” é “freqüentemente [*sic*] considerado como prova de que as emoções são respostas pré-sociais, instintivas, determinadas por nossa constituição biológica”. As emoções são resultado de processos socialmente produzidos. Para tanto, é realçado o aprendizado do que pode ser chamado de respostas daquilo que sua cultura define como respostas apropriadas a certas situações, por meio das quais são construídos julgamentos e predisposições emocionais. Segundo Jaggar (1997, p. 164):

Se as emoções envolvem necessariamente julgamentos, requerem obviamente conceitos que possam ser vistos como maneiras socialmente construídas de organizar e compreender o mundo. Por essa razão, as emoções são simultaneamente tornadas possíveis e limitadas pelos recursos conceituais e lingüísticos [*sic*] de uma sociedade. Essa afirmação filosófica é corroborada pela observação empírica da variabilidade cultural da emoção.

Pode-se inferir que as questões que envolvem a dinamicidade e, sobretudo, a capacidade de compreender os pensamentos, os sentimentos e as emoções por meio das interpretações oferecem a elucidação

de aspectos relacionados ao comportamento das pessoas, bem como daqueles que são injuriados ou sofrem a ação. Nesse jogo de troca de injúrias, persegue-se a caminhada entre afetos, tais como rancor, raiva, maldade, malícia, ódio, ressentimento, cólera, mágoa. Isso exposto, eis por que as emoções maledicentes prevalecem. Nessa orientação e (re) orientação de impulsos agressivos, são estabelecidos sujeitos ressentidos, modalizados por um querer e um não saber (Zilberberg, 2004).

À luz dessas questões, as paixões, o *pathos*, vêm sendo apresentadas e baseadas nas modulações tensivas do lugar de nível semântico em intensidade, no lugar daquele que é sensível e na ordem do inteligível na extensividade, conforme Zilberberg (2004), sendo na proporção de intensividade, os estados de alma, e na dissensão da extensividade, os estados de coisas.

Na época atual, o que é apresentado em termos de conduta ou mascaramento ou, até mesmo, de apagamento de valores e intenções que são consideradas impróprias é o juízo de valor dado ao comportamento, mesmo que haja um julgamento velado ou disfarçado. É o que acontece na internet. As tentativas das diversas maneiras de julgamentos são veladas ou alteradas, conforme a circunstância e, segundo Souza e Virginio (2017, p. 23), “o querer está associado a um dever fazer.”

Greimas e Fontanille (1993) denominaram as paixões de estados d'alma, o que pode ser mostrado em diferentes reflexões com os termos *afeto*, *sentimento* e *paixão*, que, no sentido mais amplo, não são sinônimos. Se fossem sinônimos, seria designado um estado d'alma em geral. Neste sentido, as significações atribuídas a afeto, emoção, paixão e sentimento garantiriam o mesmo lugar teórico, o mesmo objeto teórico, já que, na língua, não há sinônimos perfeitos (Fiorin,

2007). O que se pode mostrar é que, relativo à emoção ou ao afeto, basta um corpo que sinta. Emoção é algo rápido, embora intenso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crime de injúria racial ocorre quando são ditas ou expressas ofensas a determinados tipos de pessoas, tendo como exemplo chamar um negro de “macaco”, impedir que alguém ocupe determinado espaço, entre outras. A acusação de injúria racial permite fiança e a pena pode ser de até oito anos, mesmo que comumente não ultrapasse os três anos. O racismo, por sua vez, é mais grave, considerado um crime sem direito à fiança e sem prescrição.

O crime de injúria racial está previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, e o crime de racismo está previsto na Lei nº 7.716/1989. Contrariamente ao crime de injúria racial, o crime de racismo é inafiançável e imprescritível. Apesar de existirem diferenças normativas entre os dois termos, os dois crimes são deveras desprezíveis do ponto de vista moral.

Para que seja considerado crime de racismo, é preciso que se apresentem diversos motivos que causem constrangimento ou impedimento de qualquer natureza e/ou que excluam ou discriminem por questões de ódio às diferenças.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. *et al. The Authoritarian Personality*. New York: Harper, 1950.
- Allport, G. W. *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley, 1954/1962.
- Aulete, C. *Dicionário Online de Português*. Disponível em: <<https://aulete.com.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- Bobbio, N. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.
- Boch, A. M. B. *et al. Psicologia*. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2019.
- Damásio, A. *O mistério da consciência*. Do corpo e das emoções ao conhecimento de si. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Fanon, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- Fiorin, J. L. Polifonia textual e discursiva. In: Barros, D. L. P. de; Fiorin, J. L. (org.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- Fiorin, J. L. Semiótica das paixões: o ressentimento. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 9-22, 2007.
- Greimas, A. J. *Sobre o sentido*. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar *et al.* Petrópolis: Vozes, 1975.
- Greimas, A. J.; Fontanille, J. *Semiótica das paixões*. Dos estados de coisas aos estados de alma. São Paulo: Ática, 1993.

Guareschi, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. *In*: Sawaia, B. (org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 143-157.

Jodelet, D. Os processos psicossociais da exclusão. *In*: Sawaia, B. (org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 55-67.

Leite, M. Q. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

Lima, M. E. *Psicologia social do preconceito e do racismo*. São Paulo: Blucher Open Access, 2020.

Lopes, L. Como a ciência contribuiu com machismo e racismo ao longo da história. *Galileu*. 2020. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/noticia/2020/06>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Martins, A. R. N. Racismo no debate da imprensa sobre a política de cotas para negros. *Discurso & Sociedad*, v. 6, n. 2, p. 389-417, 2012.

Medeiros, J. *et al.* Introdução à análise de sentimentos em redes sociais: o léxico construído em momentos do processo de Impeachment. *IX Simpósio Nacional ABCiber – PUC São Paulo*, 8, 9, 10 de dezembro 2016.

Miranda Filho, M. *As origens de tolerância no Ocidente: tolerância e direito natural*. São Paulo: USP/LEI, 2009.

Paixão, N. *Vieses na análise de informações e tomada de decisão*. 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/Nuno_Almeida_Psicologia>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Poutignat, P.; Streiff-Fernart, J. *Teorias da Etnicidade*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

Santos, A. da S. Preconceitos instigantes: escola, professores e alunos fervilhantes. In: Gomes, C. B. (org.). *Violência nas escolas: em busca de uma cultura de não violência*. Curitiba: CRV, 2013. p. 175-180.

Santos, A. da S. Paradoxos na internet: interação, socialização, preconceitos e exclusão. CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL), 17, 2014, João Pessoa. Disponível em: <<https://mundoalfal.org>>. Acesso em: 15 out. 2019.

Santos, A. da S. Discriminação, insultos verbais em qualquer lida, ainda. SEMOC, 2016, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: 2016. Disponível em: <www.ucsal.br/SEMOC>. Acesso em: 15 out. 2019.

Santos, A. da S. *Fake News*. In: Galeffi, D. *Transciclopédia em Difusão do Conhecimento*. Salvador: Quarteto, 2020a.

Sawaia, B. (org.). *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Sousa, S. M. de; Virginio, C. P. Entre o sensível e o inteligível: paixão e memória em *Dois irmãos e Leite derramado*. *Estudos semióticos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 16-27, jul. 2017. Disponível em: <www.revistas.usp.br>. Acesso em: 23 jul. 2019.

Van Dijk, T. A. New(s) racism: A discourse analytical approach. In: Cottle, S. (ed.). *Ethnic minorities and the media*. Milton Keynes: Open University Press, 2000. p. 33-49.

Van Dijk, T. A. New(s) racism: A discourse analytical approach. *In*: Cottle, S.; Van Dijk, T. A. *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.

Van Dijk, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2017.

Você é racista – só não sabe disso ainda. *Geledés*. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/voce-e-racista-so-nao-sabe>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

Zilberberg, C. As condições semióticas da mestiçagem. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit. *In*: Cañizal, E. P.; Caetano, K. E. (org.). *O olhar à deriva: mídia, significação e cultura*. São Paulo: Annablume, 2004. p. 69-101.

Biografias

MÃE STELLA E O CORPO DE OBÁS

Ribamar Daniel¹

Neste ano de 2025 quando celebramos o Centenário de Nascimento de Mãe Stella de Oxossi, *Odé Kayiodê*, por solicitação de nossa *Ìyáloríṣa*, *Ìyá Ana*, *Obá Gerê*, o tema principal desta minha fala será abordar a relação de Mãe Stella com o *Corpo de Obás*. Como todos sabemos, existem duas categorias de *Olóyè*: os *Adoṣu* e os *Não-Adoṣu*. Nesta minha fala ficarei restrito ao principal *Olóyè Não-Adoṣu*, componente do *Egbé* de nossa *Casa*, que são os *Obás* de *Ṣàngó*. Na estrutura hierárquica do *Egbé* os *Obás* têm suas responsabilidades: os *Obás* são Ministros de *Ṣàngó* e o representam na Terra. Receber um cargo dado pelo *Oriṣa* é prêmio e não castigo. O *Oriṣa* considerou que a pessoa escolhida é digna de servi-lo e servir aos deuses é uma honra que poucas pessoas recebem. A responsabilidade é muita e dá medo, gera ciúme, inveja, mas tudo isso é muito pouco diante da glória e do prazer de servir.

¹ É Obá Òdofin.

No Candomblé todos os cargos são vitalícios, pois todos são dados por ordem do *Oríxa*. O que é sagrado merece respeito. O dono do *oyê* tem “obrigação” moral e espiritual de se impor. Respeito se adquire respeitando os outros. Humildade não é subserviência. A simplicidade é plena de *Àṣẹ*. Os *Obás* são chamados de “pai” por todo o *Egbé*. Como Ministros de Rei, sentam-se ao lado da *Ìyálorixá*, a qual é a mais elevada representação de *Şàngó* no *Àiyé*. Aos *Obás* foi entregue o destino civil do *Terreiro*, eles são os representantes de direito da Sociedade Cruz Santa, incumbindo-lhes a tarefa de, junto à *Ìyá* e ao Conselho Administrativo, conduzir os bons caminhos do *Àṣẹ*, zelando, também, pela manutenção das tradições da *Casa*.

Um pouco de História – Auxiliada pelo *Bàbáláwo* Martiniano Eliseu do Bonfim, uma das personalidades mais impressionantes da Bahia do início do século XX, Mãe Aninha, *Obá Biyi*, introduziu no *Ilé Axé Òpó Àfonjá* o *Corpo de Obás*: seis da direita e seis da esquerda. Os *Obás* da direita têm direito a voz e voto; os da esquerda, somente à voz. Nosso *Àṣẹ* é o pioneiro na criação do *Corpo de Obás*. Pioneiro no Novo Mundo. Mãe Senhora criou os subtítulos de *Òtún* e *Òsì* para o referido Corpo de Obás unindo forças, ampliando o *Àṣẹ*. Os *Obás* da atualidade são:

Obá da direita:

O Abiodun é Adrianinho Azevedo Filho foi suspenso aos onze anos de idade em 1991, o *Òtún-Abiodun* e o *Òsì-Abiodun* estão vagos; o *Aré* é Paulo Santana, o *Òsì-Aré* é Marcelo Nascimento, o *Òtún-Aré* está vago; o *Kakanfó*,(titular), o *Òtún-Kakanfó* e o *Òsì-Kakanfó* estão vagos; o *Téla* é Rodrigo Gois de Codes, o *Òtún-Téla* e o *Òsì-Téla* estão vagos; o *Àrólu* (titular), o *Òtún-Àrólu* e o *Òsì-Àrólu* estão vagos; o *Òdofin* é Ribamar Daniel, o *Òtún-Òdôfin* é Ubirajara e o *Òsì-Òdôfin* está vago.

Ôba da esquerda:

O *Ônaşokun* é Antonio Luís Calmon Teixeira, o *Ôtún-Ô-naşokun* e o *Ôsì – Ônaşokun* estão vagos; o *Areşá* é Muniz Sodré; o *Ôtún-Areşá* e o *Ôsì – Areşá* estão vagos; o *Eleryin* é Tadeu Alves de Souza, confirmado por Mãe Senhora e uma grande força desde então, o *Ôtún-Eleryin* é Fernando Nascimento, o *Ôsì-Eleryin* está vago; o *Oni Koyi* é Gilberto Gil; o *Ôtún – Oni Koyi* e o *Ôsì-Oni Koyi* estão vagos; o *Olugbom* é Augusto Costa Conceição, o *Ôtún-Olugbom* é Diego Oliveira, o *Ôsì-Olugbom* é Carlos Rodrigues Carrera; o *Şòrun* é Santiago Codes, o *Ôtún-Şòrun* é Almir Santana Filho, o *Ôsì-Şòrun* é João Alexandre Carvalho.

Ressalto que os *Obás* da direita têm o direito de pegar o *Şere* de *Şàngó*, em atos realizados no Barracão, na Casa de *Şàngó* e durante as fogueiras nos *Şiré* de *Ayrá* e *Àfonjá* na em louvação ao referido *Oríşá*. Trocam o *juba* com a *Ìyálorixá* e demais autoridades religiosas, recebendo pedidos de bênçãos, por parte do *Egbé*.

Vamos, então, às atitudes que reforçam o *Àşę* adquirido com a Iniciação:

Todos os nossos rituais visam cultuar nossas divindades, tendo como consequência aquisição de *Àşę*. Para os Iniciados do Candomblé, *Àşę* significa, principalmente, força, poder, energia. E é este o objetivo maior do Iniciado, adquirir cada vez mais *Àşę*, para melhor praticar a Lei Universal do Serviço, para melhor servir ao mundo.

Para ficar pleno de *Àşę*, o *Omo-Oríşá* deve ter atitudes e praticar atividades que estão inseridas no contexto da comunidade. Os *Obás* não negligenciam os pequenos detalhes da nossa religião, por isso eles merecem respeito, adquiriram *Àşę* suficiente para viver no mundo o maior tempo possível e assim fazer e deixar sua história.

É fundamental o conhecimento transmitido de maneira oral. E não é só pela manutenção da tradição, nem pelo guardar dos mistérios, mas, principalmente, porque o conhecimento passado por um mais velho está cheio de emoções, sentimentos e, consequentemente, *Àṣẹ*.

Numa dimensão mais pessoal, gostaria de registrar também, com muita emoção, lembranças de minha convivência aqui no *Àṣẹ* e sobretudo com Mãe Stella. Tudo começou num domingo, de um outubro longínquo, perdido na memória de há mais de quarenta anos, quando o destino me quis chegar pela primeira vez ao *Ilê Axé Opô Afonjá*: que eu ouvisse o repicar dos atabaques, retornando de uma visita à casa de amigos no antigo Beirú. Era como se alguma força me chamasse. Eu, maranhense, recém-formado em Medicina na Bahia, sabia das minhas raízes, minha bisavó paterna fora escrava liberta.

Inesquecível daquela noite foi quando Mãe Stella levantou-se e participou da roda do *Şiré*, de maneira altiva, majestosa e forte despertou em mim o desejo de conhecer melhor a Religião dos *Oríṣa*. Passaram-se anos até que eu voltasse, então, levado pelas mãos do senhor Américo, que era meu paciente, Américo de Oxum que pouco tempo depois se tornaria meu Pai-pequeno.

Outro dia inesquecível foi, durante as *Águas* de 1993, quando fui suspenso Ogã de Oxalá, já sendo de Oxaguiã. Ocasão marcante. A princípio, fui tomado de uma grande surpresa depois de muita alegria pela deferência do orixá manifestado à minha pessoa.

Pessoalmente, todos nós temos nossos momentos memoráveis da nossa relação com nossa Mãe, muitos dos quais guardamos num lugarzinho muito especial do nosso peito, momentos íntimos, intransferíveis, só nossos. Mas existiram também tantos outros que foram públicos compartilhados com um montão de gente, que não obstante

nos enchem de satisfação e honra por termos estados presentes, por tê-los vivenciados.

Uma data marcante na vida de Mãe Stella era seu aniversário, todo *egbé* participava, muitos figurões da sociedade baiana compareciam à nossa *Casa* para render as devidas homenagens. Fosse no Barracão ou no espaço aberto do Terreiro era festa o dia inteiro. Nossa mãe alimentava-se bem, uma vez perguntada sobre o que gostava de comer, respondeu sem titubear, ...“*sarapatel, quiabada, rabada e mocotó...*” sempre socialmente acompanhados de um bom whiskyzinho.

Dos momentos oficiais, que participei, gostaria de lembrar a viagem a São Luís do Maranhão para a *Reunião Preparatória* para a *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*, conhecida como *Conferência de Durban*, que seria realizado na África do Sul em 2001. Evento no qual ela participou representando o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 22/8/1988 MS foi convidada especial para a cerimônia de instalação da Fundação Cultural Palmares no governo do Presidente José Sarney, retornando como homenageada especial, nas comemorações dos 25 anos da referida fundação no governo da Presidente Dilma Rousseff.

Em 2005 foi convidada a proferir palestra na comuna (município) de Lucca na Itália onde recebeu a “Comenda da Comuna de Lucca” conferida pelo *Sindaco* (Prefeito) local.

Em 2010, ano do Centenário do nosso Terreiro, MS compareceu à Sessão Solene em homenagem realizada na Câmara dos Deputados em Brasília.

Em 2005 MS recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade Federal da Bahia, UFBA; em 2009 recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade do Estado da Bahia, UNEB; e

em 2013 tomou posse como imortal da Academia de Letras da Bahia ocupando a cadeira 33 cujo patrono é Castro Alves em 12 de setembro, data do seu onomástico de Iniciação no Candomblé.

Para finalizar essa parte, gostaria de registrar o maior carinho que recebi de Mãe Stella foi quando ela se referiu a mim no seu artigo em A TARDE, “São José de Arriba do Mar” num contexto em que abordava o caminho para iniciação, a vocação para sacerdote, nossos sonhos e expectativas de vida. E encerra o artigo contando a história da origem maranhense do meu nome José de Ribamar. Como diria o poeta, foram muitas emoções, crianças, vivi...

Mãe Stella escreveu 9 livros, sua obra literária é muito importante, fundamental sob vários aspectos: com esses livros, Mãe Stella tornou-se a primeira autoridade religiosa (fonte primária) a oferecer-nos conhecimento ancestral sem intermediário. Dando a possibilidade de que um número maior de pessoas compreenda o rico simbolismo da Religião dos *Oríxa*.

A contribuição mais significativa de *Iyá* Stella foi superar a tradicional oralidade africana. Em toda sua obra está registrada uma parte representativa da herança milenar africana, alterando definitivamente a maneira pela qual o conhecimento é transferido.

No Candomblé estão reunidos os valores culturais, éticos e morais mais significativos da Herança dos Povos Africanos à Cultura Brasileira. Muito humildemente, gostaria de registrar que fiz minhas as palavras contidas nesses livros, fazendo os devidos ajustes para o nosso tempo de agora como ela nos ensinou.

Apenas a título de ilustração e como registro de nossa gratidão a todas as “Veneráveis Senhoras” que conduziram e conduzem os destinos de nosso *Àṣẹ*, trago aqui algumas menções de Mãe Stella abordando

fatos e personalidades, desde as origens do Terreiro, dando ênfase principalmente às contribuições das *Ìyálorixás* que a antecederam, porém sem deixar de mencionar aqueles, ocupantes de cargos ou não, com ou sem funções religiosas.

Vale ressaltar que o *Ilé Axé Òpó Àfonjá* iniciou-se em 1894 na saída de Mãe Aninha da Casa Branca na companhia de *Obitikô* já com suas obrigações completadas. Os primeiros tempos de vida nova foram passados no bairro do Camarão, Rio Vermelho, em casa de tio Joaquim, *Obá Sanyá* – inseparável parente espiritual e amigo. Mas *Şàngó* queria sua Casa, seu próprio espaço.

Primeiro foi no Bairro de Amaralina na rua Santa Cruz e após, Mãe Aninha passou a funcionar na sua residência à Rua dos Capitães, hoje Rua Ruy Barbosa, transversal da Ladeira da Praça. Nessa rua foi iniciada: Rosalina de Oxalá, considerada de beleza notável. Em 1903, residindo na Rua Curriachito, Obá Biyi “fez santo” de Salú de Ayrá e Maria das Dores de Oxossi. Em 1907, Mãe Aninha mudou-se para uma casa na Ladeira da Praça, local da iniciação de Maria Bibiana do Espírito Santo, Oxum Muiwá, que se tornaria, tempos depois, a terceira *Ìyálorixá* do *Ilé Axé Òpó Àfonjá*.

Por sua garra, vontade, espírito de luta e resistência, Mãe Aninha adquiriu a roça em São Gonçalo do Retiro em 1910. Depois de suas precárias localizações iniciais, o Rei encontrou as instalações definitivas para sua Casa onde permanece até hoje o *Ilé Axé Òpó Àfonjá*.

Com olhos e pena de cronista, Mãe Stella ajuda-nos a melhor compreender as mudanças realizadas pelas *Ìyás* e seus colaboradores ressaltando sempre o caráter edificante de todas elas. Por meio dela **sabemos** dos esforços de Mãe Aninha, *Obá Biyi*, para atravessar fronteiras sociais, ao mesmo tempo trabalhando com afinco pelo que acreditava, amalhando a solidariedade dos poderosos, dando importantes passos

para a liberação do Culto aos *Oriṣa* em todo o País; **sabemos** que Mãe Bada, *Olufan Deiye*, empenhou-se em aprofundar os conhecimentos religiosos, iniciando várias pessoas em outros terreiros, ela “entendia profundamente os mistérios dos *Oriṣa*,”... era “a desempatadora oficial de questões litúrgicas, conflitantes do Candomblé desta terra”; **que Mãe Senhora** criou os subcargos de *Òtún* e *Òsì* para o Corpo de *Obás*; **sabemos** que “inovações positivas foram feitas por Mãezinha, coisas de valor, a exemplo da reforma na Casa de Omulú, do quarto de Oxalá, das *Ayabás*, e a ideia da reconstrução da Casa de *Şàngó*”... que ela era também “boa mestra” e que orientou muita gente.

Junto com sua preocupação em registrar os “ajustes”, as “reformas” que cada *Ìyálorixá* fez a seu tempo, tomamos assim não apenas conhecimento de personalidades importantes para a história de nossa Casa, como também passamos a conhecer particularidades, intimidades, que só são possíveis dentro do âmbito da família. Da extensa família ancestral-religiosa a qual todos pertencemos.

Tomamos conhecimento de personalidades tais como foi *Obá Sanyá*, tio Joaquim, a quem Mãe Aninha considerava como pai; como foi o *Bàbáláwo* Martiniano Eliseu do Bomfim o elo do *Àṣẹ* com a Nigéria; o Ogã Jorge Manuel da Rocha cujos esforços renderam-nos o Decreto n. 1202; ficamos sabendo que os “*Babalorixás* Procópio, Ciríaco, Bernardino frequentavam as festividades da nossa Casa”; que Nezinho da Muritiba era grande amigo de nossa Mãe e que suas filhas Bida e Rosinha, *Ìyálorixás* respeitadíssimas, passavam muitos dias no *Àṣẹ* como hóspedes de Mãe Senhora; sobre Mãe Senhora, *Oxum Muiwá*, que foi “Mãe Preta do Brasil” na década de sessenta e recebeu o título de principal mulher do culto a *Şàngó*, “*Iyá Naso*”, das mãos do Rei de Oyó na Nigéria, que, muito vaidosa, gostava de joias, perfumes, talcos, adorava “Alfazema Garrão”, gostava de comer peixe

e beber vinho “Reserva”; sobre Mãezinha, *Iwin Tona*, que nasceu no mar dentro de um navio da “Bahiana”, daí seu nome Ondina, do seu abastado pai José Theodoro Pimentel, primeiro e único *Bálé Şàngó* de nossa Casa; que Mãezinha era um misto de doçura e aspereza, que possuía o talento herdado de conversar com os olhos, que desarmava qualquer um.

Numa prosa despretensiosa e direta Mãe Stella vai passando pelas pessoas, falando-nos dos valores que elas preconizavam, ressaltando suas contribuições, nos dando intimidade, nos familiarizando com as origens e as tradições do nosso povo. Num determinado momento constata enaltecendo a necessidade de livros: “não é mais possível a prática da crença nos *Oríşas* sem reflexão, estudos e entrosamentos. A tradição somente oral é difícil nos tempos atuais. Até mesmo porque a aquisição da escrita pela humanidade é um ganho, e não uma perda.”

Além da preocupação com a leitura, a preocupação com a instrução, ela afirma, vem desde o tempo da fundadora, Mãe Aninha, que, apesar de toda dificuldade do seu tempo, queria ver seus filhos de anel no dedo, pés na terra, servindo aos *Oríşas*. A abrangência da obra literária de Mãe Stella é clara. No entanto, ela demonstra ser muito ciosa em relação à formação dos seus filhos *Adoşu*. “Estes escritos se destinam, particularmente, aos meus filhos *Adoşu*”, dizia. Meu tempo é restrito, em virtude dos incontáveis compromissos que a vida de *Ìyáloríşá* me impõe. Por isso, achei indispensável transmitir a vocês, meus descendentes espirituais, algum conhecimento adquirido nos meus longos anos de experiência adquiridos no *Àşę*. O que se registra, por escrito, permanece! Porém, nunca é demais lembrar, apesar da importância da escrita na comunicação, o conhecimento transmitido pela oralidade é base da transmissão do conhecimento

iniciático, pois só através dele o *Àxé* dos mais velhos pode ser repassado aos mais novos”.

Além do precioso conhecimento, proveniente da melhor fonte de todas as fontes, sobre o nosso passado, os iniciados encontrarão em sua obra orientação detalhada de modos e costumes que poderão lhes ajudar a entender as diversas situações de vida na comunidade do *Ilê Axé Opô Afonjá*: como se vestir, se comportar, como observar o respeito aos mais velhos, a hierarquia implícita nas relações etc. Traz também esclarecimento sobre os rituais mais significativos, fazendo menção detalhada do intrincado mundo dos cargos e funções dentro do nosso Terreiro. Conhecimento que levará o iniciado a saber precisamente seu lugar “no mundo”, como se posicionar em relação aos demais e em relação às diversas circunstâncias em sua volta.

A produção literária de Mãe Stella envolve a percepção de diversos tempos e as formas de transmissão de conhecimento. A velocidade que vem tomando os acontecimentos afasta-nos cada vez mais da possibilidade de vermos mantidos os vínculos familiares tradicionais. No Candomblé isto também é verdade. Com seus livros Mãe Stella cria uma forma de tradição na família-de-santo.

Mãe Stella dá o seu recado, chamando-nos a atenção para as forças capazes de manter a integridade e coesão da família-de-santo em nossa sociedade, apontando para os perigos que nos rondam, de dentro e de fora.

Durante os seus muitos anos no comando do nosso Terreiro, Mãe Stella sempre teve uma palavra amiga, de compreensão, de incentivo, de carinho e, acima de tudo, de verdadeira Mãe. Percebemos em todos seus escritos a avidez zelosa da mãe que, com empenho e determinação, preocupa-se em transmitir princípios de conduta, e valores para a imensa legião dos seus filhos, ensinando-nos que o

mais importante é garantirmos a permanência do Culto aos Oríças entre nós: “Deixemos o egoísmo de lado e tratemos de transmitir conhecimento como maneira de conservar o Candomblé ‘por todos os tempos’”, instiga-nos.

Mo júbà, Mãe Stella, *modúpé* por tudo que a Senhora fez.

Súre fún mi, Ìyá Ana, *Obá Gerê*, que *Şàngó* e todos os *Oríças* permaneçam ao seu lado dando-lhe muito *Àṣẹ*, muita saúde e muitos anos de vida para bem orientar e conduzir seus filhos e o destino desse nosso *Ilê Axé Opô Afonjá*, *Mo bassam*, *moborum*,

BENEDICTA IGNÁCIA VIANNA DE AFRICANA CATIVA À PROTAGONISTA ANÔNIMA DA HISTÓRIA

Diego Copque¹

No dia 2 de maio de 2025, celebramos o centenário de nascimento de Maria Stella de Azevedo Santos, mais conhecida como Mãe Stella de Oxóssi. Nessa data, celebrou-se uma longa vida de resistência e também de reexistências que se configurou a partir do legado imaterial deixado pelos bisavós africanos de Mãe Stella, principalmente o

¹ Diego de Jesus Copque é natural de Salvador, cidadão camaçariense, professor, historiador, poeta, compositor, letrista, pesquisador da história da Bahia, sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e autor dos livros *Do Joanes ao Jacuípe: uma história de muitas querelas, tensões e disputas locais* que está no prelo na segunda edição revista e ampliada, *A presença do Recôncavo Norte da Bahia na consolidação da Independência do Brasil*, livro que possibilitou a reparação histórica do Dois de Julho por meio de uma campanha de reparação pensada e articulada por Copque que resultou na conquista da passagem do Fogo Simbólico do Dois de Julho, anualmente, nos municípios de Mata de São João, Dias D'Ávila, Camaçari e Lauro de Freitas e seu terceiro livro *De Benedicta & Tibério à Mãe Stella de Oxóssi: a vida em tempo de viver (1850-2025)*.

de sua bisavó, a ex-cativa nagô, Benedicta Ignácia Vianna, ancestre que pavimentou, através de sua jornada, os caminhos dos seus descendentes, especialmente daquela que se tornaria uma sacerdotisa do candomblé, uma mulher cuja sabedoria e influência se consolidou como um dos pilares de preservação e valorização da cultura africana e afro-brasileira.

A história dos antepassados africanos, lusitanos e afro-brasileiros de Mãe Stella de Oxóssi está devidamente registrada no livro *De Benedicta & Tibério à Mãe Stella de Oxóssi: a vida em tempo de viver (1850-2025)* para celebrar o centenário de nascimento de Maria Stella de Azevedo Santos. Mas, neste artigo, abordamos a trajetória de sua bisavó Benedicta, e como de escravizada de ganho, que trabalhava nas ruas da Cidade do Salvador, tornou-se proprietária do sobrado que nasceu o ilustre baiano Ruy Barbosa, o Águia de Haia.

De acordo com a tradição oral da família de Mãe Stella, sua antepassada africana nasceu em Abeokuta e pertencia à família Konigbagbe, sendo filha de Abii Irhin Konigbagbe da etnia egba. Sua ancestre, depois de escravizada, foi batizada no dia 28 de dezembro de 1851 na Igreja Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia na capital baiana² quando recebeu o nome Benedicta, sendo batizada junto com outra cativa africana nagô que recebeu no batismo cristão o nome de Maria; as duas eram cativas do negociante maltês Vicente Brignioni.

O maltês era casado, em segunda núpcias, com uma senhora baiana chamada dona Ignácia Leocadia de Azevedo. Quando ele morreu, sua esposa se tornou uma de suas herdeiras, travando uma verdadeira batalha judicial contra a mãe de Vicente Brignioni que

² ACMS, FHC. Livro de batismos da freguesia da Conceição da Praia, 1844-1864. f. 109.

vivia em Malta e tornou-se herdeira da terça de seu filho. Quando foi realizado o inventário dos bens deixados pelo negociante maltês, Benedicta já mantinha um relacionamento com o também cativo Tibério, que servia à família Rodrigues Vianna. Dessa família se origina o sobrenome do casal de ex-escravizados. Tibério trabalhava na condição de cativo no Trapiche Gomes e atuava como carregador de cadeira de arruar, tendo participado da greve dos ganhadores em 1857.

No inventário de Vicente Brignioni, Benedicta foi identificada como cativa nagô do serviço de ganho que estava grávida e passava por um problema momentâneo de saúde. Ela, na condição de serva, foi avaliada em 350\$000 reis. Essas informações foram inseridas no processo de inventário do negociante maltês, em 20 de março de 1858, e o primeiro filho de Benedicta e Tibério nasceu em setembro e foi batizado em outubro do mesmo ano com o nome de Cosme. Os padrinhos da criança foram Joaquim, um africano liberto, e Maria José, a africana recém-liberta que fora batizada em 1851 junto com Benedicta. Maria se encontrava no gozo de sua liberdade recém-conquistada por meio da verba testamentária de seu antigo senhor, o falecido Vicente Brignioni³.

Embora sua companheira de cativeiro tenha alcançado o direito à liberdade, Benedicta continuava cativa trabalhando arduamente no ofício do ganho possivelmente vendendo alimentos para pagar, à sua senhora, a etapa dos ganhos auferidos no seu trabalho de mercadejar nas ruas de Salvador. Benedicta e Tibério geraram sete filhos. Tibério conquistou sua liberdade primeiro e adotou o nome composto de Tibério Miguel Luiz Rodrigues Vianna. Benedicta e seus filhos só conquistaram suas respectivas liberdades tempos depois de Tibério conquistar sua

³ ACMS, FHC. Livro de batismos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, 1844-1864. f. 148.

manumissão. Ela adotou o prenome de sua antiga senhá Ignácia junto ao sobrenome Vianna, passando a ser chamada de Benedicta Ignácia Vianna. Seus filhos foram batizados de Cosme José Vianna, Maria Theodora Vianna (que se tornou em 1925 avó de Mãe Stella de Oxóssi), Damiana Maria da Conceição, Joana Ignácia Vianna, Felipe Santiago Vianna, Braz Vianna e Elizeu Salvador Vianna. Em 1882 Tibério viajou para Lagos, na Nigéria, e Benedicta e seus filhos continuaram no Brasil.

Benedicta Ignácia Vianna lutou bravamente no dia a dia do ganho e ameculhou um bom pecúlio e, além de ter conquistado a própria alforria, obteve também a liberdade de seus filhos, passando a aplicar suas economias na compra de imóveis na Cidade do Salvador. No dia 16 de julho de 1884 ela registrou a compra de uma casa térrea localizada na Rua da Poeira, na Freguesia do Santíssimo Sacramento de Santana, hoje bairro de Nazaré, no valor de 2:800\$000 réis. O imóvel foi vendido pelo casal de africanos libertos Duarte Soares e Miquelina Carlota Bastos. O casal de africanos informou que havia sido comprado anteriormente dos herdeiros de Antônio Machado da Cunha e que essa compra havia sido registrada naquele mesmo tabelionato de notas no dia 22 de junho de 1882.

Duarte Soares era um famoso babalorixá de Xangô conhecido na Cidade do Salvador pelo nome de Arabonam. João José Reis, no terceiro capítulo do livro *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, relata algumas atuações do babalorixá na capital da Província da Bahia a exemplo de ele ter sido contratado pelo chefe de polícia de Salvador para descobrir a autoria de um determinado crime⁴.

⁴ REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo. Companhia das Letras, 2009. p. 126.

No dia 12 de setembro do mesmo ano, Benedicta Ignácia Vianna fez um grande investimento financeiro ao adquirir um imóvel do médico e primeiro cirurgião do Exército Brasileiro, João Thomaz de Carvalho, e de sua esposa, dona Guilhermina Guiomar Galeão Carvalho, representados na venda do imóvel por um parente do casal, o Barão de Almeida Galeão, cujo nome de batismo era Manuel Caetano de Almeida Galeão. Ele os representou no tabelionato porque João Thomaz, após participar da Guerra do Paraguai, reformou-se como major cirurgião do Exército e, desde então, o casal Carvalho passou a residir na Província de São Paulo. A esposa do médico, dona Guilhermina Guiomar, pertencia ao ramo materno da família de Ruy Barbosa.

Esse imóvel era uma casa de sobrado situada na Rua dos Capitães, nº 9, na Freguesia da Sé⁵. Esse prédio não era uma casa convencional e custou-lhe 4:000\$000 réis. O sobrado estava edificado em terreno próprio com esquina para a Rua da Assembleia medindo 16 metros de frente e 12 metros e 20 centímetros de fundo, com duas lojas com portas e janelas, tendo uma sala, dois quartos com chão cimentado, cinco janelas no primeiro andar e quatro sacadas com grades de ferro. O sobrado tinha de um lado quatro janelas e do outro três; todas as janelas tinham peitoril. A casa também possuía três salas, dois quartos, cozinha e um pequeno pátio, sala de jantar, todos forrados, e um sótão com duas janelas para o telhado da frente e uma janela de fundo para cada lado, tendo ainda mais dois quartos. A edificação foi construída com paredes de caixa dobrada. Esse imóvel era a casa onde nasceu, no dia 5 de novembro de 1849, o ilustre jurista baiano Ruy Barbosa⁶

⁵ APEB. Livro de Notas de Tabelião da capital, 1540; fs. 51 e 52.

⁶ APEB. Inventário, Benedita Inácia Viana, 06/2423/2923/11. (1916). Maço: 2923. Documento: 11.

filho do médico e político João José Barbosa de Oliveira e dona Maria Adélia Barbosa de Almeida.

Por ironia do destino, Ruy Barbosa era casado com dona Maria Augusta Vianna Bandeira, neta do traficante de escravizados Miguel Luiz Vianna⁷, pessoa à qual o companheiro de Benedicta Ignácia Vianna, Tibério Miguel Luiz Vianna, havia se inspirado para criar seu próprio nome. Ruy Barbosa morreu em Petrópolis, no Rio de Janeiro, no dia 1º de março de 1923, aos 73 anos, e sua esposa faleceu em 27 de abril de 1948, aos 92 anos, no Rio de Janeiro⁸. É importante ressaltar que a compra desse imóvel é algo que possui um imenso simbolismo na história da resistência negra africana na Bahia no final do século XIX.

A compra do sobrado para além de um investimento financeiro representa a afirmação de uma identidade de luta e superação de uma família de origem africana que superou as barreiras que, aos seus membros, foram impostas pela escravidão que denota a capacidade de Benedicta Ignácia Vianna e de tantas outras anônimas ganhadeiras de resistir, se organizar e lutar por uma vida digna mesmo que estivessem sob o jugo da constante perseguição, racismo e discriminação do Estado brasileiro. Benedicta morreu no dia 31 de outubro de 1907 aos 98 anos. Ela não deixou testamento e foi sepultada no Cemitério Quinta dos Lázaros⁹.

⁷ ACMS, FHC. Livro de casamentos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, 1866-1881. f. 41.

⁸ Family History Center (FHC). Registro civil de pessoas naturais, 5ª Circunscrição, Lagoa e Gávea, Rio de Janeiro. Óbito número 28486, de Maria Augusta Ruy Barbosa.

⁹ FHC. Bahia. Registro Civil de Óbitos. 1877-2021. Nazaré. nº 194. Registro de óbito de Benedicta Ignácia Vianna no dia 1º de novembro de 1907.

O processo de partilha dos bens deixados por Benedicta Ignácia Vianna foi iniciado em 1916. Os bens deixados por ela foram uma casa térrea na Rua do Jenipapeiro, no distrito de Nazaré, avaliada em 3:500\$00 réis e o sobrado na antiga Rua dos Capitães, nº 9, no distrito da Sé. O nome da Rua dos Capitães havia sido mudado para Rua Ruy Barbosa em homenagem ao jurista baiano também conhecido como Águia de Haia. Como sabemos, ele nasceu nessa casa que, desde o início da década de 1880, pertencia a Benedicta, que a deixou como herança patrimonial para seus filhos.

O sobrado, junto com o terreno, estava avaliado em 14:000\$000 réis. Esse valor representava uma pequena fortuna, mas a propriedade tinha alguns tributos referentes à decima urbana em atraso que era um imposto predial criado em 1808 para financiar a chegada da Coroa Portuguesa. Esse tributo cobrava um percentual de 10% do valor dos imóveis urbanos que estavam em condições de serem habitados.

A inventariante Joana Ignácia Vianna, devido às despesas que tinha que honrar com o processo de partilha dos bens de sua mãe e não tendo recursos suficientes para pagar inclusive tributos em atraso do próprio sobrado, solicitou à justiça que o imóvel fosse leilado. Quando os editais referentes ao leilão foram publicados, o jornalista Ernesto Simões Filho, proprietário do jornal *A Tarde*¹⁰, organizou uma subscrição popular para arrematar a compra do sobrado e doá-lo ao município de Salvador com a condição de que tanto o sobrado como o terreno teriam que ser empregados pelo município para a instalação de uma escola pública cujo nome deveria ser O Egrégio Bahiano para homenagear Ruy Barbosa; até o governo do estado foi licitante no concorrido leilão.

¹⁰ O jornal *A Tarde* foi lançado no dia 15 de outubro de 1912. Foi fundado por Ernesto Simões Filho e, atualmente, é administrado por seus descendentes. O periódico é o mais antigo jornal impresso da Bahia e um dos mais antigos do Brasil.

No dia 20 de outubro de 1917, o sobrado foi arrematado na audiência de leilão do juízo da Vara dos Órfãos de Salvador. Através da subscrição popular, realizada pelo jornal *A Tarde*, Ernesto Simões Filho amealhou o valor de 17:604\$000¹¹ e pagou 15:200\$00 réis para adquirir o sobrado. No dia 14 de novembro de 1917, o imóvel foi transferido para o município de Salvador pelo escrivão da Vara dos Órfãos, Dr. Augusto Vicente Vianna, mantendo-se a cláusula de obrigatoriedade do município de transformar o prédio em uma escola pública. Somada a venda dos dois imóveis deixados por Benedicta Ignácia Vianna, o total do seu espólio ficou no valor de 18:700\$000 réis. No final da década de 1920, a casa passou por uma grande reforma.

Em 1931, o sobrado onde nasceu Ruy Barbosa recebeu a visita do ministro da Polônia, Tadeu Grabowski. Este, acompanhado de autoridades e algumas crianças soteropolitanas, depositou uma coroa de flores naturais na porta da casa¹². A Prefeitura Municipal de Salvador não cumpriu a cláusula da cessão do imóvel e permitiu, ao longo dos 18 anos, que o sobrado ficasse bastante deteriorado. No dia 10 de setembro de 1935, na gestão do então prefeito José Americano da Costa, o sobrado foi doado à Associação Bahiana de Imprensa (ABI) para a construção da Casa do Jornalista. Na época, a ABI era presidida por Ranulfo Oliveira Dias¹³.

Embora o jornalista Ranulfo Oliveira tenha afirmado que o sobrado tenha ficado em estado de total ruínas, não encontramos nos arquivos da Prefeitura Municipal do Salvador nenhuma evidência de que o sobrado tenha sido demolido e reconstruído. De fato, no

¹¹ Jornal *O Estado de São Paulo*, São Paulo, f.2, 1917.

¹² BNRJ. *Jornal ETC*, Bahia, n. 178, f.17, 1931.

¹³ BNRJ. *Jornal O Imparcial*, Bahia, n. 1449, f.3, 1935.

período entre 1918 e 1928, o sobrado ficou bastante danificado, mas até o momento não há provas inequívocas da sua reconstrução.

No centenário de nascimento de Ruy Barbosa, no ano de 1949, o antigo sobrado já era conhecido por todos como a Casa de Ruy Barbosa, que havia sido transformada em museu¹⁴. No ano seguinte, o periódico *Única* noticiava que milhares de pessoas visitavam a casa e que nela se mantinha uma exposição permanente de material histórico que pertencera ao Águia de Haia.

Mantendo-se vinculada à Associação Bahiana de Imprensa (ABI) na década de 1970, a Casa passou por um processo de restauração e manteve o museu em funcionamento no decênio seguinte e, nos idos de 1990, o museu foi roubado. Nesse período, a Faculdade Ruy Barbosa estava se estabelecendo e, por influência do professor Antônio de Pádua Carneiro, foi realizado entre a ABI e a faculdade um convênio com o fito de que houvesse a manutenção da Casa e o fomento a sua visitação e atividades culturais e acadêmicas. Assim, em 10 de setembro de 1998, a ABI cedeu a Casa Museu para a Faculdade Ruy Barbosa e, no ano de 2019, a parceria entre as duas entidades foi encerrada. Em 2022, a Casa Museu foi devolvida à ABI através de uma ação de reintegração de posse e o *status* atual desse Patrimônio Histórico e Cultural é de degradação e precisa urgentemente de uma intervenção para sua restauração.

No bojo das comemorações do centenário de Mãe Stella, o jornalista, escritor e agitador cultural Clarindo Silva; os jornalistas Luís Guilherme Pontes Tavares e João Leite Filho; historiadores Diego Copque e Luís Henrique Cabral; o jornalista e editor da Cogito Editora Ivan de Almeida, além de outros ativistas da cultura e do jornalismo baiano, realizaram quatro importantes atos simbólicos. O primeiro aconteceu, no dia 19 de abril de 2025, na residência onde nasceu Maria Stella de

¹⁴ BNRJ. *Única Quinzenario Ilustrado*, Bahia, n. 5, 1949.

Azevedo Santos, Mãe Stella de Oxóssi, localizada na Ladeira do Ferrão, nº 6, no Centro Histórico de Salvador, e o segundo no dia 2 de maio. A casa que Mãe Stella nasceu, no final do século XIX, pertencia ao casal de portugueses João de Souza Coelho e dona Ana Emília de Souza. Desde o ano de 2009 existe um projeto para transformar a casa em um memorial da ialorixá. Após a realização do ato no dia 21 de abril, foi iniciada imediatamente uma reforma na casa que está sendo conduzida pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), que ainda não foi concluída. Por meio de um comunicado enviado ao Portal Farol da Bahia, no dia 2 de maio de 2025, o IPAC informou que o projeto está em fase de conclusão cuja nota transcrevemos na íntegra. No entanto, vale ressaltar que, embora o IPAC tenha se referido à Casa em que nasceu Mãe Stella como anexo ao Solar Ferrão, elas são edificações distintas situadas em diferentes ruas.

O Instituto do Patrimônio, Artístico e Cultural (Ipac), unidade vinculada à Secretaria de Cultura da Bahia (SecultBA), informa que está em fase de conclusão a reforma do imóvel onde nasceu a ialorixá Mãe Stella de Oxóssi, uma das mais importantes sacerdotisas das religiões de matriz africana, no Brasil. O imóvel, situado na Ladeira do Ferrão, nº 6, anexo ao Solar Ferrão, no Centro Histórico, abrigará o Centro de Referência Odé Kayodê, espaço dedicado à promoção de conhecimento e preservação da memória da ialorixá. Além da reforma do imóvel, o Ipac digitalizou mais de 15 mil arquivos iconográficos disponibilizados por Mãe Stella, entidades e órgãos públicos. No momento, o Instituto define o recorte curatorial com vistas a construção do projeto expográfico do Centro de Referência Odé Kayodê, que armazenará todo o acervo iconográfico de Mãe Stella e de outras lideranças de religiões de matriz africana.”¹⁵

¹⁵ Disponível em: <https://www.faroldabahia.com.br/noticia/centenario-de-mae-stella-de-oxossi-pesquisa-genealogica-revela-que-casa-onde-nasceu-ruy-barbosa-pertenceu-a-bisavo-da-ialorixa> Acesso em: 3 de agosto 2025.

O terceiro e o quarto ato ocorreram em frente ao sobrado que pertenceu à família de Ruy Barbosa e à bisavó de Mãe Stella, Benedicta Ignácia Vianna. Esse ano completou 102 anos da morte de Ruy Barbosa e sete de Mãe Stella, ambos nascidos no Centro Histórico da Velha São Salvador. Em frente ao sobrado, reivindicamos sua restauração e devolução ao povo baiano, pois entendemos que, mesmo dentro de um contexto específico de atuação, uma associação representa os interesses da sociedade. Ainda que sendo uma categoria profissional, a Associação Bahiana de Imprensa (ABI) pode e deve atuar como representante e defensora dos interesses coletivos e por esta razão ela representa a sociedade baiana. A entidade possui um projeto para transformar o moribundo sobrado em um moderno equipamento cultural, mas é necessário recursos financeiros para que a Casa de Ruy Barbosa possa ocupar o lugar que tem direito como um elo entre a história do Brasil e a de resistência negra africana na Bahia do século XIX.

Nessa faina, sem qualquer tipo de ideologia partidária, nos unimos e empregamos nossas vozes em um brado de luta e resistência vociferado pela preservação de um patrimônio histórico que nos remete à história de dois importantes personagens. De um lado, a preservação da história do nascedouro de uma das mais importantes personalidades da história do Brasil, o grande jurista Ruy Barbosa; e do outro, a história de vida e resistência de uma mulher negra africana e ex-escravizada que lutou pelo seu direito à vida e à liberdade que, após conquistar sua manumissão, continuou lutando pela afirmação de sua liberdade que representa a história de todo um povo que foi, por quase quatro séculos, escravizado e privado de direitos humanos e cidadania.

A compra de um imóvel, mesmo que modesto, representava para as mulheres egressas do cativeiro, como Benedicta Ignácia Vianna, a

manutenção de sua existência e, acima de tudo, um ato de resistência. As mulheres ganhadeiras foram as primeiras empreendedoras do Brasil. Elas são precursoras das baianas de acarajé, quituteiras, doceiras, diaristas, vendedoras ambulantes, cuidadoras, empregadas domésticas e lavadeiras de ganho assim como minha avó, Maria Catarina de Jesus, que existe e resiste no auge dos seus 106 anos entre tantas outras guerreiras que, no passado, labutaram e seus descendentes ainda labutam no mercado informal de trabalho da contemporaneidade, sendo mal remunerados com as mínimas possibilidades de ascensão social.

Este artigo é, antes de tudo, sobre resistência negra e dedicado a cada uma dessas “Benedictas” que são protagonistas anônimas de nossa história.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA, FONTES E REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB)

APEB. Livro de Notas de Tabelião da capital, 1540; fs. 51 e 52.

APEB. Inventário, Benedita Inácia Viana, 06/2423/2923/11. (1916) Maço: 2923. Documento: 11.

Documentos do APEB disponíveis no Family History Center (FHC) da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias

Family History Center (FHC). Registro civil de pessoas naturais, 5ª Circunscrição, Lagoa e Gávea, Rio de Janeiro. Óbito número 28486, de Maria Augusta Ruy Barbosa.

FHC. Bahia. Registro Civil de Óbitos. 1877-2021. Nazaré. nº 194. Registro de óbito de Benedicta Ignácia Vianna no dia 1º de novembro de 1907.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO SALVADOR – ACMS

Documentos do ACMS disponíveis no Family History Center

ACMS, FHC. Livro de batismos da freguesia da Conceição da Praia, 1844-1864.

f. 109.

ACMS, FHC. Livro de batismos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, 1844-1864. f. 148.

ACMS, FHC. Livro de casamentos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, 1866-1881. f. 41.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BNRJ)

BNRJ. *Jornal ETC*, Bahia, n. 178, f.17, 1931.

BNRJ. *Jornal O Imparcial*, Bahia, n. 1449, f.3, 1935. BNRJ. *Única Quinzenario Ilustrado*, Bahia, n. 5, 1949.

OUTROS JORNAIS

Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, f. 2, 1917.

REFERÊNCIAS

COPQUE, Diego de Jesus. *De Benedicta & Tibério à Mãe Stella de Oxóssi: a vida em tempo de viver (1850-2025)*. 1ª. ed. Salvador: Cogito, 2025.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REFERÊNCIAS DA INTERNET

Disponível em: [https://www.faroldabahia.com.br/noticia/centenario-de-mae – stella-de-oxossi-pesquisa-genealogica-revela-que-casa-onde-nasceu-ruy – barbosa-pertenceu-a-bisavo-da-ialorixa](https://www.faroldabahia.com.br/noticia/centenario-de-mae-stella-de-oxossi-pesquisa-genealogica-revela-que-casa-onde-nasceu-ruy-barbosa-pertenceu-a-bisavo-da-ialorixa)
Acesso em: 3 de agosto 2025.

ALVIM MARTINS HORCADES: UM ESBOÇO BIOGRÁFICO

Marcos Roberto Brito dos Santos¹

RESUMO:

O artigo trata, de forma panorâmica, da vida de Alvim Martins Horcades. Nascido no sul da Bahia e filho do Coronel Francisco Horcades, Alvim Horcades entrou para a Faculdade de Medicina da Bahia em 1896-1897, participando da Guerra de Canudos como voluntário nos hospitais de sangue instalados no Sertão Baiano, ainda em seu primeiro ano de curso

¹ É doutor e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, com especialização em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes. Atualmente, dedica-se ao estudo das narrativas históricas e literárias sobre a Guerra de Canudos, assim como à reflexão sobre suas fontes documentais. Interessa-se ainda por temáticas transversais relativas à escrita da história e ao contexto histórico da Guerra de Canudos como: memória e historiografia no século XIX; transição da Monarquia à República; Republicanismo e Antirrepublicanismo na segunda metade do século XIX; Primeira República no Brasil.

Membro (sócio efetivo) do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB)

médico. Forma-se em 1903 e, logo após, transfere-se para Monte Santo de Minas, onde trabalha como médico e funda a Santa Casa da Misericórdia deste município. Em 1911, vai residir em Mococa (SP) e, em 1915, lança sua candidatura a deputado federal pela Bahia. Na década de 1920, fixa-se definitivamente no Rio de Janeiro, onde atua como jornalista em periódicos cariocas como o *Diário do Rio e Nação Brasileira*, passando também a ter uma militância mais intensa na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Após desentendimentos, e liderando um grupo de associados, cria em novembro de 1927, a Associação da Imprensa Brasileira (AIB), uma dissidência da ABI. Na política, aproxima-se do grupo liderado por J. J. Seabra, tornando-se um membro do comitê executivo do Partido Republicano Democrata da Bahia (PRD), compondo a Aliança Liberal e apoiando a Revolução de 1930 que levará Getúlio Vargas ao poder. Morre em 27 de fevereiro de 1940.

Palavras-chave: Alvim Horcades; Guerra de Canudos; Primeira República; Associações de Imprensa; Seabrismo; Era Vargas.

ABSTRACT:

This article provides an overview of the life of Alvim Martins Horcades. Born in southern Bahia and the son of Colonel Francisco Horcades, Alvim Horcades entered the Bahia School of Medicine in 1896-1897, and participated in the Canudos War as a volunteer in the blood hospitals set up in the Bahian hinterlands, while still in his first year of medical school. He graduated in 1903 and, shortly after, moved to Monte Santo de Minas, where he worked as a doctor and founded the Santa Casa da Misericórdia in this municipality. In 1911, he moved to Mococa (SP), and in 1915 he launched his candidacy for federal deputy for Bahia. In the 1920s, he settled permanently in Rio de Janeiro, where he worked as a journalist for Rio de Janeiro periodicals such as *Diário do Rio* and *Nação Brasileira*, and also became more active in the Brazilian Press Association (ABI). After disagreements, and leading a group of associates, he created the Brazilian Press Association (AIB) in November 1927, a dissidence of the ABI. In politics, he became close to the group led by J. J. Seabra, becoming a member of the executive committee of the Democratic Republican Party of Bahia (PRD),

forming part of the Liberal Alliance and supporting the 1930 Revolution that brought Getúlio Vargas to power. He died on February 27, 1940.

Keywords: Alvim Horcades; Canudos War; First Republic; Press Associations; Seabrisimo; Era Vargas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a trajetória do acadêmico, médico, político e jornalista baiano Alvim Martins Horcades. Personagem conhecido (ainda que sem muito destaque) apenas pelo seu relato de participação na Guerra de Canudos – contando essa experiência em seu livro-memória *Descrição de uma viagem a Canudos (1899)* – Alvim Horcades envolveu-se ativamente nas lutas e nas questões de seu tempo. Sua trajetória se confunde com a de muitos homens da elite intelectual do país que vivenciaram as vicissitudes da Primeira República e dos primeiros anos da Era Vargas.

As fontes históricas utilizadas para a construção desta narrativa da trajetória de Alvim Martins Horcades são diversas. Grande parte delas, no entanto, foram extraídas dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Outras, coletamos em pesquisas realizadas no Arquivo Histórico Theodoro Sampaio (AHTS/IGHB), no Archivo Anselmo Pires de Albuquerque (AHAPA/FMB), além de documentos fornecidos pela Santa Casa da Misericórdia de Monte Santo de Minas (MG).

1. O JOVEM ALVIM: DO BERÇO FAMILIAR À FACULDADE DE MEDICINA

Alvim Martins Horcades nasceu em 19 de abril, quase certamente no ano de 1880 (e não em 1881, 1883 ou 1860 como indicado em

algumas fontes e autores)², no arraial de Itaquena, município de Porto Seguro, Estado da Bahia, sendo o primeiro filho (o primogênito) do coronel Francisco Martins Horcades e D. Maria Ramos Horcades³. Provinha de família abastada, estabelecida na cidade de Prado, na região sul da Bahia. Sua mãe, de descendência porto-segurense, era uma piedosa senhora católica, dedicada ao lar familiar, o “Solar dos Horcades”, enquanto seu pai, de origem portuguesa, nacionalizado brasileiro⁴, tornou-se proprietário, dono de fazenda de nome Água Branca, negociante e comandante da Guarda Nacional.

Consta que sua descendência paterna era das terras europeias: os Horcades (também grafado Hourcades e Orcades), remonta, até onde se averiguou, ao cidadão Pedro Martins Horcades, bisavô de Alvim,

² Em toda documentação encontrada na Faculdade de Medicina da Bahia consta como ano de nascimento, o ano de 1880, data ratificada também pelo genealogista Hugo Forain Junior. O nascimento em 1881 aparece em um necrológio da revista *Nação Brasileira*, de março de 1940, periódico sob a direção de seu irmão Alfredo Horcades e no qual Alvim foi redator-chefe por alguns anos. O ano de 1883, que aparece nas notícias de seu falecimento nos jornais *O Imparcial* e *O Radical* (ambos de 28/2/1940), nos parece improvável, pela natureza da fonte e ao considerar que Horcades teria ingressado na faculdade de medicina e ido à guerra aos 14 anos de idade. O ano de 1860 aparece na edição da EDUFBA, de 1996, tendo provavelmente como fonte o artigo “Um bom depoimento”, do professor José Calasans.

³ Segundo o genealogista Forain Junior, Alvim teve nove irmãos, sendo seguido por Castorina (n. 1881), Carolina (n. 1883), Francisco Filho (n. 1884), Profetina (n. 1886), Lidia (n. 1887), Alfredo (n. 1889), João (n. 1891) e Maria (n. 1892). É muito provável, porém, que Francisco Filho, Lidia, João e Maria não tenham sobrevivido ao parto, visto que o citado genealogista não encontrou informação sobre estes, e a Revista *Nação Brasileira*, de propriedade de Alfredo Horcades, ao noticiar a morte de Alvim, não os inclui entre seus irmãos. FORAIN JUNIOR, Hugo. *Os Horcades*. Rio de Janeiro, 2014.

⁴ Conforme vemos noticiado no Jornal do Recife de 12 de julho de 1882: “Foi naturalizado o subito [subdito] português Francisco Martins Horcades”.

nascido em torno do ano de 1810, provavelmente natural de São João de Bordelles, no bispado de Bayonne, sul do Reino da França, próximo à fronteira com a Espanha. Este se estabeleceu, juntamente com sua família, em São Miguel de Silves, freguesia portuguesa, no município de Lousada, distrito de Porto. Lá teve um de seus dois filhos, José Martins Horcades, que seria o avô paterno de Alvim Martins Horcades⁵. José Martins, por sua vez, em núpcias com Maria Joaquina Adriano, teve extensa prole. Francisco Horcades seria um dos dez filhos do casal, tendo nascido por volta de 1857, na mesma freguesia de São Miguel Silves, Portugal, vindo para o Brasil em data desconhecida, mas ainda no período do império, estabelecendo-se na região sul da Bahia.⁶

Chegando, o velho Francisco Martins Horcades tornar-se-ia chefe político da região. O *Correio do Brasil (BA)*, de 29 de dezembro de 1903, cita sua “prestigiosa influência na cidade do Prado, onde é abastado agricultor e honrado comerciante”⁷ e o *Correio de Porto Seguro* de 15 de agosto de 1913 o retrata como “uma das mais poderosas influências políticas do sul do Estado”, sendo nomeado, por decreto em 8 de julho de 1895, coronel-comandante superior da comarca de Alcobaça⁸, cargo maior da Guarda Nacional no local⁹. Ao longo

⁵ O outro filho, João Baptista Horcades, teria nascido cerca de 1830, na Espanha.

⁶ FORAIN JUNIOR, Hugo. *Os Horcades*. Rio de Janeiro, 2014.

⁷ *Correio do Brasil (BA)*, 29/12/1903.

⁸ A Comarca de Alcobaça a partir de 1892, era composta pelos Termos/Vilas de Alcobaça e Prado. Por sua vez, outra comarca da região, a Comarca de Porto-Seguro, era formada pelos Termos de Porto-Seguro (considerada cidade) e pelas vilas de Santa Cruz, Trancoso e Villa Verde. Cf. Divisão Judiciária do Estado da Bahia. In: VIANNA, V. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Diário da Bahia, 1892.

⁹ ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. *Diario Official*. Capital Federal, XXXIV,

de sua trajetória de chefe local, assumiu outros cargos e funções na administração pública e judiciária da região, como o de subdelegado do distrito de Trancoso, no Termo de Porto Seguro¹⁰ e 1º Suplente Substituto Seccional¹¹.

Francisco Martins Horcades foi ainda Intendente da Vila de Trancoso, nomeado em 23 de outubro de 1890, pelo então governador do nascente regime republicano, Virgílio Clímaco Damásio¹², e Intendente Municipal do Prado. Ao relacionar os nomes dos Intendentes do Prado durante a Primeira República (1889-1930), Jacy Ribeiro Có indica que Francisco Horcades só teria exercido este cargo uma única vez no período republicano, a saber, entre os anos de 1903 e 1906¹³. Mas as fontes consultadas indicam ter ele exercido este cargo também em outros momentos. No *Jornal de Notícias* (BA), de 14 de maio de 1898, ao citar um decreto do Conselho Municipal do Prado, o autor do texto publicado declara: “Esse decreto do conselho foi sancionado em 10 de janeiro do mesmo ano [1895], pelo intendente de então, que é o mesmo de hoje [1898] e um dos atuais representantes, o sr. coronel Francisco Martins Horcades”¹⁴. Neste mesmo escrito, encontramos a indicação de que o tenente-coronel José Ferreira Ramos, apresentado por Jacy Ribeiro Có como intendente do Prado entre os anos de 1889-1902, era naquele momento [1898] presidente do Conselho

nº 194, 20 de julho de 1895.

¹⁰ *Jornal de Notícias*, 24/3/1892; Pequeno Jornal, 24/3/1892.

¹¹ *Almanak Laemmert*, 1910.

¹² NUNES, Antonietta d’Aguiar. *Política Educacional no início da República na Bahia*: duas versões do projeto liberal (Tese de Doutorado em Educação). Salvador: FAGED, 2003, p. 351.

¹³ RIBEIRO CÓ, Jacy (org). *Sinopse da História de Prado*. Salvador: SETUR, 2003.

¹⁴ *Jornal de Notícias* (BA), 14 de maio de 1898.

Municipal e que assumira como intendente interino nas proximidades de dezembro de 1897, em virtude de Francisco Horcades ter se deslocado à capital do Estado.¹⁵

Há ainda outras referências que não deixam dúvidas. Na edição de 17 de maio de 1898, do *Jornal de Notícias* (BA), em reportagem com o título “Município do Prado”, há a transcrição de um telegrama assinado por Francisco Martins Horcades, como intendente desta localidade.¹⁶ Em outras duas edições deste mesmo jornal, de 12 de setembro e 7 de novembro de 1898, ao referenciar o “Sr. Coronel Martins Horcades”, este periódico o qualifica como “digno intendente da cidade do Prado”¹⁷. Da mesma forma, em uma edição de 1913 do jornal *O Correio de Porto Seguro*, é informado que Francisco Horcades exercia “*atualmente* (...) com grande proficiência o cargo de Intendente Municipal da Cidade do Prado”¹⁸. Reforçando ainda as informações dadas pelas edições dos jornais acima citados, a *Revista Brasileira*, de propriedade de Alfredo Horcades, um de seus filhos, anuncia, em edição de 1940, ou seja, já 20 anos após o seu falecimento que se deu em 1920, que ele “fora naquela cidade prefeito por várias vezes”.¹⁹

¹⁵ O *Almanak do Estado da Bahia* do ano de 1898 também indica o coronel Francisco Martins Horcades como intendente e o tenente-coronel José Ferreira Ramos como presidente do Conselho Municipal. Segundo NUNES (2003, p. 350), João [sic?] Ferreira Ramos teria sido nomeado intendente da Vila do Prado no governo Manuel Victorino Pereira, em dois momentos, sendo eles 11/1/1890 e 3/3/1890, entremeados pela gestão do Dr. Antonio Salustiano Viana, este último nomeado em 10/2/1890.

¹⁶ *Jornal de Notícias*, 17/5/1898.

¹⁷ *Jornal de Notícias* (BA), 12/9/1898 e 7/11/1898.

¹⁸ *Correio de Porto Seguro*, 15/8/1913. Diverge Ribeiro Có desta informação ao apontar Manoel Henrique de Castro como Intendente do Prado encarregado do cargo entre 1911-1914.

¹⁹ *Nação Brasileira*, Fevereiro 1940.



Os Pais de Alvim Martins Horcades: Dona Maria Ramos Horcades e o Coronel Francisco Martins Horcades. Fonte: Revista Nação Brasileira, Fevereiro de 1940.

Foi assim que, sob o prestígio de chefe político do pai²⁰, o jovem Alvim, em sua vida estudantil, seguiu o habitual caminho dos filhos da elite baiana da segunda metade do século XIX, dirigindo-se para a capital a fim de realizar seus estudos secundários, e concluindo-os no conceituado *Gynásio São Salvador*, do educador Adolpho Frederico Tourinho. Pupilo e discípulo deste, a quem sempre fez contumazes elogios, Alvim Horcades afirma em seu livro que com ele residia em 1897.²¹

²⁰ Ainda, afirma o jornal *Correio de Porto Seguro* sobre Francisco Horcades: “o gosto extremo pela educação intellectual dos filhos tem sido revelado pelos arduos esforços em prol da instrução de todos [eles]. *Correio de Porto Seguro*, 15/8/1913.

²¹ “(...) nos retiramos (...) até a casa do Dr. Adolpho Tourinho, com quem residia e onde também já me esperava grande número de pessoas” (HORCADES, Alvim. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: Edufba, 1996, p. 150).



O jovem Alvim, na década de 90 do século XIX, portando na mão uma corneta, em posição descontraída, na intimidade da companhia de membros da família Tourinho Em pé: Edgar Tourinho e Rodolpho Tourinho. Sentados: Adolpho Tourinho Filho, Alvim Martins Horcades (com corneta na mão) e Armando Ferreira Tourinho. Arquivo Família Tourinho, cedida por Luis Tourinho, tetraneto de Adolpho Tourinho

Em carta endereçada ao médico e historiador Braz do Amaral, em 1897, Francisco Martins Horcades revela ter naquele ano uma função na Intendência Municipal, e recomenda seu filho Alvim Martins Horcades ao ilustre professor da Faculdade de Medicina da Bahia:

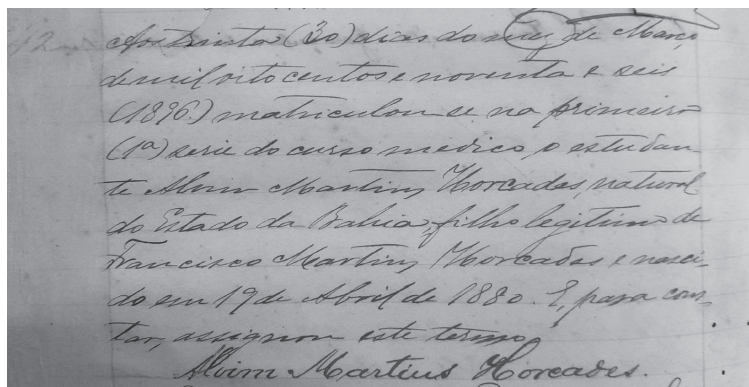
Prado, 17 de fevereiro de 1897. Presado am.º sr. dr. Amaral, Abraço suas innocentes filhinhas. Cheguei no Prado no dia que seguirão no vapor e fiquei bastante pezaroso não os ter encontrado. Ali me demorei ate o dia 12 em serviços da Intendencia tendo realizado a compra do sobrado que foi do Mel. Ignacio para a Intendencia e Cadeia publica e deixei à venda a propriedade onde funcionava (?) Intendencia – também contratei com Dr Julio Sá acompanhar o processado da inscrição

do Patrimonio por 2:000 defendendo elle qualquer pleito que possa haver. Com a maior reserva lhe digo que os amigos estão no cazo de uma cilada pelo (?) e assim eu estou reclamando ao Ministro o direito para o município como verão pela cópia que remetti. *Segue o meu filho Alvim para concluir o curso do anno passado e peço lhe sua proteção para elle descansado ficarei com minha família.* Aqui sempre acharei as suas ordens este que há com lealdade e estima. Francisco Martins Horcades²²

Assim como aconteceu com sua data de nascimento, há um ponto ainda um pouco obscuro quanto a seu ingresso na Faculdade de Medicina da Bahia: seu nome consta no livro de matrículas como primeiranista em dois anos, 1896 e 1897.²³ Também a ata da sessão de 22 de maio de 1897 do livro de Actas da Congregação indica ter Alvim Horcades requerido matrícula no primeiro ano do curso médico em 1897. Não conseguimos nenhuma fonte histórica que nos esclarecesse essa ambiguidade, informando os motivos da matrícula tanto em 1896 como 1897, como primeiranista. A carta do seu pai Francisco Martins Horcades a Braz do Amaral, contudo, conforme citada acima, nos informa somente que Alvim seguia em 1897 rumo a capital, “para concluir o curso do anno passado”.

²² Carta de Francisco Martins Horcades a Braz do Amaral, 17/2/1897, Acervo Braz do Amaral, Arquivo Histórico Theodoro Sampaio, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB).

²³ Inscrição de Exame 1º anno Médico 1896-1908, AHAPA/FMB.



Registro da matrícula de Alvim Horcades no primeiro ano médico em 1886. O documento ainda nos informa ser Alvim Martins Horcades, filho legítimo de Francisco Horcades e ter nascido em 19 de abril de 1880. Fonte: AHAPA/FMB.

Dos livros de matrículas disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Anselmo Pires de Albuquerque (AHAPA), da Faculdade de Medicina da Bahia, pudemos constatar ou inferir a seguinte trajetória acadêmica de Alvim Martins Horcades no curso de Medicina do Terreiro de Jesus:

ANO	SÉRIE	FONTE HISTÓRICA	OBSERVAÇÃO
1896	1º ano	Inscrição de Exame 1º Anno Médico 1896 a 1908 – AHAPA/FMB	Constatação
1897	1º ano	Inscrição de Exame 1º Anno Médico 1896 a 1908 – AHAPA/FMB	Constatação
1898			
1899			
1900	3º ano	Livro de Matrículas do 3º Anno Médico – AHAPA/FMB	Constatação
1901	4º ano		Inferência ²⁴

²⁴ Em um texto publicado no periódico *Bahia Ilustrada*, nº 3, de 1918, Pacífico Perreira, ex-diretor da Faculdade de Medicina, afirma que Alvim Horcades estaria no 4º ano de medicina em 1897, ano da guerra, ou 1899, ano da escrita de seu livro (texto sem clareza), o que nos parece ter sido um equívoco do autor ou erro de impressão.

1902	5º ano	Livro “A questão acadêmica de 1901” de Luis Anselmo da Fonseca, p. V.	Constatação
1903	6º ano	Livro de Matrículas do 6º Anno Médico– AHAPA/FMB	Constatação
1903	Defesa da Tese	“O Beijo” – These apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia em 31 de outubro de 1903 e defendida publicamente por Alvim Martins Horcades	Constatação
1903	Colação de Grau	Realizada em 15 de dezembro de 1903, conforme as edições do jornal <i>Correio do Brazil (BA)</i> deste dia e do dia seguinte.	Constatação

Um acontecimento histórico assumiria grandes proporções no país, entretanto, no ano de 1897, e iria marcar o início de sua vida como acadêmico de medicina: estoura a Guerra de Canudos. A Faculdade de Medicina da Bahia, a partir de julho daquele ano, imerge no conflito através da criação de hospitais provisórios, que funcionarão na capital, atendendo os feridos e doentes vindos da zona de operações militares no Sertão baiano. Também envia duas turmas de estudantes, em 27 de julho e 3 de agosto, para auxiliar os médicos militares nos hospitais de sangue instalados nas Vilas de Queimadas, Monte Santo e Canudos. É assim que, ainda como primeiranista de medicina e com não mais de 17 anos de idade, Alvim Horcades dirige-se para o centro da Guerra no Sertão juntamente com o primeiro grupo de acadêmicos, episódio que marcará definitivamente sua biografia.

2. A ATUAÇÃO DE ALVIM HORCADES NA GUERRA DE CANUDOS

Alvim Horcades embarca às 14 horas do dia 27 de julho de 1897 no trem da Estação Ferroviária da Calçada, em Salvador, em direção ao Sertão, acompanhado de mais 23 outros estudantes de medicina, aportando na Estação da Vila de Queimadas em torno deste mesmo horário do dia seguinte. Em 29 de julho, segue para Monte Santo, com um subgrupo dos acadêmicos, prestando serviço no hospital

desta vila até o dia 2 de agosto, quando então se retira a caminho do arraial de Canudos, onde chega às 15 horas do dia 6 do mesmo mês. Nos hospitais localizados no Alto da Favela e posteriormente em terras do próprio arraial, ficará atuando como auxiliar médico até o final da guerra (exceto a partir de 17 de agosto, quando partiu com um comboio de feridos para Monte Santo com vistas a ajudar no provimento de gêneros alimentícios, visto que a fome grassava na zona de operações em Canudos, local para onde retorna ainda nos primeiros dias de setembro). Ao chegar, lá encontra doente seu colega Joaquim Affonso Pedreira, prestando-lhe alguma assistência, sendo contudo inútil, na medida em que este vem a óbito alguns dias depois.

No teatro de operações de guerra, esteve frente à morte: à sua e de outros. Ao penetrar em uma das casas do arraial e encontrar uma menina de cerca de 10 anos “com lábios cobertos de pus e ressequidos pela sede, que a martirizava, sentada debaixo de uma mesa, junto a uma velha, coberta de chagas, com uma bacia na mão toda crivada de balas”, Alvim Horcades tentou socorrê-la, pondo sua própria vida em risco. Neste momento, viu em redor conselheiristas empunhando clavinotes, que, entretanto, o pouparam, provavelmente devido a boa ação que estava a prestar.²⁵ Além disso, juntamente com seu colega Ernesto Teixeira, prestou auxílio médico ao Tenente-coronel Tupy Caldas, ferido por uma bala inimiga, mas não obtendo sucesso, visto que este veio a óbito quando era iniciado os primeiros socorros.

Alvim Horcades atuou ainda na função de correspondente de guerra do *Diário de Notícias* (BA). Os artigos, contudo, foram publicados no jornal anonimamente, sem referência autoral. Omitindo o nome da gazeta ao qual se associara, ele registrou em seu livro-memória: “porque ali representava um jornal de minha terra e era preciso que

²⁵ HORCADES, 1996, p. 82-84.

lhe desse certas minuciosidades para o esclarecimento do público (...)"²⁶. Sabemos tratar-se do periódico baiano *Diário de Notícias*, por uma referência encontrada em sua tese de formatura em Medicina.²⁷

Alvim Horcades presenciou também os últimos dias do Belo Monte, o bombardeio intenso, a queda das torres e destruição das igrejas, os cercos ao arraial, a dinamitação e o incêndio, a chacina, o horror dos cadáveres trucidados e queimados, a rendição de alguns conselheiristas (sobretudo crianças e mulheres) liderada por Antônio Beatinho, o interrogatório deste e a degola dos prisioneiros.

Com o término da guerra no dia 5 de outubro, foi feita busca aos despojos mortais de Antônio Conselheiro, sendo este encontrado no dia seguinte no local denominado Santuário. Segundo Alvim Horcades, teria sido ele incumbido da limpeza e desinfecção do corpo como preparação para análise cadavérica realizada pela equipe médica.²⁸

Em 3 de outubro, já nos momentos finais da guerra, Alvim Horcades assumiu, em uma rápida passagem, a direção do hospital dos variolosos, em substituição ao médico militar titular que teve que se retirar com seu batalhão.²⁹ Enquanto os batalhões militares retornam, Alvim Horcades, mesmo após o fim do conflito, permanece ainda por alguns dias no sertão, prestando serviço médico aos feridos e doentes, somente recebendo ordem de retorno à capital no dia 14 de outubro. Regressa trazendo consigo alguns butins de guerra: a chave da Igreja

²⁶ HORCADES, 1996, p. 103.

²⁷ HORCADES, Alvim Martins. *O Beijo*. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Litho-Typ e Enc. de Reis & C, 1903.

²⁸ HORCADES, 1996, p. 123.

²⁹ HORCADES, 1996, p. 127.

Velha de Canudos, uma imagem de Santo Antônio, uma mecha de cabelo de Antônio Conselheiro e uma moeda de cobre de 20 réis.

Ainda em Monte Santo onde chega no dia 16, sobe no dia seguinte o Santuário da Santa Cruz, onde deixou “no alabastrino de uma das paredes” da grande capela do cume, o seu nome escrito à lápis. Afirma que, ao descer, estava exausto, fraco e banhado de suor devido uma “febre que o atormentava quase todos os dias”, febre esta que, chegando a Alagoinhas, neste retorno à capital, o “conduziria às regiões do delírio”.³⁰ Somente em 25 de outubro, alcança, enfim, Salvador, junto com outros acadêmicos de medicina, sendo recebido com intenso regozijo, manifestado em festejos e comemorações pelas ruas da cidade e em solenidades realizadas na Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus.

Um ano após o regresso, Alvim Horcades inicia a publicação sequenciada no *Jornal de Notícias* (BA) de textos por ele produzidos sobre sua experiência na Guerra de Canudos. As notas são publicadas entre 26 de outubro e 12 de novembro de 1898, quando a reprodução no periódico é bruscamente suspensa, segundo o próprio Alvim, “por motivos alheios à sua vontade”. A interrupção é realizada na parte de sua narrativa da guerra, onde começaria a tratar do degolamento dos prisioneiros, certamente uma denúncia sensível para um órgão de imprensa como o *Jornal de Notícias*. Resolve então publicar sua memória da guerra em forma de um livro intitulado *Descrições de uma viagem a Canudos*, que vem a público em meados de 1899, provavelmente em julho do referido ano.³¹

³⁰ HORCADES, 1996, p. 135-136; 141.

³¹ A primeira referência que encontramos nos jornais disponíveis, data de 30 de julho de 1899, tratando-se de um agradecimento do periódico carioca *A imprensa* pelo recebimento do livro.

3. AINDA NA FACULDADE DE MEDICINA DO TERREIRO DE JESUS (1898-1904)

Liderança entre os estudantes de medicina do período, o protagonismo e prestígio de Alvim Horcades pode ser constatado em sua presença nos principais acontecimentos políticos e de impactos na vida da “mocidade acadêmica” de sua época. Desde o período da Guerra de Canudos, fora quase sempre um dos oradores nas cerimônias realizadas.³² Também foi o orador de suas turmas nas solenidades de formatura em Farmácia (1902) e Medicina (1903).³³

Participa da diretoria da entidade estudantil *Sociedade Beneficência Acadêmica*, uma antiga associação acadêmica, fundada em 15 de setembro de 1872 pelos estudantes da Faculdade de Medicina para auxiliar os alunos pobres no pagamento de matrículas, compras de livros, impressões de teses e ministrar uma pensão, em caso de moléstia, aos que necessitarem e suplicarem tal auxílio.³⁴

No ano de 1899, seu nome é citado nas páginas do *Jornal do Commercio* no célebre episódio de 13 de novembro quando “o governo Luís Viana respondeu com força policial militar às manifestações de protesto realizadas no bairro comercial contra o resultado oficial da eleição para prefeito da cidade de Salvador, acusada de fraudulenta”.³⁵ Alvim Horcades aparece no acontecimento medicando o sargento do Esquadrão de Cavalaria Manoel Euzébio de Souza Leite. Não há, entretanto, referências sobre a motivação de sua presença no local.

³² *Jornal de Notícias*, 17/5/98; 19/9/98.

³³ *Correio do Brasil* (BA), 16/12/1903; *Nação Brasileira*, março 1940.

³⁴ *Almanak do Estado da Bahia*, 1899 e 1903.

³⁵ TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 11ª edição. Salvador: Edufba; São Paulo: Unesp, 2008, p. 314-315.



Episódio sangrento em 13 de novembro de 1899. Rodolpho Lindermann.
Óleo sobre tela, 110 x 120 cm. Pinacoteca da Associação Comercial da Bahia.

Imerso nas questões de seu tempo, em 1900 participa de uma comissão encarregada de angariar donativos para as vítimas da seca no Ceará através de um bando precatório que percorre as ruas da cidade no dia 2 de dezembro daquele ano³⁶. Em maio de 1901, é enviado à capital federal como representante dos estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia em protesto contra a Reforma do Ensino. Levava consigo uma petição com 502 assinaturas.³⁷ Ao retornar, é recepcionado pelos seus colegas, que, com o apoio do prof. Luis Anselmo da Fonseca, entram em conflito com o diretor José Olympio de Azevedo, dando origem a uma celeuma que levou à exoneração deste e ao fechamento

³⁶ Abaixo-assinado. Bahia, 22/11/1900. AHTS/IGHB.

³⁷ Jornal do Brasil, 16/5/2001; Gazeta de Notícias (RJ), 25/5/2001; República (SC), 31/5/2001.

temporário da Faculdade de Medicina da Bahia pelo governo federal de 14 de junho de 1901 a 19 de janeiro de 1902.³⁸



Figura 5: Capa do único exemplar que encontramos do semanário A Regeneração, nº 7, de 14 de novembro de 1902. Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). O jornal era composto dos seguintes membros: Alvim Horcades (Diretor), Adalberto Pedreira (secretário), Santos Cajueiro (Gerente), Borges de Barros (subgerente). Redatores: Godofredo Vianna, Armando Barbedo, Arnaldo Pimenta da Cunha e José Rodrigues Neves.

Menos de um mês após o fechamento da faculdade, o *Jornal do Brasil* anuncia, para o dia 14 de julho o lançamento de um jornal denominado *A Regeneração*, “dirigida por acadêmicos de medicina e [que] tomará a defesa daquela corporação relativa aos últimos acontecimentos”. Informa ainda que o seu redator é o “acadêmico Horcades”. O mesmo periódico noticia em edição de 16 de julho a publicação

³⁸ BRITTO, A. C. N. Fechamento da Faculdade de Medicina e de Farmácia da Bahia, no Terreiro de Jesus, em 14 de junho de 1901, pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Epitácio da Silva Pessoa, sendo reaberta por Decreto de 19 de Janeiro de 1902. *Gazeta Médica da Bahia*, 2010; n. 80:v. 2 (maio-jul), p. 57-69; FONSECA, Luis Anselmo da. *A questão acadêmica de 1901*. Salvador: Litho-Typ e Enc. de Reis & C, 1903.

do primeiro número do novo jornal, informando que é “de formato regular e moderno”, que “traz bons artigos sobre diferentes assuntos, inclusive um do dr. [Luis Anselmo da] Fonseca”, que “o jornal foi muito bem recebido pelo público, esgotando a edição” e que, na ocasião de seu lançamento, “o acadêmico Horcades brindou as pessoas presentes em nome da redação”.³⁹

Alvim Horcades defende sua tese de doutoramento intitulada *O Beijo*, em 31 de outubro de 1903. Nela, aborda, conforme suas próprias palavras, “um dos pontos de mais transcendente importância na vida social, nos extensos domínios da higiene. O beijo, suas inconveniências, seus grandes perigos (...)”⁴⁰. Recebida a tese em sua redação, o jornal *Correio do Brazil* dará o veredito de que, a seu ver, o estudo demonstra “à luz de observações e fatos incontestáveis a nocuidade do beijo, principalmente dado sem discernimento e a granel **como é uso entre as senhoras da nossa sociedade**”.⁴¹

A solenidade de colação de grau ocorre em 15 de dezembro de 1903, às 12h, tendo Alvim Horcades como orador oficial, antecedida por uma missa em ação de graças no Mosteiro de São Bento, às 10h, celebrada pelo arcebispo. Entretanto, quase todos os professores da congregação faltaram à sessão magna da colação de grau ocorrida no salão nobre da faculdade, levando a que dezoito formandos publicassem “um artigo censurando aquela corporação”, estando, entre eles, Alvim Martins Horcades. Segundo o periódico *Jornal Pequeno*

³⁹ Jornal do Brasil, 4/7/2001; 16/7/2001.

⁴⁰ HORCADES, Alvim. *O Beijo*. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Litho-Typ e Enc. de Reis & C, 1903.

⁴¹ Correio do Brazil (BA), 19/1/1905.

(PE), “essa publicação foi recebida com desagrado pela congregação, que declarou suspenso os diplomas científicos dos 18 protestantes”.⁴²

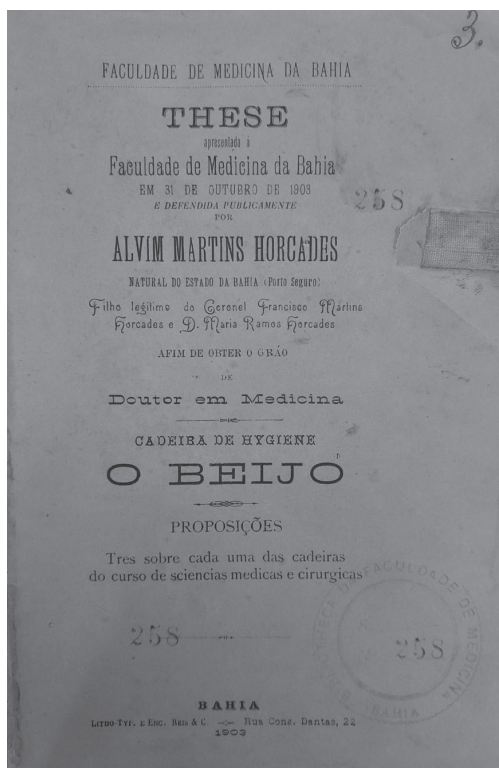


Figura 6: Capa da tese de doutoramento de Alvim Martins Horcades. Biblioteca Gonçalo Muniz. Faculdade de Medicina da Bahia.

⁴² Correio do Brazil (BA), 15/12/1903; 16/12/2003; Jornal Pequeno (PE), 20/1/1904.



Figura 7: Um dos dois grupos de formandos de 1903. Horcades colou grau na solenidade do outro grupo, no qual não encontramos quadro de formatura.

4. DEPOIS DA GUERRA E DOS ESTUDOS ACADÊMICOS (1905-1940)

4.1. Uma nova fase em Monte Santo de Minas e Mococa

Após formado e já portando seu diploma, Alvim Horcades retorna para sua região de origem, o sul da Bahia, onde inicia o exercício de

sua profissão. Ali, em 28 de janeiro de 1905, estabelece matrimônio com Maria Augusta Costa, filha de Affonso Gordilho Costa, ex-juiz de Direito da Comarca de Alcobaça, em cerimônia realizada neste município. O casamento de Alvim parece marcar o início de uma nova fase em sua vida.⁴³

Pouco tempo depois, ainda nos anos de 1905-1906, segue com sua esposa para Monte Santo de Minas (MG), estabelecendo uma clínica médica e fundando em 1909 a Santa Casa da Misericórdia desta cidade. Foi presidente da comissão de construção do edifício do hospital, iniciada dois anos antes, e primeiro provedor da instituição, inaugurada em 26 de junho de 1909. Eleito médico-diretor do hospital, aceitou o cargo gratuitamente.⁴⁴ Segundo a revista *Nação Brasileira*, propriedade de seu irmão Alfredo Horcades, em Monte Santo de Minas, “era estimadíssimo da população, pelos seus rasgos de generosidade e desprendimento material, tanto que, por instâncias da população, a Prefeitura deu o seu nome a uma das ruas daquela cidade”.⁴⁵ Anos depois, em 1925, a Santa Casa da Misericórdia também prestará sua homenagem, em cerimônia de colocação do retrato de Alvim no salão nobre do edifício.⁴⁶

⁴³ Consórcio. *Correio do Brazil* (BA), 31/1/1905.

⁴⁴ Documentos fornecidos pela Santa Casa da Misericórdia de Monte Santo de Minas: Regulamento Interno da Santa Casa da Misericórdia de Monte Santo, 1909; Inauguração da Santa Casa; O Monte Santo: jornal Imparcial, 21/7/1907; Santa Casa da Misericórdia de Monte Santo: anais da sua existência (1909/1991).

⁴⁵ *Revista Nação Brasileira*, março/1940.

⁴⁶ *Revista Nação Brasileira*, junho/1925.

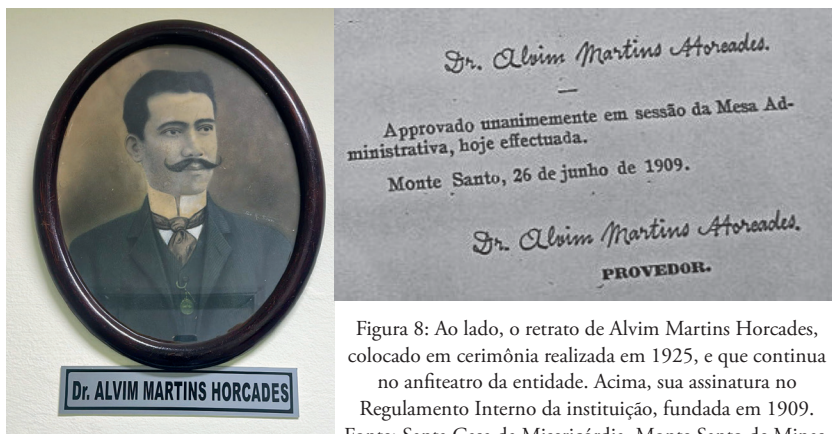


Figura 8: Ao lado, o retrato de Alvim Martins Horcades, colocado em cerimônia realizada em 1925, e que continua no anfiteatro da entidade. Acima, sua assinatura no Regulamento Interno da instituição, fundada em 1909. Fonte: Santa Casa da Misericórdia, Monte Santo de Minas.

Em 1911, transfere-se para Mococa, um município paulista vizinho à Monte Santo, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, passando a atuar em toda àquela região. Em Mococa, além de exercer a profissão de médico, ocupa-se da direção da Empresa Mocoquense de Automóveis, responsabilizando-se pela construções de estradas que ligam toda a região, caminhos importantes para o transporte e a comercialização do café. Há referências a sua atividade nesta empresa entre 1912 e 1914, mas, no ano de 1915, ela já se encontra falida. Com a morte, em janeiro de 1914, de sua esposa Maria Augusta, passados três anos, estabelece uma segunda núpcias com Maria Aparecida Gouvêa, professora do grupo escolar de Mococa, Segundo a revista *Nação Brasileira*, “nesta cidade, teve o dr. Alvim Horcades a maior clínica da região, que se estendia até Ribeirão Preto e outras cidades, como Campinas, onde, com sacrifícios, tinha que atender a chamados, tal era o seu extraordinário renome”. Ainda, “reorganizou ele o hospital d. Carolina de Figueiredo, granjeando assim cada vez maior prestígio e fama de médico caritativo”.⁴⁷

⁴⁷ Revista *Nação Brasileira*, junho/1925; março/1940; abril/1958; Jornal do

4.2. Candidato a deputado federal pela Bahia nas eleições de 1915

Conquistando grande reputação e tendo se aproximado do então presidente Wenceslau Braz, político projetado naquela mesma região⁴⁸, de quem foi médico e amigo, lançou-se candidato a deputado federal pelo 2º distrito da Bahia na eleição de 1915.⁴⁹ Esta realizou-se em 30 de janeiro, seguindo a Lei Eleitoral nº 1269, chamada “Lei Rosa e Silva”, que assim estabelecia.⁵⁰ Apresentado como candidato avulso, não coligado a partido ou vertente oligárquica baiana (vianistas, mar-

Comércio, 21/5/2014; O Paiz, 15/8/2014; Gazeta de Notícias, 21/5/2014; Correio Paulistano, 12/8/2015; 8/12/2016.

⁴⁸ Wenceslau Braz, presidente do Brasil entre 1914-1918, formado em Direito em 1890, foi o primeiro promotor da Comarca de Jacuí-MG, criada em 1891, sendo ainda vereador e presidente da Câmara Municipal de Monte Santo de Minas, exercendo ainda, em rápida passagem, o executivo municipal. Em 1892, foi eleito deputado estadual constituinte, sendo posteriormente reeleito para o mandato de 1895-1898. Trabalhou como secretário do Interior, Justiça e Educação do Estado de Minas Gerais, e “em duas oportunidades, ocupou, cumulativamente, a prefeitura de Belo Horizonte”. Eleito deputado estadual por duas vezes, entre os anos de 1903 e 1908, foi líder de sua bancada e do governo durante o quadriênio da presidência de Rodrigues Alves (1902-1906). Exerceu o governo do estado de Minas Gerais em 1909-1910, tornando-se vice-presidente da República entre 1910-1914. BRANDÃO, F. A. Xavier. *Revista Comemorativa do Bicentenário de Fundação de Monte Santo de Minas*. Monte Santo de Minas: Prefeitura Municipal, 2020.

⁴⁹ Os estados da federação na época estavam divididos por distritos eleitorais, tendo a Bahia quatro distritos. O 2º distrito englobava municípios do sul da Bahia como Prado, Alcobaça, Porto Seguro, Caravelas e Trancoso, onde a família Horcades tinha influência política, e totalizava 6 vagas para deputação federal, entre as 22 reservadas para o Estado da Bahia.

⁵⁰ FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2001.

celinistas, severinistas e seabristas), Alvim Horcades tinha, entretanto, o apoio do presidente Wenceslau Braz.

Realizado o pleito, a eleição saiu das urnas e foi, como era de se esperar, considerando o sistema eleitoral da Primeira República, para o campo da disputa da opinião pública, onde jornais divulgavam os resultados, conforme as suas preferências partidárias. Alvim Horcades, por sua vez, litigava nas páginas dos periódicos e peregrinava aos jornais com vistas a demonstrar, através de cédulas de votos a descoberto (segundo o jornal *A Rua*, “todos eles competentemente reconhecidos pelo tabelião e acoberto de outras exigências legais”), que havia sido eleito em 6º lugar, última colocação nas vagas para o 2º distrito da Bahia.⁵¹ Indo a Monte Santo de Minas, em 28 de março daquele ano, segundo o jornal *O Paiz*, “o povo (...) fez-lhe estrondosa manifestação de apreço”, falando “em nome dos manifestantes o Dr. Alberto Cavalcanti, respondendo o homenageado em brilhante discurso (...)”, e sendo aclamados ainda “os nomes dos Drs. Wenceslão Braz e Delfim Moreira e outros proceres da política”.⁵²

Ainda nos jornais, Horcades era acusado, após o fim da votação, de estar mandando recado em nome do presidente da República para a comissão de verificação da Câmara “dando ordens sobre reconhecimentos” dos resultados da votação⁵³ e de ter articulado manobras para sua vitória eleitoral, através de uma carta atribuída ao chefe da casa militar major Tasso Fragoso, recomendando ao então governador da

⁵¹ Jornais *A Rua*, 27/2/1915; *A Noite*, 27/2/1915.

⁵² *O Paiz*, 28/3/1915. Delfim Moreira, político mineiro, era o então governador. Primo de Wenceslau Braz, foi deputado federal (1909-1910), governador de Minas Gerais (1914-1918) e presidente da República (1918-1919).

⁵³ *A Notícia* (BA), 17/4/2015.

Bahia J.J. Seabra o apoio a sua candidatura, versão essa negada por todos os envolvidos.⁵⁴

A *Gazeta de Notícias* (RJ), por sua vez, o critica por, morando em São Paulo, lançar sua candidatura pela Bahia, sob o argumento de que este “entendeu representar a terra que lhe serviu de berço e que de sua vida pública só recorda as estroinices praticadas na academia”. Esta mesma folha o acusa de fraude eleitoral e de ter serviços médicos prestados apenas ao presidente da República,⁵⁵ enquanto a redação do jornal *Sul Bahiano*, denunciava ter seu sogro, o “atrabiliário, ignorante e violento juiz de direito Affonso Gordilho Costa”, “enraivecido” pela oposição feita a “pretensão de seu genro, candidato a deputado federal e buscando agradecer a situação política do Estado”, ordenado à polícia o empastelamento do jornal, sob pretexto de não pagamento de impostos estaduais.⁵⁶

Por sua vez, no mês de abril, na Câmara Federal, os candidatos se digladiavam em suas “contestações” em busca de fazer prevalecer suas matemáticas na contagem dos votos pela comissão de verificação de poderes. O cônego Manoel Leôncio Galvão, candidato marcelinista a uma das vagas para deputado federal, e, segundo o jornal *A Época*, falando “em nome dos vianistas, marcelinistas e severinistas” (pois houve nesta eleição uma “coligação oposicionista” entre essas três correntes contra as pretensões “situacionistas”, representadas pelos seabristas do Partido

⁵⁴ O Imparcial (RJ), 16/4/2015; 18/4/2015; 19/4/2015; 20/4/15; A Notícia (BA), 17/4/2015; 22/4/2015; Jornal Pequeno (BA), 19/4/2015; A Rua, 20/4/2015.

⁵⁵ Gazeta de Notícias (RJ), 19.04.1915.

⁵⁶ A Época, 23.06.15.

Democrata), “apresentou a sua contestação, sendo muito apartado”, ainda segundo este jornal, “pelo Sr. Alvim Horcades”.⁵⁷

As eleições no 2º distrito da Bahia havia ocorrido dentro da “normalidade” do seu funcionamento na Primeira República, com disputas eleitorais fraudulentas: apadrinhamento político, pressão coronelista, mesas eleitorais e juntas apuradoras irregulares, votos em bico de pena, alteração e multiplicidade das atas de resultado, autenticações cartoriais e diplomações falsificadas. Os candidatos se utilizavam de todos os recursos possíveis para sair vitoriosos nas eleições, incluindo a violência física.

No Prado, a estrutura coronelista funcionou com vistas a eleição de Alvim Horcades, ocorrendo toda sorte de irregularidades. Francisco, seu pai, havia ilegalmente presidido uma mesa, pois seu mandato de suplente de juiz seccional já havia expirado. Para os candidatos severinistas Prisco Paraízo e Medeiros Neto, “em matéria de fraude, deveria ser concedido o primeiro lugar ao município de Prado”. E continuam:

Em nenhum outro município a situação bahiana exibiu com maior impudícia o remexido abjeto do seu atro de fraudes (...). A falcatrua ali teve duas edições, como provam as certidões (...) fornecidas pelo oficial que as transcreveu. E como devia vir a segunda, por ser de praxe, corrigida e aumentada, o candidato **Dr. Alvim Martins Horcades** figura nesta com 601 votos a descoberto na 1ª secção, onde havia tido apenas 339. O mesmo aconteceu nas demais secções. (...). Assim é que, não contentes os nossos adversários em ficarem reduzidos aos seus cinquenta eleitores, chamaram à revista todo o eleitorado, sem dispensar os mortos que, por serem os mais calados, nunca são esquecidos em empreitadas desse jaez⁵⁸

⁵⁷ A Epoca, 19/4/15.

⁵⁸ Contestação dos srs. Francisco Prisco de Souza Paraízo e Antonio Garcia de Medeiros Netto. Annaes da Câmara dos Deputados, sessões de 3 a 14 de maio

Também valendo-se da ironia, característica marcante das disputas políticas da época, afirmam os marcelinistas Cônego Manoel Leoncio Galvão e João Mangabeira, o vianista Felinto Sampaio e o candidato avulso Guilherme Moniz Barreto de Aragão, em documento conjunto:

O Prado de nome tão garrido se transforma na tristeza de uma necropole, onde os mortos soffrem a violência, nunca praticada, de votarem a descoberto. E como todo o cemitério, povoado de phantasmas, surge por toda parte, até em secções cinco a 14 léguas distantes, o candidato, na mesma hora, recebendo, em todas ellas, boletim como fiscal, e o que é mais, passando recibos de sua entrega.⁵⁹

Alvim Horcades, por sua vez, considerava-se eleito, afirmando, em sua contestação na Câmara dos Deputados, ter ficado “provado, com a eloquência insofismável da lógica dos algarismos”, que estava “perfeitamente eleito em sexto lugar”. Também acusa seus adversários de fraude e, para a opinião pública, dizia esperar ser reconhecido pela comissão de verificação de poderes.

Entretanto, não foi assim que ocorreu. O processo eleitoral do município Prado foi, ao final, considerado fraudulento, sendo anulado, assim como em outros currais eleitorais em que os Horcades tinham força política. O poder verificador da Câmara dos Deputados acabou por não o distinguir entre os seis deputados federais eleitos no pleito de 1915. Foi assim Alvim, “degolado”, como nominado na linguagem da época aqueles candidatos não reconhecidos pelas comissões de verificação de poderes. Fato este que seria recorrentemente recordado

de 1915. Volume III, 1916.

⁵⁹ Contestação dos srs. Cônego Manoel Leoncio Galvão, João Mangabeira, Guilherme Muniz e Felinto Sampaio. 20 de abril de 1915. Annaes da Câmara dos Deputados, sessões de 3 a 14 de maio de 1915. Volume III, 1916.

por ele no futuro, fazendo com que se apresentasse como ex-deputado federal eleito e não empossado, em virtude de um ato de injustiça a ele realizado.

5.1. Novas experiências políticas e a militância jornalística no Rio de Janeiro (1915-1940)

Ainda em 1915, talvez como compensação do governo Wenceslau Braz à derrota eleitoral sofrida, foi nomeado inspetor federal de estabelecimentos de ensino superior de São Paulo e Minas Gerais.⁶⁰ Continuava com acesso privilegiado ao presidente, o que é possível constatar nas diversas notas dos jornais que informam reuniões realizadas por Horcades com este nos palácios Guanabara e Rio Negro.⁶¹ Em outubro de 1918, chefe, em Mococa, o Serviço de Assistência Pública na gripe Espanhola.⁶²

Em outras oportunidades, mas sem grande repercussão na opinião pública, Alvim Horcades colocaria seu nome a disposição do eleitorado. Disputou, em 1916, a cadeira de deputado federal do mesmo 2º distrito, na vaga deixada por Antonio Moniz de Aragão – que renunciou por ter assumido o cargo de governador do Estado da Bahia – preenchida, contudo, pelo chefe político J. J. Seabra que saiu vitorioso na nova eleição realizada⁶³. Em 1919, já aparece como signatário de telegrama de adesão à candidatura de J. J. Seabra para

⁶⁰ A Rua (RJ), 14/9/2015; A Notícia (BA), 17/7/2015; Correio da Manhã (RJ), 4/4/2018; O Combate, 05/08/18.

⁶¹ O Imparcial (RJ), 16/5/2015; A Pacotilha (MA), 14/6/2015; O Paiz, 14/3/1917.

⁶² Nação Brasileira, março 1940

⁶³ O Norte (Cachoeira, BA), 10/11/16; Jornal do Commercio, 24/11/2016.

o governo do Estado.⁶⁴ Em 1920, é eleito e empossado para vereador na Câmara Municipal de Mococa para a legislatura do triênio 1920-1923.⁶⁵ Dentro deste período como edil, dirigiu o jornal *Commercio de Mococa*.⁶⁶ Logo em seguida, em 1924, saiu candidato ao cargo de deputado federal pela Bahia, mas mais uma vez não obteve sucesso.⁶⁷

Em 1924, Alvim Horcades foi definitivamente para o Rio de Janeiro, instalando “na Avenida Rio Branco luxuoso e completo consultório médico, com gabinete para banho de luz, raios ultravioleta, com aparelhamento os mais modernos”.⁶⁸ Na capital federal, esteve como redator-chefe da revista *Nação Brasileira* entre meados de 1925 e fins de 1926,⁶⁹ iniciando ainda uma militância mais intensa como membro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a qual havia se filiado em 1919, quando ainda em Mococa⁷⁰. Funda juntamente com Augusto de Lima Júnior, em maio de 1928, o *Diário do Rio*, dirigindo este órgão de imprensa até agosto do mesmo ano.⁷¹

⁶⁴ Rio-Jornal (RJ), 31/10/2019

⁶⁵ Correio Paulistano, 20/1/2020.

⁶⁶ Correio Paulistano, 4/2/2022.

⁶⁷ Nação Brasileira, janeiro de 1924.

⁶⁸ O Imparcial (RJ), 12/10/2024. Nação Brasileira, março 1940.

⁶⁹ Correio Paulistano, 2/7/2025.

⁷⁰ O Imparcial de 21/12/2019; Correio Paulistano, 8/4/2025; O Brasil (RJ), 28/1/2027; A Manhã (RJ), 10/1/2026.

⁷¹ Jornal do Commercio (AM), 15/5/2028; A Província (PE), 26/5/2028; A Manhã (RJ), 15/8/2028; Fon Fon (RJ), 2/6/2028.

IMPRENSA CARIOCA



Dr. Alvim Horcaades, presidente da Associação da Imprensa Brasileira, e que, com o sr. Augusto de Lima Filho, está dirigindo, desde 12 de maio findo, o «Diário do Rio», novo e vibrante órgão de nossa imprensa.

DR. ALVIM HORCADES

Doença das Senhoras—Syphilis—Raios Violeta

Gabinete montado com todo o mais moderno material necessário áquellas especialidades. Perfeita instalação de Raios Violeta, o mais moderno e extraordinário agente terapêutico, destinado ao tratamento eficaz das metrites e ovarites, prostatites e hemorroidas, neurasthenia e impotencia, lumbago, incontinença, pyorrhéa, queda do cabelo, psoriasis, dycooses, eczemas, flegmas, pelada e as varias affecções de origem parasitaria; e a extinguir quaesquer manchas, algaes, verrugas, sardas, espinhas e outras nodosidades do rosto

Sanhos de alta frequencia, tonicos e sedativos do systema nervoso, o mais moderno tratamento do enfraquecimento geral, pois os Raios Violeta multiplicam os globulos vermelhos do sangue, com o excellentissimo: — — — crydante que é — — —

Aplicados tambem na arteriosclerose, nas aneurismas chronicos, nas affecções gasticas e intestinaes

Enfermeira para o Serviço interno

Consultas de 14 ás 19 horas

Avenida Rio Branco, 199 (Por cima da Casa Lohr)

AS PROXIMAS ELEIÇÕES NA BAHIA
E A CANDIDATURA DE
ALVIM MARTINS HORCADES



Dr. Alvim Martins Horcaades

Figura 9: As três faces de Alvim Martins Horcaades: Jornalista, médico e político. Fontes: Revista Nação Brasileira, janeiro 1924 e julho 1925 e Fon Fon, 1928.

Em 1926, participa da comissão responsável pelo projeto de reforma dos estatutos e torna-se membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), mas termina por renunciar ao cargo⁷² e, no ano seguinte, compõe uma chapa para disputar as eleições que se realizaria em março para o terço do Conselho Deliberativo da entidade⁷³. Diferente da eleição do ano anterior, em que houve uma composição entre as duas maiores correntes que se formara no seio da entidade, nesta, os grupos haviam lançado chapas concorrentes. Durante o sufrágio, ocorreram desentendimentos que levaram ao abandono da sessão por parte de uma dessas correntes, no caso, aquela liderada por Alvim Horcades, e, com a consequente derrota na pugna, seguiram-se protestos por parte da chapa vencida e por uma parte dos sócios.⁷⁴ Emitiu-se um manifesto de contestação à integridade do pleito, tendo Alvim Horcades como primeiro dos seus signatários.⁷⁵

Antes mesmo de deixar formalmente a ABI em janeiro de 1928, em decorrência dos conflitos e da insatisfação com os rumos da instituição⁷⁶, Alvim Horcades e alguns dos seus correligionários na contenda fundam em 14 de novembro de 1927, a Associação da Imprensa Brasileira (AIB), tendo ele à frente como presidente. A Associação da Imprensa Brasileira (AIB) tinha como objetivo unir a categoria e prestava a seus associados assistência médica, hospitalar e jurídica, além de atuar em questões que envolviam a atividade jornalística,

⁷² Correio da Manhã (RJ), 27/6/2026.

⁷³ O Brasil (RJ), 22/3/2027; A Manhã (RJ), 2/6/2026.

⁷⁴ República (SC), 27/3/2027; A Manhã (RJ), 26/3/2027; Gazeta de Notícias (RJ), 26/3/2027; Jornal do Commercio (RJ), 26/3/2027; O Brasil (RJ), 14/5/2027.

⁷⁵ O Brasil (RJ), 14/5/2027.

⁷⁶ A Manhã (RJ), 20/1/2028.

em especial, por meio da opinião pública, em defesa do exercício da profissão⁷⁷, como no caso de dois jornalistas cariocas detidos pela polícia paulista em meados de 1930, ainda no governo do presidente Washington Luis.⁷⁸

A AIB teve intensa atividade até fins de 1930, porém, em janeiro de 1931, as duas organizações representativas, a ABI e a AIB, juntamente com uma terceira que havia se formado, chamada Círculo de Imprensa, voltam a se aproximar em torno do projeto da aposentadoria dos jornalistas⁷⁹. Neste mesmo mês, os jornais já noticiam a decisão de fusão das três entidades, que se efetiva entre fevereiro e maio daquele ano.⁸⁰

No campo político, Alvim Horcades aproxima-se, nas décadas de 1920-1930, ainda mais do grupo seabrista, tonando-se um dos membros da Comissão Executiva do Partido Republicano Democrata da Bahia (PRD), que adere a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República.

O que pode parecer contraditório, entretanto, em 1927, se apresentava simpático à candidatura de Júlio Prestes ao governo de São

⁷⁷ A Gazeta (SP), 16/11/2027; Diário Nacional (SP), 16/11/2027; República (SC), 18/11/2027; Diário de Manhã (ES), 17/11/2027; O Brasil (RJ), 18/11/2027; Para Todos (RJ), n. 468, 1927; Correio Paulistano (SP), 23/11/27.

⁷⁸ Diário Carioca (RJ), 18/9/2030; Diário da Noite (RJ), 18/9/2030; O Jornal (RJ), 20/9/2030

⁷⁹ A Tribuna (SP), 14/1/2031.

⁸⁰ A Esquerda (RJ), 16/1/2031; A Noite (RJ), 11/2/2031; Diário da Manhã (ES), 12/2/2031; Diário de Notícias (RJ), 26/3/2031; O Dia (PR), 29/4/2031; A Noite (RJ), 14/5/2031; O Imparcial, 18/5/2031; Diário Carioca (RJ), 9/6/2031; O Jornal (RJ), 9/6/2031; A Noite (RJ), 9/6/2031

Paulo.⁸¹ Com o presidente Washington Luís (1926-1930), um aliado de Júlio Prestes, sempre manteve boas relações, com algum grau de proximidade⁸², mantendo comunicação com o palácio do governo em suas reivindicações como líder da AIB, inclusive buscando junto a ele, apoio financeiro.⁸³ Em dezembro de 1929, seu nome se apresenta entre os participantes de um almoço oferecido pelos baianos ao governador da Bahia, Vital Soares, candidato a vice-presidente na chapa de Júlio Prestes.⁸⁴

Em agosto de 1929, seus filhos Affonso Guilherme Horcades e Alvim Horcades Filho, estudantes universitários de direito e medicina, aderem a candidatura de Júlio Prestes⁸⁵, a partir daí, participando ativamente da campanha eleitoral da chapa Julio Prestes-Vital Soares através do “Centro Acadêmico Júlio Prestes”, onde se tornaram vice-presidente e primeiro-secretário, respectivamente.⁸⁶ Alvim Martins Horcades, o pai, entretanto, estava na oposição a Júlio Prestes, fazendo parte da Aliança Liberal (que lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência), juntamente com outros políticos do Partido Republicano Democrata da Bahia, como Torquato Moreira e Almachio Diniz, liderados por J. J. Seabra.⁸⁷

Com a Revolução de 1930, que buscava ser antioligárquica, e a instalação do governo provisório, Alvim Horcades, membro do grupo seabrista, passa a orbitar os espaços de poder do novo regime

⁸¹ Correio Paulistano (SP), 13/5.2027.

⁸² Correio Paulistano, 23/11/2027

⁸³ Gazeta de Notícias (RJ), 20/8/2028.

⁸⁴ Correio Paulistano (SP), 17/12/2029.

⁸⁵ O Paiz (RJ), 11/8/2029.

⁸⁶ Correio Paulistano (SP), 21/8/2029.

⁸⁷ A Manhã (RJ), 20/9/2029.

implantado. Ele e J. J. Seabra, por exemplo, são os dois membros designados para representar a Bahia na solenidade, promovida pelo Centro dos Bons Mineiros em 2 de janeiro, de comemoração ao primeiro aniversário da leitura da plataforma política de Getúlio Vargas durante a campanha das eleições de 1930.⁸⁸ Cotado para substituir Leopoldo Amaral como interventor do governo provisório na Bahia, em lista apresentada por J. J. Seabra junto ao presidente Vargas⁸⁹, houve, contudo, quem duvidasse do “varguismo” de Alvim Horcades e de sua adequação aos princípios da revolução. Em um artigo intitulado “Tudo errado pela Bahia...”, publicado no *Diário Carioca* de 11 de fevereiro de 1931, seu autor, faz uma crítica a permanência de algumas personalidades nas estruturas de poder na Bahia, para ele, representantes da mentalidade do velho regime oligárquico:

Os elementos que se aproximaram do sr. Juarez⁹⁰ são aqueles que faziam parte dos grupelhos políticos dos “calmons”, dos “mangabeiras” dos “simões”, dos “lagos”, e que, por isso mesmo foram derrubados na arrancada revolucionária de 24 de outubro. (...). E não estaremos errados se previrmos, para futuro não muito distante, um calmon ou um Lago qualquer, no governo baiano. As coisas estão caminhando para esse pé, e, ao sr. capitão Távora cumpre evitar tal coisa, vetando, desde já, as companhias dos salafrários amigos da velha República, que vivem a seu lado, arvorando-se em líderes da opinião pública da nossa Bahia. O momento é dos oportunistas, daqueles que, nunca tendo sido

⁸⁸ Diário Carioca (RJ), 2/1/2031; Diário de Notícias (RJ), 2/1/2031; O Jornal (RJ), 2/1/2031.

⁸⁹ Jornal Pequeno (PE), 11/2/2031.

⁹⁰ Trata-se do tenente Juarez Távora, que, por ter comandado as tropas militares no norte-nordeste do país durante a Revolução de 1930, passou a comandar a Delegacia Militar do Norte-Nordeste, tendo influência decisiva nas investidas para o cargo de interventor federal nos estados da região.

revolucionários, se tornam da noite para o dia, velhos adeptos da revolta vitoriosa. (...).

Ironiza ainda a possível indicação de Alvim Martins Horcades para o cargo de interventor federal no Estado:

O outro nome que surgiu é o de **Alvim Horcades**, um dos mais exaltados adeptos da candidatura de Julio Prestes, e que hoje se diz revolucionário de todos os tempos!... Em torno do sr. Horcades contam até um fato muito interessante, que passamos aos leitores: dizem que os três maiores prestistas que haviam no Brasil eram os srs. Julio Prestes, Washington Luis e Alvim Horcades. O primeiro deles continua prestista, porque não há outro jeito. O segundo continuará ou não. E o terceiro... nunca, jamais, em tempo algum formou no bloco de “seu” julinho!!!!...

No mesmo *Diário Carioca*, responde Alvim Horcades, em uma carta ao periódico escrita dois dias depois da publicação:

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1931. Meu caro sr. diretor do Diário Carioca, um cretinoide qualquer, usando o rebarbativo pseudônimo de “Zolachio Diniz”, utilizou-se das prestigiosas colunas desse diário para investir contra meu obscuro nome, a propósito da sua inclusão em uma lista de candidatos ao cargo de interventor da Bahia. (...). Inúmeros testemunhos, documentos vários, poderia apresentar para confirmar (...) de que era revolucionário arregimentado desde 1924. Não me aprez, porém, fazê-lo, porque não dou importância a zolios, nem a suas idiotices. Médico-clínico, jornalista, homem de sociedade, presidente de uma grande associação de classe, é natural que mantenha relações com os elementos ponderáveis da sociedade em que vivo. Homem civilizado, não cogito do credo político dos meus afeiçoados ou amigos e na interdependência social, é possível mesmo, muita vez ter tido gestos de cortezia até com proxenetas e estelionatários, na ignorância de suas habilidades. (...). Que venham pois as provas, claras e concludentes da mi-

nha ligação política com o partido que sustentava aquele ilustre brasileiro, como também se auferi qualquer provento, direto ou indireto, por insignificante que o tenha sido (...).⁹¹

Já demonstrando em 1931 alguma insatisfação com as indicações do governo federal, e em especial a de Juracy Magalhães para interventor da Bahia⁹², e em disputa com outras facções nos rumos da “Revolução”, o grupo seabrista do qual Alvim Horcades faz parte, a partir do final deste ano, começa a envolver-se ativamente na campanha constitucionalista na Bahia, inclusive através da publicação de manifesto e realização de caravanas por toda a Bahia.⁹³ Acusado J. J. Seabra de estar ligado ao velho republicanismo oligárquico e criticada sua adesão ao movimento constitucionalista, considerada facciosa, Alvim Horcades partirá em sua defesa perante a opinião pública.⁹⁴ Com a vitória do movimento constitucionalista, Alvim Horcades festeja as eleições de 3 de maio de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte⁹⁵, sendo seu chefe político, J. J. Seabra, um dos deputados eleitos.⁹⁶ A partir daí, Alvim Horcades parece se afastar da política partidária, aparecendo seu nome, nas fontes que podemos encontrar, pela última vez neste âmbito, em uma matéria do *Correio da Manhã* de maio de 1934, que noticia sua renúncia ao cargo de diretor de imprensa do Partido Autonomista.⁹⁷ Neste mesmo ano é nomeado

⁹¹ Diário Carioca (RJ), 14/2/2031.

⁹² Diário Carioca (RJ), 20/1/2032.

⁹³ Diário Nacional (SP), 19/12/2031; Diário da Noite, 20/1/2032; O Jornal (RJ), 20/1/2032; República (SC) 26/1/2032; A Gazeta (SP), 23/1/2032.

⁹⁴ Diário de Pernambuco (PE), 5/1/2032.

⁹⁵ Jornal do Brasil (RJ), 6/5/2033.

⁹⁶ A Batalha, 28/9/2033.

⁹⁷ Correio da Manhã, 11/5/2034.

depositário judicial pelo presidente Getúlio Vargas, atividade a qual se dedica nos últimos anos de sua vida.⁹⁸

Após perder seus filhos Affonso Guilherme Costa Horcades, em dezembro de 1936, e José Alvimar Gouveia Horcades, em maio de 1938 (já havia perdido o recém nascido Luiz Expedito I. Gouveia Horcades em novembro de 1928)⁹⁹, e sua mãe Maria Ramos Horcades, em janeiro de 1940, Alvim Martins Horcades falece em 27 de fevereiro de 1940, sendo sepultado dois dias depois no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro.¹⁰⁰



Figura 10: Sepultura de Alvim Martins Horcades no Cemitério São João Batista. Foto: Samantha Lobo – Parceria Necrotour/RJ– Marcos Brito.

⁹⁸ A Nação, março 1940; Correio da Manhã (RJ), 5/5/2035; Diário da Noite, 9/5/2035; O Jornal (RJ), 14/9/2037; Diário de Pernambuco, 7/10/2037; O Radical (RJ), 27/10/2038; Beira Mar (RJ), 22/4/2039.

⁹⁹ José Alvimar e Luiz Expedito estão enterrados na mesma sepultura do pai Alvim. Cf. Fotografia. A Noite (RJ), 31/12/2036; Beira-mar (RJ), 9/1/2037; 14/5/2038.

¹⁰⁰ O Radical, 28/2/2040; O Imparcial, 28/2/2040; Beira Mar, 9/3/2040; Nação Brasileira, março 1940.



Figura 11: Sepultura de Alvim Martins Horcades no Cemitério São João Batista, com sua assinatura ao centro. Abaixo o nome de sua segunda esposa. Foto: Samantha Lobo – Parceria Necrotour/RJ – Marcos Brito

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, F. A. Xavier. *Revista Comemorativa do Bicentenário de Fundação de Monte Santo de Minas*. Monte Santo de Minas: Prefeitura Municipal, 2020
- BRITTO, A. C. N. Fechamento da Faculdade de Medicina e de Farmácia da Bahia, no Terreiro de Jesus, em 14 de junho de 1901, pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Eptácio da Silva Pessoa, sendo reaberta por Decreto de 19 de Janeiro de 1902. *Gazeta Médica da Bahia*, 2010; n. 80: v. 2 (maio-jul), p. 57-69.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2001
- FONSECA, Luis Anselmo da. *A questão acadêmica de 1901*. Salvador: Litho-Typ e Enc. de Reis & C, 1903.

- FORAIN JUNIOR, Hugo. *Os Horcades*. Rio de Janeiro, 2014.
- HORCADES, Alvim. *O Beijo*. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Litho-Typ e Enc. de Reis & C, 1903.
- _____. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: Edufba, 1996.
- NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Política Educacional no início da República na Bahia*: duas versões do projeto liberal (Tese de Doutorado em Educação). Salvador: FAGED, 2003.
- RIBEIRO CÓ, Jacy (org). *Sinopse da História de Prado*. Salvador: SETUR, 2003.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 11. ed., Salvador: Edufba; São Paulo: Unesp, 2008.
- VIANNA, V. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Diário da Bahia, 1892.

BRÁULIO XAVIER FILHO

Aramis Ribeiro Costa¹

RESUMO:

Este artigo lembra um dos maiores pediatras baianos, de notável atuação na Bahia do século XX, Dr. Bráulio Xavier Filho. Por meio da memória do autor, como se fosse uma crônica, reconstitui como eram exercidos a pediatria e o ensino médico no mesmo período.

PALAVRAS-CHAVE: pediatria; pediatras; medicina; Bahia; Bráulio.

ABSTRACT:

This article is in remembrance of one of the greatest pediatricians born in Bahia and his remarkable practice locally, in the 20th century, Dr. Bráulio

¹ Aramis de Almada Ribeiro Costa, nascido em Salvador, 1950, é médico e escritor. Exerceu por 45 anos a pediatria em vários hospitais e clínicas de Salvador, além de ter mantido, pelo mesmo período, consultório particular nessa especialidade. Foi diretor médico do extinto Hospital de Clínicas Salvador Sociedade Civil. Pertence à Academia de Letras da Bahia, instituição da qual foi presidente por dois mandatos e é membro benfeitor. É também membro efetivo do Instituto Genealógico da Bahia e da Academia de Letras e Artes do Salvador. Foi membro efetivo do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Sócio efetivo do IGHB desde 1996.

Xavier Filho. Through the author's memory, as if it were a chronicle, it recaptures the scenery of pediatrics and medical education during that time.

KEY WORDS: pediatrics; pediatricians; medicine; Bahia; Bráulio.

Quando nasci tive um problema de saúde e fui levado às pressas ao Dr. Bráulio Xavier. O prognóstico era dos mais sombrios — ele foi muito franco a esse respeito —, mas conseguiu infundir, logo de saída, nos meus pais, uma confiança ilimitada. Formulou e, graças a essa fórmula — guardada durante muito tempo com muito carinho por meu pai —, eu me saí bem desse que poderia ter sido o primeiro e o último entrave da minha vida.

Depois disso, tornou-se o pediatra da família, meu e das minhas duas irmãs, procurado sempre com ansiedade todas as vezes que havia desde a menor suspeita de doença até os nossos mais graves problemas de saúde. Curioso que foi ele quem, sem querer, deu o nome à minha irmã mais moça. Na hora de escrever uma receita para Araújo, ainda de meses, escreveu Arimaia. Cientificado, ia corrigir, quando meu pai teve a ideia:

— Deixe, Dr. Bráulio. Será o nome da próxima.

Dessa forma — coisa inédita —, a futura cliente teve o nome escrito numa receita pelo pediatra, antes mesmo de existir.

Para meus pais não havia nem podia haver outro médico para os filhos. A sua palavra era a definitiva e, fosse o que fosse que ele dissesse, era sagrado. O nome de Bráulio Xavier era pronunciado na minha casa, principalmente por meu pai, com um respeito, um carinho, uma admiração e uma gratidão que chegavam a ser comoventes.

Ele foi a primeira imagem de médico que tive diante de mim, curvado sobre o meu corpo a auscultar-me o coração e os pulmões, a percutir-me o tórax e o abdome, a me mandar abrir a boca bem grande com a língua para fora, para que ele pudesse ver lá dentro com a luzinha, a desvendar-me os segredos da saúde e da doença, procedimentos que, milhares e milhares de vezes na vida tive de fazer, eu próprio, com outras crianças, ao me tornar também um pediatra.

Seu consultório era no quarto andar do Edifício Piedade, um edifício estreito e hoje acanhado, quase despercebido em meio a tantos outros prédios tão maiores e mais novos, mas numa época em que ao longo da comprida Avenida Sete de Setembro e na Rua Chile se concentravam os consultórios elegantes da cidade, e não apenas os consultórios médicos, também os odontológicos e os escritórios de advocacia. O dele, no mesmo andar do consultório de outro famoso pediatra, o Dr. José Chagas Filho, possuía três salas e era muito bem montado. Da janela da sala de espera, guardada por sua fiel atendente Lúcia, verdadeiro cão de guarda que não deixava passar um único paciente sem pagar a consulta, nem mesmo para entregar resultados de exame solicitados por ele próprio em dias anteriores, eu me divertia em ver, lá embaixo, o bem cuidado jardim do Largo da Piedade com seus canteiros gramados e plantas ornamentais, suas estátuas de mármore nas quatro pontas, e sua fonte com repuxos d'água no centro, ornamentada em torno pelas esculturas de bronze de alegorias com forma humana que atualmente se encontram à volta do pedestal da estátua de Cristóvão Colombo, no Largo da Mariquita, no Rio Vermelho.

À volta do largo bem cuidado, começando da esquerda para a direita, a metade que restara do prédio do antigo Senado Baiano e que pertence ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, patrimônio arquitetônico do qual eu saberia, mais tarde, que ali o meu bisavô senador

tivera uma marcada atuação como primeiro secretário do Senado e membro da primeira Assembleia Constituinte do Estado, inscrevendo o seu nome na própria história política da Bahia; a seguir o prédio, que eu achava muito bonito, do Gabinete Português de Leitura da Bahia, com as estátuas de Camões e de Vasco da Gama na fachada, duas glórias de Portugal, do passado e de sempre; a Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Piedade, tantas vezes reconstruídos, até chegarem àquela forma final; o prédio escuro e moderno para a época da Secretaria de Segurança Pública; um pouco adiante, entrando pela avenida, mas ainda podendo ser vista daquela janela, a Escola de Música da Bahia dos irmãos Jatobá; seguindo à volta do largo, a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, no mesmo local onde antes existira a Escola Comercial da Bahia, por sua vez instalada no Palacete Lacerda; e, finalmente, a Igreja de São Pedro, construída em substituição à centenária e muito bem frequentada Igreja de São Pedro Velho, para que o governador Seabra pudesse rasgar a Avenida Sete, que seria, por sua vez, a mais bela e principal avenida da cidade a partir da segunda década do século XX. Portanto, um formoso largo de prédios importantes e muitos acontecimentos, que entrou para a História da Bahia como palco de uma punição cruel e injusta, o enforcamento daqueles quatro homens humildes que, entre vários outros, não tão humildes nem desimportantes quanto eles, sonharam com a independência do Brasil, na malograda Conjuração Baiana, ou Revolta dos Búzios. Mas, o meu interesse, da janela da sala de espera do consultório do Dr. Bráulio, ia principalmente para os carros e as pessoas que passavam, que eu via de lá de cima como se fossem carros e pessoas de brinquedo, de tão pequenos que me pareciam de lá do alto. E vejam que nem era tão alto assim, apenas um quarto andar.

Uma tarde, um amigo muito querido, na verdade um amigo-irmão, porque crescemos praticamente juntos, que morreu prematuramente

aos quarenta e sete anos de idade, e que também era cliente do Dr. Bráulio, jogou, por brincadeira, um pedaço pontiagudo de louça de vaso sanitário em minha direção e o objeto veio com sua ponta perigosa diretamente ao meu joelho esquerdo, desprotegido pelas calças curtas que eu ainda usava, fazendo uma ferida lacero-contusa profunda sob a rótula, arriscadamente bem na articulação do joelho. De imediato fui ao chão, com grande sangramento, transido de dor, sem poder movimentar a perna. Foi uma das maiores dores físicas que já senti. Parecia que a ponta da louça havia penetrado até o osso e afetado as estruturas ósseas. Não havia, naquele tempo — além do hospital público de emergência geral, o extinto Hospital Getúlio Vargas, na Rua Araújo Pinho, no Canela, sempre sobrecarregado —, serviços de emergência pediátrica na Cidade do Salvador. Os Postos de Saúde não atendiam emergência. Os dois grandes hospitais particulares, que eram o Hospital Português e o Hospital Espanhol, também não possuíam emergência. Levado na mesma hora às pressas para o consultório do Dr. Bráulio Xavier, ele colocou sobre a minha perna atingida um aparelho de radioscopia. Com aquele seu excelente aparelho, de grandes proporções para um consultório, mas que cabia perfeitamente na ampla sala de exames do Dr. Bráulio, o pediatra pôde, naquele momento, garantir aos meus pais pela integridade das estruturas ósseas do meu joelho, passando a cuidar unicamente da ferida. Isso, que aconteceu nos anos cinquenta do século XX, é algo notável, porque ainda hoje, com toda a evolução técnica alcançada pela medicina, não sei de nenhum consultório pediátrico que possua um aparelho de radioscopia, e possa fazer um diagnóstico tão imediato e tão preciso sobre uma contusão seguida de ferimento com a possibilidade de dano de estrutura óssea.

De outra feita, igualmente brincando com amigos no quintal de uma casa, fui atingido na cabeça por uma pedra, dessa vez não

atirada por qualquer de meus amigos, mas por alguém que ia passando na rua. Também levado às pressas ao consultório do Dr. Bráulio, lá mesmo ele fez o curativo necessário e deu um “ponto falso”, como se dizia na época, com esparadrapo, resolvendo a dramática situação sem necessidade de sutura.

Esses exemplos, que talvez surpreendam os pediatras de hoje, que não costumam fazer tais procedimentos em seus consultórios, encaminhando essas ocorrências para os inúmeros serviços de emergência de pediatria da cidade — o que hoje, aliás, é o correto —, demonstram como era bem equipado o consultório do Dr. Bráulio Xavier, naqueles distantes anos cinquenta do século do século XX, e como ele se encontrava capacitado para resolver, no próprio consultório, até mesmo questões que fugiam à rotina da clínica pediátrica. Na terceira sala, que era a da enfermagem, ele fazia, com a ajuda de uma enfermeira de nome Mariá, alguns procedimentos que também hoje poucos pediatras realizam em seus consultórios, como nebulizações, aplicações de injeção, curativos e aplicações de infravermelho, esta última uma terapia que, naqueles tempos ainda muito empíricos e de menos recursos farmacológicos, era largamente empregada. Havia ainda uma outra sala, essa bem pequena e quase secreta, onde o Dr. Bráulio se metia para, entre um atendimento e outro, fumar um cigarro. Mesmo sendo num tempo em que todos fumavam abertamente em toda parte, e era até elegante fumar, ele tinha esse cuidado de enfiar-se ali, para que a fumaça e o odor do seu vício não impregnassem o consultório. Mas era, sem dúvida, um dos mais bem equipados senão o mais bem equipado consultório de pediatria da Cidade do Salvador. Não era à toa, portanto, que para ali acorresse grande parte da clientela de bom poder aquisitivo da cidade, num tempo em que também não havia planos de saúde, e todas as consultas eram particulares. Um dia, muito tempo depois, o Dr. Bráulio me disse:

— Eu posso não ter tido a maior clientela da Bahia. Mas tive, com certeza, a maior clientela pagante.

E me afirmou ter tido, no seu consultório, mais de cinquenta mil clientes, ainda hoje uma marca significativa para qualquer pediatra.

Tento vê-lo neste momento como eu o via quando menino. Guardo, por exemplo, a imagem das suas chegadas ao consultório, impecavelmente vestido em traje completo, em geral azul-marinho, logo cercado pelos representantes de laboratório, que um dia iriam lhe conferir uma placa em reconhecimento ao atendimento sempre cortês e amigável que ele lhes dispensava. Entrava com eles por uma porta particular no seu conjunto de salas, sem passar pela sala de espera. Mas lembro principalmente dele dentro do consultório, de gravata e tendo, no lugar do paletó, um comprido jaleco branco, exercendo com atenção, competência e zelo as suas funções de pediatra.

Vou descrevê-lo como eu o via naquela época. Era alvo, um pouco avermelhado, de baixa estatura, atarracado, os ombros muito largos, os cabelos lisos alourados, os olhos muito vivos e penetrantes e a voz pausada, um pouco anasalada e forte, uma voz que, apesar de me parecer vir muito do nariz, me parecia também vir de longe, muito longe. Examinava com atenção e cuidado, sem nenhuma pressa, obedecendo rigorosamente a um método de exame que avaliava, parte por parte, a criança inteira. Depois, quando voltava para a sua mesa-secretária, dava aos pais ou acompanhantes responsáveis as explicações necessárias sobre o que tinha o paciente. Se havia algo negativo a dizer, não omitia a informação. Tinha por princípio que era obrigação do pediatra dizer toda a verdade, e não procurar diminuí-la, muito menos falseá-la. Fazia isso com clareza e segurança, quase como se estivesse dando uma aula aos seus alunos, mas também com clara intenção de tranquilizar o quanto possível, ou, se necessário, advertir.

Em seguida, antes mesmo de prescrever a receita, destrancava e abria as gavetas da mesa, onde guardava as amostras grátis dos remédios, em busca do que pudesse oferecer ao cliente.

Era sempre muito educado e risonho. Gostava de rir e fazer rir. Contava casos. Ria inclusive do pai que, tendo sido rico, tinha sido também muito sovina, a ponto de mandar o empregado colher cajás assoviando, para, desta maneira, ter certeza de que o molecote não o estava roubando, chupando as frutas às escondidas. Recordo que Dr. Bráulio contou isso ao meu pai no final de uma consulta e soltou a sua gargalhada sonora, de quem se divertia à larga com o episódio. Uma vez, também muito tempo depois, ele me disse, após um de seus ditos de espírito que, na verdade, não magoavam ninguém:

— Perco um amigo, mas não perco uma piada.

Lembro-me também de que, certa vez, ele disse ao meu pai que praticara boxe quando jovem, daí a força dos seus músculos. Para comprovar, após a declaração, arregaçou as mangas do jaleco e da camisa e exibiu o bíceps direito contraído, um braço efetivamente muito forte. Aliás, fazia questão de mostrar sua força nos apertos de mão, e divertia-se quando o cumprimentado — ou torturado — não suportava o aperto. Então vinha aquela gargalhada tão simpática e que era também um modo de ser diante da vida e das pessoas.

O curioso é que a sua personalidade bem-humorada, o seu gosto por casos divertidos, as suas frases de espírito, as suas gargalhadas frequentes, não diminuía um milímetro a seriedade com que tratava os assuntos sérios, nem o respeito que lhe tinham todos, clientes, alunos, funcionários, colegas, assistentes. Não me recordo, por exemplo, de ouvir alguém chamá-lo de “Bráulio”, nem de “você”. Era sempre “Dr. Bráulio, o senhor”, ou, no caso dos alunos e dos assistentes, “Professor Bráulio, o senhor”.

Mesmo não havendo emergências pediátricas disponíveis na cidade, não se costumava, naquele tempo, incomodar o pediatra em casa por qualquer motivo, nem mesmo havia o hábito de se telefonar — ah, os celulares! — com a frequência e a naturalidade dos dias atuais, para o médico dos filhos. Pelo menos não se fazia isso na minha casa. Havia em nossa casa, num armário, uma pequena farmácia abastecida com medicações sintomáticas e, o que não houvesse e fosse preciso, meu pai ia comprar na Pharmacia Britto, na Madragoa, ou na Farmácia Fahel, no Caminho de Areia. Abaixava-se a temperatura, se fosse o caso, dava-se um analgésico, um antiespasmódico, um antiemético ou o que se julgasse necessário, medicações que eram do conhecimento de todos, e aguardava-se o horário do consultório. Porém, uma vez, não me recordo mais para qual dos três filhos, meu pai chamou o Dr. Bráulio, e ele foi lá em casa. Chegou num carrão preto enorme, um daqueles carros importados da época, trazia uma maleta, ouviu a queixa, examinou, medicou, orientou, o mesmo Dr. Bráulio criterioso e competente de sempre. E, uma outra vez, uma noite, já não me recordo o motivo, devia ser algo mais preocupante, fui levado por meus pais à casa dele, um pequeno edifício de cinco andares no meio de um enorme terreno no Politeama, todo ele ocupado pela família Xavier. Houve tempo em que aconteceu em Salvador esse tipo de construção familiar. A primeira foi na Graça, na Avenida Euclides da Cunha, o Ed. Dourado, construído pela família Dourado, todos os apartamentos ocupados pela mesma família. Não foi fácil conseguir que alguém nos viesse atender ao portão de ferro, que ficava tão distante do pequeno edifício. Porém, vencida essa dificuldade, o Dr. Bráulio nos recebeu com a mesma simpatia, com a mesma atenção, com o mesmo riso simpático do consultório. Foi nesse dia, no apartamento dele, que eu vi pela primeira vez um televisor ligado e fiquei deslumbrado ao assistir, na telinha, as imagens em preto, branco e borrado do único

canal de televisão que havia na Bahia. O que significa que isso deve ter ocorrido no final de 1960, quando eu tinha dez anos de idade e a TV Itapoã acabara de inaugurar o Canal 5, pois, logo depois, para enorme alegria da família e também dos televisinhos que abarrotavam as janelas da nossa casa, meu pai comprou o nosso televisor.

Verifico hoje, fazendo as contas, que o Dr. Bráulio Xavier ainda não havia completado quarenta e cinco anos de idade, quando fui levado a ele pela primeira vez. Mas era um experimentado profissional de vinte e três anos de formado, com títulos e qualificações até no estrangeiro, com vasta e fiel clientela, e um ótimo conceito entre os seus próprios colegas.

Seu nome completo era Bráulio Xavier da Silva Pereira Filho. A mãe, dona Elvira Gomes Rodrigues Lima, era filha do médico e político Manuel Joaquim Rodrigues Lima, primeiro governador eleito da Bahia, e neta do Barão de Caetité. O pai, o conselheiro e desembargador Bráulio Xavier da Silva Pereira, foi presidente do Tribunal de Apelação e Revista e assumiu o governo da Bahia em substituição a Aurélio Viana após o nefasto bombardeio da Cidade do Salvador, no início do século XX, tendo sido também secretário do Interior no governo Francisco Marques de Góes Calmon. Um homem famoso, poderoso e rico. Por isso mesmo, para diferenciar um do outro, enquanto o pai existiu, ele foi conhecido como Bráulio Xavier Filho ou simplesmente Braulito. Mas, foi como Dr. Bráulio Xavier que se tornou conhecido e respeitado na Bahia a partir da década de trinta, exercendo a sua especialidade, a pediatria, tornando-se um dos três ou quatro pediatras baianos de maior conceito da sua geração, uma geração de pediatras notáveis.

Bráulio Xavier Filho nasceu em 27 de outubro de 1905. Seguindo a própria vocação, sem se deixar influenciar pela atuação do pai na

magistratura e na política, decidiu ser médico, entrando para a tradicional Faculdade de Medicina da Bahia, já com a atenção direcionada para a pediatria que, naquele tempo, tinha, no professor Joaquim Martagão Gesteira (1884-1954) o nome baiano mais respeitado nessa especialidade. Formou-se em 1927 numa famosa turma de futuros médicos baianos célebres, como José Silveira, Hosannah de Oliveira, outro grande pediatra baiano, Alício Peltier de Queiroz, Thales de Azevedo, Jorge Valente e vários outros. Logo no ano seguinte, valendo-se da boa situação financeira do pai, partiu para estudar em Paris no *Hospital des Enfants Malades* com o professor francês Antoine Bernard-Jean Marfan (1858-1942), considerado à época a maior autoridade mundial em pediatria.

Era o tempo das primeiras experiências com a amidalectomia, e um caso de morte do paciente em pleno ato cirúrgico presenciado pelo jovem médico logo ao chegar, fizeram-no, para o resto da vida, extremamente cauteloso no recomendar a retirada das amídalas dos seus pequenos pacientes, fazendo tudo para tratá-las antes da condenação à cirurgia, exatamente como hoje, tanto tempo depois e passado o modismo da intervenção cirúrgica nas amídalas e nas adenoides, costumam agir os pediatras.

Voltando ao Brasil, passou a trabalhar no Asilo dos Expostos, na Pupileira, sob o comando do professor Martagão Gesteira, o grande pediatra e professor baiano que se tornaria um notável da pediatria, da saúde pública e das instituições médicas voltadas para a especialidade em todo o Brasil, tomando conta de uma enfermaria. Daí passou para o Hospital Santa Isabel e, nessa fase, dedicou-se mais à radiologia. Mas continuava tomando parte de congressos e simpósios médicos de pediatria, fazendo palestras e apresentando trabalhos na especialidade. Foi um dos fundadores da Sociedade de Pediatria da Bahia. Em 1934

fez concurso de docência em pediatria, pela Faculdade de Medicina da Bahia, sendo aprovado em primeiro lugar. Com a fundação da Escola Bahiana de Medicina em 1952, cujo principal fundador, que seria também o primeiro diretor, era o seu colega de turma, o urologista Dr. Jorge Valente, tornou-se o seu titular de pediatria.

Tendo sido seu cliente, voltei a encontrar o Dr. Bráulio muitos anos depois, agora como estudante de medicina. Ele chefiava o serviço de pediatria do Hospital Santa Isabel, do qual comecei a participar já a partir do terceiro ano, tornando-me seu aluno de pediatria no quinto ano do curso médico da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Eram tempos em que os estudantes de medicina decidiam a especialidade muito cedo, ainda nos primeiros anos da faculdade, para que pudessem frequentar os serviços especializados e adquirir dos mestres a formação necessária que, desde aquele tempo, não era, em verdade, obtida unicamente no curso da faculdade, que era mais informativo do que formativo. As residências médicas e os cursos de pós-graduação estavam naturalmente reservados aos graduados de maior poder aquisitivo, que podiam ainda dispor de alguns anos após a diplomação, em geral em São Paulo ou no Rio de Janeiro, antes de começar a exercer a especialidade, o que não era meu caso, que havia perdido meu pai um mês antes de entrar na faculdade. Então, fui daqueles que passaram, bem cedo, a frequentar um serviço médico relativo à especialidade que pretendia seguir.

Nessa fase, no serviço de pediatria do Hospital Santa Isabel, convivemos quase diariamente durante quatro anos, de 1971 a 1974, quando me formei. A idade e os percalços da vida haviam-no alquebrado bastante, mas era ainda o mesmo profissional dedicado e competente, o mesmo homem bem vestido, educado, cordial e, acima de tudo, bem-humorado, que continuava preferindo perder um amigo a per-

der uma piada, o que, aliás, não deve ter acontecido jamais. Sei que gostava de mim, tratava-me muito bem, com uma deferência muito especial, embora, certa feita, tivesse dado ouvidos à intriga de uma de suas assistentes, e me repreendido dura e injustamente. Embora eu estivesse coberto de razão, e nada houvesse, na realidade, que me recriminasse, o que tornava aquela reprimenda inaceitável, em respeito a ele, a tudo que representou na minha vida, e também em respeito à memória de meu pai, que tinha por ele uma verdadeira veneração, não revidei com o ímpeto que pedia a minha indignação pela injustiça, porém com comedimento, procurando mostrar a impropriedade da acusação que me fazia. Graças à minha atitude o episódio não foi adiante, e não interrompemos o nosso bom relacionamento.

Para ser fiel à verdade, não posso dizer que Bráulio Xavier fosse um professor brilhante, no sentido que se dava ainda no meu tempo de estudante a um determinado tipo de professor, aquele que conseguia arrancar aplausos dos alunos ao término das suas aulas. Esses conferencistas de talento, afamados oradores que tantas vezes recheavam suas falas de intenção científica ou didática com citações e metáforas retiradas de sua bagagem literária ou cultural, que se utilizavam de voz impostada, expressões e gestos de efeito cênico, imagens ou episódios adrede preparados, e que, obviamente, impressionavam os estudantes, embora a cada dia escasseassem, ainda podiam ser encontrados a arrancar aplausos aqui e ali. Bráulio não era assim. Falava baixo, com aquela voz anasalada que me parecia vir de longe, não explanava com grande fluência, não prendia a atenção da turma, na verdade não possuía nem o dom da oratória nem a didática de auditório. Mas sua atuação como professor titular de pediatria da Escola Bahiana foi longa e eficiente. Cercou-se de auxiliares valiosos, como Antônio Carlos de Andrade Barbosa, meu mestre particular de pediatria e meu amigo — esse um didata e um orador brilhante,

capaz de transformar, com sua eloquência e capacidade de expor, uma simples aula numa conferência inesquecível —, Maria Alice Firpo, Maria Piedade e, mais adiante, no qual manteve a tradição do seu nome, o filho Bráulio Xavier da Silva Pereira Júnior — conhecido por todos como Braulinho, também um pediatra de ampla clientela, além de extraordinária figura humana. Braulinho morreu muito cedo, o que também aconteceu com seu irmão, Renato, esse cirurgião pediátrico, mas teve tempo de ser reconhecido como um pediatra tão competente quanto o seu pai, também com uma das maiores clientelas da Bahia. Essa equipe do Professor Bráulio era uma das mais atuantes e mais organizadas da escola de Nazaré, atuando principalmente nas enfermarias e nos ambulatórios do velho Hospital Santa Isabel, médicos que eram, todos eles, também da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

Longe das salas de aula, nas enfermarias, lidando diretamente com o paciente, é que o Dr. Bráulio mostrava o seu vasto conhecimento de pediatria e o muito que acumulara de experiência na prática diária da profissão. À cabeceira dos enfermos discorria com amplitude e profundidade sobre a doença do pequeno paciente, ensinando sem reservas a quem quisesse aprender, alertando para as situações equívocas e, sobretudo, chamando a atenção para o perigo da vaidade no exercício da medicina. Um médico, dizia ele, nunca deve ter a pretensão de achar que sabe tudo. Está sempre aprendendo, e aprende a cada dia, com cada paciente, com cada circunstância médica que se apresenta. Costumava dizer que um paciente pediátrico deve sempre ser examinado da cabeça aos pés, exatamente como ele fazia no seu consultório particular e nas enfermarias, independentemente da queixa ou da doença. Erudito que era, usava a expressão latina, *a capite ad calcem*. Quando via uma criança desnutrida e triste, abatida pelo sofrimento, usava a palavra tristura no lugar de tristeza, o que dava, para os alunos que aprendiam, uma dimensão mais exata do lamen-

tável estado do pequeno enfermo. Dizia também que a experiência de um médico se avalia como a experiência de um piloto de avião. A do piloto pelas horas de voo, a do médico pelas horas passadas diante dos leitos dos pacientes.

Possuidor de uma sólida cultura geral, de certa forma o Dr. Bráulio seguiu a tradição dos médicos baianos até a primeira metade do século XX, ao se dedicar também à literatura. Lia muito, gostava de conversar sobre autores e obras literárias. Foram muitas também as nossas trocas de ideias nesse sentido, no espaço que ocupava ao fundo da Enfermaria São Vicente, do Hospital Santa Isabel, quando, após o trabalho no ambulatório e na enfermaria, nos juntávamos, ele, Antônio Carlos Barbosa, que além de brilhante pediatra, professor de pediatria e conferencista, era poeta de talento, e eu, um simples estudante aspirante a pediatra e escritor iniciante, para longas e inesquecíveis conversas. E teve o seu momento de escritor. O alentado romance de sua autoria, *Vidas em tumulto*, de quatrocentas e nove páginas, editado pela Pongetti, Rio de Janeiro, em 1941, surpreende pelo estilo, pela ambientação em Salvador, pela fluência da narrativa, pela estrutura e pelo desenvolvimento, como se o seu autor fosse um escritor experimentado, e não alguém que estava realizando a sua única experiência de ficcionista.

O Dr. Bráulio Xavier da Silva Pereira Filho morreu aos 71 anos de idade em 12 de novembro de 1976, um ano após ser aposentado compulsoriamente do quadro docente da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Como se a vida tivesse perdido o sentido ao lhe tirar esse último vínculo com a pediatria. Foi, sem dúvida, um dos grandes vultos da medicina baiana.





RECORTES DA HISTÓRIA CENTENÁRIA DE EUCLIDES JOSÉ TEIXEIRA NETO

Wilson Midlej¹

Neste ano de 2025, Ipiaú se destaca ao centralizar os eventos da região nas celebrações do centenário de nascimento do ilustre brasileiro, filho de coração deste município, Euclides Neto. Seus pais, Patrício e Edith Teixeira, oriundos de Genipapo, distrito de Ubaíra, no vale do Jequiriçá, onde nasceu Euclides no dia 11 de novembro de 1925.



Foto 1

¹ Wilson Midlej é jornalista, advogado e escritor.

Durante todo este ano, em movimentos isolados, a literatura, a política, a saúde, a advocacia, a pecuária e a cacauicultura baianas vêm assinalando, em respeitoso silêncio, é bem verdade, pois poderia ter sido mais pautado e festejado, pela Bahia, o centenário do nascimento de um cidadão que deixou uma marca indelével na sua história, com repercussões nos grandes centros culturais do país. Ainda bem que o Sindicato Rural vem planejando um grande movimento de celebração pela efeméride. Sem qualquer esforço, ou mesmo intenção, Euclides Neto se tornou uma personalidade de real importância para a região cacaueira sendo respeitado e admirado por todos, também pela expressiva maioria dos seus adversários. Ele conseguiu a façanha de ser contemplado com a sincera amizade dos trabalhadores das roças de cacau, mesmo os que não o conheciam pessoalmente e, ainda ter a sua companhia disputada por escritores, empresários, políticos e agitadores culturais, a ponto de precisar limitar suas aparições sociais, já que não conseguia diminuir a frequência de visitantes em sua casa.

Daí haver, por isso e, muito mais, relevância no registro pela passagem do centenário de nascimento deste escritor, cronista, advogado, agricultor, humanista, político, ex-prefeito de Ipiatú, cidade que foi por ele adotada como sua terra-mãe, ex-secretário da Reforma Agrária no governo de Waldir Pires e, quase governador da Bahia, não fosse pela sanha ambiciosa de alguns radicais de esquerda.

Euclides Neto fez parte de uma plêiade de homens e mulheres que, entre as cinco primeiras décadas do século XX, integraram uma espécie de comitê precursor do processo de transição de pensamento e de consequente comportamento, de uma geração que deflagaria a mudança de paradigmas. Sim, creio não ser exagero afirmar: no momento histórico dos anos 1960 havia um desejo de romper com os limites impostos que acabaram descortinando possibilidades de novos

horizontes, orientados por ideais de liberdade e transformação. Este foi, portanto, um período de profundas mutações culturais, sociais e políticas, com impactos significativos em diversas áreas e, que, ainda reverberam.

Os adolescentes da época, divididos entre a dinâmica da socialização das escolhas de beneficiários e decisões de quem faria o que... e aqueles outros que, fruto de produtivo patrimônio, colocavam equipamentos, mão de obra e até dinheiro em espécie a serviço do coletivo, visando ao bem estar do outro.

Alguns líderes tinham o presidente da União Soviética, Nikita Khrushchev e Fidel Castro, em Cuba, como referências, idolatravam o Che Guevara. Outros líderes, por sua vez, exaltavam as virtudes de John Kennedy, Winston Churchill, Harold Wilson..., entretanto, da Baixa Alegre em diante, ao passar pelas sete voltas, já estava internalizado que, o que importava a todos era o destino de cerca de 20 mil ipiaenses, número estimado da população da época.

Esses homens e mulheres forjaram o caráter daqueles que integraram os anos 1960, na condição de jovens cidadãos, na mudança dos paradigmas que o mundo registrou.

Referindo-se aos anos da década de 1960, o sociólogo Edgar Morin, que acompanhou o emblemático maio francês e, em seguida veio ver as passeatas brasileiras, falou em “Êxtase da História”. Outros pensadores, como Raymond Aron, analisou o recorte histórico europeu como “Psicodrama Coletivo”. O fato é que a década de 1960 foi de fundamental importância para a mudança de paradigmas no Planeta.

Na cultura, verificava-se que o surgimento do grupo musical inglês The Beatles, que ofuscou, no Nordeste do Brasil, o fabuloso Luiz Gonzaga. Este, conformado, fechava um ciclo musical para

retornar tempos depois com o Xote dos Cabeludos. Na Bahia, João Gilberto, com a Bossa Nova, criou uma intrigante batida, no violão, que ganhou o mundo. Tomzé, Caetano Veloso e Gilberto Gil projetavam o jeito baiano de compor e cantar, por todo o país. Em Ipiáú, o artista plástico e multimídia baiano Antônio Luís Martins, Lula Martins, embarcava para participar da 2ª Bienal de São Paulo, a convite do próprio Ciccillo Matarazzo. Gláuber Rocha, a surpreender a América do Sul com o Cinema Novo; Jorge Amado a transpor, para o imaginário, a realidade do cotidiano da Bahia para o mundo. Na política, surpreendia a Bahia o jovem agricultor jequiense, odontólogo e ex-prefeito de Jequié, Antônio Lomanto Júnior que, num ato de arroubo e ousadia, conquistava o mandato de Governador deste estado aos 37 anos.

Questionava-se à época, sobre Lomanto: Direita? Esquerda? A multidão já havia respondido: “Lomanto é a esperança do povo, é gente nova, é sangue novo...”

Para o sertanejo de Jequié e mateiros das imediações, depois de exercer o cargo de vereador, prefeito, deputado e agora governador, Lomanto continuava sendo o filho de seu Tote, marido de dona Detinha, pai de Lomantinho e Leur: um ilustre conterrâneo, extrovertido e generoso, gerado no ventre de dona Almerinda. Nascido para ser muito mais do que um mito, em Jequié. Consagrou-se uma lenda viva na memória do povo baiano!

Nesse início da década de 1960 foi deflagrada uma grande revolução comportamental e tecnológica como o surgimento do feminismo e os movimentos civis em favor dos negros e homossexuais, além da chegada da televisão – primeiro em preto e branco. Só em 1970 chegaram as transmissões da colorida festa da uva dos gaúchos. O Papa João XXIII ao abrir o Concílio Vaticano II revolucionou a

Igreja Católica. O homem chegou à lua, a equipe brasileira de futebol sagrou-se bicampeã mundial. Surgiram, ao mesmo tempo, movimentos de comportamento a exemplo dos hippies, com seus protestos contrários à Guerra Fria e à Guerra do Vietnã, o racionalismo. Era a contracultura se instalando, forte, no Brasil, tendo o jequieenses Waly Salomão como uma das expressões. Na América Latina, a Revolução Cubana levava Fidel Castro ao poder; na África e no Caribe, dava-se início à descolonização com a gradual independência das antigas colônias.

Em meio a todas essas mudanças, Lomanto Júnior preservava aquele ar interiorano, bonachão, no qual prevalecia a simplicidade, a retidão. Já Euclides, preservava o seu jeitão de capiau, caititu queixada branca, intolerante com os maus feitos, íntegro e leal até com os adversários e os supostos inimigos. Os dois ressaltavam, em suas palavras, a sonoridade das frases curtas do sertanejo autêntico. Se Euclides era imbatível no júri popular, sempre na defesa, Lomanto sabia discorrer, com segurança, sobre as temáticas da Bahia quando era convocado a falar em público:

Eram discursos onde o entusiasmo da transmissão de ideais e convicções foram ficando famosos, prendiam a atenção dos ouvintes pelo vigor dos argumentos.

Ambos os líderes regionais, empenhados que estavam em difundir o projeto de fraternidade e progresso, Lomanto com sua fé inabalável em Deus, contando com a cumplicidade de Santo Antônio. Euclides Neto com o visgo da tese da mais valia, proposta por Karl Marx... Ao que parece, não foram entendidos, pois a corrupção grassa em todas as esferas... O que se vê hoje, atribuído aos exemplos e textos de Euclides, principalmente, é a perigosa distorção do seu pensamento: colidir com o direito a ampla defesa e ao contraditório, questionar ou desconsiderar o devido processo legal, seria impensável ser acatado

pelo atento advogado dos pobres. Euclides jamais contribuiria para desgraçar a vida do povo com decretos perversos, ainda que isso lhe garantisse a permanência no poder.

O golpe militar no Brasil, contragolpe para alguns, em abril de 1964, deu início aos chamados anos de chumbo: muitas atrocidades aconteceram de parte a parte. Não se pode esquecer do sofrimento de tantos, inclusive diletos amigos de Euclides Neto como Emiliano José, Haroldo Lima e José Milton Almeida...

Entretanto, muitos ativistas de esquerda, dispostos a tudo, ensandecidos integrantes de uma geração bronzada, expansiva e comunicativa, trocava as ruas pela paisagem indefinida da clandestinidade, se enfurnava nos soturnos aparelhos ou mergulhava nos subterrâneos das drogas, inicialmente com o uso da *cannabis sativa*. Em seu rastro, intrincados caminhos do ácido e assemelhados, tão pesados quanto... Segundo o diretor de teatro Flávio Rangel, esses foram “tempos de nó na garganta..”. Alguém complementa: e de fanatismo ideológico.

Não há dúvida de que os anos 1960 foram os mais loucos e fantásticos do século XX e 1968 honra o título de o mais catártico da década. Um dos primeiros a atinar isso, no Brasil, seria o jornalista e escritor Zuenir Ventura, autor do emblemático livro *1968 – O Ano Que Não Terminou*. Para chegar à década de 1960, o mundo passou pela Segunda Guerra Mundial – que, com o passar do tempo, assemelha-se cada vez mais a um segundo tempo, de três décadas, de uma única guerra –, que terminou por elevar os Estados Unidos a nova potência mundial, diante da superada Grã-Bretanha e da derrotada Alemanha.

Neste período, a juventude no Brasil questionou e rompeu com padrões tradicionais de comportamento, como a rigidez moral e a repressão sexual. Houve uma valorização da liberdade individual, do amor livre e da busca por novas formas de relacionamentos afetivos.

Em 1965, aos 40 anos, Euclides, assim como inúmeros outros contemporâneos, já havia plantado muitas árvores, escrito muitas crônicas e livros, tinha se graduado em direito, há muito se casado com a bela e carismática Angélia Mendonça e os cinco filhos do casal haviam nascido... e já era prefeito de Ipiaú!

Para ficar apenas no entorno de seu imaginário “Cumercinho de Poço Fundo”, que, até pode ser nas cercanias de seu município-mãe no qual, também, já tinha emergido o Dr. Salvador da Matta – outro exilado dos altos rincões da espiritualidade – além de Maria José Lessa de Moraes, José Hagge Midlej, Dr. Thalma Reis, Deputado Agostinho Pinheiro, Manoel Mendes, Dr. João Magalhães Neto, os médicos cearenses Nestor Mesquita e Juvêncio Gondim, professor Tatai, a mestra Emérita Castro, dona Ivone Reis, as irmãs-professoras Adyles, Italva e Nolinha Bittencourt. Por afinidade, o governador Lomanto Júnior, José Pedral... cada qual com sua própria visão de mundo ou ideologia; todos, no entanto, galvanizados por objetivos determinados, entre eles o de promoção de desenvolvimento regional, bem como a utilização do poder em diversas esferas com intenções de servir de braços fortes em favor dos que mais necessitavam de acolhida.

Euclides pertencia a uma geração especial que parecia existir para reverter uma escala vigente de valores... Cada um em seu campo, a exemplo dele mesmo, um suposto socialista que subvertia as regras do clássico comunismo, ao apoiar iniciativas que gerassem empregos; dizendo-se ateu admirava o Nazareno e repetia, baixinho, o Sermão da Montanha, enquadrando Lomanto nas bem-aventuranças...

O conservador, ex-prefeito, Salvador da Matta, que viria a ser eleito mais duas vezes, adversário histórico de Euclides, disponibilizava sua ajuda incondicional à equipe do prefeito. Muitas vezes um não sabia das ações positivas do outro. Não carecia. Não havia os *press releases* para registrar as ações fraternas.

Para ilustrar o raciocínio, homenageando um contemporâneo que teve o seu centenário de nascimento celebrado em 2024, vale lembrar Lomanto Júnior e a enchente do rio de Contas no início de 1964, conforme dizia o próprio Euclides “[...] as cabeceiras do rio vomitando água, as presas estourando, riachos limpando, Ipiaú virou uma ilha, o Água Branca, Preguicinha, Emburrado cercando... Lá vem água subindo, represando...” O rio de Contas, agora valente, roncando feroz, espumando como louco, roía o barranco das margens... Ninguém dormia, todos imbuídos em socorrer os desabrigados. Pois bem, numa daquelas madrugadas, a barra do dia chegando, a canoa ocupada pelo prefeito Euclides e sua equipe, ao passar nas imediações da rua dos “Dez Quartos”, lendário meretrício da cidade, se encontra com outra canoa, ocupada pelo governador Lomanto Júnior e vários dos seus secretários. Todos eles vivenciando o nobre entusiasmo da ajuda e da solidariedade. Segundo Euclides, foi emocionante o abraço dos dois, com o rio a passar entre as canoas. Depois do dia amanhecer o Banco do Estado da Bahia já disponibilizava recursos para a prefeitura atuar com as providências necessárias.

Euclides prefeito e Lomanto, governador, resistiam bravamente aos clichês que quiseram colar às suas imagens e aos mandatos que exerciam. Euclides reafirmava sua posição política, encarava as adversidades da desconfiança dos generais, ao tempo em que protegia, com vigor, arriscando a própria posição, as ideias e convicções que cultivava ao longo da vida, fruto de conhecimento adquirido, não apenas através da literatura inerente, mas com a sua presença física em países de regimes totalitários ou não, em torno do planeta, os quais, ao seu discernimento, criticava ou apoiava. Quanto à sua noção de liberdade, Euclides Neto, prefeito ou não, encorajava os jovens a deixar crescer os cabelos e a imaginação, enquanto amavam os Beatles e os Rolling Stones. Também estimulava aos jovens, do seu círculo de convívio, a

cumprirem com seus deveres de cidadãos, buscarem no conhecimento acadêmico suas novas profissões e, sobretudo, incentivava a leitura. Quando surgia alguém disposto a escrever uma crônica, um conto... lá estava o velho e sábio poeta a providenciar revisão, impressão e até lançamento da obra.

Talvez pela decantada discrição de Euclides Neto, ou quem sabe, a necessidade de se dedicar à fazenda de Ipiaú, ou ao recanto das cabras, pouco acima da barragem da Pedra, em Jequié, ou ainda à assistência ao procurado escritório de advocacia, no qual podia contribuir com a sua concepção de homem integral, supremacia da justiça, propulsora da paz social entre os homens, fizeram com que, tais atividades se sobrepusessem à tarefa de difusão de sua obra e divulgação dos seus títulos literários.

Em sua rotina, em Ipiaú, sempre encontrava tempo para uma chegada à barraca de mingau de Clarice, ao bar de Ulisses, quando não estava num papo animado com Valdemiro Santos, Protógenes Jaqueira e Américo Castro, na farmácia Bahia. Havia ainda os momentos com a juventude. Euclides não abria mão de uma conversa com Lúcio Vieira, Peron Teixeira, Valney Pestana, Edward (Vaze) Oliveira, o médico Ubirajara Costa e, claro, o garoto Marcelo Teixeira, hoje advogado que ocupa o seu escritório, onde sempre esteve, junto ao pai, mesmo em enfadonhas rodas políticas ou demoradas reuniões administrativas.

Foi assim em 1996, com o memorável lançamento da obra *Hai-kai – métricas baianas*, em Ipiaú, de autoria de sua ex-vizinha, Jussara Midlej, contando com a ajuda do jornalista José Américo e o artista plástico, Fauzi Maron, na organização do evento.



Foto 2 – Euclides Neto

Ali, emocionada, a interlocutora de tantas e produtivas prosas, relembrou a época em que visitava, com Vera Lúcia, sua filha pelo coração, a ampla biblioteca do escritor, bem ao lado de sua casa. Eram vizinhos. Agora, no lançamento de suas *Métricas baianas*, justamente no dia do falecimento do amigo comum, Lúcio Vieira Santos, tomou conhecimento da nova obra que estava sendo preparada por Euclides. Um dicionário! Só não sabia que se tratava de um glossário onde o linguajar das brenhas das roças e *bruaras* rionovenses iria correr mundo.

No ano seguinte, 1997, fomos ao lançamento do *Dicionareco das Roças de Cacaú e Arredores*, e fomos brindados com uma carinhosa dedicatória:

Jossare e Wilson - certamente vmente nós - que te nós
a olopie de ver dos roças
de cocau e arredores - em hea
no exporre, deste Dicionareco

Spri, 4.11.97

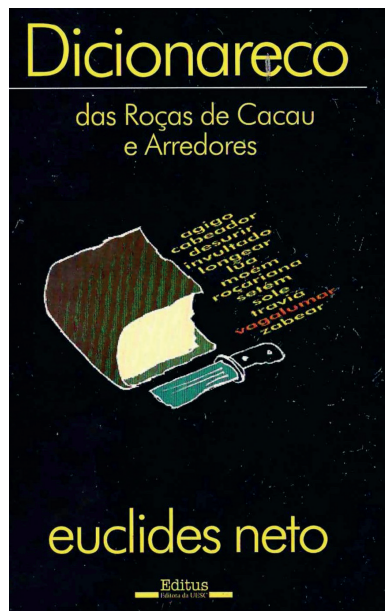


Foto 3 e 3A

Nas noites ipiauiense, os jovens, seguidores, ou não, do talentoso Dr. Euclides, emocionados, protestavam ao som de Vandré, Gil, Caetano e Chico. Via-os entrar em filas para assistir cenas geradas por Gláuber ou Godard. Observava que eles viviam com a alma incendiada de paixão e rebeldia, muitas vezes em caminhos opostos aos de seus pais: alguns deles, seus velhos amigos. Com autoridade, intervinha, aconselhava, usava sua influência junto aos militares, não guardava nenhum tipo de ódio ou rancor no coração... Eis Euclides José Teixeira Neto.

É lamentável que, nas comemorações do seu centenário, alguns desses excepcionais compositores e atores sociais, acabaram por vender o seu talento. Estão hoje, segundo publicações recorrentes na imprensa, a beneficiar-se do poder, sob a sombra da Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) a famigerada Lei Rouanet, integrando o segmento milionário ao qual chamavam pequenos burgueses, retratados na letra da música de Gilberto Gil, “Ôô Gente estúpida! Ôô Gente hipócrita! [...]. Os lucros são muito grandes / Mas, ninguém quer abrir mão. [...] A usura dessa gente / Já virou um aleijão...”

Outros cantavam *Apesar de você, amanhã será outro dia* no calor da luta travada com inteligência e soberania, contra os *Podres Poderes* estigmatizados nos saudosos anos 1960, virou coisa de intolerantes, de discursos de ódio... Hoje, todos parecem achar natural a conquista de fortunas... Afinal a burguesia tem seus encantos...

O falecimento do doutor Euclides, considerado precoce em razão da intensa felicidade que aparentava viver, de forma metódica e simples, repercutiu no mundo intelectual e político da Bahia. A rapidez do infarto fulminante não impediu a presença de inúmeras personalidades de vários segmentos sociais, econômicos e da cultura regional como o escritor grapiúna Helio Pólvora “Ele entendia o povo,

falava a mesma linguagem, apesar de ser o Dr. Euclides”. Murilo Leite, Edvaldo Brito, o Professor Albione, e manifestações como a que destacou, do jornalista e professor Florisvaldo Matos, para quem, Euclides Neto foi muito retraído na divulgação de sua obra, ensimesmado e, sobretudo, modesto em termos de exibição pessoal. De toda maneira, consolidou uma estética na prosa baiana: a de revelar as essências da realidade, as contradições objetivas do mundo real, da sociedade do interior da Bahia, da região cacauzeira. Muito respeitado, Euclides era quase que um emblema, um Totem, observa o velho poeta e professor de tantos jornalistas dessa geração: “Um homem que consolidou um prestígio como gente de esquerda, íntegro, fiel a seus ideais. De uma sinceridade compacta”. E prossegue o nobre jornalista: “Euclides Neto foi o Sosígenes Costa da prosa baiana. Costa também foi um homem de esquerda, com poesia de alto nível, mas ficou esquecido por não distribuir pela metrópole sua obra, apesar de ter ido tardiamente morar no Rio de Janeiro.

Euclides Teixeira Neto, além de ser de esquerda, o que já o fazia ficar marginalizado, era um intelectual que, tendo optado por ficar na província, em sua região, acabou perdendo o espaço que outros tiveram, como Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado. Aqui, na Bahia, só tiveram projeção nacional Jorge Amado e Adonias Filho, que era um homem de direita, tanto assim que teve participação e cargos no governo militar.

Na cerimônia do dia 5 de abril de 2000, no salão nobre da Câmara Municipal de Ipiaú, estiveram dois ex-governadores da Bahia como oradores diante do ataúde exposto. Antônio Lomanto Júnior (1963/1967), então prefeito de Jequié que, em emocionante discurso se referiu a Euclides Neto como “[...] Homem de letras e de luta, cuja trajetória como escritor e político transcendeu gerações, inspirando a

todos com sua coragem, sabedoria e compromisso com a nação...” O outro governador, também presente, Francisco Waldir Pires de Souza, fez um relato minucioso da trajetória política daquele que sempre foi seu amigo e interlocutor nas horas mais delicadas da política baiana. Waldir lembrou que, quando governador da Bahia (entre 15 de março de 1987 até 14 de maio de 1989), convidou o antigo colega de faculdade para assumir a Secretaria de Reforma Agrária de seu governo. Ao receber o convite, primeira Secretaria de Reforma Agrária do Brasil, não poderia recusar. Na oportunidade, Euclides teria dito: “[...] até relutei. Mas, a consciência me cobrava, lembrando-me que se não a assumisse, o sentimento de culpa me espancaria depois. Tantos anos lutando por aquilo e, agora, por comodidade, indiferença, preguiça, egoísmo, não queria enfrentar o desafio. O nome da Secretaria: Assuntos Fundiários ou Reforma Agrária? Opinei pelo segundo. Precisava logo desmitificar a expressão pornográfica.”

Foram momentos de sucessivas emoções ao saber que, ao final daquele ritual, daquela cerimônia, não se iria contar mais com a fina sensibilidade de um líder carismático, com o bom humor, próprio dos bem aquinhoados com inteligência... A comunidade, a sociedade ipiaense, a família, os amigos, deixariam de conviver com alguém que, a seu modo, adotou o seu *My Way* o encarar dos sonhos e realidades “do seu jeito”.

Ao rememorar a vida e a obra de Euclides Teixeira Neto, sou convidado a refletir sobre o legado de um brasileiro que, com suas palavras e ações, contribuiu para moldar o destino de nossa sociedade, muito mais com trabalho, honestidade, exemplos, amorosidade e lealdade aos valores que cultivava, do que como líder belicoso e revolucionário, estrategista frio e calculista, que sempre quiseram imputar à personalidade conciliadora e absolutamente democrática deste líder. Eis que,

pode-se constatar o visível esforço para parear o gestor, o advogado, o amigo solidário e disponível a líderes ideológicos sanguinários, que julgam, prendem e arrebetam, tão em voga nos dias de hoje.



Foto 4 O eloquente orador Dr. Euclides Teixeira Neto

É claro que os inúmeros aspectos de sua multifacetada personalidade, sempre imantada por poderoso magneto de atração intelectual, fazia com que aflorasse as mais diversas tendências das ações políticas de seus amigos, principalmente os mais próximos, idealizando pontos de vistas considerados fundamentais, na expectativa de adesão a ação consequente, daquele que tinha enorme capacidade de convencer e conduzir multidões. Imagino que não foram poucas as propostas de luta armada, de assumir o protagonismo na disseminação da violência em resposta à mesma força de que eram vítimas os adeptos das constantes rebeliões. Mas, ele reprimia?! Pelo contrário, estimulava a continuidade de cada pensamento e, com os pés no chão, continuava ensimesmado, viajando pelas estrelas, em busca de objetivas soluções

para os seus semelhantes mais carentes, através da exposição de argumentos e de resistência tenaz, mas absolutamente pacificadora. E agia realisticamente.

Por tudo isso e muito mais, Euclides é um espírito de escol. Um homem da paz e do bem. Constatamos tais características em várias oportunidades. Quando não estava de acordo com determinada forma de condução do assunto, convidava o liderado, o admirador, o correligionário, ou simplesmente, o amigo, a dar uma volta pela cidade, uma chegada à Diamantina, ou à Fazenda-do-povo. Ali, buscava estratégias didáticas para reforçar ou dissuadir alguma ideia, ou projeto, segundo o ponto de vista mais razoável das ações desejadas.

Uma das ferramentas utilizadas, de maneira recorrente, era a literatura. O seu indiscutível talento, sua abordagem em linguagem exclusiva, de temas por ele considerados importantes, transformavam cada título, em material explosivo e cada volume em setas a encontrar o alvo pretendido, ou a compreensão adequada. Foram 14 livros publicados, inúmeras crônicas e artigos veiculados e infindáveis palestras e papos descontraídos, afirmando teses e hipóteses cultivados com paciência e sensatez. O texto de Euclides era único. Mesmo quando usava o dialeto da sua gente, refletia no transcurso da leitura, parença com autores diversos e escolas variadas, fruto de suas incursões por outras searas e comunidades de literatos.

Segundo o professor e articulista José Moura Pinheiro, “[...] em pesquisa promovida pelo Instituto Datafolha, no início dos anos 2000, Capitu, a enigmática figura do romance Dom Casmurro, de Machado de Assis (1839-1908), aparece como uma das mais relevantes personagens da literatura brasileira de sua época. Em segundo lugar, vinha justamente Bentinho, o amargurado esposo da própria Capitu. O terceiro lugar coube a Brás Cubas, outra criatura machadiana...

No final do século passado, enquanto jornalistas comparavam o estilo de Euclides Neto ao de Guimarães Rosa, o escritor grapiúna, Jorge Medauar, sempre afirmava que Euclides era o mais próximo do estilo machadiano em terras brasileiras. Ele repetia: “[...] Se Machado de Assis é tomado como modelo literário pela limpidez e clareza do seu texto, Euclides Neto, pelas mesmas virtudes, é um dos escritores brasileiros que mais se aproximam do mestre do Cosme Velho”.

Acrescento: Machado de Assis tinha Capitu, Euclides teve Albertina. A primeira, pele alva, tez suave, dedos longos... a segunda, tosca, calcanhar rachado, pele curtida pelo sol da Caatinga. Uma, sensual e recatada, a outra, despachada e de venta aberta ao enfrentar as adversidades, resolvidas quase sempre com sua enxada no amanho da terra. Os mais afoitos a comparam, em determinados momentos, com dona Edith. Será?

Ambos, Machado e Euclides, escritores brasileiros que repercutiram a natureza de sua terra, os costumes da sociedade em que viveram.

Se eu tivesse que escolher a melhor maneira de homenagear Euclides Neto, eu o faria, ressaltando trechos de sua obra literária. É claro que ele tinha relevância como produtor de cacau ou singelo criador de cabras... Foi empreendedor rural, advogado, líder político, humanista e até secretário de Estado. Mas, na minha opinião, o que mais encanta é sua extraordinária capacidade de incorporar as personagens que o tocaram profundamente. Com sensibilidade rara, soube recolher do povo simples dos eitos — com quem tanto conviveu — as expressões mais ricas e curiosas. Ao lapidá-las com esmero, revelava-se um verdadeiro joalheiro da linguagem, afirmando que a palavra é como um cascalho que se vai lixando na boca do povo, sustentando sempre uma carga emocional e uma intenção que lhe dá sentido. Euclides Neto foi tudo isso e mais: professor, aluno, depois professor de novo.

Como relata no importante glossário que ele chamou *Dicionareco das Roças de Cacau e Arredores*, se apresentando, nesta obra literária publicada pela Editus – Editora da UESC, em 1997. Nela, escreve que aprendeu a debulhar as palavras do dialeto das roças de cacau para depois traduzir em linguagem culta, constatando que o dicionário é a palavra, a alma do povo. Deixo aos interessados, na versão culta, a sugestão de leitura do precioso *Dicionareco*.

Dele, transcrevo alguns recortes do texto de apresentação de autoria de Maria de Lourdes Netto Simões *Dicionareco: uma obra de presença e sentidos* em sua segunda edição, ampliada, de 2002, sem a revisão do autor, falecido em 2000.

Mais que um pequeno dicionário regional ou mesmo um mero glossário dos falares do cacau do sul da Bahia, *Dicionareco das roças de cacau e arredores* é a representação de um povo, de uma cultura. Assim, é dicionário, por sua organização em verbetes; e, acrescentando a objetivos estritamente linguísticos, é texto cultural em sua essência.

[...] a obra permite a oscilação entre efeitos de presença e efeitos de significado, o que lhe confere singularidade. Tal condição possibilita que a leitura inicie na materialidade e alcance o nível da interpretação; e, por outro lado, que a interpretação considere as condições materiais de produção do sentido, o outro lado da hermenêutica. Como afirma Gumbrecht (2010), “não há cultura puramente de sentido ou de presença; esses dois elementos estão sempre atuantes em maior ou menor grau”. É como acontece na produção de Euclides Neto.

UMA GENEALOGIA DO AUTOR

Abrindo o *Dicionareco* com um texto à guisa de agradecimentos e desculpas, em verdade, mais que isso, Euclides Neto deixa clara sua origem e sua intencionalidade autoral, quanto à linguagem, quanto a suas opções e seus valores culturais.

Já evidenciando a força da escrita carregada de vivências, falas e oitivas, Euclides declara-se ‘mateiro que, nasceram os dentes, perdeu-os, ganhou-os de novo e tornou a perdê-los nas roças de cacau’. É como se reconhece, homem da terra, na sua simplicidade e materialidade. Para ele, essas qualidades parecem ser mais importantes que ter sido bacharel em direito, prefeito do município de Ipiaú e secretário da Reforma Agrária do Estado da Bahia.

Produção, assim, recheada de presenças, esse primeiro texto declara sua memória da nação grapiúna: ‘Guardo as suas falas desde quando comecei a arrastar no chão do terreiro’. Lembra experiências, vivências na roça, até quando, a exemplo do pai, tornou-se ‘cavalladeiro – uma espécie de cigano à paisana que vendia e trocava cavalos e burros’. Contando com essa experiência, declara: ‘Foi quando aprendi linguística’. Assim, assume-se da mata e, na memória materializada, vai compondo sua identidade. Sua aparência: ‘Carregando no couro, na cara, na roupa, nos hábitos, todos os sinônimos de capiau, matuto, catingueiro [...] caipira, tabaréu, caititu. Confesso e assumo, salvo seja’. As vivências: ‘Quando fiz a primeira muda, meteram-me no buçal, quixim, casquinho de amansar brabo, chilena no peito’. Mas em seguida evidencia a dinâmica de sua identidade ao afirmar: ‘Não cheguei a burro de sela’. Sutilmente, na mesma linguagem substantivada do homem da terra, acrescenta o diferencial identitário, a fragmentação que fez dele um líder político, um literato: a teimosia, a rebeldia, a crítica: ‘Queixudo, pegador, tenho cosca na orelha, dou coice no estribo. Obedeço mais pelo passar da mão no fio do lombo do que no baciau. Virei doutor’.

Construindo, assim, uma autobiografia, o texto introdutório ‘Agradecimentos e desculpas’ é mesmo uma demonstração do que pode ser feito com nosso crescente conhecimento sobre o passado – território, de uma forma ou de outra, distinto e distante do presente.

[...] Esse é um trabalho de garimpo: Euclides Neto recupera, da memória de suas vivências, palavras faladas e ouvidas. Também é um trabalho de pesquisa; como ele afirma: ‘inúmeros verbetes

[...] e expressões de outros além-mundo são amarrados neste mourão’.

Assim, na recolha do falar popular do cacau, remontando ao século XII, reconhece arcaísmos, que ‘o latim bruto como a pedra foi rolando na boca do povo’. Constatou outras acepções para os termos dicionarizados no Aurélio. Identifica hibridismos prosódicos e semânticos: africanismos, lusitanismos; também diferenças entre o português brasileiro e o de Portugal. Admite neologismos: ‘Se campeia um termo para expressar a ideia e não topa, inventa, entorta o que já ouviu em alguma parte e solta-o’. Constatou a evolução da linguagem: ‘A palavra é como um girino: à medida que vai perdendo o rabo e ganhando pernas e mãos, transforma-se em sapo e sai pisando terra firme’. Acrescenta à sua pesquisa os novos termos surgidos na labuta do cacau, desde os relacionados com os fazeres (‘bandeirar’, ‘biscó’), até os onomatopéicos (‘zabear’, ‘vagalumear’).

Pelo ouvir, pelo conviver, recolheu os termos, assumindo-os no *Dicionareco*: ‘Passaram a ser nossos, já que ninguém reclama, mostrando o ferro de dono na garupa’. Dessa forma, a celebração do relato oral em Euclides lembra os efeitos de presença que as histórias contadas produzem no ouvinte, o efeito de um passado que adentra como memória.

No estudar a evolução das palavras, observa ortografias, fonéticas, ritmos. Constatou a lei do menor esforço, reafirmando a crença na espontaneidade da língua, ao contrário da rigidez gramatical: ‘O tagarelar dos becos e caminhos da roça impuseram o uso. Então os gramáticos ladinos meteram o buçal, levando a mula para onde desejam, com espora, taca e rédea presa’. E, mesmo sem ser filólogo, faz advertência aos emperdenidos: ‘Nunca afirmem que estes ou aqueles dizeres viraram cazumbas, antes de conferir o ninho onde foram buguelos’.

Na defesa do linguajar do cacau, defende o respeito à diferença, à identidade; afirma que ‘toda palavra leva uma carga emocional e uma intenção. É a intenção que dá o sentido’. Da materialidade da palavra, diz com ‘tanta naturalidade e muque que o outro entende [...] gera-se a palavra, que logo empena, voando no uso’.

Em seguida, explica o sentido e a possibilidade de suas várias acepções: ‘Cascalho que se vai lixando na saliva do povo [...] o que não impede que outro bandeirador volte a revirar o folhicho, topando mais cabaças’.

Reconhece, na dinâmica identitária, o processo de hibridização: ‘Eis que não se diz mais ‘tetra hora’, substituída pela arribada ‘tchau’. Nesse caso, ainda teme a colonização cultural, e, intertextualizando o poeta Bilac, valoriza ‘a última flor da láciana língua’. A sua intenção declarada é não permitir esquecer uma linguagem e, com ela, a cultura de uma nação. É como afirma: ‘Vale como esforço para bandeirar a prosa da gentinha dos eitos. Antes que os meios de comunicação, chuva remelenta, acabem de mermar o que resta do dialeto parido nesse setém de mundo do cacau’.

Dessa forma, Euclides Neto oferece uma aula original e competente, em que ficam explicitadas a materialidade da fala e as intenções do sentido. Sem pretender conhecer os recursos científicos do discurso, com sua peculiar simplicidade, prepara o leitor para o *Dicionareco*. No seu trato com a linguagem, deixa evidente uma produção de presença e uma produção de sentido, onde reafirma sua identificação com a força do falar do povo do cacau [...].”

Considero que a ensaísta citada, ao apresentar a obra realizou algo muito valioso: mergulhou em seu âmagô como se estivesse a dialogar com o autor e a desvendar os três estilos textuais contidos nesta: o explicativo, o dicionário e o ficcional. Assim, longe de ser lutrida, conseguiu presentear o leitor com um preâmbulo que se assemelha a um gole de cruaca antes do almoço...

Afora isso, muito já se escreveu sobre Euclides Neto. Não me refiro aos trabalhos acadêmicos, com destaques para as dissertações e teses, ou para os ensaios propostos pelo saudoso professor Victor Hugo, da UNEB, Campus de Ipiaú, mas às crônicas do jornalista José Américo, do professor Albione Souza e tantos outros...

E assim, cada um dos que conviveram ou seguiram as suas obras, seus relatos, seus exemplos, tem um papo, uma história, um episódio para contar. Nem todos serão inéditos, pois ele, Euclides, se encarregou de trocar nomes e inserir em contos, contados com tal destreza e discrição, que cabe em muitos personagens do cenário ipiauiense... vale lembrar “O médico e as almas” ...

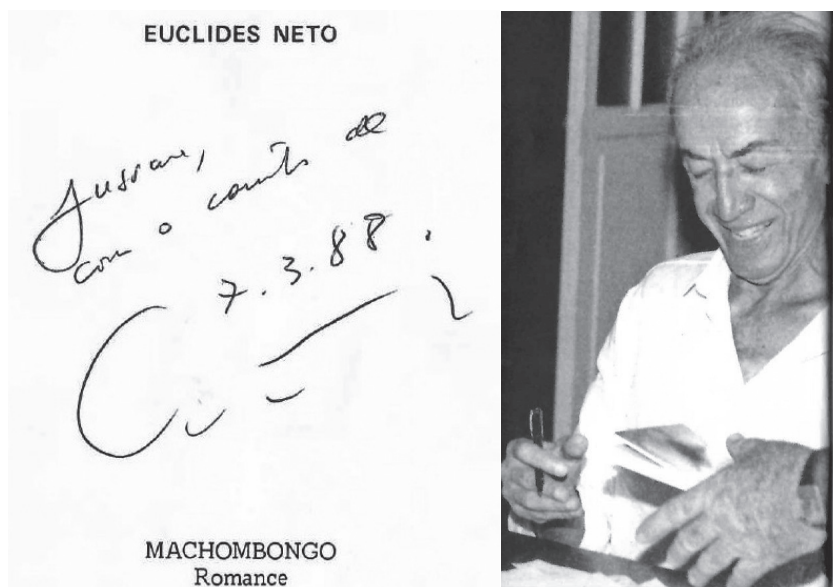


Foto 5 e 5A

Compareci, no ano de 1987, ao lançamento de *Machobongo*, seu livro de nº 8. Ali, na fila junto com o meu primo, Fuad Maron, para receber o seu autógrafo, esperei, chegar a minha vez; ao me aproximar, ele ergueu a cabeça, abriu um largo e sonoro sorriso e emendou: “Vou dedicar esse livro à minha amiga Jussara. Você é meu adversário...”

O Dr. Euclides era assim: mesmo em momentos de brincadeira e descontração, sua autenticidade soava jocosa e desconcertante, mas

tudo era muito verdadeiro. Nós, da região, somos privilegiados, pois além de esquiparmos em sua obra, conhecemos de perto sua família, sua história e sua luta por Ipiaú e pela Bahia.

Finalmente, com a homenagem que Euclides Neto gostaria de ter lido, já que reflete uma realidade inquestionável, o seu intenso amor por Angélia Mendonça Teixeira, companheira de uma vida inteira, falecida aos 91 anos de idade, em meio aos livros, árvores e flores plantadas por Euclides, na bucólica “casa de mãe”, como denomina a residência, hoje dos filhos, o médico veterinário Espartaco Teixeira, seu filho nº 3.

Replico o texto de minha autoria, publicado em novembro de 2022, em vários blogs e jornais da região, como uma reverência ao Dr. Euclides Teixeira Neto, sua amada, extensivo aos familiares:

SOB O CÉU DE IPIAÚ, ESTAMOS TRISTES: O TEMPO É CHEGADO! DONA ANGÉLIA, LINDA E ELEGANTE, TAMBÉM SE FOI

Angélia Mendonça Teixeira, nascida em Ipiaú, então Rio Novo, em 27 de fevereiro de 1931 foi considerada uma das morenas mais bonitas da região, em todos os tempos. Sempre bem-humorada, seus olhos em festa e sorriso constante acentuavam as covinhas laterais no rosto e a serenidade que o passar dos anos não conseguiu alterar. A frondosa árvore dos boqueirões férteis, da nossa terra, perde mais um dos seus belos e doces frutos: Dona Angélia, aos 91 anos, retornou à pátria espiritual.

Os preparativos para a recepção devem ter sido intensos. Euclides, Protógenes, Tatai, Guga, Regina, Salvador da Matta, Dona Zélia Matta... Todos os divinos espaços lotados para receber a “Rosa menina” de Euclides, aquele seu amor “que brotou com a rapidez das tulipas”.

Pois é. Um a um os maiores valores vão sendo transferidos, paulatinamente, para consolidação do vasto patrimônio da espiritualidade. Os campos devem estar mais verdes e os girassóis mais amarelos.... É o cenário que mais se aproxima da nossa limitada concepção da estética dos campos eternos destinados aos espíritos de escol, agora livres do corpo material, castigados pela longevidade no serviço ao próximo e na prática do respeito à natureza e da incansável solidariedade com os semelhantes.

Dona Angélia, cuja grandeza inspirou os melhores gestos e as melhores palavras do escritor que, em nós, fez escola, no cidadão que, em nós, carimbou seus exemplos, que da terra legitimou seu palavreado, conseguiu ser mãe, irmã, amiga, companheira, esposa, mulher amantíssima do Dr. Euclides, madrinha da Fazenda-do-povo. Mais uma, entre tantas mulheres ipiauenses, que se tornaram referência de uma geração e, ainda, conseguiu reunir qualidades e características imortalizadas nos livros que viu nascer em sua casa, recheados de personagens que testemunhou assumirem vidas próprias nas obras do seu eterno admirador e ciumento ‘namorado’.

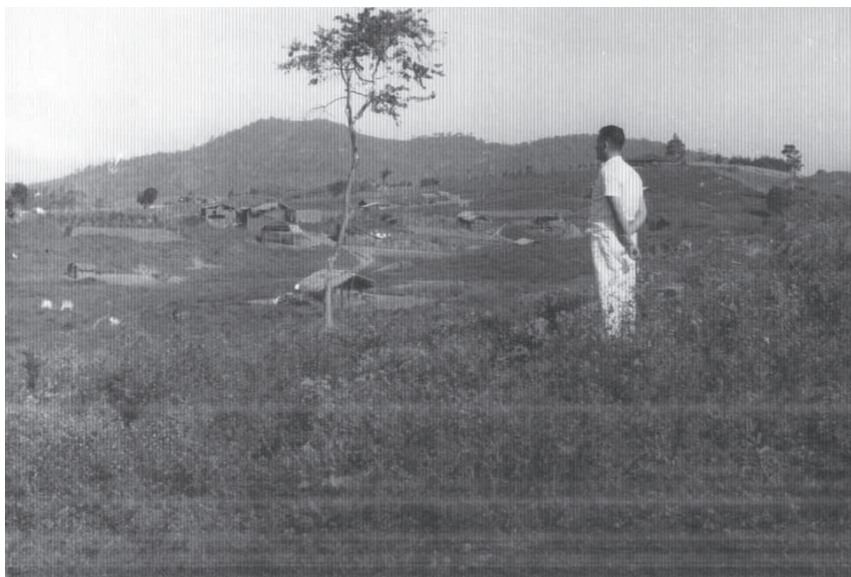
Assim, Dona Angélia tem um pouco da fibra de Albertina, aprendeu com ela a amolar a enxada, ajudou a criticar a prepotência do deputado Rogaciano, ironizou os genros portadores de olhares de cobiça, respeitou os pontos de vista do patrão, comoveu-se com os Magros, fixou residência no Comercinho do Poço Fundo, conheceu as agruras de Anita e sua morta vida, cultivou intensamente os sentimentos de orgulho, gratidão, coragem, desprendimento, convicção e até o perdão ao capelão em *Machobongo...*



Foto 6 – Euclides e Angélica

Dois enamorados que constituíram uma linda família, uma multidão de amigos e igual número de seguidores, admiradores e leitores.

Enfim, Dona Angélica é mais do que uma coadjuvante na obra humana e na obra literária do mestre Euclides Neto: ela é coautora, também imortalizada...



PEDRO CALMON, A ESTREIA DO ORADOR

Lizir Arcanjo Alves¹

RESUMO:

Pedro Calmon foi um nome reconhecido por múltiplas atividades, durante toda sua vida, merecendo elogios pela extrema devoção e brilho com que as desempenhava. Foi advogado, jornalista, político, diretor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, o escritor mais jovem a se tornar imortal da Academia Brasileira de Letras e, finalmente, para seu maior orgulho, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em qualquer posição que ocupasse, foi sobretudo um excepcional orador. Este artigo registra como se manifestou essa vocação, ainda em plena adolescência, e desde então a seriedade com que desempenhou a arte de bem falar e agradar ao público ouvinte.

¹ Lizir Arcanjo Alves – Professora Dra. de Literatura Brasileira. Lecionou a disciplina no Instituto de Letras da Universidade Católica de Salvador – UCSal. (1975-2002). É sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Dentre os muitos aspectos biográficos do historiador Pedro Calmon que merecem estudo e apreciação, sem dúvida, sempre haverá de se distinguir o de orador inigualável que ele foi. Se é verdade que “o menino é pai do homem”, como dizia Machado de Assis, ao pretender justificar o comportamento do “casmurro” Bento Santiago, é no menino Pedrinho que vamos encontrar a semente do futuro e brilhante orador.

A vocação para o púlpito manifestou-a quando tinha 14 anos, diante de uma plateia doméstica formada por 13 jovens, entre os quais se incluíam seus primos Inocêncio e Francisco Calmon. Esse grupo fundou, em 16 de junho de 1917, o Grêmio de Palestras Científico e Literário. O local de reunião era o palacete situado no Caquende, o mesmo que hoje abriga a Academia de Letras da Bahia e que então era residência do futuro governador da Bahia, Dr. Francisco Góes Calmon. O tempo de funcionamento do Grêmio foi de quase oito meses. As reuniões foram suspensas a 13 de fevereiro de 1918, devido à mudança da família para o arrabalde da Barra, para que se realizasse uma reforma na casa.

Apesar dos verdes anos – eram todos alunos do Ginásio da Bahia –, os meninos levavam muito a sério o seu grêmio literário e se tratavam, durante as sessões, pelo tratamento de *Senhor*. A diretoria era formada pelo presidente, 1º e 2º secretários, sendo este último exercido por Pedro Calmon. As sessões eram quase diárias, ocorrendo no final da tarde, quando os sócios liam seus trabalhos e os submetiam à aprovação dos demais. Datas históricas nacionais eram comemoradas com discursos solenes e certos vultos heroicos lembrados com devoção.

Pedro Calmon tinha especial interesse por Napoleão Bonaparte, sobre quem discursou na sessão realizada em 12 de janeiro de 1918. E é possível que essa admiração tenha persistido por toda sua vida, tendo em vista os muitos livros sobre o ilustre francês existentes em

sua biblioteca. Muitas produções dos gremistas foram publicadas em jornaizinhos criados e mantidos pelos colegas do Ginásio: *O Raio X*, *A Razão* e *O Cenáculo*. Quando o Grêmio deixou de funcionar já haviam sido lidos e aprovados 36 trabalhos, a metade deles de autoria de Pedro Calmon.

Foram esses ensaios de orador precoce que chamaram a atenção dos irmãos Calmon, Francisco e Miguel, quando, ao se aproximarem do palacete, ouviam desde a escadaria os ecos dos discursos pronunciados na sala. Quatro anos depois, seria Miguel Calmon, o generoso primo, chamado de tio, que o haveria de levá-lo, como secretário particular, para o Rio de Janeiro, capital da República, onde então daria novo rumo à sua vida.

O Grêmio de Palestras Científico e Literário veio a ser, assim, o ninho que deu nascimento ao orador Pedro Calmon. No colégio, veria ampliar seu público, quando, já conhecido seu pendor para a oratória, passou a ser escolhido pelos colegas para pronunciar os discursos oficiais dos eventos estudantis. Era o ano de 1919 e naquele tempo, como de costume, os alunos recepcionavam solenemente os novos professores. Pedro Calmon cursava a 5ª. série, seu último ano no Ginásio da Bahia. Coube-lhe saudar o Prof. Aureliano Tosta, na solenidade em que este tomava posse na função de diretor do estabelecimento. Tanto agradou que foi de novo indicado para, no dia 29 de julho, recepcionar o professor Alexandre Borges dos Reis, recém-designado para lecionar História do Brasil. Desta vez, o discurso não somente agradou pela exposição como demonstrou o alto nível de conhecimento que o jovem orador já possuía sobre os diversos historiadores, inclusive os da Antiguidade. O jornal *O Democrata* publicou-o na edição de 2 de agosto de 1919, com palavras de elogios “ao rapaz cujo talento e dons de espírito já se evidenciaram na solenidade da posse do diretor, professor Aureliano Tosta”.

Ao entrar para a Faculdade de Direito da Bahia, em 1920, Pedro Calmon já era um talento reconhecido. E foi ali, das janelas do tão famoso prédio dessa faculdade que aconteceria a apoteótica e dramática oportunidade de mostrar-se ao público externo. Na manhã de 22 de maio de 1920, uma banda de música do Exército passava pela Faculdade de Direito. Os estudantes que se achavam nas janelas pediram ao sargento para tocar “Papagaio louro”, uma música muito conhecida. O mestre da banda não deu importância ao pedido, os estudantes continuaram insistindo, fazendo muita algazarra. O sargento, aborrecido com a insolência, mandou parar a música que estava sendo executada, dirigiu-se ao telefone e pediu ao quartel que mandasse “uma força”. Os estudantes, que não imaginavam o grau da contrariedade do sargento e as possíveis consequências dos seus atos, continuaram a fazer gracejos, irritando-o ainda mais.

Pouco depois chegou a “força”, comandada pelo tenente Barata, e invadiu a Escola de Direito, de armas em punho, esbordoando os estudantes. Ao perceberem a gravidade da situação, os estudantes começaram a reagir contra a violência. Os soldados, com autorização dos seus superiores, apontavam as armas para os estudantes, ameaçando-os de morte, dando-lhes coronhadas com as carabinas e xingando-os com palavrões. A seguir, invadiram também as salas de aula, onde se encontravam os doutores Filinto Bastos e Descartes Magalhães, obrigando-os a suspender as aulas. A cena de estupidez policial somente foi contida quando ali chegou o delegado Pedro Gordilho, que, chamando o tenente à parte, convidou-o a retirar-se juntamente com toda a força, a fim de evitar um perigo maior.

Àquela altura, jornalistas já haviam tomado conhecimento da crítica situação e se encontravam registrando os pormenores de toda a baderna. Dentro da Escola de Direito, o protesto era geral: estudantes, professores, o secretariado e representantes da imprensa mostravam

perplexidade e indignação. Os alunos aplaudiam com entusiásticas palmas e vivas.

A notícia do que estava ocorrendo na Piedade logo chegou à Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus. Os acadêmicos decidiram dirigir-se até a Faculdade de Direito. Formou-se um grande e alvoroçado préstito, atraindo a atenção dos transeuntes, por onde passava, até à Escola invadida pelo exército. Os estudantes de Direito vieram até a entrada receber os seus solidários colegas, “debaixo do maior entusiasmo e de muitas salvas de palmas”. Foi, com tal exaltação de ânimos, que o novo “exército”, formado de acadêmicos de Direito e de Medicina armados de palavras incandescentes, começou a produzir os “belíssimos discursos, todos eles bastante aplaudidos.” Um desses “soldados” da palavra era exatamente o calouro Pedro Calmon. No dia seguinte, o fato repercutia por todo o país. No Recife, os estudantes de Direito manifestaram sua solidariedade aos colegas baianos. Do Rio de Janeiro, Rui Barbosa telegrafou, reprovando os “selvagens atentados que anarquizam Bahia e enxovalham país”. O *Diário de Notícias*, da Bahia, tudo relatou na edição de 22 de maio de 1920, com o título de “A afronta à Faculdade de Direito”.

Passados dois anos desse episódio, Pedro Calmon deixava a Faculdade de Direito da Bahia, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde concluiu o curso, em 1924. Na terra natal, ficaram os ecos dos seus discursos, que constituíram a primeira etapa de uma longa existência moldurada pelo sucesso. Aquele episódio de uma manhã de maio, contudo, fixou-se como um marco na memória familiar. É o que se infere de uma correspondência datada de 30 julho de 1937, assinada pelo irmão caçula, que na época dos acontecimentos tinha 5 anos de idade incompletos.

Jorge Calmon escreve a Pedro: “Ouvimo-lo, anteontem, discursar na Rádio Tupi. Você proferiu uma bela oração. Pena é que um

motor de água da vizinhança atrapalhasse bastante nossa audição, baralhando a onda. Entre duas ou três descargas mais barulhentas que as da guerra espanhola, percebíamos algumas frases suas, ditas com aquela entonação de voz que torna seus discursos tão atraentes; mas só. Veio-me à lembrança aquele seu discurso de uma das janelas da Faculdade de Direito, quando da invasão do Barata, em 1920, sob os apartes das pedradas da soldadesca antiacadêmica...”

Ao fazermos, hoje, uma retrospectiva da vida acadêmica de Pedro Calmon, o episódio de maio de 1920 pode ser visto como precursor de outro ocorrido em junho de 1956, no Rio de Janeiro, quando em conflito com os estudantes, o exército tentou invadir a Faculdade Nacional de Direito. Chamado, às pressas, para tentar conciliar a situação, o reitor gritou para os soldados: “Nesta Faculdade só se entra... com exame de vestibular”. E eles recuaram... Era a voz do destemido adolescente de 17 anos que ainda ecoava nos gestos e no discurso do maduro e experiente reitor Dr. Pedro Calmon. O magnífico!



Pedro Calmon discursa na Faculdade de Direito da Bahia (29 de março de 1957), 37 anos depois de ali ter feito sua estreia pública, em protesto à invasão da polícia que ameaçava os estudantes.

O MAJOR COSME E O IGHB: APROXIMAÇÕES NO ARVORECER DA REPÚBLICA

Mônica Celestino¹

RESUMO

Negro originário da periferia, Cosme de Farias (1875-1972) notabiliza-se tanto por sua atuação como jornalista, escritor, servidor público do Estado, rábula, benemérito, ativista por causas como o combate ao analfabetismo e à carestia, vereador de Salvador e deputado estadual da Bahia, por sucessivos mandatos, quanto pela organização e pelo engajamento em atividades cívicas, culturais e políticas, criando condições para a ascensão para a elite cultural da cidade, inclusive pela aproximação com entidades como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) nos primeiros anos da República, mas se mantém alinhado com os estratos mais baixos da sociedade baiana. Baseado no levantamento de documentos, periódicos e bibliografia, este *paper* busca revelar as interseções entre o Major Cosme e o

¹ Jornalista e doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Autora da primeira biografia do Major, intitulada “Cosme de Farias” e publicada em 2006. Coordenadora pedagógica da Rede Pública do Estado da Bahia e pesquisadora institucional da Fundação Visconde de Cairu.

IGHB e subsidiar a compreensão da história contemporânea baiana, a partir de quem transitava entre os “de baixo” e referências culturais da cidade.

Palavras-chave: Cosme de Farias; IGHB; elite intelectual

INTRODUÇÃO

Nasce o sol, ao Dois de Julho, e o Major Cosme de Farias (1875-1972) cobre o corpo magérrimo de branco, coloca um colarinho duro e gravata de nó duplo pendurada no pescoço, e ruma para Pirajá, na periferia de Salvador (BA), para rememorar² o confronto decisivo da luta pela Independência do Brasil do jugo português na Bahia, em 2 de julho de 1823, quando uma tropa de negros e indígenas, homens e mulheres, derrotou os militares lusitanos com todo o aparato oficial, apesar de menos numerosa e equipada. Lá, organiza e participa de vasta programação em celebração à entrada triunfal dos combatentes populares na capital³, após a vitória sobre os opositores. Além da chegada do fogo simbólico trazido de Cachoeira, no Recôncavo baiano, acompanha o hasteamento de bandeiras, e homenagens a protagonistas das batalhas, diante do *Pantheon* onde foram depositados os restos mortais do general Pedro Labatut, líder do Exército Pacificador, e entre retratos de combatentes (como o almirante Lord Cockrane, o general José Joaquim de Lima e Silva e a militar Maria Quitéria de Jesus Medeiros) e da heroína Joanna Angélica.

² Diz Luis Henrique Dias Tavares: “O 2 de julho ficou na reverência patriótica dos baianos que desde logo estabeleceram a tradição de comemorá-lo anualmente com a repetição da entrada do Exército Pacificador na cidade do Salvador. Aos batalhões e aos heróis mais conhecidos foram acrescentadas, posteriormente, as figuras simbólicas do Caboclo e da Cabocla”. TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed., São Paulo: Editora da Unesp, Salvador: Editora da UFBA, 2001, p. 237-246

³ A NOITE. Salvador (BA), edição de 18 de julho de 1925.

Os ritos cívicos não cessam por ali. E o Major da Guarda Nacional⁴ é presença garantida em diferentes momentos. Ainda pela manhã, logo depois dos atos em Pirajá, ele desfila da Lapinha-Soledade ao Pelourinho-Terreiro de Jesus a pé, de carro ou de carroça, entre autoridades e populares, acompanhando os caramanchões que levam um casal de caboclos, ora considerados representantes da participação do povo nas lutas pela autonomia, ora tidos como divindades associadas às religiões de matriz africana, capazes de reverter as agruras dos devotos. À tarde, após breve intervalo para discursos e descanso, retoma a caminhada em direção ao Largo Dois de Julho, conhecido como Campo Grande. Durante o cortejo, sobre sua cabeça, uma faixa com o lema “Abaixo o Analfabetismo!”, desenhado em letras garrafais, e, nas suas mãos, cartilhas da Liga Bahiana contra o Analfabetismo (LBA) para distribuição entre aqueles que precisavam aprender a ler e escrever ou que tinha disposição para ensinar. A todo instante, saúda a população. Ao entardecer, à beira do Monumento ao Dois de Julho – obra oitocentista do artista italiano Carlo Nicolì Manfredini –, ele toma parte da cerimônia cívica oficial, junto a políticos, intelectuais, empresários locais⁵; alterna-se entre os oradores os feitos do batalhão patriótico, entre outros temas; e testemunha pessoas com idades e origens diversas louvarem e tecerem seus pedidos aos caboclos.

Mais que um partícipe dos festejos pela independência do Brasil na Bahia, Cosme de Farias tornou-se um entusiasta da festa cívica,

⁴ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edições de 4, 5 e 6 de setembro de 1971, 15 de março de 1972; NERY, Sebastião. A Retórica do Ibope. In: *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 3 de julho de 2004. Disponível em: < <http://www.tribuna.inf.br/antiores/2004/julho/03-04/coluna.asp?coluna=nery>>. Acesso em: 27 jul. 2004.

⁵ AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos* – guia de ruas e mistérios. Ilustrações de Carlos Bastos. 27. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977. p. 140

lembrado por gerações por sua assiduidade nas atividades alusivas, por sua atuação na organização dos ritos e principalmente pela forma singular como figurava nos atos. Por certo período, até integrou a Grande Comissão Organizadora e Executiva dos Festejos de Dois de Julho, tradicionalmente presidida por representante do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), e operou como voluntário para a preparação do evento⁶, por diversos anos. Em 1920, por exemplo, integrou a comissão que distribuiu convites para romaria ao tumulto de Pedro Labatut, em Pirajá, conforme documento arquivado no IGHB⁷. Depois, em 1959, ao lado do parlamentar Arthur Guimarães Cova, representou a Câmara de Vereadores no dito grupo de trabalho⁸.

As celebrações ao Dois de Julho era apenas uma das muitas convergências das trajetórias do Major Cosme e do IGHB, localizado em Salvador. Derivado de pesquisas documental e bibliográfica, este paper versa sobre a vinculação entre esta personalidade notabilizada por sua atuação como jornalista, escritor, servidor público do Estado⁹, rábula, benemérito, ativista por causas como o combate ao analfabetismo e à carestia, vereador de Salvador e deputado estadual da Bahia, por sucessivos mandatos; e a entidade cultural mais antiga da Bahia, fundada em 1894 e frequentada e gerida pela elite local. Entre as coleções de periódicos consultadas no estudo, estão aquelas

⁶ Carlos COELHO; Hamilton RIBEIRO. O Quitandeiro da Liberdade. *Revista Realidade*. São Paulo, edição de abr. 1971. p. 124.

⁷ DOREA, Augusto; SOUZA, Adolpho; *et alii*. Convite da Comissão para tomar parte da romaria ao tumulto de Pedro Labatut, em Pirajá, no dia 18 de julho de 1920. Bahia: [s.n.], 12.7.1920. 1 p. IGHB (1920 a 1921). IGHB. Caixa 14d.027.

⁸ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 27 de maio de 1959, ano XLIII.

⁹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 5 de janeiro de 1934.

do Arquivo Público do Estado da Bahia, da Biblioteca Pública do Estado da Bahia e do próprio Instituto.

O LUGAR DO IGHB

Criado em 13 de maio de 1894, em Salvador, sob a liderança do governador da Bahia da época, Rodrigues Lima, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia¹⁰ é classificado como uma organização da sociedade civil de interesse público federal desde 1999, não tem fins lucrativos, é presidido por um dos seus membros e, por sua trajetória, desde 1994, apresenta-se como membro-honorário da Ordem do Mérito de Portugal.

Sobressai-se como uma das organizações culturais mais antigas do Estado, por operar continuamente por mais de 130 anos, desde sua fundação, e um celeiro da intelectualidade da Bahia. Contudo, tem sua origem e seu desenvolvimento inicial marcados pela participação no processo de promoção da civilidade e da modernidade entre os baianos, no contexto de transformações características da Primeira República¹¹. Sua origem remonta ao Instituto Histórico da Bahia (ou Instituto Histórico Provincial), que funcionou de 1856 até 1877.

Aos poucos, a instituição torna-se uma interlocutora com a sociedade e governo baianos, o que possibilita sua autopreservação e consolidação no cenário regional e nacional, diante do risco de aniquilamento por falta de proventos para manutenção e conservação da entidade; e oportunamente serve para a inserção da Bahia no projeto nacional

¹⁰ O IGHB. *In: IGHB*. Salvador (BA), 2025. Disponível em: <https://www.ighb.org.br/o-ighb>. Acesso em: 25 jul. 2025.

¹¹ SILVA, Aldo José M. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Salvador (BA): Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2006. Tese.

republicano, quando a recém-instaurada República exigia do Estado evidências de engajamento no movimento republicano, em geral, sem confrontar posições oficiais quanto a temas suscetíveis como a questão racial e o fomento à imigração europeia para o Estado como estratégia de promoção da civilidade. Sobre isto, afirma Aldo José Silva¹²:

Quando, em 1894, um grupo de destacados integrantes da sociedade baiana decidiu criar, ou recriar, uma instituição de saber à imagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, procuravam recuperar parte de prestígio e da relevância que – política e economicamente – a Bahia desfrutara no cenário nacional, décadas antes. Mas exatamente porque o estado já não dispunha de fôlego econômico e força política, a nova instituição deveria assegurar à Bahia uma posição de prestígio a partir do seu reconhecimento como um estado integrado ao projeto de modernização nacional republicano. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nasceu assim com a dupla condição de símbolo e instrumento da modernização e civilização da sociedade baiana, segundo os critérios da então recém estabelecida mentalidade republicana.

Os propósitos oficiais do IGHB¹³, no entanto, eram, de acordo com Aldo José Silva¹⁴, identificar, organizar e guardar documentos das áreas de História e Geografia; desenvolver biografias; manter interlocução

¹² SILVA, Aldo José M. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Op. cit. p. 226

¹³ ARQUIVO HISTÓRICO THEODORO SAMPAIO. In: IGHB. Salvador (BA), 2025. Disponível em: <https://www.ighb.org.br/arquivo>. Acesso em: 25 jul. 2025; BIBLIOTECA. In: IGHB. Salvador (BA), 2025. Disponível em: <https://www.ighb.org.br/biblioteca>. Acesso em: 25 jul. 2025; MUSEU DO IGHB. In: IGHB. Salvador (BA), 2025. Disponível em: <https://www.ighb.org.br/museu>. Acesso em: 25 jul. 2025.

¹⁴ SILVA, Aldo José M. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Op. cit. p. 100

com instituições nacionais e estrangeiras com objetivos correlatos; organizar bibliotecas, museus etnológicos e exposições temáticas, bem como expedições de estudo para o interior baiano; publicar periódico trimestral e oferecer cursos de geografia e história aos associados, zelando pela preservação do patrimônio geográfico e histórico da Bahia e promovendo a produção e disseminação de conhecimentos.

Neste sentido, além de editar livros e periódicos e organizar eventos para a difusão de saberes, o Instituto mantém extensa coleção de jornais, abrangendo exemplares dos séculos XIX, XX e XXI; o acervo cartográfico mais abrangente do Estado, contribuindo para a compreensão da formação dos 417 municípios baianos; a Biblioteca Ruy Barbosa; e um museu com amplo acervo de documentos, obras de arte e objetos diversos, guardados em sofisticado edifício de estilo neoclássico. O Arquivo Histórico Theodoro Sampaio reúne, entre outras peças, fotografias históricas, manuscritos de poemas de Castro Alves, cartas de Antônio Conselheiro e do governador Severino Vieira, autógrafos da Sórora Joana Angélica, e arquivos particulares de Theodoro Sampaio, Antônio Moniz Ferrão, entre outros.

Nos seus quadros, figuraram (e figuram ainda) integrantes da elite local e nacional, como os fundadores o industrial Horácio Uripia Júnior, o magistrado Tranquilino Leovigildo Torres, engenheiro e veterano de guerras Estanislão Przewodowski e historiador e médico Braz do Amaral, além do engenheiro Teodoro Fernandes Sampaio, do pesquisador e artista plástico Manuel Querino e dos historiadores Luiz Vianna, Jaime de Sá Menezes e Pedro Calmon. Para seus eventos, nas primeiras décadas da República, atraía outros tantos membros desta elite e, ainda, postulantes ao ingresso na “nata da sociedade da época”. Cosme de Farias estava entre aqueles que estiveram próximos à entidade.

LINHAS LIGEIRAS

No dia 2 de abril de 1875, em São Tomé de Paripe, em Salvador, nasceu o filho do vendedor de madeira Paulino Manuel e da dona de casa Júlia Cândida de Farias¹⁵. O pardo magricela recebeu o nome de Cosme de Farias, porém, mais tarde, ficou conhecido em toda a Bahia como Major Cosme, por ter sido agraciado por amigos com um título de Major R-2 da Guarda Nacional da Guarda Nacional, em reconhecimento à sua obra. Até a morte em 1972, ele trabalhou como jornalista entre 1894 e 1972, em vários veículos locais, como repórter, redator, colaborador, diretor de redação e até proprietário¹⁶, escreveu artigos intitulados *Ineditoriaes* e *Linhas Ligeiras* e livros com hinos e poesias [ao menos, *Estrophes*¹⁷ (1933), *Trovas e Quadras*¹⁸ (sem data), *Singellas* (1900), *Lilases* (1900) e *Lira do Coração* (1902)], fez a cartilha *Carta do ABC* e a coletânea de artigos políticos *Lama &*

¹⁵ A TARDE. Salvador, edição de 16 de março de 1972; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 15 (primeiro e segundo clichês), 16 e 17 de março de 1972; TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 16 e 17 de março de 1972; CELESTINO, Mônica. Advogado dos Pobres. In: *Memórias da Bahia*. Salvador, BA: Correio da Bahia. Março de 2002.

¹⁶ Os dados pessoais e profissionais, no campo do jornalismo, constam na ficha de inscrição do Major na Associação Baiana de Imprensa (ABI), preenchida na época da fundação da entidade; AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos – Guia de ruas e mistérios*. Op. cit. p. 199-200; FARIAS, Cosme. *Lama & Sangue*. Salvador (BA), 1926. Capítulo 1-21; A TARDE. Salvador, edição de 15 de março de 1972.

¹⁷ Nos casos de *Estrophes* e *Lama & Sangue*, há exemplares recolhidos no Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, enquanto os demais ainda não foram localizados, sendo as informações aqui mencionadas baseadas em citações na imprensa, em textos mimeografados ou em livro, conforme indicado em notas abaixo.

¹⁸ JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 12 de outubro de 1971.

*Sangue*¹⁹ (1926), atuou como servidor público do Estado e destacou-se por sua carreira como rábula e defensor de causas populares. Na sua incursão na vida política, sagrou-se vereador da capital e deputado estadual.

Em décadas de vida, foi uma testemunha e, muitas vezes, protagonista de importantes acontecimentos das primeiras décadas da República na capital da Bahia. Quis mudar a vida de muitas pessoas, por meio da cofundação e gestão da LBA²⁰, focada na abertura e manutenção de salas de aula e escolas e distribuição de Cartas do ABC e materiais escolares para a alfabetização de crianças e adultos; da atuação no Comitê Popular contra a Carestia de Vida e na Liga Popular contra Carestia²¹; e da reivindicação de subsídios para organizações como as Obras Assistenciais de Irmã Dulce e dos Órfãos de São Joaquim. Participou de movimentos por salários melhores,

¹⁹ FARIAS, Cosme. *Lama & Sangue*. Salvador, BA, s.e., 1926.

²⁰ Cosme de Farias começou a campanha “do ABC” pela erradicação da ignorância, provavelmente em 1892, mas a ação só foi institucionalizada a partir da fundação da Liga Baiana contra o Analfabetismo (LBA), em 12 de outubro de 1915, por ele e alguns políticos, professores e poetas como Álvaro Cova, Bráulio Xavier, Custódio Teixeira, Adolfo Sanches e Antônio Fragoso. Por anos, a entidade funcionou precariamente em locais como um escritório emprestado no Edifício Bráulio Xavier, no Centro, e o corredor da Igreja de São Domingos de Gusmão, no Terreiro de Jesus. As atividades foram suspensas, gradualmente, na década de 1970, após sua morte. CELESTINO, Mônica. *Réus, Trabalhadores, Analfabetos e um Major*. Programa de Pós-graduação em História Social/Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2005. Dissertação. p. 63-64

²¹ Já em 1913, Cosme de Farias destacou-se nesta frente, sendo eleito presidente do Comitê Popular contra a Carestia de Vida. Ele militou por anos contra os altos preços, havendo registros de sua atuação na constituição da Liga Popular contra a Carestia em 1951 e de pleitos ao poder público na década de 1960. SANTOS, Mário Augusto da S. *A República do Povo – sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador, BA: Edufba, 2001. p. 156, 166; CELESTINO, Mônica. *Réus, Trabalhadores, Analfabetos e um Major*. Op. cit. p. 68-75

condições de trabalho mais justas e protestos contra os altos preços de produtos básicos.

É provável que sua vida política²² tenha começado em 1907, por indicação de operários grevistas da fábrica de cigarros Martins Fernandes & Cia, entusiasmado com as negociações mediadas por Cosme. Ele perdeu o pleito²³, mas deflagrou ali sua carreira nessa área, encerrada somente em 1972, quando morreu enquanto cumpria mandato na Assembleia Legislativa pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na sua trajetória, ocupou apenas cargos no poder legislativo e obteve quatro vitórias (1947, 1950, 1958, 1962) e três derrotas nas eleições para conselheiro municipal e vereador (1907, 1936, 1954), e cinco vitórias (1915, 1917, 1919, 1921, 1970) e seis derrotas nos pleitos de definição da bancada de deputados estaduais (1923, 1925, 1927, 1929, 1947, 1966). Passou por vários partidos, porém foi fiel ao seabrismo, inaugurado por José Joaquim Seabra (governador da Bahia entre 1912-1916 e 1920-1924)²⁴.

Destacou-se como advogado provisionado²⁵, voltado principalmente para a defesa de réus com causas difíceis e/ou de apelo popular

²² CELESTINO, Mônica. **Réus, Trabalhadores, Analfabetos e um Major**. Op. cit. p. 88-146

²³ “Ele não se saiu bem neste primeiro embate nas urnas, e o motivo básico da derrota, em um pleito que não era nenhum teste de popularidade, reside no fato de se ter apresentado como candidato ‘avulso’, isto é, não recomendado por nenhuma das duas chapas concorrentes: a situacionista marcelinista e a oposicionista severinista. Dos ‘avulsos’ foi o mais votado”. SANTOS, Mário Augusto da S. **A República do Povo – sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)**. Op. cit. p. 131, 144

²⁴ Ver melhor em SANTOS, Edilton Meireles de Oliveira. **J.J. Seabra, sua vida, suas obras**. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

²⁵ A TARDE. Salvador, edição de 16 de março de 1972; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 15 (primeiro e segundo clichês), 16 e 17 de março de

e/ou sem recursos para custeio de patrono. Concluiu apenas o curso primário (correspondente ao Ensino Fundamental I), mas abraçou o direito aos 19 anos, ao conquistar essa possibilidade ao advogar voluntariamente por um réu sem defensor, acusado de roubo.

Em mais de sete décadas, Cosme de Farias operou em mais de 30 mil casos judiciais²⁶, tanto criminais quanto civis. Defendeu, de graça, pessoas acusadas de crimes como homicídio, roubo, estupro e atos violentos; e ajudou a desconhecidos em questões familiares, sobretudo envolvendo órfãos e menores de 18 anos com pais e residências desconhecidos. Atendia a todos que o procuravam, não importava qual era o seu crime. Só pedia dinheiro de quem podia pagar pelo serviço e, mesmo assim, empregava os recursos levantado em outras ações sociais. Era um crítico do sistema de justiça e proponente de medidas alternativas à prisão para o combate à violência, como a ampliação da oferta de empregos e o investimento na educação, na imprensa, no tribunal do júri, em tribunas dos parlamentos, e em eventos públicos.

O defensor da liberdade tinha estilo único. Antes mesmo de chegar em casa, doava tudo o que recebia como servidor, parlamentar, rábula e escritor. Estendia as mãos ou passava bilhetinhos para políticos, profissionais, líderes de órgãos públicos e empresários pedindo ajuda, emprego ou vaga em escolas, hospitais ou asilos para terceiros. Parecia um personagem de romance, por cultivar a imagem de mulherengo, apesar do casamento de mais de 60 anos com d. Semíramis, beber cerveja quente antes e durante o almoço, morar e vestir-se sem luxo.

1972; TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 16 e 17 de março de 1972; CELESTINO, Mônica. Advogado dos Pobres. In: **Memórias da Bahia**. Op. cit.

²⁶ COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. O Quitandeiro da Liberdade. In: **Revista Realidade**. Ano VI, nº 61, abril de 1971.

Diariamente, usava um chapéu de palha, um paletó surrado e uma gola alta do século XIX, para esconder a falta de camisa.

CONVERGÊNCIAS

Embora não preenchesse os requisitos para ingresso na elite econômica local, pela vida módica e patrimônio então formado por apenas uma casa sem requinte para moradia, adquirida em 1917, Cosme de Farias²⁷ rompeu as limitações impostas a “homens de cor”, oriundos de famílias sem domínio político e riqueza, e reuniu condições para a ascensão até as altas rodas políticas e culturais, sobretudo pela atuação nos parlamentos municipal e estadual, por se posicionar em um grupo liderado por um expoente como J. J. Seabra (1855-1942), pelo ingresso no serviço público (primeiro, como fiscal de rendas e, depois, como funcionário do Imprensa Oficial), pela conquista da patente de oficial de tropa militar, pelo repertório literário evidenciado em discursos e publicações, pelo trabalho como jornalista e escritor e pela interlocução com a intelectualidade da sua época, como o magistrado e político que chegou a ocupar interinamente o governo da Bahia em 1912, Bráulio Xavier da Silva Pereira, e o fundador da Academia de Letras da Bahia e secretário geral do Estado, Arlindo Fragozo, com quem criou a LBA em 1915²⁸.

Neste percurso, o Major aproximou-se do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, entre outras entidades²⁹. Como já explicitado, o

²⁷ SANTOS, Mônica Celestino. **As trincheiras do Major Cosme de Farias (1875-1972): a interface entre atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador (BA) no alvorecer da República**. Salvador (BA): Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2012. Tese.

²⁸ JORNAL DA BAHIA. Salvador (BA), edição de 15 de outubro de 1965.

²⁹ Foi membro do Grêmio Literário da Bahia, do Grêmio Brasileiro dos Trova-

jornalista e escritor participava de eventos ligados ao Instituto, como as celebrações pelo centenário do pesquisador e artista plástico Manuel Querino³⁰ e pela independência, e chegou a compor a Grande Comissão Organizadora e Executiva dos Festejos de Dois de Julho, sob a presidência de representante do IGHB. Em 1917, entregou³¹ ao IGHB as imagens dos caboclos, os caramanchões e o barracão erguido na Lapinha em 1960 para alojá-los, com o propósito de “guarda eterna”, como teria afirmado em solenidade. Sinal de confiança.

O acervo da entidade contém correspondências que evidenciam a interlocução dele com a entidade, em diferentes momentos e com diversas motivações. Pela própria natureza, a documentação identificada denota uma relação protocolar. Em uma carta de 1938, remetida aos diretores da casa, ele³² requer, em nome da Liga Bahiana Contra o Analfabetismo, a intervenção do Instituto, junto à Interventoria do Estado e à Presidência da República, para adoção de providências pela

dores e da Casa da Poesia, além de membro-fundador e integrante da diretoria da Associação Bahiana de Imprensa (ABI) por anos.

³⁰ TEIXEIRA, Cid. Sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.

³¹ RAMOS, Jorge. 100 anos do Pavilhão 2 de Julho é tema de seminário dia 17 de julho, no IGHB. In: **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador (BA), 13 de fev. de 2022. Disponível em: < <https://www.ighb.org.br/single-post/2018/07/05/100-anos-do-pavilh%C3%A3o-2-de-julho> >. Acesso em: 3 jul. 2025.

³² FARIAS, Cosme de. Carta endereçada aos Diretores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, solicitando, em nome da Liga Bahiana Contra o Analfabetismo, a intervenção junto ao Interventor do Estado da Bahia e do Presidente da República para que sejam tomadas providencias que assegurem a permanência da cidade de Porto Seguro, que está sendo invadida pelo Mar. Bahia: [s.n.], 4/8/1938. 3 p. IGHB (1937 e 1938). IGHB. Caixa 34d.250.

proteção da cidade de Porto Seguro, invadida pelo mar. Em outros documentos, convida³³ os dirigentes da instituição para conferência de Sílio Boccanera Junior, em comemoração do nascimento do poeta Castro Alves, em 1918, e para a romaria ao túmulo do general Pedro Labatut, em Pirajá, em 1920; solicita³⁴ a cessão do salão nobre da sede da entidade para a celebração pelo Dia do Magistrado, em 1934; e apresenta³⁵, em 1927, um hino de sua autoria, em homenagem a J.J. Seabra, seu líder político.

Nas primeiras décadas do século XX, em uma sociedade conservadora, patrimonialista, aristocrata e racista como a baiana, laços com associações científicas, culturais e literárias (como o IGHB) poderiam se constituir como uma importante estratégia para a facilitação do trânsito junto à elite local, inclusive de pretos e pardos, pobres e remediados, por evidenciar talento e qualidade da produção artística e intelectual, prestígio entre outros integrantes do grupo e poder econômico e/ou político. Isto, porém, não implicava necessariamente na

³³ LIGA BAHIANA CONTRA O ANALFABETISMO. Eng. Amelio de Moraes; Cosme de Farias e Cantidio Teixeira. Convite da Diretoria da Liga sobre a comemoração do nascimento do poeta Antonio de Castro Alves, por meio de uma conferencia literária, que sera realizada no salão nobre do Liceu de Artes e Ofícios, no dia 14 de março de 1918. Como também, o discurso do Dr. Sílio Boccanera Junior que dissertará sobre o tema: Castro Alves– na Vida e na Morte. Bahia: [s.n.], 6.3.1918. 1 p. IGHb (1918 a 1919). IGHb. Caixa 12d.057; e DOREA, Augusto; SOUZA, Adolpho; et alii. Convite da Comissão para tomar parte da romaria ao tumulo de Pedro Labatut, em Pirajá, no dia 18 de julho de 1920. Op. cit.

³⁴ FARIAS, Cosme de. Carta endereçada ao Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, solicitando a permissão para a realização de uma sessão magna em comemoração ao “Dia do Magistrado”, no salão nobre do Instituto baiano. Bahia: [s.n.], 10/12/1934. 1 p. IGHb (1934). IGHb. Caixa 31d.133.

³⁵ FARIAS, Cosme de. “Hino Cívico” de Cosme de Farias em homenagem a J.J. Seabra. Salvador: Cosme de Farias, 21/08/1927. Caixa 21d.010.

livre circulação em grupos de poder e na ascensão do indivíduo para uma classe social superior. Por vezes, a movimentação ocorria com reservas, demarcadas de acordo com as origens e características do sujeito e os objetivos do grupo em voga, e não havia mobilidade efetiva.

O Major Cosme é exemplo disso. Ele se manteve alinhado aos estratos mais baixos da sociedade, por afinidade com as ideias, os anseios e a conduta dos menos abastados, estratégia para consolidação da sua base política e/ou pela imposição de limites pela elite. Seu jeito de ser e viver, talvez, tenha contribuído para a criação de certa resistência dos estratos mais elevados da sociedade quanto a ele. Já na idade adulta, ele era um jornalista, escritor, servidor público e parlamentar conhecido na cidade, além de benemérito com ampla atuação, frequentava espaços públicos com representatividade como o Instituto e dialogava com personalidades de destaque político e econômico, porém o convívio com esse universo, costumeiramente, não evoluía para uma amizade pessoal que, entre outras consequências, levasse a uma interação nos momentos de lazer e divertimento pela cidade, a cordiais visitas nas tardes de domingo, a conversas informais desprentensiosas ao lado da família. Era como se suas relações estivessem sempre pautadas pela formalidade, por questões profissionais ou político-partidárias.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 05 de janeiro de 1934.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador: Governo da Bahia, 27 de maio de 1959.

DOREA, Augusto; SOUZA, Adolpho; *et al.* *Convite* da Comissão para tomar parte da romaria ao tumulto de Pedro Labatut, em Pirajá, no dia 18 de julho de 1920. Bahia: [s.n.], 12.7.1920. 1 p. IGHB (1920 a 1921). IGHB. Caixa 14d.027.

FARIAS, Cosme de. *Hino Cívico* de Cosme de Farias em homenagem a J.J. Seabra. Salvador: Cosme de Farias, 21/8/1927. Caixa 21d.010.

FARIAS, Cosme de. *Carta* endereçada ao Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, solicitando a permissão para a realização de uma sessão magna em comemoração ao “Dia do Magistrado”, no salão nobre do Instituto baiano. Bahia: [s.n.], 10/12/1934. 1 p. IGHB (1934). IGHB. Caixa 31d.133.

FARIAS, Cosme de. *Carta* endereçada aos Diretores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, solicitando, em nome da Liga Bahiana Contra o Analfabetismo, a intervenção junto ao Interventor do Estado da Bahia e do Presidente da República para que sejam tomadas providencias que assegurem a permanência da cidade de Porto Seguro, que está sendo invadida pelo Mar. Bahia: [s.n.], 4/8/1938. 3 p. IGHB (1937 e 1938). IGHB. Caixa 34d.250.

FARIAS, Cosme. *Lama & Sangue*. Salvador, BA, 1926. Capítulo 1-21.

LIGA BAHIANA CONTRA O ANALFABETISMO. Eng. Amelio de Moraes; Cosme de Farias e Cantidio Teixeira. Convite da Diretoria da Liga sobre a comemoração do nascimento do poeta Antonio de Castro Alves, por meio de uma conferencia literária, que sera realizada no salão nobre do Liceu de Artes e Ofícios, no dia 14 de março de 1918. Como também, o discurso do Dr. Silio Boccanera Junior que dissertará sobre o tema: Castro Alves— na Vida e na Morte. Bahia: [s.n.], 6.3.1918. 1 p. IGHB (1918 a 1919). IGHB. Caixa 12d.057.

TEIXEIRA, Cid. *Sessão especial*, Câmara de Vereadores de Salvador, dia 15 de março de 2002, em homenagem a Cosme de Farias pela passagem dos seus 30 anos de morte. Requerida pelo vereador Gilberto Cotrim (PT) e bancada do PT.

PERIÓDICOS

A NOITE. Salvador (BA), edição de 18 de julho de 1925.

NERY, Sebastião. A Retórica do Ibope. In: *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 03 de julho de 2004. Disponível em: < <http://www.tribuna.inf.br/antecedentes/2004/julho/03-04/coluna.asp?coluna=nery> >. Acesso em: 27 jul. 2004.

COELHO; Hamilton RIBEIRO. O Quitandeiro da Liberdade. *Revista Realidade*. São Paulo, edição de abr. 1971.

O IGHB. In: IGHB. Salvador (BA), 2025. Disponível em: < <https://www.ighb.org.br/o-ighb> >. Acesso em: 25 jul. 2025.

ARQUIVO HISTÓRICO THEODORO SAMPAIO. In: IGHB. Salvador (BA), 2025. Disponível em: < <https://www.ighb.org.br/arquivo> >. Acesso em: 25 jul. 2025.

BIBLIOTECA. In: IGHB. Salvador (BA), 2025. Disponível em: < <https://www.ighb.org.br/biblioteca> >. Acesso em: 25 jul. 2025.

MUSEU DO IGHB. In: IGHB. Salvador (BA), 2025. Disponível em: < <https://www.ighb.org.br/museu> >. Acesso em: 25 jul. 2025.

A TARDE. Salvador, edição de 16 de março de 1972.

JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 15 (primeiro e segundo clichês), 16 e 17 de março de 1972.

TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 16 e 17 de março de 1972.

JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 12 de outubro de 1971.

CELESTINO, Mônica. Advogado dos Pobres. In: *Memórias da Bahia*. Salvador, BA: Correio da Bahia. Março de 2002.

RAMOS, Jorge. *100 anos do Pavilhão 2 de Julho* é tema de seminário dia 17 de julho, no IGHB. In: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador (BA), 13 de fev. de 2022. Disponível em: < <https://www.ighb.org.br/single-post/2018/07/05/100-anos-do-pavilh%C3%A3o-2-de-julho> >. Acesso em: 3 jul. 2025.

A TARDE. Salvador, edição de 16 de março de 1972; JORNAL DA BAHIA. Salvador, edição de 15 (primeiro e segundo clichês), 16 e 17 de março de 1972; TRIBUNA DA BAHIA. Salvador, edição de 16 e 17 de março de 1972; CELESTINO, Mônica. Advogado dos Pobres. In: *Memórias da Bahia*. Salvador, BA: Correio da Bahia. Março de 2002.

COELHO, Carlos; RIBEIRO, Hamilton. O Quitandeiro da Liberdade. In: *Revista Realidade*. Ano VI, nº 61, abril de 1971.

JORNAL DA BAHIA. Salvador (BA), edição de 15 de outubro de 1965.

JORNAL DA BAHIA. Salvador, edições de 04, 05 e 06 de setembro de 1971, 15 de março de 1972.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos – guia de ruas e mistérios*. Ilustrações de Carlos Bastos. 27. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

CELESTINO, Mônica. *As trincheiras do Major Cosme de Farias (1875-1972): a interface entre atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador (BA) no alvorecer da República*. Salvador (BA): Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2012. Tese.

CELESTINO, Mônica. *Réus, Trabalhadores, Analfabetos e um Major*. Programa de Pós-graduação em História Social/ Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2005. Dissertação.

SANTOS, Edilton Meireles de Oliveira. *J.J. Seabra, sua vida, suas obras*. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

SANTOS, Mário Augusto da S. *A República do Povo – sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador, BA: Edufba, 2001.

SILVA, Aldo José M. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Salvador (BA): Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2006. Tese.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. São Paulo: Editora da Unesp, Salvador, BA: Editora da UFBA, 2001, p. 237-246

LUIZ MARTINS DE SOUZA DANTAS: O SESQUICENTENÁRIO DE UM JUSTO ENTRE AS NAÇÕES

Ricardo Nogueira¹

AS RAÍZES NOBILIÁRQUICAS DE UM JUSTO ENTRE AS NAÇÕES

No dia 17 de fevereiro de 2026, celebraremos o sesquicentenário do ilustre fidalgo Luiz Martins de Souza Dantas, cuja nobreza de espírito e retidão moral inscreveram o seu nome, de forma indelével, na história mundial, mediante a outorga do honroso título de Justo entre as Nações, em virtude da sua ação humanitária que salvou centenas de perseguidos políticos, durante a Segunda Guerra Mundial.

¹ Consultor Jurídico do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Advogado. Pós-graduado em Direito de Estado pela Universidade Federal da Bahia. Bacharel em Direito pela Universidade Salvador. Conselheiro Municipal de Política Cultural do Município de Salvador. Coordenador do Grupo de Pesquisa Independente em Estudos Políticos da Bahia. Foi membro da Associação Comercial da Bahia e das Comissões de Informática, Saúde e Direitos Humanos da Seção Bahia, da Ordem dos Advogados do Brasil.

Muito antes, sua família, oriunda da Bahia, transferiu-se à Corte Imperial em razão dos compromissos políticos, possibilitando ao Rio de Janeiro ver nascer Luiz Martins de Souza Dantas, no dia 17 de fevereiro de 1876. Filho do político, diplomata e conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas Filho e da Sra. Maria Luiza Martins de Souza Dantas, Luiz pertencia a uma linhagem de notável influência na política nacional.

Dentre os seus distintos parentes destacavam-se seu avô, o conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas², o famoso senador Dantas; seu bisavô, o coronel Maurício de Souza; seu tetravô, o capitão-mor João Dantas; além do seu irmão de Fernando de Souza Dantas; seus tios José Pinto de Souza Dantas e Rodolfo Epifânio de Souza Dantas; e seus primos Paulo Clemente de Souza Dantas e Marcos Clemente de Souza Dantas.

Como poderá certificar o leitor a partir das próximas linhas, Luiz Martins de Souza Dantas encarnou o que “de melhor sabia produzir o sistema de recrutamento de diplomatas (e altos funcionários) antes do começo da implantação dos rudimentos de uma seleção na base do mérito”, segundo arguta observação do eminente diplomata Rubens Ricupero³.

² Manuel Pinto de Souza Dantas foi Presidente do Conselho de Ministros e era amigo de João Barbosa, pai de Ruy Barbosa, a quem convidou para trabalhar em seu escritório de advocacia, na Bahia, e auxiliou na ascensão da carreira política (VIANA Filho, Luiz. *A vida de Ruy Barbosa*. 15. ed. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15ª edição, 2013, p. 86).

³ Relaciona Ricupero tal fidalguia ao processo de escolha dos diplomatas: “Desde os tempos da Monarquia, passando pelo início da República e a longa gestão de Rio Branco, os futuros diplomatas provinham quase sempre de famílias politicamente bem relacionadas e dotadas de acesso aos homens de poder” (RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. 1a.edição. Rio de Janeiro, Versal Editores, 2017, p. 356).

AS VEREDAS DE UM IDEALISTA NA DIPLOMACIA

Em sua juventude, Luiz Martins demonstrava uma integridade que prenunciava sua coragem moral, moldando o seu caráter para escolher a ética e, mais tarde, desafiar a banalidade do mal.

Já em 1894, com apenas 18 anos de idade, ele bacharelou-se em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II e, dois anos depois, graduou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Aos 21, Luiz Martins de Souza Dantas iniciou sua carreira diplomática ao ser nomeado para a legação brasileira em Berna, Suíça⁴. Em momento seguinte, ele foi designado segundo-secretário em São Petersburgo⁵.

Em 23 de maio de 1902, ele foi transferido para Roma, ascendendo ao cargo de primeiro-secretário em 9 de maio de 1908. Sem imaginar que ainda retornaria à cidade eterna, ele foi removido, em 19 de setembro do mesmo ano, para Buenos Aires, sendo posteriormente promovido, pela Portaria de 10 de outubro de 1910, assinada pelo Ministro Barão do Rio Branco, a conselheiro da legação brasileira na Argentina⁶, em reconhecimento da sua brilhante atuação no serviço diplomático.

⁴ A partir de 23 de janeiro de 1897, Souza Dantas exerceu a função de adido não remunerado.

⁵ A sua nomeação para função foi designada pela Portaria de 16 de março de 1900 e, em 26 de dezembro de 1900, ele assumiu interinamente a chefia da legação na capital russa.

⁶ Em 1911, atendendo a um pedido do Império Otomano, o Brasil instituiu, pelo Decreto nº. 8.699, de 30/04/1911, uma legação em Constantinopla em reciprocidade à abertura de uma representação otomana em São Paulo. Para chefá-la, foi designado o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas que, no entanto, optou por permanecer em Buenos Aires (SOCHACZEWSKI, Monique. *Do Rio de Janeiro a Istambul: contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850-1919)*. Brasília: FUNAG, 2017, p. 265).

No ano de 1916, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Souza Dantas assumiu interinamente, por alguns meses, o Ministério das Relações Exteriores na ausência do ministro Lauro Müller⁷. Em 28 de janeiro de 1919, ele foi promovido a embaixador em Bruxelas, de onde ficou afastado até a sua nomeação para retornar à Roma, na qualidade de embaixador, em 7 de outubro de 1919⁸. Três anos depois, em 17 de novembro de 1922, foi designado para a embaixada na França, sendo calorosamente homenageado em sua despedida, na estação ferroviária de Roma⁹.

⁷ No Centenário da Convenção de Tucumã, que celebrava a Independência da República Argentina, o representante do Brasil foi Ruy Barbosa e esta ocasião foi marcada por uma acentuada divergência entre o nosso embaixador e o renomado jurista baiano. Em 14/7/1916, Ruy proferiu, em Buenos Aires, um discurso despedido de diplomacia, censurando a neutralidade continental americana, o que contrariava a política moderada do Presidente Venceslau Brás em relação ao conflito mundial (CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XX – A República e o desenvolvimento nacional*. Campinas: CEDET, 2023, p. 225). Apesar da relação familiar intergeracional, antiga e amistosa, entre os Dantas e os Barbosas, Luiz Martins reprovou o pronunciamento inconsequente de Ruy, naquela conferência internacional, onde o jurista baiano sobrepôs a sua opinião pessoal ao interesse da nação brasileira.

⁸ O nobre embaixador solicitou férias regulamentares, seguidas por uma licença de 90 dias por motivo de doença, apresentando atestado médico que diagnosticou astenia cerebral. Todavia, antes da conclusão do período de afastamento, ele renunciou ao tempo restante da licença para assumir o novo posto, em Roma.

⁹ Na ocasião da sua despedida, estiveram presentes figuras ilustres como o presidente Epitácio Pessoa e o presidente do Conselho de Ministros de Benito Mussolini que, além de expressar sua estima, enviou ao diplomata brasileiro um retrato e um telegrama do *Duce* italiano, manifestando profunda simpatia pelo diplomata brasileiro.

PRIMEIROS DESAFIOS DIPLOMÁTICOS EM FRANÇA

Souza Dantas permaneceu como embaixador do Brasil na França por 22 anos, até 1944. Durante esse período, atuou como delegado brasileiro na XXVIII Sessão do Conselho da Liga das Nações, realizada em Genebra entre 10 e 16 de maio de 1924¹⁰. Em 1926, voltou ele a representar o Brasil na Liga das Nações, desta vez pleiteando um assento permanente no Conselho Executivo da entidade¹¹.

A eclosão do Golpe Militar de 1930, no Brasil, gerou apreensão em Souza Dantas, tanto pelos rumos incertos do país quanto pelo risco de perda do seu cobiçado posto diplomático. Quiçá para evitar sua substituição, uma campanha jornalística foi articulada no Brasil e na França em favor da sua permanência. Mesmo subordinado ao autoritarismo do Governo Vargas, seu caráter nobre o levou a acolher exilados brasileiros, que chegavam na estação de trem de Paris¹², como num prenúncio da sua ulterior e admirável resiliência compassiva.

¹⁰ Nesta ocasião, Souza Dantas expressou a sua preocupação com a questão da nacionalidade e a tolerância para com as minorias na Europa. Na sessão seguinte, em junho do mesmo ano, os debates voltaram-se para a situação dos refugiados da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS.

¹¹ Antônio Augusto Cançado Trindade detalha esse episódio, incluindo as correspondências oficiais entre Brasil e Alemanha. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Repertório da prática brasileira do direito internacional público: período 1919-1940*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012, p. 255.

As grandes potências buscavam uma reconciliação com a Alemanha, mas o Governo brasileiro impôs um veto ao processo, visando integrar o Conselho. Quando surgiu a possibilidade de exclusão do Brasil na reestruturação de tal órgão, o país desligou-se da Liga em 21 de julho de 1926, já sob a representação do diplomata Afrânio de Melo Franco.

¹² KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p. 57.

No limiar da Segunda Guerra Mundial, o alinhamento do Governo de Getúlio Vargas com o Reich de Adolf Hitler se tornaria um grande obstáculo às ações humanitárias de Souza Dantas, adicionando desafios à sua missão diplomática.

O ALINHAMENTO SOMBRIO DO BRASIL VARGUISTA COM A ALEMANHA HITLERISTA

O Estado Novo de Getúlio Vargas estava completamente alinhado aos modelos nacional-socialistas da época. O próprio nome do regime inspirava-se na ditadura de Antônio de Oliveira Salazar, em Portugal, e a sua estrutura corporativista e unipartidária, instituída pelo Decreto-lei nº. 37, de 02/12/1937, assemelhava-se aos sistemas instaurados por Francisco Franco na Espanha, Benito Mussolini na Itália e Adolf Hitler na Alemanha¹³.

Na década de 1930, o Brasil estreitou relações comerciais com a Alemanha, tornando o Terceiro Reich o seu principal parceiro comercial, em 1938¹⁴. Além de reduzir a influência da democracia liberal norte-americana, o Governo Vargas vislumbrava vantagens econômicas na parceria nazista, beneficiando-se de preços acima da

¹³ Outra curiosa coincidência foi que o advento do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, foi impulsionado pela intentona comunista de 1935, assim como o incêndio do Reichstag, ocorrido em 1933, serviu de pretexto para ampliar e consolidar o poder ditatorial de Adolph Hitler.

¹⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 324.

média internacional para escoar a produção nacional¹⁵ e dos acordos de compensação em marco alemão¹⁶.

A notória simpatia do regime varguista com o fascismo socializante¹⁷ não se limitava à política ideológica e à intensificação do comércio com a Alemanha, vindo a provocar tensões internacionais e a levar os Estados Unidos a retardarem o envio de equipamentos militares ao Brasil¹⁸. Já durante a guerra, em 1940, ao tentar transportar armamento alemão, o navio Siqueira Campos foi interceptado

¹⁵ Não se pode olvidar que os preços mais competitivos da Alemanha nazista apoiavam-se em uma política de confisco de bens dos seus perseguidos políticos e do uso de mão-de-obra escrava, prestada pelos prisioneiros políticos nos campos de concentração, para produzir a baixo custo os produtos que exportava.

¹⁶ Os acordos de compensação em marco alemão estabeleciam que o saldo da balança comercial somente poderia ser destinado a custear a importação de mercadorias alemãs, utilizando, nessas transações, o marco alemão como moeda. Nesse quesito, é importante lembrar que o regime totalitário nazista exercia o controle monetário de tal modo que podia inflacionar a sua moeda e anular qualquer vantagem dos estrangeiros importadores.

¹⁷ A polícia política de Vargas, sob comando de Filinto Müller, manteve ativa colaboração com a *Geheime Staatspolizei*– Gestapo, promovendo o intercâmbio de informações e treinamento de oficiais, além de entregar prisioneiros políticos como Arthur Ernst Ewert, Elise Saborovsky Ewert e Olga Benário. Essas duas prisioneiras foram extraditadas para a Alemanha mediante decisão referendada pelo Supremo Tribunal Federal, vindo a ser executadas em campo de concentração. Olga era uma judia, estava grávida e era esposa de Luís Carlos Prestes, dissidente de Filinto Müller, desde quando este militar abandonou a coluna. Anota Nelson Werneck Sodré que, no Estado-Maior brasileiro, as vitórias nazistas eram comemoradas efusivamente e os mais destacados generais recebiam altas condecorações nazistas (SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 346.).

¹⁸ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 326.

pelos britânicos¹⁹, levando o Ministro da Guerra brasileiro a sugerir a declaração de guerra contra o Reino Unido²⁰.

Neste alinhamento sombrio do Brasil varguista com a Alemanha hitlerista, a rígida legislação brasileira adicionava desafios à diplomacia de Souza Dantas, através da imposição de barreiras à entrada de refugiados políticos, exigindo extensa documentação e identificação da origem étnica dos solicitantes. Muitos deles eram apátridas, portadores de passaportes fornecidos pela Liga das Nações para expatriados políticos ou cidadãos de países extintos pelos conflitos. Outros sequer possuíam documentos de viagem.

Durante o Estado Novo, foram expedidos cerca de cinquenta atos normativos regulando a entrada de estrangeiros no Brasil, dos quais doze eram especificamente voltados aos judeus²¹. *Verbi gratia*, a Circular Secreta nº 1.127, de 07/06/1937, proibia a concessão de vistos a pessoas de origem semítica. Já a Circular Secreta nº 1.498, de 12/12/1940, assinada por Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, reafirmava a proibição de vistos para judeus.

DESAFIANDO A BANALIDADE DO MAL

Enquanto muitos funcionários estatais, temerosos ou indiferentes, aderiram à banalidade do mal ao cumprir ordens desumanas²², Souza

¹⁹ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 351.

²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2. ed., 2010, p. 346.

²¹ KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

²² Ao que se tem notícia, os demais diplomatas brasileiros no exterior cumpriam os Decretos e as Circulares antissemitas do Governo Vargas, como foi o caso

Dantas optou por desafiar a burocracia e a opressão²³, escolhendo o caminho da nobreza do bem, guiando-se por um compromisso inabalável com a justiça. Assim, concedeu refúgio a perseguidos políticos, emitindo vistos sem taxas, exigências adicionais ou notificações ao Governo brasileiro.

Com atuação direta e pessoal, Souza Dantas salvou centenas de judeus e outras vítimas da perseguição nazista, facilitando sua fuga e a de seus familiares para o Brasil. Em alentada dissertação de mestrado— posteriormente transformada em livro —, o Prof. Fábio Koifman²⁴ investigou as pessoas beneficiadas e os métodos adotados pelo diplomata, que chegou a conceder vistos contrariando respostas negativas do Governo brasileiro²⁵.

Entre junho de 1940 e janeiro de 1941, Souza Dantas emitiu centenas de vistos considerados ilegais, permitindo que inúmeros refugiados escapassem das rígidas barreiras sanitárias e verificações

do cônsul do Brasil em Budapeste, Mário Moreira da Silva, que comunicou ao Ministro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello que, em cumprimento da Circular Secreta nº. 1.127, havia recusado visto a 58 semitas de origem húngara, só no mês de março do ano de 1938.

²³ Em 1940, com a ocupação nazista iminente, o Governo francês transferiu-se para Vichy, levando consigo o corpo diplomático estrangeiro. Souza Dantas, já na época, intercedia em favor de refugiados e passou a conceder vistos diplomáticos irregularmente a judeus e outros perseguidos, suspeitos de conduta nociva à ordem pública. Entre junho e dezembro de 1940, assinou cerca de 500 vistos, mesmo após ser formalmente proibido.

²⁴ KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

²⁵ Em sua pesquisa, o mestre da UERJ conseguiu localizar mais de quatrocentos portadores de visto concedidos, calculando porém a estimativa de mais de oitocentas pessoas beneficiadas pela ação humanitária do *Quixote nas Trevas*. Atestou ele que a maioria desses refugiados chegou ao Brasil de navio, entre junho de 1940 e fevereiro de 1942.

documentais impostas pelo Brasil, ignorando os regulamentos atrozes que afetavam especialmente estrangeiros de origem semítica²⁶.

Naquele cenário dominado pela banalidade do mal, Luiz Martins de Souza Dantas escolheu a nobreza do bem, salvando centenas de vidas, no curso da Segunda Guerra Mundial, com grandeza moral e compaixão.

RESILIÊNCIA COMPASSIVA

Em agosto de 1940, o diplomata Carlos da Silveira Martins Ramos se indispôs com Souza Dantas, ao perceber a irregularidade dos vistos concedidos por ele, chegando a denunciar ao Ministro de Relações Exteriores. Martins Ramos alegava que, desde o início da guerra, havia se formado uma indústria de passaportes falsos, concedendo vistos a criminosos com suas famílias por cinquenta e cinco francos²⁷.

Em 18 de outubro de 1940, Souza Dantas telegrafou ao Ministro Oswaldo Aranha Bandeira de Mello informando-lhe que o Governo de Vichy havia publicado o estatuto dos israelitas, que atribuía à polícia a faculdade de designar residência forçada ou internar em campos de concentração às pessoas de raça judia²⁸.

²⁶ Em alguns casos, Souza Dantas emitia Cartas de Recomendação a Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, valendo-se do parágrafo único, do art. 56, do Decreto-Lei nº. 3.010, de 30/08/1938, que possibilitava ao Ministro de Relações Exteriores expedir, excepcionalmente, visto diplomático a personalidade de expressão relevante.

²⁷ KOIFMAN, Fábio. *Righteous among the nations: Souza Dantas and Raoul Wallenberg*. Brasília: FUNAG, 2017, p. 53.

²⁸ KOIFMAN, Fábio. *Souza Dantas: Justo entre las Naciones*. Brasília: FUNAG, 2020, p. 45.

Com a Circular Secreta nº. 1.498, de 12/12/1940, o Min. Oswaldo Aranha reiterou a proibição de concessão de vistos a judeus, porém Souza Dantas passou a datar os vistos com datas anteriores à da circular²⁹. Em outubro de 1941, Souza Dantas foi advertido pelo Ministério das Relações Exteriores relativamente aos vistos concedidos indevidamente³⁰.

A postura filossemita de Souza Dantas comprometia a sua segurança e a sua permanência em um dos postos mais prestigiados da carreira diplomática³¹. Por isto, cada visto emitido por ele era um arriscado ato de coragem, que colocava sua carreira e sua segurança em risco, mas que salvava famílias inteiras dos horrores nazistas.

Nesse contexto, em 22/11/1941, a ditadura de Getúlio Vargas ordenou à Diretoria Administrativa do Serviço Público (DASP) que apurasse a responsabilidade de quaisquer funcionários que tivessem facilitado a concessão de vistos ilegais. Como parte dessa iniciativa, foi instaurado o Processo Administrativo nº. 2.161/42, do DASP,

²⁹ Salientamos que tais atos benfazejos dificilmente seriam possíveis no estágio atual das novas tecnologias, que habilitam o governante a exercer maior controle de cada ato praticado na atividade burocrática.

³⁰ FRANCO, Álvaro da Costa. *Souza Dantas: um diplomata contra a barbárie*. Brasília: Thesaurus Editora e FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 11.

³¹ Por tal panorama a sua aposentadoria, decretada em 9 de maio de 1941, costuma ser associada ao instituto “a bem do serviço público”, uma prática administrativa do Estado Novo que abria margem para grandes arbitrariedades. No entanto, o próprio Governo brasileiro precisou que ele continuasse no seu posto até a chegada do sucessor. Em verdade, naquela data, ele foi aposentado por limite de idade de 65 anos, vindo porém a ser tornado sem efeito aquele Decreto, sendo a sua aposentadoria definitiva formalizada apenas pelo Decreto-Lei nº. 7.178, de 21/12/1944 (FRANCO, Álvaro da Costa. Aposentadoria de Souza Dantas. In: *Cadernos do CHDD* – Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2007, a.6, n.11, p. 475-491, p. 477).

contra Souza Dantas³², para apurar a concessão de vistos diplomáticos e a prorrogação de vistos caducos, em desacordo com a política de restrição de imigrações, especialmente contra judeus, inaugurada pela Circular Secreta nº. 1.127, de 07/06/1937.

Preocupado com a instauração do inquérito, em 1º de maio de 1942, o compassivo embaixador emitiu um telegrama, pressupondo um limite ético na interpretação teleológica das normas brasileiras, restritivas ao refúgio humanitário, ao afirmar: “Fiz o que teria feito, com a nobreza d’alma dos brasileiros, o mais frio deles, movido pelos mais elementares sentimentos de piedade cristã.”³³.

DA IGNOMÍNIA AO RECONHECIMENTO

O cenário político começaria a mudar com a ruptura diplomática entre Brasil e Alemanha, ocorrida em 28 de janeiro de 1942³⁴. Sem dúvida, esse fato contribuiria para a perda do objeto do inquérito administrativo, instaurado contra Souza Dantas, um dos motivos

³² FRANCO, Álvaro da Costa. Aposentadoria de Souza Dantas. In: *Cadernos do CHDD* – Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2007, a.6, n.11, p. 475-491, p. 486.

³³ FRANCO, Álvaro da Costa. *Souza Dantas: um diplomata contra a barbárie*. Brasília: Thesaurus Editora e FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p.12.

³⁴ Em 12 de janeiro de 1942, Souza Dantas telegrafou ao Ministério de Relações Exteriores, denunciando a violação das correspondências oficiais dos consulados brasileiros, enviadas através do serviço postal francês, da zona ocupada. Após informar que naquele país somente estava isenta de censura postal a correspondência particular ou oficial dos chefes das missões diplomáticas, sugeriu o embaixador brasileiro que o Ministro considerasse, em sua apreciação, o princípio da reciprocidade de tratamento (FRANCO, Álvaro da Costa (Org). *Em meio à crise: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942*. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2008, p. 305).

fáticos pelos quais viria a ser arquivado, sem aplicação de punição por indisciplina ou insubordinação³⁵.

Entre 5 e 17 de agosto de 1942, cinco navios mercantes brasileiros foram bombardeados por submarinos alemães, ocasionando intensa pressão dos aliados e contundentes manifestações populares pelo ingresso do Brasil na Guerra contra o regime nazista.

Poucos meses depois, em 12 de novembro de 1942, um pelotão de soldados alemães invadiu a embaixada brasileira, em Vichy, e violou os seus arquivos³⁶, que haviam sido queimados no dia anterior³⁷. Os

³⁵ No relatório do Presidente da Comissão que julgava Luiz Martins de Souza Dantas, foi narrado: a) que o mesmo estendeu a pessoas de nacionalidade definida a autorização que lhe fora concedida pelo Ministério das Relações Exteriores, de visar passaportes e outros documentos de apátridas (alínea a do inciso I do item 65 do relatório); b) que também autorizou, implícita e irregularmente, o cônsul honorário em Casablanca a prorrogar vários vistos caducos (alínea b do inciso citado); c) que, por esses fatos, incorreu em falta grave, tornando-se passível de suspensão, na forma do artigo 234 do Estatuto dos Funcionários (alínea c do mesmo inciso); d) que, por decreto de 9/5/41, foi aposentado, compulsoriamente, por implemento de idade, continuando, porém, a responder pela embaixada do Brasil em Vichy (alínea d do mesmo inciso). Daí, propôs: a) que não se aplique a Luiz Martins de Souza Dantas a pena de suspensão em que incorreu (alínea c do inciso I do item ante rior), de vez que já foi aposentado (alínea d do mesmo inciso) e a que, se estivesse na inatividade, nenhuma penalidade lhe poderia ser imposta, porquanto não se configurou, no caso, falta determinante de cassação da aposentadoria para efeito de demissão, única penalidade a que estão sujeitos os funcionários inativos (alínea e do inciso I do item 65 do relatório). KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p. 26.

³⁶ BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, v.1: 1912-1964*. Brasília: FUNAG, 2024, p. 258.

³⁷ BRASIL. MRE. FUNAG. *Legações e embaixadas do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2021, p. 270.

funcionários da missão diplomática foram confinados primeiro em Mont-Doré-les-Bains e, a partir de 13 de fevereiro do ano seguinte, em Bad Godesberg, na Alemanha, até 28 de março de 1944³⁸.

Souza Dantas passou a ser retratado como herói pela imprensa, ainda que Getúlio Vargas censurasse as homenagens. Alcançando a liberdade, o notável embaixador retornou ao Brasil em 1944 e, ao final da guerra, a sua atuação humanitária foi reavaliada, passando a concessão de vistos aos refugiados, mesmo à revelia das restrições impostas pelo governo, a ser vista como um gesto de alta integridade moral³⁹. Enfim, no dia 21/12/1944, Getúlio Vargas inscreveu o nome de Luiz Martins de Souza Dantas no Livro do Mérito Nacional.

UM JUSTO ENTRE AS NAÇÕES UNIDAS

Após sua aposentadoria, Souza Dantas retornou à Europa em 1945⁴⁰. Nesse período, Souza Dantas foi convidado para chefiar a delegação brasileira na primeira Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Londres. Na sessão inaugural, em 10 de janeiro de 1946, ele se tornou o primeiro brasileiro a discursar neste recém-criado órgão internacional⁴¹.

³⁸ FRANCO, Álvaro da Costa. *Souza Dantas: um diplomata contra a barbárie*. Brasília: Thesaurus Editora e FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 8.

³⁹ KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p. 28.

⁴⁰ Ao retornar para a Europa, acompanhado da sua esposa, Souza Dantas participou da fundação da *Maison de l'Amérique Latine* e assumiu a presidência do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros.

⁴¹ DANTAS, Luiz Martins de Souza. *I Regular Session of the General Assembly of the United Nations 1946: First Part*. In: Org. CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *Brazil in the United Nations: 1946-2011*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 45-47.

Em seu pronunciamento, ele defendeu a paz mundial e o sistema de segurança coletiva, alertando para os riscos da proliferação dos armamentos nucleares, lapidando que, se quisermos silenciar para sempre as armas, primeiro o coração do homem deve ser desarmado⁴².

De modo realista, porém, ele reconheceu que, para alcançar esse intento, talvez fosse necessária a obtenção de uma unidade⁴³, pela qual cada nação precisaria subordinar sua soberania ao interesse prevalecente da humanidade como um todo e que eventual superioridade de algumas nações só deveriam servir para promover a causa comum.

Para Souza Dantas, a Carta das Nações Unidas indicava um caminho promissor ao posicionar o Conselho Econômico e Social ao lado do Conselho de Segurança, ressaltando que, caso o primeiro honrasse suas responsabilidades, o segundo jamais precisaria intervir⁴⁴. Afirmava ele que o desenvolvimento econômico e social era essencial para prevenir a guerra, a doença e a carência, alinhando-se ecumeni-

⁴² Evocando o sentimento da fraternidade universal, Souza Dantas propôs a superação dos preconceitos raciais, nacionais e religiosos por meio da construção de um sistema de moralidade internacional para orientar tratados e acordos internacionais. Defendeu, com idealismo, a substituição do interesse individualista pela cooperação entre as nações, sugerindo que qualquer vantagem de um país deveria servir à causa comum da humanidade. DANTAS, Luiz Martins de Souza. *First Session of the United Nations General Assembly 1946*. In: *The voice of Brazil in the United Nations: 1946-1995*. Brasília: FUNAG, 1995, p. 25-28.

⁴³ Em franca contradição com a ideia de unidade global, ele defendeu simultaneamente a democracia liberal, a ser consolidada através da liberdade de expressão e da educação, ao dizer com acerto que, sem o apoio de uma opinião pública bem informada e livre, qualquer tentativa de uma organização internacional provar-se-ia ilusória.

⁴⁴ SARDENBERG, Ronaldo Mota. *O Brasil e as Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 49.

camente aos ensinamentos de Cristo, Maomé, Buda e Confúcio, bem como às reflexões de poetas, filósofos e cientistas de todas as nações.

Assim, defendeu um espírito de universalismo, capaz de formar uma comunidade intelectual de pensamento único, sem se deixar imergir pela energia atômica. Este anseio pela unificação do pensamento humano costumeiramente permeia o imaginário de muitas mentes brilhantes⁴⁵ que, com abordagem poética, tratam dessa ideia como a grande aspiração da humanidade⁴⁶.

À MEMÓRIA DE UM HERÓI ENTRE AS NAÇÕES

O ex-ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira⁴⁷ destacou que Souza Dantas descumpriu ordens superiores para apoiar a fuga de judeus da Europa, colocando o dever humanitário acima de conveniências políticas, sendo um exemplo de coragem⁴⁸ que

⁴⁵ SIDOU, José Maria Othon. O direito comparado e a unicidade jurídica universal. In: *Fundamentos do direito aplicado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 180-200.

⁴⁶ No entanto, é preciso ponderar que, em um mundo cuja beleza se encontra na diversidade de pessoas e culturas, espalhadas pelo tempo e pelo espaço, a imposição de um único pensamento só seria possível pelo controle absoluto das mentes, contrariando o próprio princípio da criação e também, em última análise, aos princípios que informam as ações de Souza Dantas a salvar vidas de diferentes origens, durante a guerra. Sendo assim, esse intento universalista se assemelharia ao desejo humano de voar como os pássaros, sonho que remonta a Ícaro e cujo mito ensina que a ambição desmedida pode levar da ascensão ao céu à queda no abismo.

⁴⁷ NUNES, Aloysio Ferreira. O Brasil contra o antissemitismo. In: *Cadernos de Política Exterior do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG, ago. 2017, v.3, n.5, p. 151-152.

⁴⁸ Além de Souza Dantas, outros diplomatas brasileiros se posicionaram contra as normas antisemitas da época, entre eles Aracy Moëbius de Carvalho Gui-

continua a inspirar o combate ao antissemitismo, tendo como armas a tolerância, o diálogo e a justiça.

Em reconhecimento à sua postura ética, o diplomata e ex-ministro de Estado, Rubens Ricupero⁴⁹, afirmou: “Nos anais da burocracia diplomática, deixou um raríssimo exemplo de coragem moral, de servidor que preza a decência e a compaixão acima de leis iníquas e do interesse de carreira”.

O reconhecimento de Souza Dantas como uma das grandes personalidades da diplomacia brasileira motivou iniciativas legislativas. Em 2013, foram apresentados o Projeto de Lei nº 5.688, de 04/06/2013, de autoria do Deputado Federal Walter Feldman (PSDB-SP), e o Projeto de Lei nº 6.807, de 21/11/2013, da Deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP), pretendendo dignamente inscrevê-lo no Livro dos Heróis da Pátria. No entanto, ambos os projetos foram arquivados automaticamente em 2015, pelo decurso da legislatura da sua propositura, sem terem sido submetidos à deliberação da Câmara.

Em 2017, sua história ganhou as telas com o lançamento do longa-metragem designado “Querido Embaixador”, da Globo Filmes, retratando sua fascinante trajetória diplomática, cuja coragem e humanidade foram essenciais para salvar vítimas do Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial.

No mesmo ano, o Deputado Federal Dr. Jorge Silva (PHS-ES) apresentou um projeto de lei para instituir o Dia Nacional da Lem-

marães Rosa, chefe da Seção de Passaportes do consulado brasileiro na Alemanha, Carlos Martins Pereira, embaixador do Brasil em Washington; Orlando Arruda, secretário da Legação brasileira em Varsóvia; e Murillo Martins de Souza, cônsul-geral do Brasil em Marselha.

⁴⁹ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017. p. 356.

brança do Holocausto⁵⁰, a ser celebrado anualmente em 16 de abril, data de falecimento de Souza Dantas. O projeto foi aprovado e sancionado como a Lei nº 14.938, de 29/07/2024.

Luiz Martins de Souza Dantas foi reconhecido postumamente pelo Museu do Holocausto (יָד וַשֶּׁם – Yad Vashem), em Jerusalém, como um “Justo entre as Nações”⁵¹, em 10 de dezembro de 2003⁵².

CASAMENTO E DECESSO

Aos 57, Luiz Martins de Souza Dantas havia contraído matrimônio, em 30 de outubro de 1933, com Elisa Meyer Stern⁵³, uma viúva norte-americana de origem judaica, que enfrentou ao seu lado

⁵⁰ No âmbito da sua Assembleia Geral, as Organizações das Nações Unidas (ONU) expediram a Resolução nº. 60/7, de 01/12/2005, estabelecendo como Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto o 27 de janeiro, pois, nesta data de 1945, foram libertados os prisioneiros do campo de concentração de Auschwitz, considerado o principal do regime nazista.

⁵¹ A outorga póstuma do título de Justo entre as Nações foi proporcionada após a importante investigação histórica, realizada pelo Prof. Fábio Koifman, segundo informa Sérgio França Danese, no prefácio do livro Souza Dantas: *Justo entre las Naciones*. Brasília: FUNAG, 2020, p. 8.

⁵² Esse honroso título havia sido conferido pelo Governo de Israel, anteriormente, apenas a uma outra pessoa de nacionalidade brasileira: Aracy Moëbius de Carvalho Guimarães Rosa, chefe da Seção de Passaportes do consulado brasileiro na Alemanha, conhecida como Anjo de Hamburgo por auxiliar judeus na entrada ilegal no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.

⁵³ Anteriormente Elisa havia sido casada com Abraham Stern e se destacou por seu altruísmo e compromisso humanitário, sendo agraciada com a prestigiada Legião de Honra da França em reconhecimento ao seu generoso apoio financeiro a hospitais e instituições filantrópicas parisienses durante a Primeira Guerra Mundial (KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas*: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p. 60).

o tormentoso período da Segunda Guerra Mundial. Em 1953, acometida pela senilidade, ela foi levada pela família de volta aos Estados Unidos, onde faleceu no mesmo ano.

No ano seguinte, sem amparo financeiro e debilitado pela enfermidade, Souza Dantas passou seus últimos dias em um modesto quarto do Grand Hotel⁵⁴, em Paris. No dia 16 de abril de 1954, sem deixar descendentes, veio a falecer, recebendo as exéquias e as honras militares reservadas a um chefe de missão. Seu corpo foi trasladado de navio para o Brasil e sepultado no Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro.

No sesquicentenário deste emérito diplomata brasileiro, cuja trajetória foi marcada pelo heroísmo ético e pela nobreza do bem, que suas ações inspiradoras sirvam como exemplo e lembrança de que, mesmo nos momentos mais sombrios, a coragem e a compaixão têm o poder de transformar o curso da história.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil*, v. 1: 1912-1964. Brasília: FUNAG, 2024.

BRASIL. MRE. FUNAG. *Legações e embaixadas do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2021.

CALMON, Pedro. *História do Brasil: século XX – A República e o desenvolvimento nacional*. 1ª ed., Campinas: CEDET, 2023.

⁵⁴ CHATEAUBRIAND, Assis. Do jagunço ao gentil-homem. In: *Cadernos do CHDD – Centro de História e Documentação Diplomática*. Brasília: FUNAG, 2004, a.3, n.5, p. 463-466.

CHATEAUBRIAND, Assis. Do jagunço ao gentil-homem. In: *Cadernos do CHDD* – Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2004, a. 3, n. 5, p. 463-466.

DANTAS, Luiz Martins de Souza. *I Regular Session of the General Assembly of the United Nations 1946: First Part*. In: Org. CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *Brazil in the United Nations: 1946-2011*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 45-47.

_____. *First Session of the United Nations General Assembly 1946*. In: *The voice of Brazil in the United Nations: 1946-1995*. Brasília: FUNAG, 1995, p. 25-28.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FRANCO, Álvaro da Costa. Aposentadoria de Souza Dantas. In: *Cadernos do CHDD* – Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2007, a.6, n.11, p. 475-491.

_____. *Em meio à crise: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942*. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2008.

_____. *Souza Dantas: um diplomata contra a barbárie*. Brasília: Thesaurus Editora e FUNAG– Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

_____. *Righteous among the nations: Souza Dantas and Raoul Wallenberg*. Brasília : FUNAG, 2017.

_____. *Souza Dantas: Justo entre las Naciones*. Brasília: FUNAG, 2020.

NUNES, Aloysio Ferreira. O Brasil contra o antissemitismo. In: *Cadernos de Política Exterior do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG, ago.2017, v.3, n.5, p. 151-152.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. *O Brasil e as Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2013.

SIDOU, José Maria Othon. O direito comparado e a unicidade jurídica universal. In: *Fundamentos do direito aplicado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 180-200.

SOCHACZEWSKI, Monique. *Do Rio de Janeiro a Istambul: contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850-1919)*. Brasília : FUNAG, 2017.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Repertório da prática brasileira do direito internacional público: período 1919-1940*. 2ª edição, Brasília: FUNAG, 2012.

VIANA Filho, Luiz. *A vida de Ruy Barbosa*. 15ª edição, Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2013.

Agenda IGHB

AGENDA CULTURAL DO IGHB EM 2025

Cleide Nunes¹

O ano de 2025, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, foi marcado pela execução de dois relevantes projetos. O primeiro, com o apoio da Prefeitura de Salvador, reuniu especialistas para falar da Independência do Brasil na Bahia. Já o segundo, com o apoio do Governo do Estado (Secult/Minc/Programa Aldir Blanc), possibilitou, dentre outras ações, a restauração de fotografias, documentos e telas pertencentes ao acervo da Casa da Bahia.

A maioria dos eventos, como palestras, seminários, lançamentos de livros e outros encontros promovidos ou sediados, ocorreu no auditório Bernardino de Souza. Isso se deu porque, desde o primeiro trimestre do ano, o Panteon Pedro Calmon foi interditado pelas autoridades municipais e estaduais ligadas à Defesa Civil. Após solicitação da diretoria do Instituto, técnicos realizaram vistorias e identificaram risco na estrutura da cúpula, recomendando ações preventivas e corretivas.

¹ Jornalista, secretária e assessora do IGHB.

Assim, a agenda do ano teve início em 23 de janeiro, com a mesa-redonda “O pensamento de Russell Kirk”, presidida pelo diretor da Biblioteca, Ricardo Nogueira, e que contou com os especialistas Carmen Rivas, Elaine Lima e Vânia Ferrari como expositores.

Nos dias 28 e 30 de janeiro; 4, 6, 11, 13, 18 e 20 de fevereiro; e 11 e 13 de março, mais de 100 pessoas acompanharam, de modo virtual, um curso sobre a história e historiografia de Canudos, ministrado pelo professor doutor e associado do Instituto, Marcos Santos.

Em 17 de fevereiro, o IGHB sediou o seminário acadêmico “Salvador da Bahia e seu ‘sítio e empresa’ de 1625”, organizado pela Embaixada da Espanha e pelo Instituto Cervantes. O encontro contou com palestras dos professores Pablo Magalhães e Ângela Ferreira (diretora do Instituto Flávia Abubakir), além das participações dos professores José Manuel Pérez, David Hernán e Carlos Brunetto.

Em 20 de fevereiro, outra mesa-redonda abordou o tema “A Justiça Social em Thomas Sowell”, sob coordenação do diretor Ricardo Nogueira, com os expositores Elaine Lima, Raimundo Alves e Sônia Jacob.

De 12 a 14 de março, uma mini festa literária reuniu diversos especialistas no IGHB, sob coordenação do professor Marcos Santana. Além de homenagem especial aos profissionais de Biblioteconomia e ao livreiro João Brandão, a edição contou com a divulgação do *Catálogo de Publicações do CEMS*, a apresentação do Coral da PM–Bahia, sob a regência do maestro Moisés Fiúza, e o lançamento dos livros *Amar e Servir: Devocionário Santa Dulce* e *Lycia Conceição Alves – Primeira Arquiteta da Bahia – Defensora Perpétua dos Animais*, ambos de autoria do professor Marcos Roberto de Santana. Houve ainda homenagem à professora e escritora Antonietta D’Aguiar Nunes e palestras dos

professores Jair Cardoso, Osvaldo Teixeira, Simone Moura, Raul Coelho Barreto e Luís Guilherme Pontes Tavares.

O primeiro encontro do ano do projeto “Ensinando e Aprendendo no Café” recebeu o professor Francisco Senna, em 26 de março, para falar sobre “Salvador: degradação e ações para que a cidade retornasse à sua melhor forma”. O projeto seguiu sob coordenação dos professores Caiuby Alves e Lúcia Góes. A data marcou um retrospecto da história da cidade de Salvador em seus aspectos conceituais, com as transformações mais impactantes em sua estrutura urbana, paisagística e humana, além dos reflexos na qualidade de vida da população, chamando atenção para medidas que, à época, agravavam a situação e para outras que se faziam necessárias por parte do poder público e da sociedade.

No dia seguinte, 27 de março, a mesa-redonda “As Seis Lições de Ludwig von Mises”, coordenada por Ricardo Nogueira, contou com as participações de Luiz Souza e Lúcia Azevedo. O público observou que as seis lições de Mises traziam uma abordagem fundamental para a compreensão da ação humana na economia, apresentando, de modo didático e sistematizado, as noções essenciais de capitalismo, consumo, socialismo, imobilidade social, planejamento governamental, inflação, salário, pleno emprego, investimento externo, migração de capitais, desenvolvimento, intervencionismo estatal, controle de preços e ideias políticas.

O documentário *Memórias do 25 de abril, 50 anos da Revolução dos Cravos*, do cineasta Carlos Pronzato, foi exibido em 28 de março. Construído a partir de entrevistas (Capitães Duran Clemente, Vasco Lourenço, Rosado da Luz, major Tomé, historiadora Raquel Varela, historiador Luis Farinha, ativista Ana Barradas, ex-deputado João Soares, economista Francisco Louçã, pesquisadora Irene Pimentel,

antropóloga Paula Godinho, jornalista Miguel Carvalho etc.), o documentário retratou o episódio singular da Revolução dos Cravos em Portugal, a última revolução da Europa iniciada em 25 de abril de 1974, e os 19 meses da contínua insurreição popular do PREC (Processo Revolucionário em Curso).

O grupo Arqueólogos Consultoria e Pesquisa Arqueológica realizou um encontro no dia 3 de abril, no auditório do IGHB, para a apresentação do Projeto Conexões Arqueológicas. O tema-conexão escolhido, para a primeira edição de 2025, foi o desenvolvimento urbano da cidade de Salvador através dos diversos períodos, com o objetivo de trazer uma reflexão sobre o processo histórico e urbanístico da primeira capital do Brasil. O dia contou com uma palestra de abertura proferida pelo historiador Rafael Dantas, seguida de uma roda de conversa formada pelo arqueólogo Luiz Antônio Pacheco, pelo historiador Pablo Iglesias e pelo engenheiro e especialista em obras públicas Antonio Marcos Cruz. A mediação ficou a cargo da historiadora Rachel Wider.

O IX Seminário Perspectivas para a Educação no Terceiro Milênio, com palestras e homenagem a 12 personalidades com relevantes serviços prestados à sociedade, foi coordenado pelo professor Idenilton José Nascimento dos Santos, em solenidade realizada no dia 11 de abril.

No dia 25 de abril, o professor Igor Roberto de Almeida lançou o livro *Dicionário Histórico-Biográfico dos Moradores da Heroica Cachoeira – Século XIX*. A obra apresentou 282 verbetes biográficos de pessoas que, em algum momento, viveram em Cachoeira durante o século XIX. Os verbetes se basearam em uma ampla variedade de fontes documentais, como registros paroquiais, cartoriais, judiciais, periódicos, fotografias, desenhos, documentos particulares e relatos orais.

Mais um livro foi lançado no dia 28 de abril, desta vez de autoria dos professores Pablo Magalhães e Arthur Watt: 1624 – *Documentos Inéditos sobre a Invasão da Bahia* – Coleção Galícia. Tratou-se de uma transcrição dos documentos inéditos encontrados durante pesquisa na coleção de manuscritos sobre a Bahia, custodiados na Biblioteca Gallica, da França. Alguns documentos foram traduzidos para uma linguagem mais moderna e receberam comentários dos autores. Muitos deles foram escritos no contexto da invasão, lançando nova luz sobre acontecimentos até então desconhecidos pela historiografia.

Uma mesa-redonda debateu, no dia 29 de abril, as perspectivas históricas das relações internacionais na obra controversa de Henry Kissinger, um dos mais influentes diplomatas do século XX e XXI. Sob a coordenação do diretor Ricardo Nogueira, o evento contou com as exposições de Cármen Rivas, Raimundo Alves, Sônia Jacob, Vânia Ferrari e do próprio diretor. O diplomata, de distinta formação acadêmica, serviu como Secretário de Estado e Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, protagonizando momentos decisivos e controversos das relações norte-americanas no mundo, como na Guerra do Vietnã, na Guerra da Independência de Bangladesh, em regimes militares da América Latina – especialmente no Chile e na Argentina – e na política de abertura das relações entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China.

No projeto Ensinando no Café, o tema “Monumentos e Prédios Históricos da Bahia” foi debatido pelo professor e engenheiro Roberto Sacramento, no dia 30 de abril. O especialista lembrou: “quando passamos em frente ou paramos para apreciar pontos turísticos e monumentos de Salvador, não fazemos ideia de como surgiram, quem os criou e mesmo de fatos interessantes que aconteceram durante sua história”.

“A história através da arte: 400 anos da Jornada dos Vassalos” foi o tema de debate com pesquisadores, no dia 8 de maio. Sob a coordenação do diretor Ricardo Nogueira, foram abordados temas como o contexto histórico da invasão holandesa e os quadros A Recuperação da Baía de Todos os Santos e Sítio e empresa de Salvador de Bahia, 1625. O encontro contou com as participações do historiador Aurélio Schommer, das pesquisadoras Elaine Lima e Maria del Carmen Rivas, do historiador e curador Rafael Dantas e do professor Pablo Magalhães.

No dia 14 de maio, o mesmo projeto recebeu a escritora Vera Spínola, que falou sobre o tema “Quincas, Juiz do Sertão”. Nascido em Caetité, em 1848, e falecido em Salvador, em 1906, o Conselheiro Joaquim Spínola atuou em Lençóis, Caetité, Porto Seguro, São Félix e Salvador. Presenciou a decadência do ciclo do diamante na Chapada Diamantina, os últimos anos da Monarquia e da escravidão, e os primeiros anos da República. Como legado, deixou um diário escrito de 1877 a 1906, fio condutor para que sua bisneta, Vera Spínola, realizasse uma extensa pesquisa e escrevesse uma obra memorialística sobre o cotidiano de uma família em um período de grandes transformações sociais, econômicas e políticas.

No dia 29 de maio, ocorreu o lançamento do livro *O Processo da Independência do Brasil no Recôncavo Baiano*, de autoria do professor e historiador Manoel Passos Pereira. Apoiado na melhor historiografia relativa ao período – Bráz do Amaral, Luis Henrique Dias Tavares, Ubiratan de Araújo, João José Reis –, além de fontes primárias, como discursos de deputados e periódicos da época, Manoel Pereira enfatizou diversos atores envolvidos na consolidação da Independência do Brasil, identificando seus interesses e conflitos: o partido absolutista, o partido português, o partido brasileiro, o partido republicano e o partido negro. Com isso, reuniu elementos para rejeitar a versão de

uma independência romântica, baseada no desejo individual e genioso de um príncipe português.

O Projeto Memória Musical da Bahia promoveu uma série de encontros comunitários para a realização de atividades de sensibilização em torno do bicentenário do Hino da Bahia. Espaços culturais como o Centro de Cultura da Câmara Vereador Manuel Querino e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia receberam, em maio e junho, grupos corais militares e corporativos e bandas de música militares, que compartilharam experiências na interpretação mais adequada de uma composição datada do século XIX e de estética musical muito peculiar.

A Ciência no Bar: Cachaça, Prazer e Desenvolvimento contou com uma palestra concorrida, ministrada pelo professor Benjamim de Almeida Mendes, no dia 11 de junho. Dentre outros temas, o especialista falou sobre bebidas alcoólicas: conceito, classificação, legislação, fabricação; como eram produzidas; como atuar para tornar a cachaça – uma indicação geográfica brasileira – o destilado mais consumido no mundo; além de abordar degustação e análise sensorial de cachaças envelhecidas em diferentes madeiras brasileiras.

Em projeto que contou com o apoio da Prefeitura de Salvador – através da Secretaria de Cultura –, o Instituto apresentou, durante o mês de junho, algumas ações comemorativas da Independência do Brasil na Bahia, a exemplo de uma palestra, um seminário, uma roda de conversa e um encontro literário sobre a maior data cívica da Bahia.

Com o intuito de lembrar o processo de Independência da Bahia e o 2 de Julho de 1823, a primeira iniciativa ocorreu no dia 5 de junho, às 17h, quando o Instituto recebeu o historiador, comediante e professor Matheus Buente. O especialista falou da importância do 2 de Julho e de como os baianos mantiveram a tradição dos festejos.

Na semana seguinte, no dia 10 de junho, às 17h, foi realizado um seminário, no auditório do IGHB, com a participação dos especialistas Rafael Dantas (historiador e curador), Cleidiana Ramos (jornalista e professora), Nelson Cadena (pesquisador) e Maria das Graças Leal (professora). A patrimonialização do 2 de Julho, A cobertura jornalística do Dois de Julho: entre a historiografia e as demandas dos movimentos sociais, O 2 de Julho temporão – a celebração fora de época nos bairros e Os personagens da guerra foram amplamente debatidos com a participação ativa do público presente.

Dezenas de estudantes compareceram à sede do IGHB, no dia 16 de junho, às 10h, para um encontro literário coordenado pela professora Lúcia Góes sobre o 2 de Julho. Os discentes ainda realizaram uma visita guiada para conhecer os principais personagens da guerra pela Independência, através de telas integrantes do acervo do Instituto.

No encerramento da agenda, às 16h do dia 17 de junho, uma roda de conversa reuniu o professor Marcos Santana, que falou sobre o projeto Memória Musical da Bahia, e o historiador Cacau Nascimento, que abordou o tema Caboclo Boiadeiro, Sultão das Matas, Capangueiro e Tupinambá: patriotas divinizados na epopeia do 2 de Julho na Bahia. O evento contou com as participações do Coral do Colégio da Polícia Militar da Bahia e da Banda da Polícia Militar da Bahia.

“Magna Carta: 810 anos do alvorecer do Estado de Direito” (documento histórico considerado o grande marco jurídico da liberdade e do Estado de Direito) foi o tema da mesa-redonda realizada no dia 16 de junho. A sessão foi presidida pelo secretário Rozendo Ferreira, com as participações dos expositores Durval Júlio Ramos Neto, Georges Louis Hage Humbert e Ricardo Maurício Nogueira e Silva. Os conferencistas abordaram as mais importantes questões históricas, políticas, jurídicas e sociais relacionadas à Magna Carta,

além de apresentarem as suas reflexões sobre os principais dispositivos jurídicos do documento, editado em 1215 pelo Rei João Sem Terra, bem como as suas impressões acerca da repercussão da Carta nas Constituições vigentes na contemporaneidade.

“Eu sou o 2 de Julho” foi o tema da programação da Independência do Brasil na Bahia em 2025. Em Salvador, o cortejo cívico — organizado pela Fundação Gregório de Mattos — lembrou a expulsão definitiva das tropas portuguesas do território brasileiro e reuniu milhares de baianos, da Lapinha até o Campo Grande, incluindo desfile de fanfarras, concurso de fachadas decoradas, homenagens aos heróis da Independência, cerimônias cívicas e encontro de filarmônicas.

Além das participações dos diretores do IGHB na cerimônia do Te Deum, realizada em 1º de julho, na Catedral da Sé, o ponto alto das celebrações ocorreu em 2 de julho, com a alvorada e a queima de fogos no Largo da Lapinha, seguida por cerimônias cívicas de hasteamento de bandeiras e execução do Hino Nacional. Durante o seu pronunciamento, que antecedeu o desfile oficial, o presidente Joaci Góes ressaltou a importância da Lei nº 12.819, sancionada em 2013, que incluiu o 2 de Julho como data histórica do calendário de efemérides nacionais.

Sob a coordenação de Dom Anselmo Rodrigues, o IGHB sediou o curso livre “Espiritualidade Barroca: entre a Liturgia e a Arte Sacra”, promovido pelo Mosteiro de São Bento no IGHB, de 21 a 26 de julho. O curso explorou celebrações litúrgicas e obras barrocas, com o objetivo de desvendar sua riqueza espiritual e cultural. Os rituais litúrgicos católicos, como a Missa Tridentina, foram fundamentais para a produção artística barroca. A celebração da Eucaristia, central na espiritualidade católica, influenciou diretamente a arquitetura

dos altares, o design das igrejas e as obras que adornaram os espaços sagrados.

No mês de junho, a Casa da Bahia foi uma das instituições culturais beneficiadas por projeto contemplado nos Editais da Política Nacional Aldir Blanc Bahia, com apoio financeiro do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Cultura do Estado, via PNAB, direcionada pelo Ministério da Cultura — Governo Federal.

O Conselho de Minerva, associação de ex-alunos da UFRJ, realizou em 1º de julho uma solenidade de entrega da medalha “Pedro, O Libertador” ao presidente Joaci Fonseca de Góes. A sessão foi presidida pelo escritor Sebastião Amoedo, que também prestou homenagem aos 131 anos de fundação do IGHB. A distinção foi atribuída a brasileiros e estrangeiros, civis ou militares, pessoas físicas ou jurídicas, que se destacaram pelo seu trabalho em prol da educação, do bem-estar coletivo e da fraternidade entre os povos.

A proposta “Ações de manutenção e conservação do IGHB”, com duração de seis meses, teve como objetivo colaborar com a preservação do acervo museológico, da Biblioteca Ruy Barbosa e do Arquivo Histórico do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, no que se refere à conservação preventiva e catalogação das peças do mobiliário; instalação de películas nos vidros das janelas, para proteção das pinturas em óleo sobre tela; encadernação de jornais do acervo da biblioteca; digitalização e restauração de documentos do arquivo histórico; e restauração de telas integrantes de uma das maiores pinacotecas do Norte-Nordeste.

No dia 23 de julho, a professora Cybele Celestino tratou do tema “1850-1950: Um Centenário de Espaços Culturais em Salvador”. No período decorrido entre a segunda metade do século XIX e a segunda metade do século XX, muitos eventos culturais foram realizados em

Salvador, que era um importante polo cultural do Brasil. Assim, a proposta foi mostrar alguns tipos de eventos que ocorreram na cidade e os locais onde aconteceram, destacando curiosidades sobre eles.

Em tributo aos 38 anos do falecimento de Gilberto Freyre, o IGHB promoveu uma mesa-redonda dedicada à sua memória e à influência da sua obra seminal na compreensão da identidade brasileira. Publicado em 1933, *Casa-Grande & Senzala* foi considerado um marco fundador da sociologia brasileira, ao propor uma leitura original da realidade nacional, destacando a mestiçagem e o entrelaçamento cultural entre diferentes grupos sociais. Sob a coordenação do diretor Ricardo Nogueira, o evento, realizado em 31 de julho, contou com as exposições de Fátima Chaves, Larissa Evangelista, Sônia Jacob e do próprio coordenador.

Também em julho, uma Nota de Informação Pública foi divulgada no site www.ighb.org.br e assinada pelo presidente Joaci Góes, informando que “o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, instituição em atividade desde 1894 e legítimo guardião do Pavilhão do 2 de Julho, teve a satisfação de comunicar à sociedade baiana que o Mandado de Segurança Cível, tombado sob o nº 8056214-20.2024.8.05.0000, impetrado por esta entidade contra o Governo do Estado da Bahia, em razão da indevida suspensão do repasse de verbas por parte da Secretaria de Cultura, foi julgado procedente, tendo a ordem sido concedida por unanimidade, em 25 de julho de 2025, pelos ilustres desembargadores e desembargadoras da Seção Cível de Direito Público do Colendo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Ao tempo em que parabenizamos a Egrégia Corte Estadual por mais uma inequívoca e elevada demonstração de compromisso com a cidadania, reafirmamos o nosso permanente propósito de preservar a cultura e a memória do povo baiano, mantendo viva a luta

pela efetivação dos valores democráticos e contra quaisquer formas de ilegalidade ou abuso de poder”.

A Academia de Letras e Artes do Salvador realizou, no dia 11 de agosto, a solenidade de posse dos Acadêmicos Efetivos Antonio Tadeu Bahia Menezes, José Carlos Barbosa Modesto, Maribel Oliveira Barreto, Sérgio Emílio Schlang Alves e Walter Pinheiro de Queiroz Júnior.

“Motivação, Sustentabilidade e Engenharia Mecânica” foi o tema do encontro Aprendendo e Ensinando no Café, realizado no dia 20 de agosto, com palestra ministrada pelo engenheiro e professor Ailton Silveira (EPUBA).

Entre os dias 18 de agosto e 29 de setembro, o IGHB promoveu o minicurso “Memória, História e Patrimônio da Bahia: noções básicas de Educação Patrimonial”, com aulas ministradas pela professora doutora Vanessa de Almeida Dócio. Entre atividades presenciais e virtuais, o objetivo foi abordar a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural (bens materiais e imateriais) e como ele se relacionou com a identidade e a cidadania. Além disso, foram explorados conceitos como memória, cultura, identidade e diversidade cultural, bem como discutidas metodologias e práticas para a educação patrimonial, tanto em contextos formais (escolas) quanto informais (museus, comunidades).

Em sessão realizada em 9 de setembro, sob a presidência de Joaci Góes e com as presenças de associados, diretores e autoridades, tomaram posse os associados efetivos: Adriana Machado e Abreu, Carlos Alberto do Nascimento, Clarindo Silva de Jesus, Enzo Lago do Nascimento, Iracema Costa de Almeida, João Inácio Roma Neto, José Acácio Ferreira, José Aleonso de Silva Filho, Luiz Cláudio Nogueira do Nascimento, Marcos Roberto Brito dos Santos, Maria Dalva de Conceição Messias e Waldemar Silvestre Carlos. Na oportunidade,

o empresário Eduardo Moraes de Castro foi empossado presidente de honra do IGHB, e o advogado Antonio Luiz Calmon Teixeira recebeu o título de associado honorífico.

A agenda do projeto “Aprendendo e Ensinando no Café” seguiu para os meses seguintes: em setembro (17), “As Mulheres e a Engenharia”, da professora Ana Helena Almeida; em outubro (15), “Musicoterapia”, da professora Cristina de Abreu Silveira; em novembro (19), “O Cultivo do Dendê e a Culinária Baiana”, apresentado pela escritora Maria Radel; e em dezembro (10), “Canudos em Outras Perspectivas”, pela professora Antonieta D’Aguiar Nunes.

A quinta edição do Curso “Conhecer e Entender Salvador e Recôncavo Baiano: desafios da contemporaneidade”, promovido pelo Setor de Geografia do IGHB ocorreu com aulas virtuais entre os meses de outubro e novembro. Coordenado pelo professor doutor Jémison Santos (UEFS/IGHB-BA), com a participação de diversos especialistas, o curso analisou aspectos fundamentais que estruturam e dinamizam a cidade do Salvador e Recôncavo Baiano, na perspectiva de contribuir para maior compreensão das suas demandas socioespaciais, e apresentou possibilidades e encaminhamentos na superação dos principais desafios.

Os módulos trataram dos temas específicos: A questão ambiental na cidade de Salvador e Recôncavo Baiano (Clima, Geomorfologia e o Complexo geoambiental, Geografia Marinha, Vulnerabilidades e Riscos socioambientais, Indicadores ambientais); Contextos socioespaciais de Salvador e Recôncavo: desafios e possibilidades (Espaço urbano, Produção espacial e Reprodução social, Infraestrutura urbana e Desigualdade socioespacial, Riscos socioambientais, Patrimônio Cultural); Salvador e Recôncavo no Século XXI (Questões socioespaciais,

Populacionais, Socioeconômicas e Ambientais) e (Vi)Ver Salvador e Recôncavo (O olhar cidadão nas experiências cidadinas).

O diretor da Biblioteca Ruy Barbosa do IGHB, Ricardo Nogueira, participou do VIII Colóquio de Institutos Históricos Estaduais, realizado nos dias 30 e 31 de outubro, em colaboração com o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. A programação contou com oito mesas temáticas e foi presidida pelo professor Jales Guedes Mendonça, do IHGG.

Entre outras ações e atendimentos ao público, o Instituto disponibilizou visitas guiadas para que os visitantes conhecessem a instituição, sua arquitetura e o rico acervo, estabelecendo um diálogo com questões da contemporaneidade. Esse contato, individual ou em grupo, visou abordar a historicidade de cada peça, trazendo para os dias atuais algumas questões sociais, comportamentais e artísticas inseridas no processo de conhecimento.

Toda a programação pode ser consultada no site www.ighb.org.br e no perfil da instituição nas redes sociais @ighbahia. O IGHB funciona de segunda a sexta-feira, das 13h às 18h.



20 de fevereiro – Mesa-redonda A justiça social em Thomas Sowell



26 de março – Palestra Francisco Senna



25 de abril – Lançamento do livro Dicionário Histórico-Biográfico de Cachoeira



14 de maio – Palestra Quincas, juiz do Sertão



5 de junho – Palestra de Matheus Buente sobre o 2 de Julho



10 de junho – Seminário sobre a Independência do Brasil na Bahia



16 de junho – Encontro literário sobre o 2 de Julho



01 de julho – Presidente do IGHB, Joaci Góes, recebe Medalha Pedro, O Libertador



18 de agosto – abertura curso Patrimônio

Relatório do Arquivo e da Biblioteca

RELATÓRIO DO ARQUIVO HISTÓRICO THEODORO SAMPAIO MAIO/2023 A JUNHO/2024

Zita Magalhães Alves¹

COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO O acervo do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, possui 11.000 documentos, formado de documentos recebidos, a título de doação, entre manuscritos, exemplares de jornais, partituras, fotografias antigas, entre outros.

ATIVIDADES REALIZADAS DE MAIO DE 2023 A 30 DE JUNHO DE 2024

Foram digitalizados fotografias e documentos através o Fundo de Cultura da Fundação Pedro Calmon.

- Identificação, classificação, descrição e catalogação de documentos do fundo IGHB, no Sistema PHL;
- Separação de documentos digitalizados em formato “jpeg” para o formato “pdf”.

¹ Diretora do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio do IGHB.

ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Os atendidos foram no total de 83 pesquisadores, presencialmente. Foram pesquisados no total de 248 documentos e 129 fotografias.

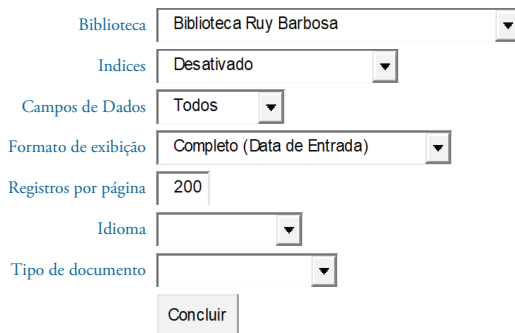
Houve atendimento através do e-mail: arquivo@ighb.org.br

A consulta ao acervo feito no banco de dados institucional no Site: ighb.org.br.

Depois clicar em **pesquisa online**. Abrirá o **PHL**. Então informará a expressão desejada (assunto) e a busca será feita em todo o acervo do IGHB.

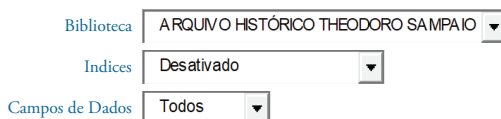


Mas, se for especificamente da Biblioteca Rui Barbosa deverá indicar em **Preferências**:



e concluir.

Porém, se o assunto for específico do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio, também deverá clicar em [Preferências](#):



Formato de exibição

Registros por página

Idioma

Tipo de documento

e concluir.

Também pode solicitar por tipo de documento: Imagem ou manuscrito.

Em tipo de documento, por exemplo: fotografia, indicará **imagem**.

Biblioteca

Índices

Campos de Dados

Formato de exibição

Registros por página

Idioma

Tipo de documento

E concluir, ou para manuscrito:

Biblioteca

Índices

Campos de Dados

Formato de exibição

Registros por página

Idioma

Tipo de documento

E concluir.

Se encontrar:

Disponível em:

<http://www.ighb.servclt.com.br/phl83/dadosexternos/arqing/FOT.número.jpg>

É por que o documento ou fotografia estão digitalizados.

É esta a forma de pesquisar o acervo da Biblioteca Rui Barbosa, Arquivo Histórico Theodoro Sampaio, Acervo Antonio Barros, Acervo Celso Serpa e Museu do IGHB.

Temos digitalizada a Mapoteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia que exige pesquisa presencial;

RELATÓRIO DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA

Período: 01/08/2024 a 31/07/2025

Ricardo Maurício Nogueira e Silva¹

Fernanda Mota de Oliveira²

Este relatório objetiva apresentar as atividades realizadas pela Biblioteca Ruy Barbosa do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB no período de agosto do ano de 2024 até julho do ano de 2025, abrangendo os seguintes aspectos: aquisição de registro, atendimento aos usuários, acervo consultado e atividades referentes ao acervo.

1. A BIBLIOTECA RUY BARBOSA

A Biblioteca Ruy Barbosa tem uma estimativa de quase 30.000 exemplares, entre livros e folhetos, e aproximadamente 630 revistas catalogadas no sistema PHL. Esses exemplares são doações de sócios

¹ Diretor da Biblioteca Ruy Barbosa/IGHB.

² Bibliotecária Documentalista da Biblioteca Ruy Barbosa/IGHB – CRB-5 /1973.

da instituição e de pessoas não associadas. O funcionamento da biblioteca é de segunda a sexta das 13 h até às 18h, e a consulta é local.

O público pode consultar os títulos também através do *pesquisa on-line* no site www.ighb.org.br, bem como acessar diversas publicações e boletins.

O acervo da hemeroteca “Espaço de Memória Periódica”, está organizado por ordem alfabética de título e cronológica em estantes de aço. O acervo se compõe de coleções encadernadas de jornais baianos ainda em atividades como: o jornal A Tarde, Tribuna da Bahia e Correio da Bahia, e os extintos: Bahia Hoje, Diário de Notícias, Jornal da Bahia, Estado da Bahia, O Estado, A Bahia, Gazeta do Povo e Jornal de Notícias, além de exemplares de jornais de várias cidades do interior baiano.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é o responsável pela aquisição de restauros dos livros e das encadernações tanto de livros quanto dos jornais. Isso possibilita a conservação e preservação desses documentos. A Biblioteca dispõe de uma bibliotecária que faz a catalogação dos livros e revistas, e de uma auxiliar de biblioteca que ajuda inserir os documentos na base de dados do PHL, na organização dos livros e dos jornais nas estantes e atendimento aos usuários.

No período de agosto de 2024 a julho de 2025 a biblioteca obteve algumas doações de livros e revistas, que foram catalogados e inseridos no sistema do PHL para que os usuários tivessem acesso a esses documentos quando pesquisados. Entretanto, a restauração e encadernação não foram executadas nesse período.

Tabela 1

Item	Descrição	Quantidade
1.1	Doação de livros e revistas	217
1.2	Livros e revistas inseridos no Sistema PHL	182
1.3	Livros catalogados	180
1.4	Jornais encadernados	–
1.5	Livros encadernados	–
1.6	Livros restaurados	–

ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

O público que frequenta a biblioteca é bem diversificado, entre estudantes de graduação, mestrandos, doutorandos, pesquisadores e comunidade em geral, com maior registro da cidade de Salvador, seguido de diversos outros municípios baianos e brasileiros, bem como de países como a França, Portugal, Espanha, Inglaterra, Suíça, Estados Unidos e outros. Quando o usuário não tem a possibilidade de comparecer a biblioteca, ele pode adquirir o material solicitando por e-mail ou telefone, no qual a bibliotecária ou a assistente escaneia o material e envia para o pesquisador.

Os temas mais pesquisados são das áreas de História, Geografia, Antropologia, Genealogia, Direito, Jornalismo entre outros. Porém no período de agosto de 2024 até julho de 2025, a biblioteca Ruy Barbosa teve um quantitativo de usuários presencial mais elevado do que online. Abaixo a tabela mostra isso.

Tabela 2

Item	Descrição	Quantidade
2.1	Atendimento ao usuário (presencial)	2.239
2.2	Pesquisa por email	44
TOTAL		2.283

2. ACERVO CONSULTADO

O acervo também é consultado por um público de pessoas autônomas e da terceira idade, que utiliza o espaço da biblioteca Ruy Barbosa para adquirir informações e se atualizar, seja lendo um jornal do dia ou antigo, pesquisando a agenda cultural no site www.ighb.org.br.

Vale destacar que os documentos mais consultados no acervo são: jornais, revistas (principalmente do IGHB), além de livros e anais (publicação regular ou periódica de caráter científico, literário ou artístico). Os jornais foram os documentos mais pesquisados no período de agosto de 2024 até julho de 2025, conforme a tabela seguinte.

Tabela 3

Item	Descrição	Quantidade
3.1	Jornais	3.630
3.2	Livros	1.602
3.3	Revistas	633
TOTAL		5.865

3. ATIVIDADES REFERENTES AO ACERVO

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, conhecida como a Casa da Bahia, disponibiliza para a comunidade visita guiada, cursos, oficinas, palestras e espaço para que as pessoas conheçam a casa da Geografia e História da Bahia e do Brasil. Alguns professores

das redes municipais, estaduais e particulares, além de acadêmicos, agendam visitas e estudos com suas turmas para conhecer a instituição. Encantados com a beleza do mobiliário da biblioteca, muitos a chamam de *Hogwarts*, biblioteca da série Harry Potter, por ter uma semelhança bem rústica.

Durante o período de agosto de 2024 a julho de 2025, a biblioteca recebeu visitas de estudantes de ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas da cidade de Salvador e cidades vizinhas, estudantes de graduação, como também de turistas, políticos, comediantes, entre outros.

ATIVIDADES EM EXECUÇÃO

- ✓ Reorganização dos livros nas estantes, de acordo com a classificação e correção no sistema PHL;
- ✓ Recebimentos diários de jornais (A Tarde, Tribuna da Bahia, Correio);
- ✓ Seleção de livros e revistas em duplicata para doação;
- ✓ Análise de doações de publicações de vários temas;
- ✓ Reforma das 3 (três) mesas de pesquisa pelo pesquisador Osvaldo Augusto Teixeira;
- ✓ Solicitação de manutenção das estantes de madeira.
- ✓ Solicitação de limpeza do ar – condicionados;
- ✓ Solicitação de estantes para organização de livros e jornais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação deste relatório cumpre o objetivo de documentar e divulgar os trabalhos realizados pela Biblioteca Ruy Barbosa, no período de agosto de 2024 até julho de 2025, destinada primordialmente à Diretoria, ao Conselho Fiscal e a todos os associados do IGHB, zelando assim pela transparência, pela publicidade e pela eficiência em suas atividades.

A Biblioteca Ruy Barbosa, criada no mesmo ano de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1894, portanto 131 anos, tem como missão arquivar as tradições e documentos, concernentes à geografia e a história, a arqueologia, a etnografia, e as línguas dos indígenas do Brasil e do Estado da Bahia.

Mesmo sendo uma biblioteca histórica e rústica para os padrões da modernidade atual, ela também adere para as tecnologias informacionais, com a digitalização de algumas revistas do IGHB, que podem ser encontradas no site do instituto, em que o pesquisador pode ter acesso a elas em sua própria casa. Entretanto, espera-se que essa digitalização se torne contínua para outras obras que concerne à biblioteca Ruy Barbosa do IGHB.

Relação dos Associados

SÓCIOS DO IGHB

PRESIDENTE DE HONRA

Eduardo Morais de Castro

BENEMÉRITOS

Antônio de Pádua Carneiro
Antônio José Imbassahy da Silva
Fernando Paes de Andrade
Jacques Wagner
José Nilton Carvalho Pereira

HONORÁRIO

João Paulo Marques Sabido Costa

EFETIVOS

Adeildo Osorio de Oliveira
Adélia Maria Bittencourt Marelím
Adelmo Fernando Ribeiro Shindler Júnior
Ademar Oliveira Cirne Filho
Ademar Pinheiro Lemos Júnior
Adenilson Ribeiro dos Santos
Adriana Bandeira de Oliveira
Adriana Machado e Abreu
Adriano De Lemos Alves Peixoto

Adriano Eysen Rego
Adroaldo de Jesus Bélen
Alan José Alcântara de Figueiredo
Alberto Bastos Balazeiro
Alberto Fael Filho
Alberto Pimentel Carletto
Aldely Rocha Dias
Aldevan Alves de Barros
Alessandro Timbó Nilo
Alex Guedes

Alex Schramm de Rocha	Ary da Silva Moreira
Alfredo Eurico Rodrigues Matta	Átila Brandão de Oliveira
Aline Barbosa de Araújo	Augusto Sérgio Albuquerque Soares
Alírio Fernando Barbosa de Souza	Baltazar Miranda Saraiva
Almir de Oliveira Santos	Beatriz Loureiro Cerqueira Lima
Almir Ferreira dos Santos	Benito Muinos Juncal
Almira Mara Vinhaes Dantas	Bruno Leonardo Guimarães Godinho
Aloísio Palmeira Lima	Bruno Lopes do Rosário
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Jr.	Bruno Oliveira dos Santos
Américo Adnauer Heckert	Caio César Tourinho Marques
Ana Claudia Gomes de Souza	Caiuby Alves da Costa
Ana Elisa Ribeiro Novis	Carlos Alberto do Nascimento
Ana Lúcia da Silva Teixeira	Carlos Alberto Saraiva Santos
Ana Paula Gordilho Pessoa	Carlos Artur Rubinos Bahia Neto
Anaci Bispo Paim	Carlos D'Ávila Teixeira
André Barachísio Lisbôa	Carlos de Souza Andrade
Andre Luis Soares Lopes	Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins
André Luiz de Carvalho Nunes	Carlos Eduardo Sodré
André Nunes de Souza	Carlos Eugenio Libano Soares
Aníbal Augusto Gondim Silva	Carlos Jorge Pronzato
Anselmo Ferreira Machado Carvalho	Carlos Martheo C. Guanaes Gomes
Antonia da Silva Santos	Carlos Roberto Santos Araújo
Antonio Alberto Dias dos Santos Balazeiro	Cássio José Barbosa Miranda
Antônio Carlos Daumerie Santos	Celso Jaloto Avila Junior
Antonio Bendocchi Alves Neto	Ceres Marylise Rebouças De Souza
Antonio Francisco Costa	César Augusto Borja Fernandez Cardillo
Antonio José Rodriguez de Mattos Gobbo	César de Faria Junior
Antonio Luis Silva de Carvalho	Charles Nascimento de Sá
Antônio Luiz Calmon Teixeira	Cícero Gonçalves de Sena Neto
Antonio Menezes do Nascimento Filho	Clarindo Silva de Jesus
Antonio Natalino Manta Dantas	Claúdia Moraes Trindade
Antonio Olavo dos Santos Filho	Claudio Pondé Avena
Antônio Plínio Pires de Moura	Claudio Tinoco Melo de Oliveira
Antonio Rodrigues Nascimento Filho	Cleidivaldo de Almeida Sacramento
Antônio Tadeu Bahia Menezes	Clóvis Silveira Góis Júnior
Aramis de Almada Ribeiro Costa	Coriolano Alberto Andrade de Oliveira
Aristides Pereira Maltez Filho	Filho
Arnon Lima Barbosa	Cristiane Santana Guimarães
Aroldo Luiz da Silva Bacellar	Cruza Santos Lage
Arthur Augusto de Oliveira Viana	Dante Augusto Galeffi
Arthur Guimarães Sampaio	Denis da Silva Galvão de Carvalho
Artur Napoleão de Carneiro Rêgo	Diego Borges Ramos

Diego de Jesus Copque
 Dilson Cardoso da Silva Filho
 Dione Jacy Ferraz S. Moraes
 Dione Maisa Soares da Cunha Euzébio
 Djalma Navarro Falcão
 Dom Emanuel D'able do Amaral
 Domingos Evangelista dos Santos
 Durval Julio Ramos Neto
 Edilece Souza Couto
 Edilton Meireles de Oliveira Santos
 Edilucio Fernandes
 Edmar Rocha Torres
 Ednaldo Crispim Dantas de Santana
 Ednaldo Soares
 Eduardo Augusto Rebouças França
 Eduardo Meirelles Valente
 Edvaldo Menezes de Araújo
 Edvaldo Pereira de Brito
 Elie de Lago Gonçalves
 Elizabete Conceição Santana
 Emanuel Silva Cairo
 Enzo Lago do Nascimento
 Erivaldo Fagundes Neves
 Eugênio Walter Pinto Montalvão de
 Figueredo
 Euza Maria Coelho de Araújo
 Fabio Barros Sá Barreto
 Fabio da Silva Santos
 Fausto de Abreu Franco
 Fátima Cristina Ferreira de Sales
 Fernando José Caldas Oberlaender
 Fernando José Máximo Moreira
 Fernando Pinto de Queiroz
 Filismina Fernandes Saraiva
 Florencio Magalhaes Matos Filho
 Florisvaldo Moreira de Mattos
 Francisco Benjamin de Carvalho
 Francisco César Lins Santana
 Francisco Jorge de Oliveira Brito
 Francisco José Pitanga Bastos
 Francisco Neto de Borges Reis
 Franklin de Carvalho Oliveira Junior

Frederico Meireles Dantas
 Gabriel Neves Carneiro
 Genivalda Cândido da Silva
 Geovanna Guiotti Testa Victor
 Gildásio Vieira de Freitas
 Gildecio de Oliveira Leite
 Gilson Magno dos Santos
 Gisela Band
 Graciela Mendes Ribeiro Reis
 Guilherme Aguiar de Oliveira
 Guilherme Cortizo Bellintani
 Gustavo Cunha Carvalho da Silva
 Hamilton Celestino da Paixão Filho
 Hamilton José Castro Meira
 Heitor Reis de Oliveira
 Helington de Araujo Rangel
 Hélio José Bastos Carneiro de Campos
 Helmann Sanches Silva
 Helvidio Braga Landim
 Henrique Abreu Monteiro
 Henrique Campos de Oliveira
 Henrique Gonçalves Trindade
 Hildevaldo Silva Ribeiro
 Horacio Raymundo de Senna Pires
 Humberto Caldas da Silveira Junior
 Idenilton José Nascimento dos Santos
 Igor Barbosa Souza
 Ione Celeste Jesus de Sousa
 Iracema Costa de Almeida
 Iran Souza da Conceição
 Isadora Perez Alves Peixoto
 Ivanildo Almeida Lima
 Jackson Amorim de Andrade
 Jaime Oliveira do Nascimento
 Jair Cardoso dos Santos
 Jaíra Capistrano da Cruz Soares
 Jamile Souza Calheiros dos Santos
 Jan Maurício Oliveira Van Holthe
 Jasón Siffert Lemos
 Jayme Augusto Ribeiro de Oliveira Matos
 Jayme Newton Vasconcelos de Lemos
 Jemison Mattos dos Santos

Joaci Fonseca de Góes
 João Alberto de Oliveira Matta
 João Augusto de Lima Rocha
 João Geraldo Araujo de Souza
 João Henrique Larroudé de Man
 João Inácio Ribeiro Roma Neto
 João José Reis
 João Maurício Prisco Paraíso
 Joao Otavio de Oliveira Macedo
 João Rodrigues de Souza Filho
 Joaquim Rodrigo de Souza Dourado
 Jorge Avelino da Lança Falcão Paredes
 Jorge Luiz Sapucaia Calabrich
 Jorge Santana Bispo Junior
 José Acácio de Almeida Ferreira
 José Alconso da Silva Filho
 José Antônio de Jesus
 José Antônio Moreira Icó da Silva
 José Augusto da Silva
 José Cláudio Alves de Oliveira
 José Dionísio Nóbrega
 Jose Dirson Argolo
 José Eduardo Athayde de Almeida
 José Geraldo dos Reis Santos
 Jose Jorge Souza Carvalho
 José Lamartine de Andrade Lima Neto
 José Luiz Ganem
 José Marcos Pondé Fraga Lima
 José Mário Dias Soares Junior
 José Péricles Diniz Bahia
 Josevandro Raymundo Ferreira
 Nascimento
 José Ribeiro Rosário
 José Roberto Pinho de Andrade Lima
 Jose Rodrigues Nogueira Neto
 Josué da Silva Mello
 Jovani de Aguiar Ribeiro Pereira
 Juciara Maria Nogueira Barbosa
 Júlio César Teixeira
 Junot de Carvalho Barroso Filho
 Jutay Inácio Menezes
 Lélia Vitor Fernandes de Oliveira

Leonardo dos Santos Ferreira
 Leonardo Ribeiro Fraga Lima
 Liacélia Pires Leal
 Lídia Boaventura Pimenta
 Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto
 Lina Maria Hurtado Gomez
 Livia da Silva Modesto Rodrigues
 Lizir Arcanjo Alves
 Lourenço Mueller Costa
 Lucas Carneiro Valencio
 Lucas de Faria Junqueira
 Lucia Maria da Franca Rocha
 Lúcia Maria de Araújo Góes Santos
 Luciano Corrado
 Luciano de Almeida Lopes
 Luciano Silva Moraes
 Lucidalva Andrade de Menezes
 Lucigleide Nery Nascimento
 Lucio Normando do Amaral Reis
 Luís Alberto Ribeiro Freire
 Luís Fernando Galvão de Almeida
 Luis Guilherme Pontes Tavares
 Luis Henrique Costa Ferreira
 Luís Vaz de Campos Moreira Tourinho
 Luislinda Dias de Valois Santos
 Luiz Americo Lisboa Junior
 Luiz Antonio Cajazeira Ramos
 Luiz Antonio de Souza
 Luiz Cláudio Guimarães
 Luiz Cláudio Nogueira do Nascimento
 Luiz Cláudio Zumaêta Costa
 Luiz Eduardo Carvalho Dorea
 Luiz Henrique Silva Santana
 Luiz Ovídio Fisher
 Luiz Paulo de Almeida Neiva
 Luiza Maria de Vasconcellos Vianna
 Lurdes Bertol Rocha
 Manoel Antonio dos Santos Neto
 Maria Del Carmen Rivas Rodriguez
 Marcella Pinto de Almeida
 Marcelo Duarte Dantas de Ávila
 Marcia Denise M S Mascarenhas

Marcio Cesar de Mello Brandão
Marcos Euzebio de Oliveira Menezes
Marcos Antonio Santos Bandeira
Marcos dos Santos Rebouças
Marcos José Oliveira
Marcos Oliveira Gurgel
Marcos Pessoa Pinto
Marcos Roberto Brito dos Santos
Marcos Roberto de Santana
Marcos Vinicius Silva dos Santos
Maria Alice Pereira da Silva
Maria Assunção de Oliveira Cadidê
Maria Dalva de Conceição Messias
Maria Conceição da Gama Santos
Maria Constança Carneiro Galvão
Maria das Graças de Andrade Leal
Maria das Graças Monteiro Fernandes
Maria das Graças Nunes Cantalino
Maria de Fatima Silva Carvalho
Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida
Maria do Rosário de Oliveira Pinheiro
Maria Helena Franca das Neves
Maria Helena Lanat Pedreira de Cerqueira
Maria Inês Corrêa Marques
Maria Nadja Nunes Bittencourt
Maria Romilda Tavares Maltez
Maria Rosina Borges Silva
Maria Tereza Salles N. de Brito Matos
Maria Virginia de Salles Garcez
Mariana Bahia dos Santos E Santos
Maribel Oliveira Barreto
Marina Garrido Moisés
Mário de Mello Kertész
Mario Mendonça de Oliveira
Marivaldo Batista da Paixão
Matheus de Carvalho Souto
Mauricio da Silva Ferreira
Mauro Lopes Figueiredo
Miguel Angelo Almeida Teles
Miguel Angelo Velanes Borges
Miguel Calmon Teixeira de Carvalho
Dantas

Miguel Sampaio
Monica Andrade Souza
Monica Elizabeth Vieira Martins Garrido
Nelson José de Carvalho
Nelson Wanderley Ribeiro Meira
Newton Cleyde Alves Peixoto
Nilo Cerqueira da Silva
Nilton José Costa Ferreira
Nilton Sousa Santana
Nilzo Augusto Mendes Ribeiro
Nivaldo dos Santos Aquino
Nubia Cristina de Jesus Santos
Octavio Henrique Coelho Messeder
Orlando Tourinho Junior
Orlins Santana de Oliveira
Oscimar Alves Torres
Oswaldo de Almeida Bomfim
Oswaldo de Oliveira Bastos Neto
Pablo Antonio Iglesias Magalhães
Pablo Sotuyo Blanco
Paulo Coelho Veiga
Paulo Costa Lima
Paulo Emílio Parente de Barros
Paulo Ormindo David de Azevedo
Pedro Manoel da Costa
Penildon Silva Filho
Rafael de Jesus Dantas de Oliveira
Raimundo Luiz de Andrade
Raimundo Nonato Portela de Souza
Raimundo Santos Silva
Ramiro Senna Berbert de Castro
Raul Affonso Nogueira Chaves Filho
Raul Coelho Barreto Neto
Raymundo Luiz de Oliveira Lopes
Regina Célia Santos Rocha
Renato de Mello Guimarães Lôbo
Renato Simões Filho
Renato Souza Santos
Ricardo Isensee Monteiro
Ricardo Mauricio Freire Soares
Ricardo Mauricio Nogueira e Silva
Ricardo Tupiniquim Ramos

Rita Maria Cruz Pimentel
 Rizodalvo da Silva Menezes
 Roberto dos Santos Rodrigues
 Roberto Gondim Pires
 Roberto Nunes Dantas
 Robson Fernandes Arapiraca
 Romário Costa Gomes
 Rommel Robatto
 Ronaldo Ribeiro Jacobina
 Rosemma Burlacchini Maluf
 Rozendo Ferreira Neto
 Ruy do Carmo Póvoas
 Saionara Bonfim Santos
 Saulo Matias Dourado
 Shayana Busson
 Sergio Alexandre Meneses Habib
 Sergio Armando Diniz Guerra
 Sérgio Augusto Soares Mattos
 Sérgio Emílio Schlang Alves
 Sérgio Fraga Santos Faria
 Sérgio Franco
 Shayana Busson
 Silvia Nascimento Cerqueira
 Silvio Porto de Oliveira
 Simone Trindade Vicente da Silva
 Sione Maria Porto de Oliveira
 Sônia Maria de Couto Jonas
 Suely Moraes Ceravolo
 Suzane Calmon Teixeira Dias Lima
 Vicentini
 Swarts Alves Torres Sobral Bentes
 Sylvia Maria Alcantara Reis Mendes
 Symone Maria de Freitas Moura
 Tatiana Brito de Araújo Galvão
 Thiago Pinto Dantas
 Tiago Floriano Silva
 Tiago Ramos Ribeiro
 Tiago Silva de Freitas
 Ubirajara Dantas Lemos
 Vanda Angélica da Cunha
 Vanessa de Almeida Dócio
 Vania Ferrari Ramos

Vera Lucia Príncipe Costa
 Vera Madalena Publio Barretto de Araújo
 Vilson Caetano De Sousa Junior
 Virginia Ottony De Araújo Pinho
 Vivaldo Do Amaral Adaes
 Waldemar Silvestre Carlos
 Waldette Maria Dos Santos
 Walsimar Dos Santos Brandão
 Walter Carneiro Da Silva
 Walter José Dorea Cancio Soares
 Walter Luiz Brito Dos Santos
 Walter Moacyr Costa Moura
 Wellington Do Carmo Cruz
 Wilson De Lima Brito Filho
 Wilson Roberto De Mattos
 Yara Dulce Bandeira De Ataíde

REMIDOS

Adinoel Motta Maia
 Alberto Salles Paraíso Borges
 Alvaro Pinto Dantas de Carvalho
 André Jorge Publio Dias
 Angélica Maria da Anunciação Reis Soares
 Antonietta de Aguiar Nunes
 Antônio Alberto Machado Pires Valença
 Antônio Ivo de Almeida
 Antonio Lima Farias
 Antonio Oscar de Santana
 Archimedes José Stiebler Pedreira Franco
 Aristeu Barreto de Almeida
 Aroldo Barreiros Cardoso
 Astor Carneiro de Lima
 Astor de Castro Pessoa
 Branca Hortélio Fernandes
 Carlos Alberto Reis Campos
 Carlos Antonio Martins de Carvalho
 Carlos Eduardo Ribeiro Diniz Gonçalves
 Carlos Sampaio Filho
 Cícero Vilas Boas Pinto
 Denascy Phylocreon de Castro Lima
 Dinorah Berbert de Castro
 Dorine Daisy Pedreira de Cerqueira

Durval Freire de Carvalho Olivieri
 Edizio Rodrigues Mendonça
 Eduardo Guimarães Pereira das Neves
 Emilton Moreira Rosa
 Ernani Newton Quadros Cairo
 Fernando Antônio de Souza
 Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado
 Fernando de Souza Pedroza
 Fernando Santana Rocha
 Florence Lebrum Sohsten
 Franklin de Cerqueira Machado
 Fredie Souza Didier Junior
 Geraldo Leite
 Gilberto Sampaio Pithon
 Gláucia Maria de Lemos Leal
 Guarani Valença de Araripe
 Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira
 Helio de Oliveira Cardoso
 Ildo Fucs
 Irton Villas Leão
 Isaías de Carvalho Santos Neto
 Israel de Oliveira Pinheiro
 Itamar Jose de Aguiar Batista
 Ivan da Silva Barroso
 Ivan Guanais de Oliveira
 Ivanilton Santos da Silva
 Jayme Ramos de Queiroz
 João Bosco Soares dos Santos
 Joaquim Luiz de Souza
 Jöhildo Salomão Figueiredo Barbosa
 Jorge Raimundo de Cerqueira e Silva
 Jorge Santana Bispo Junior
 José Andrade Mendonça
 José Antônio de Mello Vicentini
 José Bernardo Cordeiro Filho
 José Bezerra Lima Irmão
 Jose Carlos Augusto da Silva
 José Carlos Martinez Martinez
 José da Silva Gazar
 José Leite de Souza
 José Newton Alves de Souza
 Joselito Barreto Abreu

Jurandir Antonio Sá Barreto Júnior
 Kátia Maria Coelho de Carvalho Custódio
 Lamartine de Andrade Lima
 Luiz Gonzaga da Silveira
 Luiz Vianna Neto
 Manoel Figueiredo Castro
 Manoel Joaquim Fernandes de Barros
 Sobrinho
 Manuel José Pereira da Silva
 Marcel Lavallée
 Maria Angela Barreiros Cardoso
 Maria Angélica Barreiros Cardoso
 Maria Betty Coelho Silva
 Maria de Vasconcelos Tavares
 Maria do Socorro Targino Martinez
 Maria Dulce Cardoso Cardoso
 Maria Eleonora Cajahyba
 Maria Helena Matue Ochi Flexor
 Maria Hilda Baqueiro Paraíso
 Maria Inês Côrtes de Oliveira
 Maria Luiza Pinto Leite Gonçalves
 Mário Lindenor Bastos Brito
 Milton Carlos da Motta Cedraz
 Moacyr Pinheiro Silva
 Nelson Almeida Taboada
 Nelson Figueiredo Pondé
 Newton Oliveira
 Oscar Damião de Almeida
 Osvaldo Francisco Martins
 Paulo Faria
 Paulo Motta Alves Peixoto
 Pedro de Almeida Vasconcelos
 Pedro José Galvão Nonato Alves
 Phidias Martins Júnior
 Raymundo Kruschewskv Gomes Ribeiro
 Regina Stella Calmon Teixeira Dias Lima
 Rita De Cássia Santana de Carvalho
 Rosado
 Roberto José de Souza
 Rosa Maria Cardoso de Santana Valente
 Sônia Maria Ribeiro Simon Cavalcanti
 Sylvio de Carvalho Marback

Sylvio Guimarães Lobo
Tasso Paes Franco
Vicente Favella Filho
William Vieira do Nascimento
Zita Magalhães Alves

CORRESPONDENTES

Aaron Salles Fernandes Silva Torres
Ademir Pereira dos Santos
Adilson Cezar
Adriana Jacob Carneiro
Aidenor Aires Pereira
Alberto Martins da Silva
Alberto Venancio Filho
Ana Lucia Granja de Souza
Antonella Rita Roscilli
Antonio Dias Farinha
Antônio Ezequiel da Silva
Antonio Ferreira Paim
Antonio Jorge Furquim
Antonio Pedro de Bacelar Carrelhas
Antonio Possidonio Sampaio
Antonio Seixas
Armando Alexandre dos Santos
Augusto César Zeferino
Berthold Zilly
Carlos Francisco Moura
Carlos Magno Estevanovic
Carlos Roberto de Mello Kertesz
Carol de Oliveira Lima Bandeira
Claudefranklin Monteiro Santos
Daniel Antunes Junior
Dario Teixeira Cotrim
Dilton Domingos Gomes dos Santos
Dom Felipe Alberto Folque de
Bragança.....
Edmundo Aníbal Heredia
Edson Santana do Carmo
Edson Ulisses de Melo
Eduardo da Silva
Eliana Calmon Alves
Epitacio Pedreira de Cerqueira

Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Esther Regina Largman
Euclides Pinto Torres
Euges Silva de Lima
Fabiano Cataldo de Azevedo
Fátima Alves Tostes
Fernando da Costa Tourinho Neto
Filipe Alberto Folque de Bragança e
Bourbon de Mendóça
Francisco de Vasconcellos
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Getúlio Marcos Pereira Neves
Gloria Kaiser
Gonçalo de Vasconcelos E Sousa
Guilherme Gomes da Silveira D'Avila
Lins
Gutemberg Medeiros Costa
Helen Sabrina Gledhill
Helena Parente Cunha
Hendrik Kraay
Henrique Pinto Rema
Hilton José Gomes de Queiroz
Hitoshi Shihara
Isidoro Vasquez de Acuná Y Garcia Del
Postigo
Jacy Gonçalves Ribeiro
Janete Ruiz de Macedo
João Alfredo de Sousa Montenegro
João Mauricio de Araujo Pinho
Jorge Couto
Jorge Forjaz
José Alves Siqueira Filho
Jose Arthur Rios
José Carlos Almeida Belitardo
Jose Celso de La-Rocque de Macedo
Soares Guimarães
José Manuel Lomba
Jose Mendonça Teles
Justino Mendes de Almeida
Kabengele Munanga
Leão Renato Pinto Serva Neto
Leonardo Tocchetto Pouperio

Lourenço de Figueiredo Perestrelo Correia
De Matos
Luis Fausto Dias de Valois Santos
Luiz Claudio Aguiar
Lydia Pinheiro de Araújo Sá
Marc Werner Herold
Marco Antonio Neia
Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos
Filho
Marcus Soares de Albergaria de Noronha
da Costa
Marcus Vinicius Vilaça
Maria Beltrão
Melquiades Pinto Paiva
Miguel Beirão de Almeida Metelo de
Seixas
Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro
Murilo Sebastião Ramos Krieger
Napoleão Tavares Neves
Olindo Herculano de Menezes
Paulo Coêlho de Araújo
Paulo Fernando de Moraes Farias
Paulo Roberto Pereira
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Pedro Augusto de Freitas Gordilho
Plauto Afonso da Silva Ribeiro

Professor Doutor Manuel Cadafaz Matos
Raimundo de Oliveira Borges
Raymundo Laranjeira
Ricardo de Carvalho
Renato Luís Sapucaia Bandeira
Roberto de Araujo Chacon de
Albuquerque
Rogério de Vasconcelos Faria Tavares
Rui Manoel Cordeiro de Vieira Rasquillo
Sebastião Augusto de Souza Nery
Sérgio Martinez Baeza
Terezinha Teixeira Santos
Vamireh Chacon de Albuquerque
Nascimento
Vather Xavier Aguiar
Vicente Sebastião de Oliveira
Victorino Coutinho Chermont de
Miranda
Wagner Eustáquio de Araújo
Walter Carvalho Merling Junior
Washington Luís Andrade de Araújo
Wellington Estevanovic
Wilson Estevanovic Neto
Wilson Gealh

Normas de publicação

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

INSTRUÇÕES AOS COLABORADORES

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB é uma publicação quadrimestral do Instituto Geográfico e Histórico que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria diversa com rigor científico e metodológico. Aceita trabalhos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- preencham o nível exigido de qualidade científica;
- atendam às normas de publicação;
- apresentem afinidades com a natureza da publicação.

INSTRUÇÕES GERAIS

Processo de Seleção

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas ad hoc por eles indicados, sem identificação do autor.

Se o texto for aceito para publicação, a revista permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para a reformulação por parte dos autores. Nestes casos, o Conselho Editorial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

O autor deve ser comunicado do recebimento da sua colaboração no prazo de até dez dias e do resultado da avaliação do seu trabalho em até 120 dias após a data da primeira comunicação.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Não serão aceitas colaborações que não atendam às Normas e à formatação fixada nas Seções.

- Artigos – textos produzidos de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Devem conter no mínimo 12 páginas e no máximo 25 páginas, resumo (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação – Resumo – Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT). O título, o resumo e as palavras-chave (title, abstract and keywords) devem ser traduzidos para a língua inglesa.
- Palestras – Texto de até 4 páginas resultado de palestras dentro ou fora do Instituto. Oriundos de convidados ou da Diretoria e/ou Conselheiros.
- Discursos – Texto resultado de pronunciamentos da Diretoria do IGHB ou de Conselheiros.
- Biografia – Textos de até 5 páginas, antecedendo uma fotografia, de figuras ilustres e históricos local, nacional e internacional que tenham relação direta com a história e a cultura baiana.
- Acervo – Relacionar por natureza de prioridade 10 títulos que constem no acervo da biblioteca.
- Documentos – Apresentação de documentos de valor histórico e geográfico de interesse da comunidade científica brasileira.
- Relatório – Texto de natureza institucional relacionado com as atividades do IGHB.

- Resenhas – Texto de até uma página de publicações lançadas recentemente (até dois anos anteriores à publicação da revista) sob a forma de resenhas, comentários.
- Galeria de Fotografias – Seção de 2 páginas contendo 4 fotos com os respectivos créditos.
- Mapa – (1)
- Espaço Aberto – Memorial 2 de Julho

NORMAS

Ilustrações – As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões.tif ou.jpg. As ilustrações devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.

Citações – Devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520/2002, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação, da ABNT. As citações bibliográficas ou de website, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor faz parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Freire (1982, p. 35) etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula. Exemplo: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (FREIRE, 1982, p. 35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das

páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520.

Notas de Rodapé – Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

Referências – Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho.

Alguns exemplos:

LIVRO COM UM SÓ AUTOR

JECUPÉ, Kaka. Será a terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Livro com três autores

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. Peter Norton: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

Livro com mais de três autores

CASTELS, Manuel et al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Capítulo de livro

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

Artigo de periódico

BITTENCOURT, Maria Nadjá Nunes. A prática da escrita e da leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

Artigo de jornais

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. O Globo, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

Livro em formato eletrônico

SÃO PAULO (Estado). Entendendo o meio ambiente. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

Legislação

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Dissertações e teses

BITTENCOURT, Maria Nadjá Nunes. O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras

da UFBA. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

Trabalho publicado em congresso

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. Anais... Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

ORIENTAÇÃO PARA A FORMATAÇÃO DOS TEXTOS

1. Devem ser digitados em extensão.doc,.txt ou.rtf, com letra Times New Roman, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.
2. Todas as páginas devem ser numeradas.
3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a seção a ser publicado, e obedecer às normas da revista.

INSTRUÇÕES PARA ENVIO DE ORIGINAIS

Os textos digitalizados devem ser enviados aos cuidados do editor científico da Revista do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na publicação (nome, endereço, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br

**AQUISIÇÃO DE
EXEMPLARES E ENDEREÇO
PARA CORRESPONDÊNCIA**

**REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA – IGHB**

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br

Composta em Adobe Garamond Pro,
impresso em papel offset 90g para a Quarteto Editora.